

ORGANIZADORES

Diogo Pinheiro • Adriana Leitão Martins

Matheus Gomes Alves • Clara Sousa

LINGUÍSTICA GERATIVA X LINGUÍSTICA BASEADA NO USO

contrastes teóricos



ORGANIZADORES

Diogo Pinheiro • Adriana Leitão Martins

Matheus Gomes Alves • Clara Sousa

LINGUÍSTICA GERATIVA X LINGUÍSTICA BASEADA NO USO

contrastes teóricos



I São Paulo I 2026 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L755

Linguística Gerativa X Linguística Baseada no Uso: contrastes teóricos / Organização Diogo Pinheiro... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026

Demais organizadores: Adriana Leitão Martins, Matheus Gomes Alves, Clara Sousa.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-517-6

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-517-6

1. Linguística Gerativa. 2. Linguística Baseada no Uso. 3. Contrates teóricos. 4. Estudos gramaticais. I. Pinheiro, Diogo (Org.). II. Martins, Adriana Leitão (Org.). III. Alves, Matheus Gomes (Org.). IV. Sousa, Clara (Org.). V. Título.

CDD 410.1

Índice para catálogo sistemático:

I. Linguística - Abordagem teórica

Simone Sales • Bibliotecária • CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	nastyamr - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Alternate Gothic Compressed ATF, Rockwell Nova
Revisão	Os organizadores
Organizadores	Diogo Pinheiro Adriana Leitão Martins Matheus Gomes Alves Clara Sousa

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos
Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Faustidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelí Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Diogo Pinheiro
Matheus Gomes Alves
Clara Sousa
Adriana Leitão Martins

Conversas nas entrelinhas:

por mais diálogo (mas não necessariamente conciliação)
entre a Linguística Gerativa e a Linguística Baseada no Uso 11

CAPÍTULO 2

Alessandro Boechat de Medeiros
Roberto de Freitas Junior
Priscilla Mouta Marques

Arquitetura da gramática28

CAPÍTULO 3

Gean Damulakis
Marcelo Melo

Fonologia 74

CAPÍTULO 4

Indaiá de Santana Bassani
Vitor Augusto Nóbrega
Natival Almeida Simões Neto

Morfologia 103

CAPÍTULO 5

Diego Leite de Oliveira
Juliana Barros Nespoli

Sintaxe 145



CAPÍTULO 6

Taisa Peres de Oliveira

Ana Paula Quadros Gomes

Semântica e Pragmática 185

CAPÍTULO 7

Adriana Tavares Maurício Lessa

Roberto de Freitas Junior

Aquisição da Linguagem 228

CAPÍTULO 8

Christina Abreu Gomes

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante

Variação linguística 268

CAPÍTULO 9

Ana Regina Vaz Calindro

Karen Sampaio Braga Alonso

Deise Cristina de Moraes Pinto

Mudança Linguística 302

CAPÍTULO 10

Matheus Gomes Alves

Clara Sousa

Adriana Leitão Martins

Diogo Pinheiro

Paradigmas linguísticos em contraste:

convergências e divergências entre a Linguística Gerativa

e a Linguística Baseada no Uso..... 352

Sobre os autores e as autoras..... 366

Índice remissivo 374



1

*Diogo Pinheiro
Matheus Gomes Alves
Clara Sousa
Adriana Leitão Martins*

CONVERSAS NAS ENTRELINHAS:

POR MAIS DIÁLOGO (MAS NÃO NECESSARIAMENTE
CONCILIAÇÃO) ENTRE A LINGUÍSTICA GERATIVA
E A LINGUÍSTICA BASEADA NO USO

SUMÁRIO

A Linguística Gerativa (LG) surge em fins dos anos 1950 a partir do trabalho revolucionário de Noam Chomsky (Chomsky, 1957; 1959). Historicamente, ela emerge como um movimento de reação tanto ao Estruturalismo norte-americano quanto à postura antimentalista do behaviorismo skinneriano. Se, para a Linguística Estrutural bloomfieldiana, a tarefa da linguística seria a de sistematizar um conjunto de dados obtidos em um *corpus* (a partir de um trabalho de campo), para Chomsky, o linguista deveria se preocupar em compreender os princípios de funcionamento do *conhecimento linguístico* do falante – isto é, o mecanismo responsável pela geração das sequências concretas que podemos encontrar em um *corpus* (Othero; Menuzzi, 2019). Com esse movimento, a revolução chomskiana promove uma guinada radical na ciência linguística, que rapidamente deixa de se entender como uma disciplina essencialmente antropológica e se aproxima decididamente da psicologia (Harris, 1993). Para Lightfoot (2002, p. v), inclusive, foram os próprios trabalhos iniciais de Chomsky que impulsionaram “a avalanche da ‘revolução cognitiva’ moderna”¹.

Se a Linguística Gerativa é um programa de pesquisa com data de nascimento relativamente bem delimitada e claramente organizado em torno de um líder, o mesmo não pode ser dito da Linguística Baseada no Uso (LBU). A palavra “usage-based” (em português, “baseado no uso”) parece ter sido empregada originalmente por Ronald W. Langacker, pesquisador da Universidade da Califórnia, no capítulo “A usage-based model”, lançado no início de 1988 (Langacker, 1988). Mais de uma década depois, o livro “Usage-based models of language” (Barlow; Kemmer, 2000) cumpriu o importante papel de transformar um conjunto difuso de pesquisadores em um movimento autoconsciente. Hoje, a LBU funciona como uma espécie de guarda-chuva teórico, reunindo, em um paradigma

1 Para uma análise historiográfica do período de transição do Estruturalismo norte-americano para a Linguística Gerativa chomskiana, ver Harris (1993) (embora o foco do livro sejam as disputas internas no âmbito da própria LG nos anos 1970, os capítulos iniciais da obra tratam brilhantemente dessa transição). Para um histórico da Linguística Gerativa, desde sua emergência com o livro *Syntactic Structures*, ver Othero e Kenedy (2019).

comum, praticantes históricos do Funcionalismo norte-americano e da Linguística Cognitiva².

Ao que tudo indica, a LG e a LBU são modelos essencialmente incompatíveis, na medida em que adotam posições francamente antagônicas em relação à natureza e ao funcionamento da linguagem humana. Em particular, enquanto a primeira concebe o conhecimento linguístico como um sistema bipartido (léxico + sistema computacional) adquirido graças à existência de uma Gramática Universal (GU) inata, a segunda o entende como uma rede de construções gramaticais (pareamentos de forma e significado) construída com o auxílio de habilidades cognitivas que, apesar de inatas, não são especificamente linguísticas.

Diante de um antagonismo tão radical, não surpreende que esses dois quadros teóricos tenham dado origem a comunidades acadêmicas fortemente apartadas. Com efeito, gerativistas e linguistas baseados no uso frequentam eventos distintos (ou sessões distintas do mesmo evento), publicam em periódicos distintos (ou em números distintos do mesmo periódico) e raramente colaboram em empreendimentos intelectuais coletivos. Na prática cotidiana, portanto, o contato de cada grupo com as ideias do campo rival é mínimo ou mesmo inexistente.

Essa situação, contudo, gera dois problemas. Em primeiro lugar, a falta de contato entre os dois grupos facilita a emergência de *simulacros* – isto é, representações distorcidas e às vezes grosseiramente simplificadas – de cada um dos paradigmas por parte de representantes do campo rival. Além disso, esse contexto de relativo isolamento intelectual, em que os pesquisadores têm suas crenças continuamente validadas nas suas próprias comunidades (e não

2 Aqui, há alguma oscilação terminológica: encontra-se na literatura tanto a expressão “Linguística Baseada no Uso” quanto o termo “Modelos Baseados no Uso”. No Brasil, alguns pesquisadores têm empregado a expressão “Linguística Funcional Centrada no Uso” para sublinhar a continuidade entre a LBU e a escola funcionalista norte-americana.



SUMÁRIO

desafiadas por seus pares), tende a desestimular uma postura de questionamento das premissas fundamentais de cada modelo. Em termos simples: se, na prática cotidiana de cada pesquisador, o que existe é um ambiente de validação de ideias já consolidadas, e não de disputa entre posições antagônicas, não parece haver muita razão para que nos dediquemos à tarefa de avaliar a plausibilidade de cada modelo à luz das melhores evidências empíricas disponíveis.

O que isso significa, em outras palavras, é que a ciência linguística contemporânea parece se dedicar menos do que deveria ao esforço de *falsificação* das hipóteses atualmente disponíveis sobre a natureza e o funcionamento das línguas humanas. Como se sabe, uma abordagem ainda bastante influente na filosofia da ciência é o falsificacionismo popperiano, segundo o qual a ciência se distingue da não-ciência e da pseudociência pela falseabilidade – isto é, pela possibilidade de se demonstrar que suas proposições são falsas (Popper, 2002). Sob essa ótica, uma hipótese é considerada tanto mais robusta quanto mais ela resiste a tentativas de falsificação.

Certamente, tanto a LG quanto a LBU, na condição de paradigmas científicos, aspiram à falseabilidade. No entanto, tudo indica que nenhum desses quadros teóricos tem sido submetido a muitas tentativas de falsificação. Em vez disso, o que se observa é que pesquisadores de ambos os campos agem como se as premissas fundamentais de seu paradigma de predileção fossem axiomas, e não hipóteses a serem testadas (e, potencialmente, refutadas).

Como observa Perini (2008, p. 34), a ciência linguística lida atualmente com a “inexistência de um paradigma (unificado) no estudo sincrônico da linguagem”. Nós sabemos, é claro, que a existência de paradigmas concorrentes é inerente à atividade científica. Isso, contudo, não deveria nos eximir de buscar a construção gradual de alguns consensos teóricos – incluindo, minimamente, a definição de um conjunto de conceitos fundamentais, como *língua*, *linguagem* e *gramática*. Como, atualmente, nem sequer esse arcabouço conceitual



básico pode ser vislumbrado no horizonte, a tarefa de estabelecer um diálogo entre áreas rivais se torna particularmente desafiadora.

* * *

Algumas iniciativas, justiça seja feita, têm sido desenvolvidas com o objetivo de reduzir o fosso que separa a Linguística Gerativa e a Linguística Baseada no Uso. No Brasil, a editora Contexto lançou, entre 2013 e 2017, uma série de livros – intitulados, em ordem cronológica, *Semântica, semânticas* (Ferrarezi Junior; Basso, 2013); *Sintaxe, sintaxes* (Othero; Kenedy, 2015); e *Fonologia, fonologias* (da Hora; Matzenauer, 2017) – nos quais um mesmo componente gramatical era apresentado à luz de perspectivas teóricas diversas³. Nos três livros, todos os capítulos incluem exatamente as mesmas seções: começa-se pela definição de uma determinada corrente teórica (por exemplo, “O que é Sintaxe Gerativa?”), passa-se para uma delimitação do seu objeto de estudo (por exemplo, “O que a Sintaxe Gerativa estuda?”), avança-se para questões metodológicas (por exemplo, “Como estudar um desses fenômenos usando a Sintaxe Gerativa?”), chega-se à apresentação de um exemplo concreto de análise (“Poderia me dar um exemplo?”) e conclui-se com uma enumeração das grandes linhas de investigação e de sugestões de leitura (respectivamente, “Quais são as grandes linhas de investigação?” e “O que eu poderia ler para saber mais?”). Embora os livros dessa série não proponham uma comparação direta entre os quadros teóricos apresentados, a própria justaposição desses modelos em um mesmo livro, em capítulos com a mesma organização interna, facilita o trabalho de identificação das convergências e divergências entre as diferentes abordagens. Em alguma medida, portanto, essa coleção avança no sentido de superar o isolamento entre linhas teóricas concorrentes.

3 A mesma coleção conta ainda com as obras *Psicolinguística, psicolinguísticas* (Maia, 2015) e *Sociolinguística, sociolinguísticas* (Mollica; Ferrarezi Junior, 2016), que não focalizam, contudo, componentes gramaticais particulares.



SUMÁRIO

Um caminho semelhante é seguido pelo livro *A linguística no século XXI: convergência e divergências no estudo da linguagem*, escrito por Aniela Improta França, Lilian Ferrari e Marcus Maia e lançado em 2016. Nele, são contrastadas diretamente duas grandes (e longevas) tradições dos estudos linguísticos: a linhagem formalista (na qual se insere o paradigma gerativista) e a linhagem cognitivo-funcional (na qual se insere o paradigma da LBU)⁴. Interessantemente, o livro foi escrito, a seis mãos, por representantes dessas duas linhagens – o que, em si mesmo, representa um esforço louvável de aproximação e diálogo. Nessa obra, os autores identificam tanto os consensos já consolidados na ciência linguística quanto as divergências que ainda separam as tradições formalista e funcionalista. Os autores identificam, especificamente, três pontos de divergência: a controvérsia *nature X nurture*; a relação forma X função; e o debate serialidade X redes. Como os próprios autores observam, a explicitação dos pontos de consenso e dissenso entre essas duas vertentes se dá “não só em prol de uma melhor formação dos alunos e leitores, mas também em prol do avanço da pesquisa linguística” (França; Ferrari; Maia, 2016, p. 9).

Se, neste caso, o diálogo entre os dois campos passa pela identificação sistemática de convergências e divergências, o livro *Child Language Acquisition: Contrasting theoretical approaches* (Ambridge; Lieven, 2011) dá um passo além. Nessa obra, os autores se propõem a revisar, sistematicamente, a literatura sobre aquisição da linguagem. O objetivo final é avaliar as evidências empíricas (predominantemente experimentais, mas também, em alguns casos, observacionais) que sustentam ou refutam as previsões produzidas no interior de dois quadros teóricos: o inatismo, vinculado à LG, e o emergentismo (ou construtivismo), vinculado à LBU. A iniciativa decorreu da constatação de que

4 Na obra, os autores não afirmam explicitamente que estão contrastando essas duas linhagens: a proposta é apenas sistematizar convergências e divergências que podem ser observadas atualmente no heterogêneo mercado teórico da linguística. No entanto, fica claro que as divergências são opções teóricas que dividem essas duas grandes tradições.

SUMÁRIO

a maioria dos autores adota, implícita ou explicitamente, uma posição teórica particular e, em larga medida, discute apenas as pesquisas conduzidas no interior do paradigma relevante. Se há alguma discussão de propostas derivadas da posição teórica contrária, isso é feito apenas com o objetivo de descartá-la, sem que suas forças e fraquezas sejam consideradas seriamente (Ambridge; Lieven, 2011, posição 197)⁵.

Nessa passagem, os autores identificam o mesmo problema que nós mencionamos mais acima: o fato de que pesquisadores vinculados a um determinado campo teórico costumam desconhecer (ou negligenciar) as posições do paradigma rival. Para Ambridge e Lieven (2011), um efeito prático desse estado de coisas é o fato de que, com frequência, explicações alternativas para um dado fato empírico não recebem a devida atenção. Como resultado, tem-se tipicamente uma situação na qual evidências *favoráveis* a determinado paradigma de predileção não funcionam como argumentos *contrários* ao paradigma rival (e, com isso, não permitem o avanço do campo a partir da falsificação de hipóteses).

Considerem-se, por exemplo, os estudos de produção eliciada nos quais crianças são incentivadas a produzir diferentes tipos de estruturas sintáticas, como interrogativas qu- ou sentenças passivas (Crain; Nakayama, 1987; Thornton; Crain, 1994; Seidl; Hollich; Jusczyk, 2003). Em experimentos conduzidos por pesquisadores simpáticos à LG, a constatação de que as sequências produzidas são gramaticais é tomada como indício da existência de um conhecimento sintático altamente complexo e abstrato – o que, por seu turno, é interpretado como evidência em favor da hipótese inatista⁶. Como argumentam

5 Tradução dos autores. No original: "[...] most authors, whether implicitly or explicitly, adopt a particular theoretical position and largely discuss only research conducted within the relevant paradigm. If proposals that derive from an opposing theoretical viewpoint are discussed at all, it is generally only to dismiss them, with no serious consideration of their strengths and weaknesses."

6 A lógica aqui é a de que bebês muito novos não poderiam ter adquirido um sistema tão complexo em tão pouco tempo sem o auxílio de uma GU inata.



Ambridge e Lieven (2011), essas interpretações, embora plausíveis, desconsideram hipóteses alternativas, como a possibilidade de que as crianças tenham aprendido sequências pré-fabricadas ou de que seu conhecimento sintático ainda envolva um grau reduzido de abstração. (Mas que fique claro: este é apenas um exemplo, e pesquisadores simpáticos à LBU sofrem exatamente do mesmo vício.) Isto é: por negligenciarem o campo rival, os pesquisadores frequentemente não consideram explicações alternativas para seus resultados – e, com isso, acabam por não falsificar as hipóteses do campo rival.

O resultado desse tipo de prática é uma situação indesejada, mas infelizmente usual, na qual o acúmulo de resultados empíricos não conduz, de fato, a uma ampliação do consenso na comunidade linguística. Em vez disso, grupos historicamente rivais seguem atuando de maneira essencialmente endógena, como se não houvesse interesse real na superação do estado de coisas atual, marcado pela coexistência de posições mutuamente contraditórias.

* * *

No primeiro semestre de 2022, dois dos organizadores deste livro – Adriana Leitão Martins e Diogo Pinheiro, ambos professores de linguística da UFRJ – ofereceram, juntos, um curso de pós-graduação intitulado *Linguística Gerativa e Linguística Baseada no Uso: paradigmas linguísticos em contraste*. Os dois professores têm formações bastante diferentes e pertencem a linhas também distintas do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ (PPGLIN/ UFRJ): enquanto a Adriana tem formação em Linguística Gerativa e está vinculada às linhas *Gramática na Teoria Gerativa e Linguagem, mente e cérebro*, o Diogo tem formação na área de Linguística Cognitiva / Linguística Baseada no Uso e está vinculado à linha *Modelos funcionais baseados no uso*. Por isso, ao se juntarem para oferecer esse curso, o objetivo deles foi não apenas o de promover o diálogo entre paradigmas rivais, mas também o de incrementar a interação entre linhas distintas do mesmo Programa de Pós-Graduação.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Em particular, esse curso perseguiu três grandes objetivos: (i) elaborar uma síntese contrastiva dos dois arcabouços, identificando parâmetros de comparação entre eles e situando cada modelo em relação a esses parâmetros; (ii) discutir os argumentos e evidências empíricas de que cada lado lança mão para respaldar as suas hipóteses; e (iii) avaliar criticamente a robustez dos argumentos empregados por cada lado. Naquele momento, a discussão girou em torno de três parâmetros básicos, a partir dos quais, segundo se avaliou, os dois paradigmas poderiam ser produtivamente contrastados: a arquitetura do conhecimento linguístico, a especificidade do conhecimento linguístico e os mecanismos de aquisição de linguagem.

Naturalmente, reunir professores – e também alunos – identificados com vertentes teóricas distintas ajuda a evitar o risco de construção de simulacros, sempre tão presente quando se procura caracterizar um modelo rival. Mas, para além disso, essa mistura pouca ortodoxa também ajudou a evitar um outro problema comum: a falta de empenho para imaginar explicações alternativas para resultados empíricos que, alegadamente, comprovariam as hipóteses advogadas por um ou por outro lado (Ambridge; Lieven, 2011). Naquele curso ministrado em 2022, a presença de representantes de ambos os grupos acabou por criar um sistema de “freios e contrafreios”, desestimulando a rejeição sumária às hipóteses de qualquer um dos lados.

* * *

Esta obra é um fruto direto daquele curso de pós-graduação. Se a disciplina ofertada em 2022 representou, para nós, o primeiro movimento no sentido de aproximar linhas distintas (e mesmo antagônicas) do PPGLIN/UFRJ, esta coletânea busca consolidar e expandir essa iniciativa⁷. Trata-se, portanto, de ocupar os espaços

7 Verdade seja dita, embora as linhas *Gramática na teoria gerativa*, de um lado, e *Modelos funcionais baseados no uso*, de outro, sejam francamente antagônicas, a linha *Linguagem, mente e cérebro* surgiu, desde o início, com o objetivo de reunir pesquisadores vinculados a paradigmas teóricos concorrentes que compartilhassem o interesse pelo estudo da cognição humana.

vazios entre diferentes linhas de pesquisa – ou, com o perdão do trocadilho, promover uma conversa *nas entrelinhas*.

Para compor a obra, reunimos um grupo de 18 pesquisadores brasileiros (excluídos os quatro organizadores) e sugerimos que eles trabalhassem em duplas ou trios. A condição fundamental era que cada dupla / trio incluísse pelo menos um linguista de formação gerativista e um linguista vinculado à tradição da LBU. O desafio proposto, portanto, era que cada “time” produzisse, de forma conjunta e colaborativa, uma síntese contrastiva da LG e da LBU em relação a algum componente gramatical ou fenômeno linguístico.

Uma breve análise do sumário deste livro mostra que seus capítulos podem ser divididos em três grandes blocos. O primeiro bloco, composto pelos capítulos 2 a 6, inclui textos que se voltam para a organização e o funcionamento do sistema gramatical. Destes, o capítulo 2 tem caráter mais geral, ocupando-se do tema da arquitetura da gramática. Na sequência, os capítulos 3 a 6 se debruçam, respectivamente, sobre os seguintes componentes da gramática (ou “níveis de análise”): fonologia, morfologia, sintaxe e semântica/pragmática.

O segundo bloco é composto por capítulos que se dedicam a fenômenos linguísticos específicos (independentemente do “nível de análise”), evidenciando a interface da linguística com as ciências sociais e cognitivas. Em particular, o capítulo 7 trata da variação linguística, o capítulo 8 se ocupa da mudança linguística e o capítulo 9 se volta para o problema da aquisição de linguagem. Se, por um lado, é inegável que todas as línguas variam e mudam e que todas as crianças são capazes de adquirir uma ou mais línguas de forma plena e sem necessidade de instrução formal, também é verdade, por outro, que os paradigmas da LG e da LBU propõem explicações francamente distintas para esses fatos empíricos. Os capítulos 7 a 9 se propõem a sistematizar essas diferenças.

Por fim, o terceiro bloco é formado unicamente pelo capítulo 10. Seu objetivo é propor uma síntese entre a LG e a LBU,

SUMÁRIO



SUMÁRIO

incorporando diferentes aspectos mencionados ao longo do livro. Mais especificamente, nesse capítulo mostramos que a LG e a LBU compartilham três postulados fundamentais, apesar de aderirem a eles de maneiras distintas.

A despeito da diversidade de temas, todos os capítulos deste livro apresentam a mesma estrutura interna (isto é, são compostos pelas mesmas seções, dispostas na mesma ordem). Essa estrutura está sintetizada a seguir (a variável X deve ser substituída pelo título do capítulo):

- *O que queremos dizer quando falamos em X?*
- *X na Linguística Gerativa*
- *X na Linguística Baseada no Uso*
- *X na LG e na LBU: uma síntese*

No caso, por exemplo, do capítulo 3, intitulado “Fonologia”, as seções são as seguintes:

- *O que queremos dizer quando falamos em Fonologia?*
- *Fonologia na Linguística Gerativa*
- *Fonologia na Linguística Baseada no Uso*
- *Fonologia na LG e na LBU: uma síntese*

Como se observa, em todos os casos, apresenta-se uma definição inicial do componente / fenômeno em questão, seguida de uma caracterização desse componente / fenômeno sob a ótica da LG e, em seguida, sob a ótica da LBU; por fim, todos os capítulos se encerram com uma síntese contrastiva entre as duas abordagens. A lógica é, portanto, sempre indutiva: inicialmente, os leitores têm acesso a uma apresentação de cada modelo individualmente, de modo que, ao chegar à seção final, tenham condições

de compreender, por abstração, os pontos de convergência e divergência entre eles.

Este livro, como já ficou dito, emergiu em um contexto particular: o Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ (ao qual agradecemos tanto pelo ambiente intelectualmente estimulante quanto pelo financiamento da obra). Por essa razão, seu time de 22 colaboradores é formado, majoritariamente, por membros desse Programa (aí incluídos os quatro organizadores). São eles: os professores Adriana Leitão Martins, Alessandro Boechat de Medeiros, Ana Paula Quadros Gomes, Ana Regina Vaz Calindro, Christina Abreu Gomes, Deise Cristina de Moraes Pinto, Diego Leite de Oliveira, Diogo Pinheiro, Gean Damulakis, Karen Sampaio Braga Alonso, Marcelo Melo, Priscilla Mouta Marques e Roberto de Freitas Júnior e os doutorandos Clara Sousa e Matheus Gomes Alves. O livro conta ainda com sete autores filiados a outros programas de pós-graduação, distribuídos por sete instituições e três regiões do país (Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste): os professores Adriana Tavares Maurício Lessa (UFRRJ), Indaiá de Santana Bassani (Unifesp), Juliana Barros Nespoli (UFF), Natival Almeida Simões Neto (UFBA), Silvia Regina de Oliveira Cavalcante (UFRJ), Taísa Peres de Oliveira (UFMS) e Vítor Augusto Nóbrega (USP). A todos, agradecemos por terem prontamente aceitado o desafio de colaborar com colegas com orientação teórica distinta (e, mais do que isso, antagônica) na promoção de um diálogo mais estreito entre quadros teóricos rivais.

* * *

Para além deste capítulo inicial, esta obra conta, como já ficou dito, com outros nove capítulos. O capítulo 2, intitulado “Arquitetura da Gramática” e escrito por Alessandro Boechat de Medeiros (UFRJ), Roberto de Freitas Junior (UFRJ) e Priscilla Mouta Marques (UFRJ), apresenta a concepção de gramática na abordagem da LG e da LBU. São discutidos, ainda, fatores como a modularidade do conhecimento linguístico humano, o papel da experiência na abstração dos

SUMÁRIO



dados, a qualidade dos dados de *input* no processo de aquisição e a fronteira entre léxico e sintaxe. Os autores argumentam que, embora ambas as abordagens apresentem divergências em relação a essas questões, inegavelmente os referidos modelos contribuem para o entendimento da natureza do conhecimento linguístico humano.

No capítulo 3, intitulado “Fonologia”, Gean Damulakis (UFRJ) e Marcelo Melo (UFRJ) discutem as diferenças entre as teorias fonológicas de base gerativa e a Fonologia dos Exemplares, de base funcionalista. De acordo com os autores, enquanto pesquisadores alinhados a teorias de base gerativa postularam representações fonológicas abstratas e invariantes, em que são especificados traços formais distintivos, pesquisadores da Fonologia dos Exemplares consideram que as representações fonológicas são redundantes, múltiplas e dinâmicas. Também se argumenta que tais abordagens se diferenciam quanto ao papel de processos exclusivamente linguísticos e de domínio geral da cognição humana.

No capítulo 4, intitulado “Morfologia”, Indaiá de Santana Bassani (Unifesp), Vitor Augusto Nóbrega (USP) e Natival Almeida Simões Neto (UFBA) discorrem acerca da representação do conhecimento morfológico na gramática no âmbito da LG e no da LBU. Especificamente, são discutidos dois modelos: 1) a Morfologia Distribuída, de orientação gerativista, e 2) a Morfologia Construcional, associada à Linguística Baseada no Uso. Os autores mostram que pesquisadores alinhados à Morfologia Distribuída consideram como primitivos gramaticais raízes e traços formais, compreendem que as combinações morfológicas ocorrem por operações sintáticas e assumem que o conhecimento morfológico é distribuído em listas estáticas. Em contrapartida, pesquisadores alinhados à Morfologia Construcional consideram como primitivos esquemas morfológicos e palavras, compreendem que as combinações morfológicas ocorrem por compatibilização e coerção e assumem que o conhecimento morfológico é armazenado no *constructicon*, um inventário de pareamentos de formas e sentidos.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

No capítulo 5, intitulado “Sintaxe”, Diego Leite de Oliveira (UFRJ) e Juliana Barros Nespoli (UFF) apresentam a concepção de sintaxe da LG e da LBU. Segundo os autores, a perspectiva da LG sustenta que as estruturas argumentais estão rigidamente especificadas no léxico, sendo determinadas por traços formais dos predicadores, os quais definem tanto o número quanto às propriedades categoriais e semânticas dos argumentos. Em contrapartida, a perspectiva da LBU concebe as construções argumentais como unidades dotadas de significado próprio, responsáveis por codificar a estrutura argumental por meio do pareamento entre papéis temáticos e funções sintáticas.

No capítulo 6, intitulado “Semântica e Pragmática”, Taisa Peres de Oliveira (UFMS) e Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ) discutem as diferenças entre Semântica e Pragmática em uma perspectiva gerativista e em uma perspectiva construcionista. Para ilustrar tais diferenças, as autoras apresentam análises nas diferentes orientações teóricas das estruturas condicionais das línguas naturais. A Semântica Formal, de base gerativista, entende as condicionais como sentenças que descrevem cenários possíveis e determina em quais deles uma proposição é verdadeira. A Linguística Baseada no Uso, por outro lado, mostra que a condicionalidade envolve uma variedade de estruturas e sentidos que vão além da simples conjunção *se*, sendo fortemente influenciada pelos contextos de uso.

No capítulo 7, intitulado “Aquisição de Linguagem”, Adriana Tavares Maurício Lessa (UFRRJ) e Roberto de Freitas Junior (UFRJ) discorrem acerca do processo de desenvolvimento linguístico para a LG e para a LBU. Na LG, a aquisição da linguagem é explicada por fatores inatos, pela modularidade da mente e por um período crítico. Na LBU, a linguagem é vista como emergente da experiência e resultante de habilidades cognitivas gerais (não especificamente linguísticas), com ênfase em pareamentos forma-sentido e no papel da intencionalidade e da Teoria da Mente.



SUMÁRIO

No capítulo 8, intitulado “Variação Linguística”, Christina Abreu Gomes (UFRJ) e Silvia Regina de Oliveira Cavalcante (UFRJ) apresentam o estatuto da variação linguística na LG e na LBU. De acordo com as autoras, para a LG, a variação linguística é resultado das diferenças paramétricas entre línguas. Para a LBU, diferentemente, compreende-se a variação como parte central da gramática, moldada por experiências linguísticas e processos cognitivos gerais.

No capítulo 9, intitulado “Mudança Linguística”, Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ), Karen Sampaio Braga Alonso (UFRJ) e Deise Cristina de Moraes Pinto (UFRJ) discutem as concepções de mudança adotadas na LG e na LBU. Para ilustrar tal diferença, as autoras apresentam análises concorrentes, de acordo com cada orientação teórica, da evolução de estratégias de negação verbal. De acordo com as autoras, para ambas as abordagens, a mudança é vista como gradual. Na LG, entretanto, considera-se que a variação pode provocar mudanças quando gramáticas competem e há diglossia no *input*, levando crianças, guiadas pela economia de traços linguísticos e pela generalização do *input*, a simplificar categorias ao favorecer opções mais frequentes e menos ambíguas durante a aquisição. Na LBU, por seu turno, o processo de mudança linguística é visto como resultado de pressões de uso, atuação de processos cognitivos de domínio geral e de princípios interacionais.

Por fim, no capítulo 10, intitulado “Paradigmas linguísticos em contraste: convergências e divergências entre a Linguística Gerativa e a Linguística Baseada no Uso”, Matheus Gomes Alves (UFRJ), Clara Sousa da Silva (UFRJ), Adriana Leitão Martins (UFRJ) e Diogo Pinheiro (UFRJ) procuram oferecer uma síntese contrastiva entre a LG e a LBU. Para isso, adota-se a estratégia de partir de três postulados que parecem ser compartilhados entre as duas abordagens: 1) a linguagem é parte da cognição humana; 2) a linguagem pode ser estudada a partir de dados empíricos; e 3) todo falante nativo, adulto e saudável reconhece e produz enunciados gramaticais em sua língua. Os autores mostram que, no interior de cada um desses



consensos, há espaço para dissensos, que dizem respeito a crenças quanto à natureza da linguagem humana, ao papel do uso linguístico e da interação social e a certas preferências metodológicas.

* * *

Ambridge e Lieven (2011) observam que, no que diz respeito à aquisição da linguagem, é improvável que a LG e a LBU sejam de alguma maneira conciliáveis: afinal, ou o ser humano nasce dotado de algum conhecimento especificamente sintático, ou nasce desprovido desse conhecimento. Se considerarmos, porém, todos os aspectos desses dois quadros teóricos, a situação é menos clara. Aqui, é possível contemplar três possibilidades teóricas: ou um dos modelos está inteiramente correto (e o outro, inteiramente errado); ou ambos estão inteiramente errados; ou o paradigma que captura mais apropriadamente a natureza e o funcionamento da linguagem combina posições associadas a ambas as vertentes (não há qualquer impedimento lógico, por exemplo, para que um modelo de gramática seja simultaneamente não derivacional, como a LBU, e inatista, como a LG).

No atual estágio de desenvolvimento da ciência linguística, é impossível decidir entre essas possibilidades. Para que essa decisão se torne possível, precisamos, naturalmente, que membros das duas comunidades estreitem o diálogo (ainda que isso se dê, ocasionalmente, mais sob a forma de competição do que de colaboração). Esta obra é uma tentativa de estimular esse diálogo e promover uma maior aproximação entre os dois grupos.

REFERÊNCIAS

AMBRIDGE, Ben; LIEVEN, Elena V. M. **Child Language Acquisition: Contrasting theoretical approaches**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Edição do Kindle.

BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne (eds). **Usage-based models of language**. Stanford: CSLI Publications, 2000.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

CHOMSKY, Noam. **Estruturas sintáticas**. Trad. G. Othero e S. Menuzzi. Petrópolis: Vozes, 2015 [1957].

CHOMSKY, Noam. A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. **Language** 35, p. 26-58, 1959.

CRAIN, Stephen; NAKAYAMA, Mineharu. Structure dependence in grammar formation. **Language**, 63, p. 522-43, 1987.

DA HORA, Dermeval; MATZNAUER, Carmen. **Fonologia, fonologias**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2017.

FRANÇA, Anieli Improta; FERRARI, Lilian; MAIA, Marcus. **A linguística no século XXI**: convergência e divergências no estudo da linguagem. São Paulo: Contexto, 2016.

HARRIS, Randy Allen. **The linguistics wars**. New York / Oxford: Oxford University Press, 1993.

LANGACKER, Ronald W. A usage-based model. *In*: RUDZKA-OSTYN, Brygida. (Ed.). **Topics in Cognitive Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

LIGHTFOOT, David. Introduction. *In*: CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. Berlim / New York: Mouton de Gruyter, 2002.

MAIA, Marcus. **Psicolinguística, psicolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2015.

MOLLIKA, Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016.

OTHERO, Gabriel de Ávila.; KENEDY, Eduardo. **Chomsky**: a reinvenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2019.

PERINI, Mario Alberto. **Estudos de gramática descritiva**: as valências verbais. São Paulo: Parábola, 2008.

POPPER, Karl. **The logic of scientific discovery**. London: Routledge Classics, 2002 (1959 (1935)).

SEIDL, Amanda; HOLLICH, George; JUSCZYK, Peter W. Early understanding of subject and object Wh-questions. **Infancy**, v. 4, n. 3, p. 423-36, 2003.

THORNTON, R; CRAIN, S. Successful cyclic movement. *In*: HOEKSTRA, T.; SCHWARTZ, B. **Language acquisition**: Studies in Generative Grammar Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 215-53.

2

Alessandro Boechat de Medeiros
Roberto de Freitas Junior
Priscilla Mouta Marques

ARQUITETURA DA GRAMÁTICA

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *ARQUITETURA* DA GRAMÁTICA?

A construção de um edifício, de uma casa, de uma ponte, requer, antes de mais nada, um projeto, um desenho, que nos diz como esses objetos serão, principalmente na relação com seus futuros usuários e com o meio que os circunda. Engenheiros, empreiteiros e operários investem seus conhecimentos e sua força de trabalho para que o projeto ganhe materialidade. O projeto é concebido por um ou mais *arquitetos*, que se valem de um conjunto de conhecimentos, por eles adquiridos, reunidos em uma disciplina que combina ciência e arte e é chamada de *arquitetura*. Assim, a bela fachada de um edifício, a funcionalidade e o conforto de um apartamento ou a integração de uma casa com o terreno em que foi construída dependem crucialmente do seu projeto arquitetônico. E, metonimicamente, o conjunto dessas características numa construção é também chamado de *arquitetura*. Temos, então, uma arquitetura funcional, despojada, pomposa, arrojada e assim por diante.

É absolutamente viável pensarmos a linguagem a partir da metáfora da arquitetura. Ao nos perguntarmos sobre os fundamentos das línguas humanas, aquilo que as faz ser tão específicas e especiais, estaremos buscando entender, dentre outras coisas, questões como de onde partem, como se organizam e o que mantêm em comum, a despeito de suas notórias diferenças. Uma teoria linguística comprometida com os critérios de descrição e explicação da linguagem há de pensá-la em termos arquitetônicos e fundamentais, e na linguística temos ampla gama de opções teóricas para fazê-lo.

Ao pensarmos a linguagem em termos de arquitetura, a ideia pode ser mais ou menos a seguinte: se um arquiteto faz a planta de uma vila de casas iguais, ele pensará nos elementos mínimos

SUMÁRIO



SUMÁRIO

necessários para a construção de cada casa, como vigas, colunas e aparatos funcionais, e na forma como eles estarão distribuídos e organizados. Ele também poderá pensar em elementos que virtualmente são possíveis de existir nas casas, mas que, no fim das contas, serão escolhas feitas pelos seus futuros donos (como aquela portinha extra de cachorro no canto da casa: a pessoa pode até não ter cachorro, mas, se quiser, poderá abrir a porta extra sem comprometer a arquitetura geral da construção).

Após a construção da vila muita coisa pode acontecer. Alguns moradores podem pintar suas casas de branco, alguns podem preferir nem pintar. Algumas podem derrubar paredes (dentro de certos limites) e fazer uma cozinha ligada à sala, outras podem odiar essa ideia. Assim, a vila vai se construindo. Cada casa terá seu próprio desenho, mas as vigas, as colunas e certos aparatos funcionais, aqueles elementos mínimos necessários, que compunham o desenho original, lá sempre estarão, porque não são opcionais, mas essenciais, de forma que, no fim das contas, será possível identificarmos as duas realidades: a de que as casas são diferentes, graças às intervenções diversas que sofreram pelos gostos de seus donos, e a de que, ao mesmo tempo, são iguais, pois vieram de uma mesma origem, de uma mesma estrutura responsável pela sua configuração final, seja naquilo que lhes é essencial, seja no que lhes é opcional. Assim aconteceria com as línguas: idealmente são possíveis de serem pensadas a partir de uma estrutura básica, fundamental, que as retrata.

A metáfora *arquitetura da gramática*, então, como toda metáfora, aproveita aspectos do complexo conceito de arquitetura e os transporta para o domínio da linguagem humana. Assim, a noção de gramática, a depender do arcabouço teórico, há de apresentar um conjunto de regras, restrições, combinações e escolhas, enfim, princípios, gerais ou específicos, que uma língua obedece – ou que os falantes de uma língua costumam obedecer ou conhecem. Esses princípios podem se manifestar tanto restringindo propriedades formais, como as morfológicas (no português, por exemplo, todos os

SUMÁRIO

nomes estão distribuídos em dois gêneros), as sonoras (também no português, as sílabas nunca terminam com consoantes oclusivas) e as sintáticas (determinando arranjos e ordenamentos possíveis de palavras em frases, como no português, no qual artigos vêm sempre antes dos nomes), quanto as propriedades discursivas e pragmáticas (como no uso de padrões prosódicos específicos no português para transmissão de sentido de surpresa, dúvida ou descrédito). Desse modo, assim como a arquitetura reúne e organiza os elementos estéticos e estruturais e os princípios que relacionam esses elementos, a arquitetura da gramática reúne os elementos linguísticos (morfológicos, sintáticos, semânticos, fonológicos, discursivos, pragmáticos) em um desenho que representa e organiza suas relações.

A discussão acima pode sugerir que tudo não passa de um conjunto de estratégias alternativas para organizar os objetos de investigação e poder dissecá-los e estudá-los em uma teoria coesa para as línguas naturais humanas. E é verdade que se trata disso. Mas não se trata só disso. Desde os anos 50 do século XX, o estudo das línguas naturais humanas passou a levar em consideração a dimensão cognitiva da linguagem. Para algumas correntes, essa passou a ser, de fato, a sua única dimensão de investigação razoável e possível (Cf. Chomsky, 1986). Ou seja, pelo menos uma das perguntas que deve ser respondida passa a ser: o que um indivíduo sabe quando sabe uma língua? E, assim, aquilo que chamamos acima de propriedades gramaticais ou linguísticas pode ser compreendido como conhecimentos (inconscientes) de um determinado tipo; e a arquitetura da gramática passa a ser a maneira como esses conhecimentos linguísticos se organizam em termos de precedência nas suas diversas relações ou de redutibilidade de um em outro. Ou seja, a arquitetura da gramática é um desenho da organização dos conhecimentos linguísticos internalizados nas mentes dos falantes das línguas do mundo.

Haveria, assim, teorias cuja arquitetura da gramática coloca os conhecimentos sintáticos como autônomos e centrais, sendo os

semânticos e fonológicos conhecimentos sobre como interpretar as estruturas sintáticas; haveria teorias cuja arquitetura da gramática se organiza de modo inverso: os conhecimentos sintáticos não são autônomos, mas o que emerge como estrutura sintática decorre, em grande medida, de conhecimentos semânticos (sobre o significado), pragmáticos (sobre a relação entre o significado e certos usos) e fonológicos (sobre os sons das palavras e frases) em interação; haveria teorias em que os conhecimentos lexicais (do vocabulário) e os sintáticos são de naturezas bastante distintas, como módulos distintos que interagem na cognição linguística; haveria teorias em que, por outro lado, um conceito expandido de léxico mental pode conter conhecimentos tradicionalmente entendidos como lexicais e sintáticos.

Para exemplificar a discussão acima, tomemos a sentença a seguir:

(1) O João, o Pedro empurrou ele no meio da rua.

Como explicar esse ordenamento na frase e sua interpretação? Numa arquitetura em que a componente sintática é central e autônoma, o constituinte “o João”¹ desloca-se de uma posição pós-verbal (que é mais encaixada na sentença, está dentro do predicado) em que é interpretado como paciente do verbo *empurrar* para a periferia da sentença, onde será interpretado também como tópico sentencial – ou seja, aquilo de que se fala na frase. Esse arranjo, que envolve um deslocamento do objeto direto e um pronome de recuperação do elemento deslocado na posição de partida, terá uma prosódia específica, com uma pausa entre os constituintes “o João” e “o Pedro”. Assim, são as posições relativas e o arranjo sintático dos elementos componentes da frase que definem a sua interpretação, tanto semântico-pragmática como fonológica. Ou, por outros termos:

1 Aqui, o constituinte “o João” funciona como o objeto direto do verbo, ainda que fora de seu “lugar” típico. Note-se que, semanticamente, o constituinte é o paciente da ação, como o é o objeto do verbo.



SUMÁRIO

o conhecimento linguístico se organiza de tal maneira que os conhecimentos sintáticos são responsáveis pela combinatória e, em parte, pelo ordenamento, e existe ainda um conhecimento dos princípios de interpretação (semântica e fonológica) que se aplicam sobre os arranjos sintáticos. Note-se que há uma operação puramente sintática, o deslocamento de constituinte, que muda o ordenamento dos elementos na frase por razões puramente gramaticais ou para produzir efeitos semântico-pragmáticos.

Numa arquitetura de gramática em que a sintaxe não é autônoma nem central, pelo menos uma parte dos arranjos sintáticos que encontramos nas línguas são como são por razões semântico-pragmáticas ou de processamento, e, em menor grau, por razões fonológicas. Por exemplo, em (1) o objeto direto está na primeira posição, posição esta tipicamente ocupada pela informação pragmaticamente orientada, mais conhecida/pressuposta, sendo, portanto, o tópico sentencial e discursivo. O elemento topicalizado está indexado a um pronome que recupera sua referência na posição canônica da função sintática correspondente e que provavelmente cumpre um papel discursivo previsto. Ademais, esta mesma sentença segue a ordem canônica do português – SVO – em combinação com um sintagma adverbial. Assim, numa arquitetura de gramática em que a sintaxe não é autônoma nem central, mas motivada por aspectos semânticos, discursivo-pragmáticos ou cognitivos, cada instância de uso evidencia a ativação de padrões específicos de natureza linguística e que se combinam, a partir de possibilidades formais e funcionais previsíveis, entre si. A sentença (1) é, portanto, uma instância resultante da articulação de diferentes construções linguísticas, formalmente e funcionalmente bem delimitadas.

Numa visão de arquitetura gramatical que adote a centralidade da sintaxe, os conhecimentos semânticos e fonológicos (excluindo-se o conhecimento sobre os significados e pronúncias das palavras, morfemas e, pelo menos em parte, de algumas sequências cristalizadas de palavras na língua) são conhecimentos sobre

SUMÁRIO

como interpretar arranjos formais; ou seja, arranjos previstos dentro do desenho, sendo os conhecimentos semântico-pragmáticos e fonológicos aplicáveis apenas “mais tardiamente”. Numa visão de arquitetura gramatical na qual não seja prevista a centralidade da sintaxe, diferentes tipos de conhecimentos linguísticos (semânticos, discursivo-pragmáticos, sintáticos, fonológicos) são acionados simultaneamente em padrões linguísticos específicos.

Nas próximas páginas, discutiremos com mais detalhes essas duas grandes visões de arquitetura da linguagem: a que prevê e a que não prevê a centralidade da sintaxe como elemento fundamental de sua constituição, além dos porquês dessas visões. O primeiro tipo corresponde aos modelos gerativos chomskianos, também conhecidos como transformacionais (isto é, que, grosso modo, envolvem deslocamentos sintáticos), que são essencialmente formalistas – ou seja, assumem que a forma gramatical precede ou não é determinada pelas funções comunicativas. Nesses modelos, como se verá, os conhecimentos linguísticos estão num domínio separado da cognição humana, e a cognição é modular. O segundo corresponde aos modelos baseados no uso, ou emergentistas, em que as propriedades formais das línguas são como são por conta de suas funções comunicativas e por conta de características gerais da própria cognição humana. Ou seja, nessa visão, os conhecimentos linguísticos não são “especiais” ou “separados” dos outros tipos de conhecimentos, não estão em algum módulo cognitivo distinto e específico. Em outras palavras, tais modelos adotam uma visão conexionista da cognição humana.

EMPIRISMO E RACIONALISMO: A RELAÇÃO FORMA/FUNÇÃO NA LINGÜÍSTICA

Um debate antigo e importante na filosofia ocidental diz respeito à natureza e origem dos conhecimentos humanos. Por exemplo, já nos diálogos de Platão (Mênon, Fédon, entre outros), Sócrates

defende que muito do que sabemos vem das lembranças que nossas almas trazem do *mundo das ideias*, no qual estiveram antes do nosso nascimento. Essas lembranças podem ser recuperadas por nós através dos exercícios da reflexão filosófica – como é o caso do jovem escravo que descobre que conhecia o teorema de Pitágoras, mesmo sem ter tido a educação necessária para isso, ao ser conduzido por Sócrates no diálogo Mênon.

O que ficou conhecido como *racionalismo* em filosofia, particularmente na Europa continental, vicejou principalmente na França nos séculos XVII e XVIII. O racionalismo defende que grande parte do que sabemos é inato. Isso não quer dizer que temos capacidades inatas que nos permitem adquirir conhecimentos, mas que temos *conhecimentos* inatos, que podem ser expressos por proposições. Por exemplo, a propriedade de transitividade da relação de igualdade, expressa em (2) a seguir, seria um deles:

(2) Se a é igual a b e b é igual a c , então a é igual a c .

A rigor, a igualdade, o compartilhamento de todas as propriedades, não existe no mundo sensível. Sendo assim, seria difícil explicar como essa relação e suas propriedades abstratas (como a transitividade, em (2), além da simetria e da reflexividade) poderiam ser aprendidas somente a partir da experiência. Tal argumento sempre justificou e, reelaborado, justifica a posição racionalista – sabemos certas coisas que não aprendemos, porque não há experiência disponível para tal aprendizado; aquilo que sabemos nessas condições, portanto, só pode ser inato. Seja isso um presente de Deus ou algo com o qual a evolução da espécie nos dotou.

No século XVII o pensador liberal inglês John Locke (1632-1704) questionou essa visão e se perguntou se proposições como (2) acima não poderiam ser aprendidas a partir de certas faculdades que nos dariam capacidade de generalizar experiências e delas retirar certas propriedades abstratas. Nesse sentido, a ideia de que a igualdade não seja encontrada no mundo sensível fica relativizada, na medida

SUMÁRIO



em que experiências múltiplas com referentes minimamente análogos estariam na base do processo de formação de generalizações. Em outras palavras, não nasceríamos com a proposição (2) impressa em nossas mentes, mas chegaríamos ao seu conhecimento, a partir da ação de certas faculdades sobre as nossas experiências. Mesmo que não existam coisas iguais no mundo sensível, nossas faculdades poderiam generalizar a experiência a partir do semelhante e permitir a construção do conhecimento da igualdade com suas propriedades como um corolário. Aqui estão as bases do que ficou conhecido como *empirismo*.

Na linguística do século XX, particularmente nos Estados Unidos, a dominância do empirismo foi, em grande medida, uma consequência da grande influência de Leonard Bloomfield² na área e seu alinhamento com o *behaviorismo* (por exemplo, Watson, 1913), corrente radicalmente empirista da psicologia. O psicólogo behaviorista Burrhus Frederic Skinner se aventura pela aquisição da linguagem (Skinner, 1957) e defende que também ela se limita à aquisição de hábitos (de um sistema de hábitos) por meio de estímulos que são reforçados por repetições, (auto-)recompensas ou instrução explícita – e por meio da supressão de certos hábitos desviantes. Os psicólogos alinhados ao behaviorismo defendiam, sob influência do positivismo científico, que a ciência deveria ser objetiva e, portanto, afastar-se de noções como a de mente ou se valer de estados internos dos organismos (como conhecimentos representados nas mentes deles), que não poderiam ser observados e medidos. Assim, somente os estímulos e os comportamentos observáveis deveriam ser considerados.

No final dos anos 1950, o linguista Noam Chomsky questionou os fundamentos do behaviorismo, defendendo que não se pode explicar a aquisição da linguagem somente a partir de estímulos,

2

Ainda que o funcionalismo de Edward Sapir também tenha sido importante influência na linguística norte-americana no início do século XX.



SUMÁRIO

respostas comportamentais a esses estímulos e reforços (positivos ou negativos) a essas respostas. O grande problema apontado por Chomsky em sua famosa resenha (Chomsky, 1959) do livro “Comportamento verbal” (Skinner, 1957) é dizer o que conta como estímulo em uma determinada situação em que há uma resposta verbal. Segundo Chomsky, as propostas de Skinner não conseguiriam prever que resposta verbal um indivíduo daria a partir de um estímulo qualquer, porque (talvez) só tenhamos alguma ideia de qual foi o estímulo depois da resposta³. O que conta como estímulo, portanto, depende inelutavelmente dos estados internos do organismo – e só os conhecendo poderíamos prever sua resposta verbal.

A partir de então, Chomsky passaria a defender um retorno ao racionalismo (mais explicitamente em Chomsky, 1965) nos estudos linguísticos, baseado no *argumento da pobreza dos estímulos*, que, sucintamente, afirma que os conhecimentos linguísticos que um falante adulto detém de sua língua excedem o que se encontra nos dados linguísticos – muitas vezes raros, imperfeitos e até ausentes – disponíveis para ele na fase de aquisição. A solução para o paradoxo seria assumir que existem conhecimentos (ou princípios estruturantes) linguísticos inatos, que organizam a experiência e a utilizam para adquirir o idioma falado no entorno do adquirente.

A corrente inaugurada por Chomsky, conhecida como Gramática gerativo-transformacional, passa em pouco tempo a ser dominante na linguística norte-americana, e assim permanece por algum tempo. Com os anos, algumas críticas importantes às propostas de Chomsky e seus colaboradores, vindas da sociolinguística e da Linguística Cognitiva principalmente, produziram um espaço crescente na linguística americana para essas correntes e outras, ainda que a gramática gerativa permaneça um dos principais referenciais teóricos no mercado das ideias linguísticas.

3 Além disso, Chomsky apresenta inúmeras situações em que o livro procura definir termos que seriam “objetivos”, não-mentalistas, mas que, segundo ele, não são mais do que paráfrases esquisitas de noções mentalistas. A própria noção de autorreforço seria uma delas.

SUMÁRIO

Adotando um empirismo menos radical do que o behaviorista, correntes como a Linguística Cognitiva, nos Estados Unidos, as diversas escolas europeias do período estruturalista e escolas funcionalistas nos dois lados do Atlântico são essencialmente empiristas, negando a existência de, ao menos, conhecimentos que se supõem “especificamente linguísticos” e defendendo uma visão inatista diferenciada para os estudos da linguagem. Com relação ao argumento da pobreza dos estímulos, por exemplo, afirmam que ou ele é falso (ou seja, não é verdade que os conhecimentos percebidos no comportamento linguístico dos adultos excedam a experiência disponível na fase de aquisição – os estímulos, de fato, são mais ricos e abundantes do que supõem os gerativistas), ou o paradoxo pode ser resolvido sem apelo a conhecimentos inatos – mas certamente sem contar com um quadro de faculdades gerais tão enxuto quanto o proposto pelos behavioristas.

A Linguística Cognitiva, por exemplo, procura explicar diversas características das línguas humanas apelando para a experiência e formas de manipulação da experiência por meio de capacidades como a de realizar metáforas. As diversas formas de funcionalismo linguístico defendem que a própria forma da língua é uma consequência das necessidades comunicativas, e que varia com o tempo em parte para se ajustar a essas necessidades, que também mudam. Aqui, não se supõem conhecimentos ou princípios gramaticais estruturantes inatos, posto que defendem que a aquisição dos conhecimentos linguísticos não depende de uma faculdade específica (um subsistema cognitivo especializado) para tal feito.

Resumindo, para os racionalistas, existem ideias ou princípios estruturantes (conhecimentos inconscientes) inatos, que são arregimentados para o uso direto quando necessário ou interagem com a experiência para a construção de novos conhecimentos sobre o mundo. Para os empiristas, não há ideias ou conhecimentos inatos, mas faculdades gerais inatas que podem contribuir para a conversão das experiências em conhecimentos, representações cognitivas,

sobre o mundo. Atualmente, a escola gerativa e suas derivações se alinham ao racionalismo na linguística; por outro lado, as diversas correntes funcionalistas, a Linguística Cognitiva e grande parte dos estruturalismos do século XX são (ou foram) empiristas.

ARQUITETURA DA GRAMÁTICA NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

Uma teoria de gramática que se dedique a apresentar um modelo de arquitetura gramatical inevitavelmente precisará se voltar para uma questão importante: a de como, em termos evolucionistas, o modelo se justificaria como tal em nossa espécie e quais seriam, portanto, as origens da linguagem humana. Nesse contexto, o tratamento evolucionista a respeito das origens da linguagem pode ser resumido em dois pontos de um contínuo de visões sobre o assunto. De um lado, posiciona-se a versão continuísta, de base interacional, sociocultural e ambientalista, que consiste na hipótese de que a linguagem humana possui bases comunicativas desde seus fundamentos e que, por processos sucessivos de adaptação, torna-se ao longo do tempo cada vez mais complexa tal como é atualmente reconhecida. Do outro lado do contínuo, posiciona-se a versão saltacionista defendida por Chomsky (por exemplo, Hauser, Chomsky e Fitch, 2002), que propõe que uma descontinuidade evolutiva (uma mutação genética) dotou os seres humanos com a capacidade (uma operação, de fato) de combinar recursivamente conceitos, produzindo pensamentos complexos, e essa nova faculdade acabou sendo adaptada posteriormente para funções distintas, como a comunicativa (Cf. Saraiva, 2014). O caráter de independência da função comunicativa evidenciada na proposta saltacionista está associado, em termos de organização da arquitetura da linguagem, aos modelos linguísticos de base formalista.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Em linguística, atualmente, a teoria formalista mais importante é a Gramática gerativa e, para ela, as propriedades formais das gramáticas (entendidas como sistemas de regras ou princípios representados nas mentes dos falantes) não são determinadas por finalidades comunicativas, mas por razões evolutivas ou por propriedades físicas do cérebro humano, além de imposições de outros sistemas cognitivos da mente/cérebro que interagem com a faculdade da linguagem. Na teoria de princípios e parâmetros (a versão da Teoria Gerativa que se tornou dominante a partir dos anos 1980), por exemplo, uma gramática é essencialmente uma combinação específica de ligações paramétricas, e as próprias opções paramétricas – por exemplo, se a língua é *pro-drop* ou não, se tem ordem núcleo-complemento ou complemento-núcleo, se é V2 ou não etc.⁴ – já são conhecidas de antemão por quem adquire a língua do entorno (são conhecimentos inatos e completamente inconscientes). A partir dos estímulos linguísticos que o indivíduo recebe na fase de aquisição, ele “identificará” como estão ligadas as opções paramétricas

- 4 A teoria de princípios e parâmetros, proposta de maneira mais acabada, pela primeira vez, em Chomsky (1981), se baseia na ideia de que as gramáticas são regidas por *princípios*, que são universais, mantendo a mesma formulação para todas as línguas, e por *parâmetros*, que são princípios com um número pequeno de variações paramétricas – no geral, duas formulações possíveis. A existência de parâmetros garante a diversidade das línguas humanas e, ao mesmo tempo, as limitações nessa diversidade. O parâmetro *pro-drop* é o mais famoso dos parâmetros porque foi o primeiro a ser extensamente discutido, em Chomsky (1981). Simplificadamente, esse parâmetro estabelece que as línguas ou são obrigadas a preencher a posição de sujeito com alguma coisa (variação paramétrica 1 – línguas não *pro-drop*), mesmo que o sujeito não se refira a nada (é o caso do inglês em frases como *it rained a lot* – ao pé da letra: “isso choveu muito”; ou do francês, em *il a beaucoup plu* – ao pé da letra: “ele muito choveu”), ou não são obrigadas a isso (variação 2 do parâmetro – línguas *pro-drop*), como é o caso do português, do italiano e do espanhol (“choveu muito”; nunca “ele choveu muito” ou “isso choveu muito”). Essa propriedade tem como consequência um conjunto de outras, como a possibilidade de pospor o sujeito (permitido em português: *chegaram as cervejas*; mas não em inglês: **arrived the beers*) e a de deslocar o sujeito de uma oração subordinada mantendo a conjunção subordinativa nas línguas *pro-drop*, mas não nas outras (em português: *quem o Pedro disse que encontrou a Maria?*; em inglês, com o mesmo significado: *who did John say (*that) met Mary?*). Dos parâmetros citados no parágrafo, temos ainda o da *direcionalidade* (o núcleo de um constituinte sintático é pronunciado ou à direita ou à esquerda de seu complemento), que define, em grande medida, a ordem canônica dos constituintes nas frases de uma língua (por exemplo, sujeito-verbo-objeto em português, mas sujeito-objeto-verbo em japonês), e o parâmetro V2, que diz que ou as sentenças de uma língua têm o verbo ancorado na segunda posição (caso das línguas germânicas, menos o inglês) ou não, como é o caso do português, do francês, entre muitas outras.

nos dados do entorno e “deduzirá” a gramática alvo. As mudanças linguísticas que ocorrem ao longo do tempo, de geração para geração, têm relação com mudanças na ligação dos parâmetros: se uma geração não recebe estímulos suficientes para ligar um parâmetro de determinada maneira, ela poderá ligá-lo de outra maneira durante a aquisição, o que acarretará uma mudança na gramática desta geração quando comparada à gramática da geração anterior (sobre mudança linguística, ver capítulo 9 deste volume). Assim, existe um quadro já dado de opções formais, e as gramáticas são como que percursos possíveis dentro desse quadro.

Historicamente, a Gramática gerativa não foi a única teoria formalista a surgir na linguística contemporânea, e talvez nem seja a mais radical. Os estruturalismos de Leonard Bloomfield (por exemplo, Bloomfield, 1933), nos Estados Unidos, e de Louis Hjelmslev (por exemplo, Hjelmslev, 1961 [1943]), na Dinamarca, também foram teorias que lidavam exclusivamente com as relações formais entre os elementos linguísticos, seja no *plano da expressão* (dos significantes), seja no *plano do conteúdo* (dos significados), para usar as categorias de Hjelmslev. Bloomfield, em parte pela influência behaviorista, procurou até mesmo excluir o significado de sua teoria, considerando-o subjetivo e difícil de descrever. A própria matriz do estruturalismo europeu, o *Curso de Linguística Geral* de Saussure (Saussure, 1916), é essencialmente formalista, pois desvincula o estudo das línguas de seus aspectos funcionais: uma língua é um sistema de oposições em que cada elemento seu é definido pelo que não é dentro do sistema. Considerações independentes sobre as funções dos elementos dos sistemas nos usos não são feitas e não parecem relevantes para as elaborações do *Curso*.

O fato de uma teoria ser formalista (ou funcionalista) terá impacto sobre a arquitetura da gramática proposta por ela, se ela propuser uma tal arquitetura. Nesta parte do capítulo, falaremos das arquiteturas gramaticais propostas pela Gramática gerativa-transformacional (Chomsky, 1957, 1965, 1981, 1995, entre outros),

SUMÁRIO



SUMÁRIO

que, ao longo de sua evolução, formulou arquiteturas explícitas organizando os tipos de conhecimentos linguísticos que interagem na constituição da chamada *competência linguística*. A principal característica de todas as arquiteturas desenvolvidas no âmbito da teoria gerativa é o seu sintático-centrismo, no qual a sintaxe faz a intermediação entre a expressão fonológica (o significante nos termos saussureanos) e o conteúdo semântico (o significado). Nas próximas seções detalharemos esses pontos.

Para finalizar esta seção, vale dizer que as dicotomias empirismo *versus* racionalismo e formalismo *versus* funcionalismo são pelo menos parcialmente independentes. Ainda que não seja muito claro atualmente como seria uma teoria funcionalista racionalista, é bastante claro que uma teoria pode ser radicalmente formalista e radicalmente empirista, como era o caso do conjunto de propostas de Bloomfield, encontradas em seu livro *Language* de 1933; pode ser formalista e racionalista, como é o caso das diversas versões da teoria gerativa; e pode ser funcionalista e empirista, como eram as doutrinas da Escola de Praga ou o são as diversas correntes funcionalistas modernas.

SINTÁTICO-CENTRISMO NA LINGÜÍSTICA GERATIVA: FONOLOGIA E SEMÂNTICA INTERPRETAM OS PRODUTOS DA SINTAXE

Segundo a teoria gerativa, a sintaxe tem precedência lógica sobre a fonologia e a semântica/pragmática. Isso significa que configurações sintáticas têm efeitos sobre a expressão fonológica da frase e seu significado, mas não o inverso.

Efeitos sobre o significado são mais diretamente observáveis. É evidente que os mesmos itens em ordens trocadas na sentença – ou seja, com funções sintáticas intercambiadas – podem mudar completamente o sentido de uma frase:

- (3) a. O Pedro matou a cobra.
b. A cobra matou o Pedro.

Em (3a), para que a frase seja verdadeira no mundo, é preciso que o Pedro seja o agente de um evento específico de matar e a cobra seja o paciente deste mesmo evento; já em (3b), a cobra será o agente e o Pedro será o paciente. Outro exemplo, mais sofisticado, que mostra como a estrutura sintática afeta o significado, pode ser percebido se compararmos os exemplos abaixo:

- (4) a. A Maria disse que ele enganou que amigo do João?
b. Que amigo do João a Maria disse que ele enganou?

Em (4a), o pronome *ele* e a expressão referencial *o João* não podem se referir à mesma pessoa no mundo. Em (4b), podem. A diferença entre as duas sentenças é sintática: em (4a), o objeto direto do verbo da oração subordinada, *que amigo do João*, está em sua posição canônica de objeto, depois do verbo *enganar*; em (4b), o mesmo objeto direto do verbo *enganar* está deslocado para o início da oração principal. O simples fato de o objeto direto estar em outra posição sintática tem efeito no significado. As diferenças acima podem ser explicadas por uma propriedade universal das línguas naturais humanas chamada na teoria gerativa de *Princípio C da teoria da Ligação*⁵. E o princípio C é formulado somente em termos de condições estruturais sintáticas.

O mesmo raciocínio vale para a fonologia – ou seja, a componente da gramática responsável pela pronúncia “vê” as estruturas

5 O princípio C da teoria da Ligação é um dos princípios (um universal) da Teoria de princípios e parâmetros (ver nota 4 acima). A formulação dele é a seguinte: “uma expressão referencial é livre”. Ser livre depende de um conceito bastante abstrato, o de *c-comando*, que não tentaremos explicar aqui. Mas, basicamente, o princípio C explica, entre outras coisas, por que uma expressão referencial (um constituinte nominal que não seja um pronome – em (4), a expressão nominal *o João*) não pode se referir à mesma entidade referida pelo sujeito da frase em que tal expressão está (no exemplo (4a) acima, não pode ter a mesma referência do pronome *ele*). Como em (4b) a expressão *o João* “saiu” da frase que tem como sujeito o pronome *ele*, os dois passaram a poder ter a mesma referência.

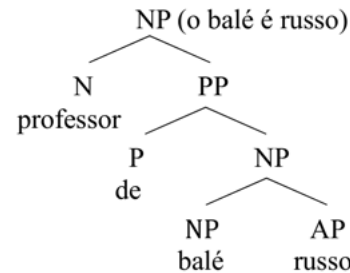
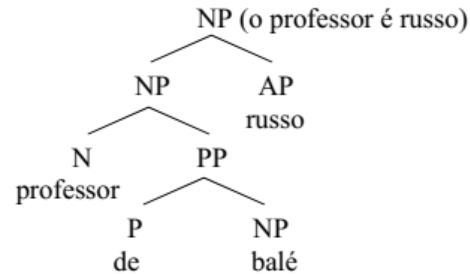


sintáticas e estabelece uma “interpretação fonológica” para essas estruturas. Observe-se o exemplo a seguir, que envolve o fenômeno chamado de *retração de acento* (Guimarães, 2017):

(5) Professor de balé russo.

O sintagma nominal em (5) tem duas interpretações: ou o professor de balé é russo ou o balé que o professor ensina é russo. Temos aqui um exemplo de ambiguidade estrutural, que pode ser representada pelas duas estruturas sintáticas a seguir, em (6):

(6)



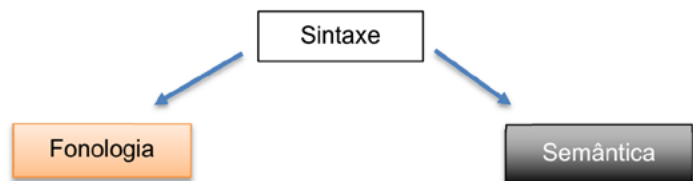
Nas palavras *balé* e *russo*, as sílabas com acento principal (as sílabas fortes *lé* e *ru*) estão adjacentes quando pronunciadas. Como as línguas procuram alternar sílabas fortes com fracas, os falantes transferem naturalmente o acento para outra sílaba quando a adjacência de sílabas fortes (ou fracas) acontece. Assim, para produzir a alternância, a sequência *balé russo* tende a ser pronunciada como

bá|le russo. Mas isso só acontece se o balé for russo; se o professor for russo, a retração de acento não ocorre, e as duas sílabas *lé* e *ru* se mantêm tônicas, mesmo adjacentes.

As duas estruturas acima mostram que, apesar de as palavras serem pronunciadas na mesma sequência nas duas estruturas sintáticas, na interpretação em que o balé é russo, o substantivo *balé* e o adjetivo *russo* formam um *constituente sintático*, ambos dentro do sintagma nominal (NP) encabeçado pelo nome *balé*; já na interpretação em que o professor é russo, o adjetivo *russo* não forma um constituinte com *balé* diretamente; está, na verdade, sintaticamente distante de *balé*. Ora, se a regra que alterna os acentos não se aplica somente “olhando” para as adjacências fonológicas, mas também para as estruturas sintáticas, entendemos porque a retração do acento acontece – a retração não acontece se os elementos não estão, digamos, sintaticamente “adjacentes”.

Tudo isso sugere um primeiro e simplificado desenho para a arquitetura gramatical proposta pela teoria gerativa. Aqui, as estruturas sintáticas são interpretadas pela componente fonológica e pela componente semântico-pragmática, mas não o inverso:

(7)



Como a sintaxe tem precedência lógica sobre a semântica e a fonologia, as setas partem da sintaxe e chegam a essas componentes interpretativas. Uma coisa importante a se notar do desenho é que não há seta ou linha ligando a semântica e a fonologia. Ou seja, a fonologia não tem interferência direta na semântica e vice-versa. O único acesso de uma à outra é através da sintaxe.

AS ARQUITETURAS DA GRAMÁTICA NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

Ao longo de quase sete décadas, a Linguística Gerativa desenvolveu-se e passou por mudanças. E todas essas mudanças foram acompanhadas por arquiteturas de gramática distintas, motivadas empírica e conceptualmente. Nos parágrafos a seguir apresentamos resumidamente esse caminho.

Em 1957, com a publicação de *Syntactic Structures* (Chomsky, 1957), veio a público um modelo (já proposto em *The Logical Structure of Linguistic Theory*, a tese de doutorado de Chomsky de 1955, jamais publicada integralmente) em que, simplificada, uma gramática é formada por um léxico e dois tipos de regras sintáticas que se aplicam em uma ordem específica: um conjunto de *regras de estrutura de constituintes* ou *regras de reescritura*, que, juntamente com os itens lexicais, formam as sentenças nucleares (*kernel*); e um conjunto de regras distintas, chamadas de *regras transformacionais*, que se aplicam sobre as sentenças nucleares gerando as formas quase finais das sentenças, que são interpretadas.

No modelo apresentado em *Syntactic Structures*, o léxico e o conjunto de regras de reescritura formam a *componente de base* e o conjunto de regras transformacionais forma a *componente transformacional*. É na componente transformacional que reside a *recursividade linguística*⁶, pois um subconjunto das regras transformacionais, chamadas de transformações generalizadas, cria subordinações e coordenações, combinando de diferentes maneiras sentenças

6 As línguas naturais humanas possuem regras recursivas, ou seja, regras que podem ser reaplicadas aos resultados de suas aplicações anteriores. Um exemplo simples seria a regra que permite encaixar a expressão *do pai* após a palavra *pai* na sequência em (i). Observe-se que a língua me permite criar uma ancestralidade infinita de João em relação a Pedro no exemplo:
(i) O pai do Pedro é o João → O pai do pai do Pedro é o João → O pai do pai do pai do Pedro é o João → ...



nucleares geradas pela componente de base. Uma característica fundamental que distingue os dois tipos de regras é o fato de que as regras de reescritura reescrevem constituintes sintáticos somente em seus subconstituintes imediatos; as regras transformacionais, por outro lado, se aplicam levando em consideração contextos sintáticos mais amplos, não se restringindo a constituintes imediatos. Exemplos de regras de reescritura podem ser encontrados abaixo, para a sentença *o gato pegou o rato*.

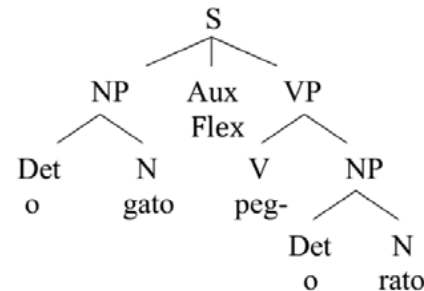
- (8)
- a. $S \rightarrow NP \text{ Aux VP}$
 - b. $VP \rightarrow V NP$
 - c. $NP \rightarrow Det N$
 - d. $V \rightarrow \text{peg-}$
 - e. $N \rightarrow \text{gato, rato}$
 - f. $Det \rightarrow o$
 - g. $Aux \rightarrow \text{Flex}$

Esse conjunto de regras estabelece a representação de uma sentença nuclear, dada em (9) abaixo (o símbolo $\wedge$ indica adjacência); e essa sentença nuclear pode ser expressa pela árvore em (10). Note-se que S se reescreve como um sintagma nominal sujeito (NP), um elemento auxiliar (Aux) e um sintagma verbal (VP), que são os constituintes imediatos de S (saem todos de S, como se vê mais claramente na árvore em (10)). Como no caso da frase sob análise não há verbo auxiliar, mas desinências no verbo que codificam tempo, aspecto e concordância verbal, esse nó auxiliar de fato vai ser convertido num nó flexional que será realizado por essas desinências verbais.

- (9) $O \wedge \text{gato} \wedge \text{Flex} \wedge \text{peg-} \wedge o \wedge \text{rato}$



(10)



Sobre a sentença nuclear em (9), aplica-se, na componente transformacional da gramática, uma transformação obrigatória, o *pulo do afixo*, uma regra que fará com que o afixo em Flex se junte com a raiz verbal como um sufixo. Essa regra é completamente diferente das regras de reescritura em (8) acima, e terá a seguinte forma, onde *Af* é afixo, *v* é verbo e # indica fronteira de palavra (Cf. Chomsky, 1957, p. 39):

(11) $Af^v \rightarrow v^Af\#$

No contexto do verbo *pegar*, e considerando que se trata de uma flexão de passado, o afixo será realizado fonologicamente como *-ou*, e o verbo flexionado *pegou* é o resultado da aplicação dessa transformação e de algumas operações puramente fonológicas.

Duas coisas devem ser esclarecidas neste momento. A primeira é que não existem só transformações obrigatórias, como o *pulo do afixo*. A transformação que converte uma sentença nuclear em uma Voz passiva (como em *o rato foi pego pelo gato*) é uma regra transformacional opcional – não se aplica quando o objetivo é gerar uma Voz ativa e nem quando o verbo é intransitivo ou transitivo indireto. A outra coisa é que as regras são ordenadas. Por exemplo, se a transformação de Voz passiva se aplica, ela deve se aplicar antes da transformação obrigatória do *pulo do afixo* em (11). Neste caso específico, se o *pulo do afixo* se aplicasse antes da transformação



de Voz passiva, esta não poderia se aplicar, pois a primeira eliminaria seu contexto de aplicação.

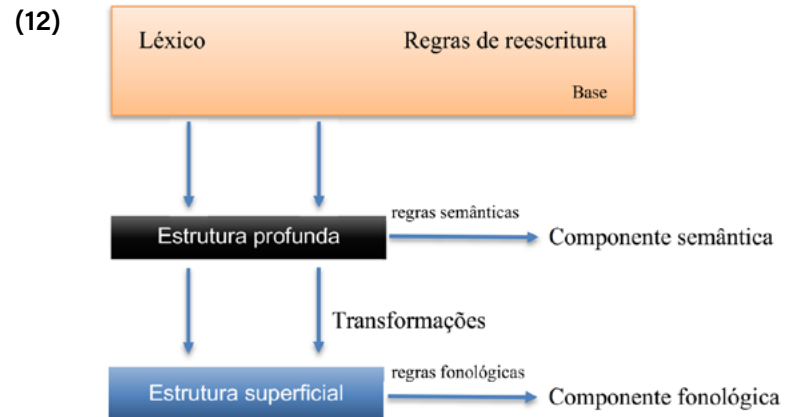
Um exemplo de transformação generalizada seria aquele em que criamos a subordinação na sentença *Pedro disse que o gato pegou o rato*. Aqui, é como se juntássemos duas sentenças nucleares, algo como *Pedro disse isso* e *o gato pegou o rato*, e substituíssemos o *isso* pela sentença *o gato pegou o rato* (com o acréscimo da conjunção *que*). Interessantemente, nessa arquitetura gramatical, o número de sentenças nucleares é finito, e é a componente transformacional que será responsável pela *infinitude discreta*⁷ da linguagem, pois introduz a recursividade. Outros exemplos de transformações opcionais são aqueles que convertem uma sentença nuclear em uma interrogação ou uma negação, por exemplo; ou as que introduzem pronomes interrogativos em sentenças.

Em parte sob o impacto da obra de Katz e Postal (1964), em 1965, Chomsky repensa o modelo de *Syntactic Structures* e propõe um desenho novo, que é apresentado de maneira mais acabada em *Aspects of the Theory of Syntax* (Chomsky, 1965). Nesse novo desenho estão as noções de *estrutura profunda* e *estrutura superficial*. A estrutura profunda é, grosso modo, uma sentença gerada a partir de regras de reescritura e uma única transformação, que insere itens lexicais nos símbolos V, N, Det etc. (que passam a albergar complexos de propriedades morfossintáticas e de seleção), como os que vemos na árvore sintática em (10) acima. Note-se que em *Syntactic Structures* os itens lexicais eram inseridos por regras de reescritura (cf. (8)); agora, as coisas não serão mais desse jeito. A estrutura profunda da sentença é aquilo que será enviado para a componente

7 Essa propriedade, que é universal, caracteriza as línguas naturais porque elas são, na perspectiva gerativa, conjuntos de frases geradas a partir de conjuntos de itens (palavras e morfemas) e conjuntos de regras para combinar esses itens. Como algumas dessas regras são recursivas, o número de combinações (frases) é virtualmente infinito. O nome *infinitude discreta* se deve ao fato de que os elementos que são combinados são discretos, ou seja, enumeráveis, bem como as combinações possíveis com eles, as frases, que também são enumeráveis.



semântica da gramática para ser interpretado. As outras regras transformacionais se aplicam sobre essa estrutura, gerando a estrutura superficial, que é enviada para a componente fonológica da gramática. O desenho abaixo dá uma ideia de como as componentes da gramática se relacionam nessa arquitetura:



Ora, como a interpretação semântica se dá sobre a estrutura profunda, algo equivalente às transformações que criavam subordinações e coordenações precisa figurar naquilo que a base gera, como regra de reescritura. Assim, as transformações generalizadas deixam de existir. As subordinações, por exemplo, capturadas pelas transformações generalizadas em *Syntactic Structures*, podem ser representadas com um tipo de recursividade indireta nas regras de reescritura a seguir, em que um sintagma verbal se reescreve como um verbo e uma sentença como seu complemento:

- (13) $S \rightarrow NP VP$
 $VP \rightarrow V S$

Esse modelo ficou conhecido como *Modelo Padrão* da teoria gerativa. Assumia que a competência linguística tem a organização oferecida em (12), e que o estado inicial da faculdade da linguagem



constitui o que Chomsky chamou de *Gramática Universal*, um estado da mente que possui certas restrições sobre os sistemas de regras que as línguas humanas podem ter e uma capacidade de avaliar sistemas de regras gramaticais alternativos considerando os dados linguísticos disponíveis.

No Modelo Padrão, o fato de constituintes sintáticos serem semanticamente interpretados em locais distintos daqueles em que são pronunciados é uma justificativa para assumirmos que a estrutura profunda é o nível da derivação sintática que é interpretado semanticamente, não a estrutura superficial. Por exemplo, nas sentenças abaixo o objeto direto lógico ou não é objeto direto superficial (se tornou sujeito, como em (14a)) ou está deslocado para outro lugar da sentença, longe de sua posição canônica, como em (14b):

- (14) a. O assaltante foi apanhado pelo guarda.
b. O Pedro, você encontrou ontem?

Nos dois casos, a sentença da estrutura profunda colocará os sintagmas nominais *o assaltante* e *o Pedro* como objetos diretos do verbo. E é nessa posição que serão interpretados, pois é lá que estão quando são enviados para a componente semântica. Transformações sintáticas os deslocam para outras posições, onde são pronunciados (às vezes com uma prosódia específica, como em (14b)).

No entanto, alguns problemas surgem com muitos dos pressupostos do Modelo Padrão. Comparemos as sentenças abaixo. A primeira é ambígua: ou existe uma só mulher amada por todos os homens ou cada homem ama uma mulher diferente; a segunda não é: a única interpretação é aquela em que existe uma única mulher amada por todos os homens.

- (15) a. Todos os homens amam uma mulher.
b. Uma mulher é amada por todos os homens.



SUMÁRIO

Isso pode ser um problema para o pressuposto de que é a estrutura profunda que é interpretada, não a superficial. Afinal, ambas as sentenças têm, no Modelo Padrão, a mesma estrutura profunda (ou com pequenas distinções que não explicam tais diferenças de interpretação). Algo nas transformações, portanto, teria que produzir tal efeito no significado, ou eliminando a leitura distributiva (onde cada homem ama uma mulher diferente) que estava na estrutura profunda, ou acrescentando a leitura distributiva na conversão da estrutura profunda de uma sentença em sua voz ativa. Como lidar com isso se é a estrutura profunda que é interpretada?

Ao longo dos anos 1960 e 1970, o Modelo Padrão foi submetido a uma série de revisões. Por um lado, diversas regularidades encontradas em sistemas de regras (que era um outro nome para *gramática*) de línguas diversas foram reduzidas a princípios mais gerais com, algumas vezes, pequenas distinções que poderiam ser descritas por variações paramétricas discretas. Por outro lado, propostas como a do artigo *Remarks on Nominalizations* (Chomsky, 1970) separaram mais radicalmente o léxico da sintaxe, eliminando transformações que convertiam sentenças em sintagmas nominais, e substituíram o sistema de regras de reescritura por uma nova teoria de constituintes sintáticos, chamada de teoria X', que estabelecia um esqueleto geral para a estrutura dos constituintes.

Além disso, problemas como o apontado em (15) acima, relacionados com o que chamamos de escopo de quantificação, poderiam ser parcialmente resolvidos se assumíssemos que o que chegava à componente semântica continuava sendo a estrutura profunda, mas, para certas transformações pelo menos, a estrutura gerada por elas também alcançava essa componente. Tais mudanças (e outras que aconteceram ao longo dos anos 1970) caracterizaram o que ficou conhecido como *Modelo Padrão Estendido*.

A possibilidade de a componente semântica acessar tanto a estrutura profunda quanto a estrutura superficial parece muito mais

SUMÁRIO

uma solução provisória, no entanto. Melhor, talvez, colocar toda a interpretação semântica (e a fonológica) recaindo sobre a estrutura superficial, já que colocar toda a leitura semântica na estrutura profunda cria problemas – e colocar a interpretação fonológica na estrutura profunda é impossível. No entanto, como explicar, assim, que certos elementos são interpretados em posições distintas daquelas em que são pronunciados, como vimos acima, na discussão sobre os exemplos em (14)? A solução aparece na primeira metade dos anos 1970. A ideia é que as transformações que deslocam, por exemplo, o objeto lógico para a posição de sujeito na voz passiva em (14a), ou o elemento topicalizado que é objeto do verbo para a cabeça da sentença em (14b) são essencialmente do mesmo tipo, o chamado movimento sintático, e que esse movimento deixa, na sua posição de partida, um vestígio do constituinte movido. Vejamos o exemplo abaixo. Aqui, a ideia é que, na estrutura profunda, o constituinte *o assaltante* ocorre na posição de objeto do verbo *apanhar*, onde é interpretado como paciente da ação. Ele, então, sofre uma transformação que o desloca para a posição de sujeito – o movimento sintático (nessa nova posição, ele não recebe outra função semântica; não passa a ser o agente da ação, por exemplo). Esse deslocamento deixa um vestígio, elemento não pronunciado, também conhecido como *categoria vazia*, como efeito colateral. O vestígio terá uma interpretação própria dependendo do constituinte movido e de sua posição final. Em casos como o de (16), o vestígio é como se fosse um pronome reflexivo não pronunciado cuja referência é estabelecida pelo constituinte deslocado:

- (16) a. Δ foi apanhado o assaltante pelo guarda. (Estrutura profunda)
b. [o assaltante]_i foi apanhado _{t_i} pelo guarda. (Estrutura superficial)

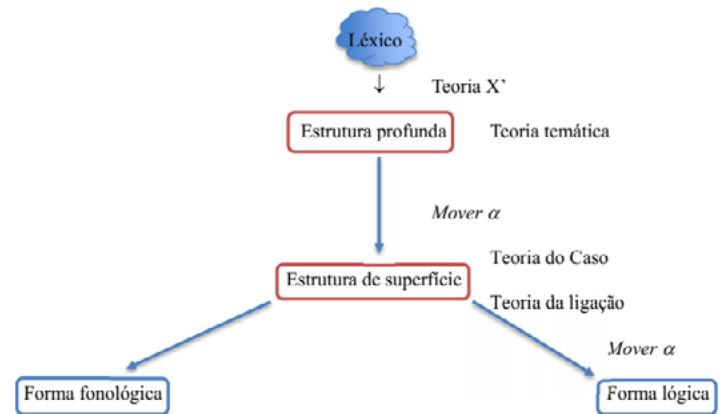
Como vinculamos o antecedente ao vestígio por meio do índice *i* em (16), podemos aplicar as regras de interpretação semântica sobre a estrutura superficial, pois, através dele, é possível

saber que o *assaltante*, apesar de sujeito sentencial, é objeto lógico (paciente) do verbo *apanhar*.

Isso abre caminho para a arquitetura em T (ou Y) que seria amplamente adotada nos modelos do tipo *Princípios e Parâmetros* (P&P) do final dos anos 1970 e nos anos 1980 (sendo o mais conhecido deles a *Teoria da Regência e da Ligação*; Chomsky, 1981; 1986) e na revisão trazida pelo *Programa Minimalista* (Chomsky, 1995).

A Teoria da Regência e da Ligação consolidou os achados precedentes e propôs o desenho abaixo, em que existem quatro níveis de representação, três deles sintáticos e um fonológico, e várias subteorias (Teoria X', Teoria Temática, Teoria da Ligação etc.) que se aplicam em diferentes níveis:

(17)



O nível de representação *estrutura profunda* é uma estrutura sentencial que precede as aplicações dos movimentos sintáticos e que satisfaz a um conjunto de princípios e restrições, como as regras da Teoria X' mencionada anteriormente, as propriedades categoriais e de seleção dos itens lexicais e funcionais que são combinados, e a *Teoria Temática*, que relaciona determinados itens, os argumentos deles (os constituintes que eles selecionam) e a interpretação atribuída por eles a seus argumentos (os papéis temáticos ou funções

semânticas, como agente e paciente)⁸. Ou seja, esse nível é um nível de interface entre a sintaxe e o léxico e a estrutura gerada ali deve obedecer a duas subteorias: a Teoria X' e a Teoria Temática. Como as regras da teoria X' são recursivas, o nível estrutura profunda é o *locus* da recursividade (como já era no Modelo Padrão).

O nível de representação *estrutura de superfície* é uma estrutura sentencial que, grosso modo, resulta da aplicação dos movimentos sintáticos sobre a estrutura profunda. A princípio, essa operação se aplica livremente; ou seja, qualquer constituinte pode se mover para qualquer posição disponível. No entanto, alguns filtros que se aplicam na estrutura de superfície (como o da Teoria do Caso, da qual não trataremos aqui; Cf. (17)) podem marcar como agramaticais algumas estruturas geradas por certos tipos de movimentos, tornando estes, portanto, ilegítimos – ou filtrar estruturas nas quais não se aplicou um movimento que deveria ter acontecido.

Outro exemplo de movimento, este chamado de movimento de núcleo, é aquele que junta as raízes verbais com suas flexões. Lembremos que na árvore sintática em (10) a flexão está num nó da árvore, enquanto a raiz verbal está em outro nó (e há muitas razões empíricas para as coisas serem assim). Esse movimento (que ou desloca a raiz verbal para a flexão ou vice-versa, juntando as duas coisas) substitui a operação transformacional chamada anteriormente

8 Na Linguística Gerativa, a noção de papel temático é muito importante, sendo a ela dedicada um princípio (Cf. nota 4 para a noção de princípio), o *critério temático*. A intuição por trás da noção de papel temático é a seguinte. Itens como verbos, preposições e até mesmo adjetivos e substantivos precisam juntar-se a outros grupos de palavras em frases. Para a corrente dominante da Teoria Gerativa, essa necessidade está relacionada com funções semânticas que os itens possuem para atribuir a outros elementos numa frase. Por exemplo, na frase *Pedro deu um presente para Maria*, o verbo *dar* tem três papéis temáticos (ou funções semânticas) para distribuir na sentença, um para o sujeito (o papel de AGENTE), um para o objeto direto (o papel de PACIENTE) e um para o objeto indireto (o papel de BENEFICIÁRIO). O *critério temático* mencionado acima estabelece que se a frase não tem exatamente os três elementos (sujeito, objeto direto e objeto indireto) para receber, cada um deles, um desses papéis, ela é malformada. Diversos autores, dentro e fora da Teoria Gerativa, propuseram listas pequenas de papéis temáticos que os itens possuem para atribuir. Talvez os papéis mais mencionados nessas listas sejam AGENTE, PACIENTE, TEMA, ALVO, BENEFICIÁRIO, EXPERIENCIADOR e ORIGEM.



de pulo do afixo (Cf. (11)), com uma série de vantagens. Em particular, o movimento de núcleo consegue reduzir a uma só operação fenômenos aparentemente não relacionados, como a junção das raízes com seus afixos, a anteposição do verbo (ou do auxiliar) ao sujeito da frase em interrogativas do francês, do alemão e do inglês, e o fenômeno V2 (o fato de, pelo menos nas orações principais declarativas da maior parte das línguas germânicas, o verbo sempre ocupar a segunda posição na frase).

Os níveis de representação *Forma Lógica* e *Forma Fonológica* são níveis de interface entre a gramática e outros sistemas cognitivos (o *sistema conceitual e de crenças* e o *sistema sensorial e motor*, respectivamente), relacionados à interpretação e à pronúncia das expressões geradas pela gramática. O modelo é, portanto, sintático-cêntrico, como os anteriores. A Forma Lógica é o último nível sintático, gerado também pela aplicação da operação *mover* (e algumas outras operações que não vamos discutir aqui) a partir da estrutura de superfície. Esses movimentos são semanticamente motivados – ou seja, acontecem para produzir uma interpretação particular – e não têm efeitos fonológicos, já que a Forma Lógica e a Forma Fonológica não têm relação direta no desenho em (17). Tais deslocamentos são, por isso, chamados de *encobertos*, ao contrário dos movimentos que acontecem entre a estrutura profunda e a de superfície (ver acima), que têm efeitos fonológicos e são, portanto, chamados de *visíveis*. A Forma Fonológica é um nível de representação que decorre da aplicação de regras fonológicas sobre a estrutura de superfície para produzir uma sequência de sons a partir dela. A ideia de haver uma Forma Lógica como nível de representação sintática sintatiza um tanto mais aquilo que chamamos de Forma Lógica na lógica de predicados, fazendo com que a expressão lógica de uma sentença seja mais parecida com uma estrutura sintática.

A *Teoria da Regência e da Ligação*, que tem a arquitetura em (17), é uma teoria do tipo P&P, como já dissemos. Para ela, a aquisição da linguagem (só) se dá em uma mente dotada de uma

SUMÁRIO



Gramática Universal formada por princípios universais, que valem do mesmo jeito em todas as línguas, e princípios com alternativas paramétricas. As diferentes gramáticas das diferentes línguas são combinações específicas de ligações paramétricas.

O modelo apresentou grande cobertura empírica e foi, portanto, bem-sucedido tanto para descrever os sistemas linguísticos (*adequação descritiva*), como para explicar como eles são adquiridos (*adequação explicativa*). No entanto, Chomsky e colegas acreditavam que muito de seu aparato poderia ser reduzido, tornando a teoria mais simples, e com ainda maior cobertura empírica. Os primeiros passos nessa direção foram dados por Chomsky (1993) quando ele propôs o *Programa Minimalista*. No artigo (de fato, o primeiro capítulo de um livro que traria inúmeros trabalhos relevantes para a Linguística Gerativa nos anos 1990), Chomsky elimina as estruturas profunda e de superfície da arquitetura da gramática, mostrando, assim, que, com pequenos ajustes, o desenho em (17) poderia ser simplificado. A partir de agora, os únicos níveis de representação que restam, aqueles dos quais não se pode escapar, pois estão relacionados ao significado e ao significante, são a Forma Lógica e a Forma Fonológica.

Para fazer isso, Chomsky propõe uma série de mudanças importantes. Não vamos tratar delas em detalhes aqui, mas uma das mais fundamentais é a substituição da Teoria X' por uma operação, que ele vai chamar de *merge*, que junta itens lexicais e constituintes sintáticos dois a dois de maneira recursiva, produzindo constituintes mais complexos incrementalmente. O *merge* se inspira nas transformações generalizadas que haviam sido eliminadas da teoria no Modelo Padrão. Como a própria operação é recursiva e substitui a Teoria X', a necessidade de uma estrutura profunda para representar a recursividade é posta em causa. Para eliminar o nível estrutura de superfície, Chomsky mostrou que as restrições e regras das subteorias lá aplicadas (Teoria do Caso, Teoria da ligação, Teoria do Controle etc.) poderiam ou ser transferidas para a Forma Lógica ou

SUMÁRIO



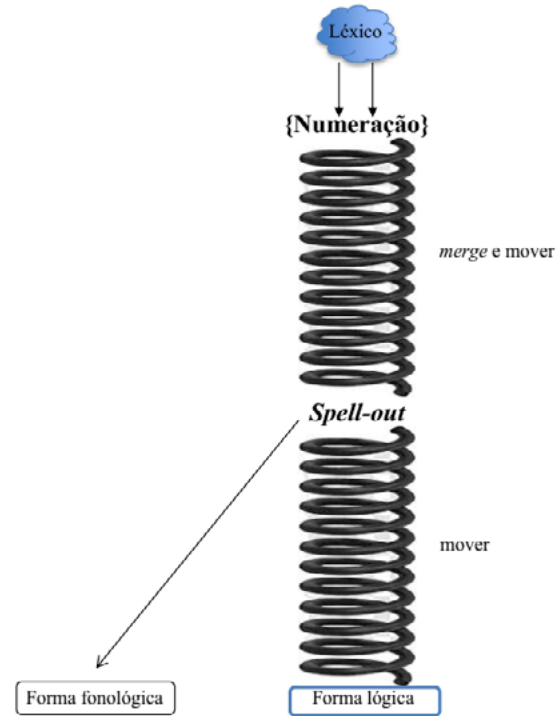
tomar parte na própria derivação da sentença, sem a necessidade de um nível específico para isso.

A arquitetura proposta por essas modificações pode ser mais bem entendida com o esquema a seguir. Nele, a palavra *Numeração* denota o conjunto de itens pré-selecionados do léxico que será usado na derivação da sentença (outro elemento novo da teoria que contribui para a eliminação da estrutura profunda). As operações *merge* e *mover* trabalham com os itens pré-selecionados da Numeração e geram as estruturas sintáticas, combinando-os dois a dois (bem como constituintes maiores dois a dois também) e deslocando os constituintes gerados para outras posições sintáticas. Para alguns autores (por exemplo, Kayne, 1994), os movimentos sintáticos deixam cópias dos constituintes deslocados nas suas posições de partida, evitando a necessidade de introduzir um elemento não presente na numeração: o vestígio (ou seja, os vestígios deixam de ser necessários agora). Em dado momento, acontece o *spell-out*, que é como se fosse a retirada das propriedades fonológicas da derivação sintática e seu envio para o nível de interface Forma Fonológica – o *spell-out* antes acontecia sobre o nível estrutura de superfície. A derivação sintática continua, sem os traços fonológicos, por meio principalmente de movimentos encobertos, e chega ao nível de interface Forma Lógica. As operações *merge* e *mover* são motivadas por verificações de traços (ou valoração de traços via concordância, em propostas posteriores), que eliminam traços sem interpretação semântica (como os de Caso nos nomes ou os de concordância no verbo) antes que a derivação atinja o nível Forma Lógica. Um princípio importante nessa visão é o de *economia das derivações*, que estabelece, entre outras coisas, que *mover* é uma operação mais custosa do que *merge*, e, por essa razão, deve ser procrastinado (ou seja, *merge* deve preceder *mover*), desde que a procrastinação do deslocamento não produza violações de outros princípios. Este princípio de economia tem justificativa empírica, impedindo, por exemplo, que determinadas ordens sentenciais não verificadas sejam geradas. Segue abaixo o novo desenho:

SUMÁRIO



(18)



No *Programa Minimalista* a variação linguística passa a estar mais claramente codificada nos itens funcionais (nas palavras gramaticais, como conjunções, artigos, e elementos flexionais) das línguas. A *força dos traços morfossintáticos* dos núcleos funcionais deflagrará ou não o deslocamento visível de constituintes sintáticos, e isso determinará, por exemplo, as ordens canônicas de constituintes (como aquela entre o sujeito, o verbo e o objeto direto), entre outras ordens possíveis, que encontramos nas sentenças das línguas do mundo.

Os desenvolvimentos mais recentes do Programa Minimalista envolvem uma redução drástica do conteúdo da Gramática Universal. Em um artigo intitulado *Beyond Explanatory Adequacy* (numa clara referência a um artigo famoso de Freud chamado *Além do princípio*

SUMÁRIO

do prazer), publicado em 2004, Chomsky se propõe a esvaziar a GU e explicar muitos dos princípios lá contidos em termos de condições de interface da gramática com outros sistemas cognitivos. Ou seja, coisas como o parâmetro do núcleo ou o parâmetro V2 não precisariam ser componentes da GU, mas consequência da interação de diversos fatores para satisfazer a condições de interface, como a interface fonológica, ou condições de economia e restrições de processamento. Note-se que isso não quer dizer que a Gramática Gerativa se torna funcionalista ou empirista, pois os condicionantes da linguagem e da própria variação linguística continuam sendo internos à mente e à cognição (modular) humana, não (parcialmente) determinados pelas necessidades comunicativas dos falantes, suas interações sociais ou suas experiências.

No final das contas, a única coisa que passa a fazer parte da chamada *Faculdade da Linguagem stricto-sensu* é a operação *merge* (Hauser; Chomsky; Fitch, 2002). Mesmo *mover* é reduzido a um tipo de *merge*, chamado de *merge interno*, pois solda um elemento de uma estrutura em outra parte dessa mesma estrutura; não solda duas estruturas ou itens separados, como faz a primeira concepção de *merge*, agora chamada de *merge externo*.

Como vimos nesta seção, a Gramática gerativa passou por inúmeras revisões que se converteram em mudanças na própria arquitetura da faculdade da linguagem (ou, dizendo de maneira mais simples, na arquitetura da gramática). Os principais objetivos sempre foram descrever e explicar os conhecimentos linguísticos dos falantes das línguas humanas, numa perspectiva que combina as ciências formais com as biológicas. Não à toa, todo o empreendimento seguiu os métodos de investigação das ciências naturais – o chamado *naturalismo metodológico* aludido por Chomsky em diversos trabalhos. Mais recentemente, a investigação tem se voltado também para a chamada *adequação evolutiva*, ou seja, tenta explicar como uma faculdade da linguagem complexa como a que nós temos evoluiu na espécie (ver, entre outros, Berwick; Chomsky, 2017).

ARQUITETURA DA GRAMÁTICA NA LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

O modelo de arquitetura de linguagem chomskiano é reconhecidamente uma importante proposta sobre a natureza estrutural e o desenvolvimento da linguagem no curso de aquisição. Entretanto, trabalhos recentes no âmbito da linguística cognitivo-funcional apresentam pressupostos teóricos que defendem uma alternativa de modelo gramatical plausível e consistente com as demandas de uma teoria que seja potencialmente eficaz para a explicação e a descrição da arquitetura gramatical.

O rótulo “linguística cognitivo-funcional” está mais associado à versão evolucionista de base adaptativa e carrega uma gama de visões sobre linguagem e arquitetura gramatical que acompanham esta perspectiva. Neste texto, apresentamos uma abordagem sobre arquitetura da linguagem baseada em duas correntes associadas ao rótulo: a Gramática de Construções (Cf. Goldberg, 1995; 2006; 2019; Croft, 2001) e os Modelos Baseados no Uso em geral (Cf. Bybee, 2010; 2013; Bybee; Hopper, 2001; Barlow; Kemmer, 2000).

O termo Gramática de Construções em si também se constitui sozinho como um rótulo, na medida em que se enquadram nesta classificação inúmeros modelos gramaticais de base construcional, que compartilham a hipótese de ser a construção, um pareamento forma-função, a unidade básica do conhecimento gramatical. No presente capítulo, entretanto, apoiamo-nos no modelo da Gramática de Construções Baseada no Uso, a GCBU, por reunir os pressupostos dos modelos construcionistas à hipótese de que o conhecimento linguístico é essencialmente moldado pelo uso, premissa elementar de qualquer abordagem associada aos – também um rótulo – Modelos Baseados no Uso.

SUMÁRIO



GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES BASEADA NO USO: INSTABILIDADE, GERATIVIDADE E CRIATIVIDADE

Assim como todo modelo linguístico de base construcional, a GCBU apoia-se no princípio de que a unidade fundamental do conhecimento gramatical é a construção: um pareamento de forma-função, isto é, uma unidade linguística que congrega informações de ordem fonológica e morfossintática (polo formal) e informações de ordem semântica, pragmática e discursivo-funcional (polo funcional). Assim, retornando à pergunta apresentada alhures sobre “o que sabemos quando sabemos uma língua?”, a resposta de qualquer vertente construcionista será: construções. Diferentemente da visão gerativista, na perspectiva construcional, a gramática não é vista como composta por módulos autônomos (sintaxe, fonologia e semântica), mas é entendida como uma rede de construções interconectadas, cada qual com seu conjunto de propriedades formais e funcionais, que, no curso do processamento e da produção gramatical, são ativadas, muitas vezes competindo entre si, na formação de combinações de unidades de sentido diversas e com diferentes graus de complexidade.

No curso de convencionalização construcional, ocorre, por conseguinte, a emergência de uma unidade que pode apresentar, ao mesmo tempo, propriedades gramaticais específicas, assim como especificidades de sentido, em geral associadas a certo grau de idiomatização (Cf. Fillmore; Kay; O'Connor, 1988). A questão fica mais clara se a pensarmos a partir da associação da ideia de construção à de signo linguístico (Saussure, 1916). Em uma perspectiva mais abrangente, na qual se incluem itens que se combinam formando unidades maiores, a hipótese construcional se associa à de Saussure, na medida em que assume a existência de unidades simbólicas de forma-sentido específicas, tais como são os signos linguísticos; porém, extrapola esta visão ao assumir a existência de unidades de ordem não tipicamente lexicais, mas com ao menos algum grau de

SUMÁRIO



SUMÁRIO

caráter gramatical, já que permitem combinações construcionais diversas na formação de sintagmas de diferentes níveis de complexidade. Nesse sentido, a visão de arquitetura gramatical de base construcional é fortemente lexicalista, não apresentando um conjunto de regras e princípios determinantes para o funcionamento dos diferentes “níveis” da gramática, embora existam princípios organizadores da gramática, que orientam a seleção e a combinação construcional.

O conhecimento linguístico configura-se nesse contexto, portanto, como um entrelaçamento de itens ativáveis e emergentes a partir das experiências com o uso da língua (Cf. Bybee; Hopper, 2001; Barlow; Kemmer, 2000). Em outras palavras, a visão de arquitetura gramatical de base construcionista defende que o conhecimento gramatical é organizado em uma rede de nós, as construções, ativáveis a depender das demandas do uso, que estão relacionadas entre si pelo compartilhamento de papéis funcionais, relativos a características semânticas, pragmáticas e discursivas, ou de papéis formais, relativos a características fonéticas, fonológicas e morfossintáticas. Quanto maior for o grau de consolidação do pareamento na gama de itens que representam o conhecimento gramatical – questão diretamente ligada ao papel do uso e da experiência linguística do indivíduo –, maior será seu potencial grau de ativação em determinado contexto gramatical e em determinada situação comunicativa.

Uma característica importante da GCBU e dos modelos baseados no uso em geral consiste na defesa da não divisão rígida entre o que se entende por associado ao conhecimento dicionário, o léxico, e o que se entende por associado ao conhecimento criativo-geracional, a gramática. No modelo construcionista, abandona-se a estrita divisão entre léxico e gramática (Langacker, 1987; Goldberg, 1995), por uma proposta de arquitetura da linguagem que entende que tanto palavras e expressões idiomáticas, quanto expressões associadas à criatividade gramatical são pareamentos forma-função, portanto, dotados de propriedades formais e funcionais próprias,

características que, apesar de suas diferenças, as unificam como elementos de uma mesma natureza.

Exemplificando, o item [jogar] se constitui como uma unidade construcional, na medida em que possui uma forma fonológica particular simbolicamente associada ao referente, semanticamente delimitado, que remete ao ato em si. O mesmo ocorre com a expressão idiomática [jogar X pela janela], assim como com a expressão [X jogar Y]. Na abordagem construcional baseada no uso, as duas últimas expressões são tidas como construções, pareamentos forma-função, também com propriedades formais e funcionais próprias. A expressão idiomática faz referência ao sentido de desistência de algo e a expressão gramatical com o verbo 'jogar' aponta para o sentido de transferência, com papel volitivo e de agentividade relativamente associado ao SN [+Agente] e de afetamento associado ao SN [+Paciente].

A diferença, portanto, que marca os diferentes tipos de construções fica pautada na vocação +/- lexical/gramatical exercida por cada item constituinte do *constructicon*, ou seja, da gramática internalizada. Enquanto [jogar] é uma construção de natureza plenamente lexical, [X jogar Y] é uma construção de natureza plenamente gramatical, dado seu caráter geracional e de potencial criatividade linguística. A expressão idiomática [jogar X pela janela] justifica de modo mais definitivo a aposta de um contínuo léxico-gramatical da abordagem construcionista e de uma gama de pressupostos tradicionalmente associados à linguística funcionalista. Observemos os exemplos:

- (19) Joguei a formatura pela janela.
- (20) Jogamos a possibilidade de viajarmos para fora do Brasil pela janela.

Ao mesmo tempo em que representa um item lexical, dadas suas idiosincrasias formais e funcionais, a expressão funciona



como objeto de manipulação gramatical, já que em sua lacuna, o *slot* X, podem configurar SNs simples, como 'a formatura,' e complexos, como 'a possibilidade de viajarmos para fora do Brasil,' que inclui uma oração dentro dele. Afirmar que, por ser uma expressão idiomática, [jogar X pela janela] não poderia estar arrolada ao que tradicionalmente está associado ao conceito de 'gramática' é visto como equívoco no contexto construcionista, já que a expressão em si evidencia propriedades lexicais e gramaticais ao mesmo tempo. Uma diferença marcadamente existente, portanto, entre as construções de natureza [+/-gramatical] nos graus de esquematicidade, composicionalidade e produtividade dos pareamentos: quanto maior for o grau de esquematicidade e composicionalidade, maior será o caráter gramatical do item, uma relação diretamente associada à discussão sobre produtividade.

Diante deste quadro, é importante retomarmos uma questão central da discussão sobre a arquitetura da gramática e os modelos baseados no uso, em particular, a GCBU: a não modularidade do modelo, que em si não defende a centralização de um componente específico para a formatação da gramática, tal como a sintaxe é vista pela proposta gerativista. Nesse sentido, por tabela, a visão de arquitetura da gramática defendida pela GCBU questiona a distinção pontuada na relação entre o que é central e o que é periférico, defendendo a integração dos diferentes níveis da gramática (fonologia, morfossintaxe, semântica, pragmática e discurso), por sua vez, capturada na própria concepção de construção: um pareamento forma-função que encapsula todas essas informações.

A base inatista que justifica o modelo linguístico arquitetônico da GCBU não consiste, assim, na pré-existência de um processador sintático, ou algo do tipo, a partir do qual emergiria a gramática. Ao contrário, por sua base experiencialista e cognitivista, a hipótese de que a gramática seja uma rede aninhada e complexa de construções possui fundamentos sociocognitivistas, o que significa dizer que processos cognitivos de domínio geral – portanto,

SUMÁRIO



SUMÁRIO

não especificamente linguísticos – interagem com as experiências reais advindas do uso da língua no curso de sua formação. Nesse sentido, a arquitetura gramatical não é vista como objeto pré-moldado, estanque e regular. Ao contrário, por estar sempre sujeita às pressões advindas do uso e constantemente submetida ao papel da memória, categorização, analogia, entre outros processos cognitivos de domínio geral, ela está constantemente sujeita à mudança, o que implica dizer que a própria visão de aquisição de linguagem não é a de que tal processo esteja concluído em determinado momento da vida do indivíduo, como na infância.

A visão de formação da gramática defendida pelos Modelos Baseados no Uso é interacionista, na medida em que prevê de modo explícito a atuação de aspectos determinísticos relativos à cognição e de aspectos ambientais, dada a atuação da experiência como fator diretamente ligado ao processo de emergência gramatical. A aquisição da linguagem torna-se um processo, assim, independente da necessidade de uma base linguística cognitivamente específica para sua realização e a própria visão de que o *input* linguístico seja empobrecido, o que levaria à necessidade de uma cognição específica para a aquisição, torna-se relativizada. Um importante argumento sobre a visão de aquisição da GCBU consiste na hipótese de que o *input*, na verdade, seja suficientemente enriquecido de dados específicos e geradores de pareamentos mais básicos e gerais, a partir dos quais se formam outros pareamentos, com diferentes graus de complexidade e especificidade: uma proposta marcadamente distinta da do argumento da pobreza de estímulo da visão gerativa. Nesse sentido, por esta visão, há uma questão sobre os dados aos quais a criança está exposta, que faz com que aquilo que seja mais frequente e, portanto, mais saliente cognitivamente e relevante estatisticamente, se torne mais passível e provável de aquisição.

Um bom exemplo para ilustrarmos a situação seria a aquisição da chamada construção bitransitiva, correlata à experiência de

SUMÁRIO

transferência, evidenciada na construção transitiva (vide esquema [X jogar Y] mencionado acima). A partir de um referente agentivo, ocorre afetamento de um determinado referente tema/paciente, que, por sua vez, é transferido a outro referente beneficiário deste processo. A cena básica associada à construção bitransitiva é frequentemente testemunhada pelo uso do verbo 'dar' no curso de aquisição, o que formaria uma construção bitransitiva elementar, especificamente marcada pelo uso deste item verbal, a construção bitransitiva com DAR: [SN_{AGT} DAR SN_{PAC} SN_{BEN}]⁹. A partir desta construção, a qual emerge pela pressão da experiência com expressões com o item verbal em questão e pelo papel exercido por processos cognitivos, como, por exemplo, analogia e categorização, a criança passaria a fazer novas relações de natureza bitransitiva, formando um pareamento de maior ampliação esquemática, produtividade e vocação gramatical. Tudo isso partindo da experiência para a representação cognitiva gramatical (por processo *bottom-up*) e não a partir de conhecimentos inatos, prévios (por processo *top-down*).

Os pontos explicitados sobre a GCBU até aqui nos permitem agora apontar para outra característica importante deste modelo de representação da linguagem: a arquitetura gramatical à luz da GCBU prevê a formatação gramatical em forma de rede conexionista de pareamentos, de natureza *bottom-up*, marcadamente redundante e não minimalista. Novamente temos, então, um ponto de afastamento entre o modelo e a hipótese formalista de base gerativa. Se, no gerativismo, um conjunto mínimo, econômico, de regras e princípios determina a formatação gramatical, na visão baseada no uso da GCBU, a gramática é vista como representação advinda diretamente da experiência com o uso da língua, podendo apresentar marcas de redundância, na medida em que questões

9

As abreviações AGT, PAC e BEN nos exemplos de construções se referem, respectivamente, aos papéis de AGENTE, PACIENTE e BENEFICIÁRIO mencionados na nota 8. Isso não quer dizer que a GCBU adote o *critério temático* da Teoria Gerativa.

relativas à frequência de uso, contextuais, além de propriedades funcionais e formais específicas das construções, podem demandar a emergência de pareamentos emancipados, ao mesmo tempo intimamente relacionados a outros mais gerais que supostamente abarcariam esses mesmos pareamentos, em termos de papel gramatical. Voltemos ao caso da construção bitransitiva com DAR, representada em $[SN_{AGT} \text{ DAR } SN_{PAC} \text{ SN}_{BEN}]$.

Como vimos, em decorrência da frequência de uso de expressões bitransitivas, com o verbo 'dar' sendo o elemento verbal da sequência, a referida construção pode ser entendida pelo modelo como provável pareamento elementar e fundacional de uma rede de construções bitransitivas. Entretanto, a própria experiência com o uso da língua, pela qual se testemunha o uso da construção bitransitiva com outros verbos, leva à emergência de um outro esquema mais geral e abstrato (a saber: $[SN_{AGT} \text{ V } SN_{PAC} \text{ SN}_{BEN}]$), que passa a encabeçar uma rede de construções bitransitivas.

Em suma, o modelo prevê questões importantes sobre a emergência de construções. Primeiramente, observa-se a tendência, como aqui já discutida e observada em pesquisas como as de Tomasello (2000, 2003a, 2003b), de que construções com itens verbais específicos sejam adquiridas primariamente, em função de questões relativas ao próprio uso linguístico e dos processos cognitivos de domínio geral. Em segundo lugar, a partir de outras experiências com expressões análogas àquela armazenada, o falante potencialmente amplia e/ou forma novos pareamentos, que podem ser, ou não, mais abstratos ou esquemáticos do que o anterior. A relação existente entre $[SN_{AGT} \text{ DAR } SN_{PAC} \text{ SN}_{BEN}]$ e $[SN_{AGT} \text{ V } SN_{PAC} \text{ SN}_{BEN}]$ evidencia a discussão: ao mesmo tempo que o modelo prevê o armazenamento de um pareamento, uma construção de estrutura argumental, com preenchimento do *slot* verbal com um verbo específico, o verbo 'dar', prevê também a emergência de um padrão mais geral cujo *slot* é fonologicamente subespecificado de modo a

SUMÁRIO

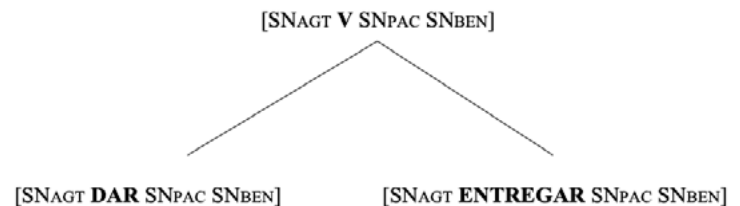


SUMÁRIO

gerar a possibilidade de computações criativas com demais itens verbais. Nesse sentido, o modelo lida com duas questões centrais para o entendimento do funcionamento da gramática, ao observar a emergência de padrões mais gerais – responsáveis pela criatividade gerativa da linguagem em geral –, assim como a representação de padrões mais específicos, redundantes, mas que, por consequência do papel da frequência de uso, se tornam emancipados e cognitivamente salientes para ativação independente no curso da produção e processamento linguísticos. Assim, se pensarmos, por exemplo, que verbos como ‘entregar’ também possuem incidência de uso estatisticamente relevante no português brasileiro, é possível imaginar que um padrão do tipo $[SN_{AGT} ENTREGAR SN_{PAC} SN_{BEN}]$ seja armazenado de modo emancipado e redundante.

Os referidos exemplos nos ajudam ainda na observação sobre como arquitetonicamente os pareamentos são inter-relacionados. Enquanto $[SN_{AGT} DAR SN_{PAC} SN_{BEN}]$ e $[SN_{AGT} ENTREGAR SN_{PAC} SN_{BEN}]$ mantêm entre si uma relação horizontal de ligação – um *link* simbólico que salienta sua correspondência de propriedades sem destacar relações construcionais de diferentes níveis de abstração –, tais pareamentos mantêm com o padrão mais geral $[SN_{AGT} V SN_{PAC} SN_{BEN}]$ uma relação de diferença hierárquica, capturada pelo maior nível de abstração deste último. Observemos a figura:

(21)



Em suma, a gramática, na perspectiva dos Modelos Baseados no Uso, aqui com foco na proposta da GCBU, é uma rede complexa de pareamentos forma-função, não estanque, portanto, emergente,

dadas as pressões oriundas da experiência linguística. Nesse sentido, questões como a frequência de uso, o letramento, o contato linguístico, a aquisição de outras línguas, entre outras facetas da experiência, hão de impactar, formando, reforçando e reformulando, constantemente, a arquitetura gramatical.

ARQUITETURA DA GRAMÁTICA NA LG E NA LBU: UMA SÍNTESE

Ao longo desta discussão, vimos que as posições sobre como se origina a linguagem humana, com sua complexidade simbólica, estrutural, entre outras características, são diversas, o que indica que tal discussão é um ponto longe de estar resolvido. O presente capítulo teve por objetivo apresentar um breve panorama sobre a visão de arquitetura gramatical de base formalista, aqui representada pelo modelo linguístico gerativista, e de base funcional-cognitiva, aqui representada pela GCBU. O desafio foi revisitar aspectos pelos quais as visões se aproximam e/ou se distanciam, com o intuito de organizar para o leitor as informações sobre perspectivas que em si são uma o contraditório da outra. Obviamente, se a resposta sobre como surge a linguagem humana está longe de ser alcançada, ao cabo de nossa discussão, vemos que em muito pouco os modelos se aproximam, mas que, ao mesmo tempo, como contraditórios, fomentam o pensamento teórico basilar que defende uma e outra proposta de arquitetura gramatical. Uma boa teoria gramatical, por tabela, uma boa proposta de arquitetura da gramática, requer compromisso com sua própria capacidade descritivista e explicativa e, nesse sentido, ao se confrontarem com os pontos destacados ao longo do capítulo, ambos os modelos buscam apresentar alternativas minimamente

SUMÁRIO



plausíveis para uma questão filosoficamente tão complexa¹⁰. Fatores como a existência ou não da modularização, do papel da experiência para a abstração dos dados, da qualidade do *input*, da divisão ou não de léxico e sintaxe, entre outros, são pontos fundamentais para a discussão de uma boa teoria da gramática. Nesse sentido, a convergência foi significativa, ambos os modelos procuram atender observações imprescindíveis para o entendimento da natureza da gramática e de sua arquitetura, o que é muito importante para a evolução da própria linguística.

REFERÊNCIAS

BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne (eds). **Usage-based Models of Language**. Stanford: CSLI Publications, 2000.

BERWICK, Robert; CHOMSKY, Noam. **Why only us: Language and Evolution**. Cambridge Mass.: The MIT Press, 2017.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.

BYBEE, Joan. **Language, Usage and Cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan. Usage-based Theory and Exemplar Representations of Constructions. /n: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme (orgs.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 52-65.

10 Segundo Chomsky (1965) uma teoria gramatical deve atingir os níveis de adequação descritiva e explicativa. Adequação descritiva no âmbito da Teoria Gerativa significa ser capaz de descrever adequadamente o sistema de regras ou princípios de uma língua particular (de estabelecer um sistema que produza todas e somente as frases gramaticais dessa língua) e no âmbito da GCBU significa estabelecer o sistema de construções da língua e as diversas relações entre essas construções. Por sua vez, a adequação explicativa, grosso modo, indica o potencial de explicação da teoria gramatical sobre como tal sistema pode ser adquirido por um falante na fase de aquisição. Mais recentemente, um outro nível, o de adequação evolutiva, vem sendo acrescentado à discussão. Com mais esse nível, mesmo que uma teoria atinja os dois primeiros níveis, ela precisa ser evolutivamente plausível ou viável.

SUMÁRIO

BYBEE, Joan; HOPPER, Paul. **Frequency and Emergence of Linguistic Structure**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, Noam. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. **Language**, v. 35, n. 1, p. 26-58, 1959.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. Remarks on Nominalization. In: Jacobs, Roderick A. and Rosenbaum, Peter S. (orgs.). **Readings in English Transformational Grammar**, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Biding**. Dodrecht, The Netherlands: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use**. New York: Praeger Publishers, 1986.

CHOMSKY, Noam. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In Kenneth Locke Hale & Samuel Jay Keyser (orgs.). **The View From Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger**, 1993.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge Mass: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. Beyond Explanatory Adequacy. In: Adriana Belletti (org.). **Structures and Beyond**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 104-131.

CROFT, William. **Radical Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FILLMORE, Charles; KAY, Paul; O'CONNOR, Mary Catherine. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. **Language**, v. 64, n.3, 1988. p. 501-538.

GOLDBERG, Adele Eva. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele Eva. **Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele Eva. **Explain me this: creativity, competition and the partial productivity of constructions**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.

SUMÁRIO

GUIMARÃES, Maximiliano. **Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAUSER, Marc; CHOMSKY, Noam.; FITCH, William Tecumseh. The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve? **Science**, 298(5598), p. 1569-1579, 2002.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegomena to a Theory of Language**. Madison: University of Wisconsin Press, 1961 (1943).

KATZ, Jerrold; POSTAL, Paul. **An Integrated Theory of Linguistic Descriptions**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1964.

KAYNE, Richard. **The Antisymmetry of Syntax**. Cambridge Mass.: The MIT Press, 1994.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar**: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

MACWHINNEY, Brian. **Mechanisms of Language Acquisition**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1987.

MACWHINNEY, Brian. Competition and lexical categorization. In: CORRIGAN, Roberta; ECKMAN, Fred; NOONAN, Michael. (eds.) **Linguistic Categorization**. New York: John Benjamins, 1989. p. 195-242.

SARAIVA, Paulo Espírito Santo. **Cérebro, evolução e linguagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. Publicado por Bally, C. e Séchehay, A. Paris et Lausanne, Payot et Cie, 1916.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Verbal behavior**. New York, NY: Appleton-Century-Crofts, 1957.

TOMASELLO, Michael. Do young children have adult syntactic competence? **Cognition**, v. 74, n. 3, p. 209-253, 2000.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

TOMASELLO, Michael. **Constructing a Language**: a Usage-Based Theory of Language Acquisition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003b.

WATSON, James Broadus. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**, 20, 1913, p. 158-177.

3

Gean Damulakis
Marcelo Melo

FONOLOGIA

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *FONOLOGIA*?

A Fonologia é a área dos estudos linguísticos dedicada à análise das unidades mais básicas da língua: os sons da fala humana. Nesse sentido, quando falamos em Fonologia, estamos nos referindo a hipóteses de como o sistema sonoro das diferentes línguas é organizado, isto é, quais e como são as unidades representacionais que compõem esse sistema, quais são as possibilidades e restrições de combinações dessas unidades, além de como se dá o mapeamento entre essas unidades e as formas efetivamente produzidas pelos falantes. Em outras palavras, quando falamos de Fonologia, buscamos explicar a natureza das representações mentais das palavras nos diferentes sistemas e, assim, explicar o funcionamento das unidades que compõem esse sistema.

Historicamente, a relação entre os sons efetivamente produzidos pelos falantes (Fonética) e a organização abstrata dos sons (Fonologia) foi objeto de diferentes modelos elaborados em diversas abordagens teóricas da Linguística, tendo sido estabelecidos diferentes limites, níveis e campos de estudos nas duas áreas. Conforme será visto ao longo deste capítulo, há duas abordagens distintas que tratam do sistema sonoro das línguas: uma que sustenta uma separação nítida entre Fonética e Fonologia, assumindo que a organização do conhecimento sonoro se assenta em unidades abstratas discretas e invariantes e suas relações com as unidades concretas, alternantes; e outra que prevê uma relação contínua e dependente entre Fonética e Fonologia, trazendo a Fonética para dentro da gramática e assumindo que as unidades abstratas são definidas em função de uma base fonética (Brescancini; Gomes, 2014, p. 5-6).

SUMÁRIO



FONOLOGIA NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

A Fonologia Gerativa parte de uma concepção de gramática na qual a fonologia é um componente que dá pronúncia aos produtos da morfossintaxe, concebidos como sequências de unidades abstratas. Dessa forma, o *output* da morfossintaxe é o *input* para a fonologia. Dentro da fonologia, essa sequência sofrerá ajustes demandados pelo componente fonológico da língua, até serem emitidos, no caso de línguas orais, como sequências de sons da fala. Dentro desse modelo de gramática, cabe à fonologia investigar a representação mental e abstrata dos segmentos e os mecanismos de transformação dessa representação em unidades percebidas pelo ouvido humano (e fisicamente mensuráveis).

Devido ao espaço pequeno, não caberia aqui descrever em detalhes teóricos a FG e os modelos teóricos subsequentes que tentaram ajustá-la. Tentamos tratar aqui de aspectos centrais das teorias fonológicas formais de base gerativa, da Fonologia Gerativa *standard* à Teoria da Otimidade, aspectos esses que as diferem das Fonologias de Uso¹.

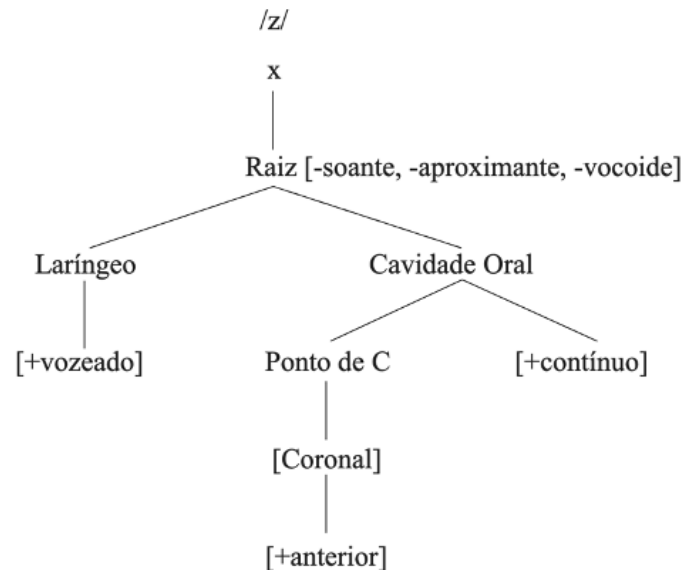
Os pilares da Fonologia Gerativa (doravante, FG) foram fundados por Chomsky e Halle (1968), uma obra também conhecida como SPE, abreviação para o título *The Sound Pattern of English*. Essa versão inicial da FG recebeu contribuições significativas de propostas teóricas posteriores. Mesmo que tenha havido algumas mudanças de rota em relação a alguns dos preceitos dessa obra fundamental, alguns pressupostos perduram nos estudos em Fonologia de base gerativa. Entre eles, podemos citar: i) os segmentos são compostos por traços distintivos; ii) há níveis distintos de representação (pelo menos dois, um abstrato e um concreto); e iii) processos dão conta de modificações verificáveis entre os níveis distintos de representação.

1 Para o leitor que queria se aprofundar na área, algumas sugestões de leitura são as seguintes: Hora e Matzenauer (2017), Bisol (2005), Schane (1973), Kenstowicz (2004 [1994]) e Bisol e Schwindt (2010).



Em relação aos traços, depois de SPE, houve propostas de redefinição dessas unidades ([$\pm$ anterior], por exemplo, passa a se referir apenas a segmentos coronais), bem como eliminação de outros traços (como [$\pm$ silábico] e [$\pm$ acento]) e a adoção de novos (Clements e Hume (1995) propõem, por exemplo, [$\pm$ aproximante]). Mais radicalmente, a visão de segmentos como um conjunto de traços desordenados e presos em uma matriz, como em SPE, é abandonada por completo a partir das propostas da Geometria dos Traços (Feature Geometry). Os proponentes da geometria de traços buscaram acomodar, por exemplo, as evidências empíricas de que alguns processos são muito mais frequentes que outros, sendo outros impossíveis. Por exemplo, a assimilação de ponto e a de vozeamento são fenômenos muito frequentes nas línguas do mundo, ao passo que não atestamos assimilação que envolva, apenas, o traço [$\pm$ soante]. Esse fato se acomoda na proposta de Clements e Hume (1995), como o esquema arbóreo para o segmento /z/:

Figura 1 - Modelo arbóreo de organização dos traços



Fonte: Elaboração própria, a partir de Clements e Hume (1995).

Como podemos abstrair, dentro dessa geometria, traços mais terminais, como $[\pm\text{vozeado}]$ e $[\pm\text{anterior}]$, podem espriar, ou seja, ampliar seus domínios (como em processos de assimilação), de forma independente, ao passo que traços mais internos, como $[\pm\text{soante}]$, não poderiam espriar sem que todos abaixo dele e seus irmãos de nóculo espriassem solidariamente.

Em relação aos níveis de representação, vemos que os segmentos nas palavras podem sofrer alterações em sua expressão fonética. Vejamos o exemplo do que ocorre com a fricativa coronal em coda silábica no PB, mais especificamente a coda silábica em final de palavra. Tomemos a palavra ‘gás’ como exemplo:

Quadro 1 – Pronúncias para a base ‘gás’ no dialeto carioca

Contexto	Pronúncias
Final absoluto	gá[ɿ]
Antes de vogal (na mesma palavra)	ga[z]es
Antes de vogal (na palavra seguinte)	gá[jz] Hélio
Antes de consoante desvozeada	gá[ɿʃ] tóxico
Antes de consoante vozeada	gá[jʒ] nobre

Fonte: Elaboração própria.

Vemos ao menos quatro possibilidades de realização para fricativa em *gás*, no falar carioca: $[\text{j}\text{ɿ}]$, $[\text{z}]$, $[\text{jz}]$ e $[\text{jz}]^2$, todas elas diferindo em relação à pronúncia da consoante fricativa coronal em posição pós-vocálica (ou coda silábica). Dentro do modelo gerativo, é necessário afirmar que há uma forma abstrata, invariável, da qual derivam as demais formas. Essa é a forma fornecida à fonologia pela morfologia ou pela morfossintaxe. Em outras palavras, há uma forma comum a todas as outras, a chamada de **forma subjacente**, que

2

Desconsideramos aqui as possibilidades de aspiração também presentes no falar carioca.

funciona como a representação mental mais abstrata, a qual passa por processos que levam às demais.

A forma efetivamente realizada pelo falante é conhecida como forma superficial. Em tese, qualquer uma das formas superficiais no Quadro 1 poderia corresponder à forma subjacente, mas apenas uma delas conseguiria levar às demais através de processos de fato existentes na língua. A forma mais adequada para figurar como a representação subjacente é /gaz/³. Vejamos como seria a derivação de /gaz/ para [gaij], por exemplo:

Quadro 2 - Derivação /gaz/ → [gaij]

Representação Subjacente	/gaz/
Pré-vocalização	gaiʒ
Desvozeamento final	gaiɹ
Palatalização	gaijʃ
Representação superficial	[gaij]

Fonte: Elaboração própria.

Como vemos no quadro acima, três processos são responsáveis por derivar a representação superficial [gaij] partindo de forma subjacente /gaz/. Cada processo é responsável por uma mudança em relação à base. O processo é nomeado de acordo com a mudança que ocasiona. Em relação à ordem dos processos no Quadro 2, essa parece dar conta dos fatos, mas, se colocarmos outra forma presente no Quadro 1, podemos ter problemas para mostrar a derivação adequada aos fatos. Vejamos a sequência para ‘gás hélio’, ‘gás nobre’ e ‘gás cloro’ no Quadro 3, abaixo. Note-se que aqui

3 A forma subjacente se aproxima do que a fonologia estruturalista chamava de representação fonêmica. A representação fonêmica (ou fonológica) proposta por Camara Jr (1971) para palavras como *gás* era /gaS/, com um arquifonema representando a neutralização ocorrida entre as fricativas coronais no PB.

acrescentamos mais dois processos de silabação, importantes para os processos em análise:

Quadro 3 – Derivação de /gaz##'elio/ → [gajz'elio]; /gaz##nobre/ → [gajz'nobrɪ] e /gaz##kloro/ → [gajf'klɔɾɔ]

Representação Subjacente	/gaz##'elio/	/gaz##'nobre/	/gaz##'kloro/
Silabação (lexical)	gaz. 'ε.liʊ	gaz. 'nɔ.brɪ	gaz. 'klɔ.ɾɔ
Pré-vocalização	gajz 'eliʊ	gajz 'nɔ.brɪ	gajz 'klɔ.ɾɔ
Ressilabação	gaj. 'ze.liʊ	----	----
Assimilação de vozeamento	----	----	gajs. 'klɔ.ɾɔ
Palatalização	----	gajz 'nɔ.brɪ	gajf. 'klɔ.ɾɔ
Representação superficial	[gaj'zeliʊ]	[gajz'nɔ.brɪ]	['gajf'klɔɾɔ]

Fonte: Elaboração própria.

Na FG, cada processo é executado por uma regra fonológica. Assim, há uma regra fonológica de pré-vocalização⁴, de rersilabação e assim por diante. Como vemos no quadro acima, as regras estão encadeadas, de forma que o produto de uma regra vira o ponto de partida para a seguinte. Quando uma regra cria o contexto para que a seguinte ocorra, estamos diante de um ordenamento de regras conhecido como alimentação (do inglês *feeding*): por exemplo, a silabação da fricativa em coda (no final de palavra) cria o contexto para que a regra de pré-vocalização seja aplicada. O desvozeamento final e a palatalização, por outro lado, precisam ter a fricativa em coda silábica (final de sílaba) para acontecerem. Isso significa que a rersilabação, que faz a fricativa em coda virar o onset da sílaba seguinte, retira

4 Esse fenômeno é mais comumente classificado como ditongação pela maioria dos autores (Camara Jr, 1971; Bisol, 1994; Callou; Leite; Moraes, 2003; entre outros). O rótulo de pré-vocalização se alinha com Operstein (2010) e está mais de acordo com o fato de que essa ditongação apenas ocorre antes de certas consoantes, as fricativas coronais.

o contexto para que essas duas regras atuem. Nesse caso, estamos diante de um ordenamento chamado de sangramento (*bleeding*).

Para a defesa de dois níveis de representação, Kenstovicz (2004 [1994]), citando Mohanan (1992), fornece como exemplo um fenômeno encontrado no inglês de Singapura. Nesse dialeto, palavras terminadas em fricativa seguida de plosiva (*task*, *list*, *lift* etc.) costumam perder a plosiva final (*tas*, *lis*, *lif*). Por outro lado, da mesma forma que em outros dialetos do inglês, palavras terminadas em consoantes sibilantes recebem um xuá ([ə], também *schwa*, em inglês) antes do sufixo de plural (-z): [bʌs] ‘ônibus’ + [z] (‘plural’) = [bʌsəz]. Entretanto, o plural de [lɪs] não é [lɪsəz], mas [lɪs]. Nesses casos, a assunção de dois níveis é fundamental para prever quando o xuá vai aparecer: o segmento é inserido em *bus* [bʌs], mas não em *list* [lɪs], embora ambas possuam o mesmo contexto final na forma que emerge na realização fonética. Isso também prevê em quais formações a plosiva pode ser encontrada na base (como em [lɪs-tɪŋ]), como vemos abaixo.

Quadro 4 – Formação do plural em inglês de Singapura

Representação subjacente	/bʌs-z/	/lɪst-z/	/lɪst-ɪŋ/
Inserção de [ə]	bʌsəz	----	----
Apagamento de t	----	lɪs-z	----
Assimilação de vozeamento	----	lɪs-s	----
Representação superficial	bʌsəz	lɪss	lɪstɪŋ

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de Kenstovicz (2004).

Voltando ao exemplo das alternâncias da base /gaz/, uma generalização que, precipitadamente, alguém poderia fazer, considerando o Quadro 3, é a de que a presença da fricativa [z] na superfície, demandada pela presença de vogal na sequência, sempre ocorre com pré-vocalização, no falar carioca, como vemos em [gajz’ɛlio].



SUMÁRIO

Vemos, entretanto, no Quadro 1, que, se essa vogal seguinte decorrer da formação do plural, *ga[z]es* (**ga[jz]es*), a pré-vocalização não acontece. Essa generalização também seria falsa para (*bebida*) *ga[z]eificada* ou *ga[z]oduto*, entre outros. Esse dilema é resolvido pela fonologia lexical (FL) (Kiparsky, 1985; Mohanan, 1982, entre outros), que assume ao menos dois extratos distintos para a atuação de regras: um lexical e outro pós-lexical.

Em linhas gerais, no extrato lexical ocorrem os processos fonológicos que envolvem informações morfológicas, importantes para a formação da palavra; no pós-lexical, processos mais tardios, como aqueles que ocorrem entre palavras (assim sendo, processos que envolvem sândi são, por definição, pós-lexicais). Dessa forma, pode-se dizer que a pré-vocalização (presente em 'gás Hélio') apenas ocorre pós-lexicalmente, depois de uma silabação lexical, após a concatenação dos morfemas. A formação do plural 'ga[z]es' e formas como 'ga[z]eificada', portanto, não sofrem a ação da regra de pré-vocalização, devido ao fato de essa junção de morfemas ocorrer no nível lexical. Apesar de diferir da fonologia gerativa nos moldes do SPE e permitir explicar aparentes excepcionalidades de regras fonológicas, a FL pode ser considerada uma teoria de base gerativa, por considerar pressupostos presentes em SPE, como a derivação a partir da aplicação de regras mudando estruturas no nível do traço. Para mais detalhes da teoria em português, sugerimos Lee (1992) e Bisol (2017).

A Teoria da Otimalidade (ou Otimidade), que surge no início dos anos 1990, partilha alguns preceitos com fonologias da tradição gerativa, como a ideia de que há um componente fonológico vinculado a uma Gramática Universal. Não é à toa que a obra inaugural da Teoria da Otimalidade chama-se *Optimality Theory: Constraint interaction in generative grammar* (Prince; Smolensky, 1993), ou seja, "Teoria da Otimalidade: Interação entre restrições na gramática gerativa". Para a TO, não há regras na gramática, apenas restrições universais. No entanto, a forma como essas restrições interagem em cada gramática – ou seja, em cada língua – é particular.

SUMÁRIO

Diferentemente das teorias de base gerativa anteriores, que assumem a noção de regra como mecanismo explanatório para os processos fonológicos, a OT opera apenas com restrições. Dessa forma, os processos aqui ocorrem por conta da satisfação das restrições que estão priorizadas pela língua em questão. Vale lembrar que a proposta inicial da OT prevê que as restrições são universais e violáveis, de forma que restrições violadas em uma língua poderiam não o ser em outra, mas estariam presentes em todas elas, mesmo que suas ações não pudessem ser vistas em algumas línguas. Para uma introdução à Teoria da Otimalidade, ver Kager (1999) ou McCarthy (2008). Um bom material disponível em português é Bisol e Schwindt (2010).

Para o ponto mais específico deste capítulo, podemos dizer que a OT herda de modelos predecessores a assunção de que níveis distintos estão em jogo, uma vez que existem dois tipos básicos de restrição: as de fidelidade e as de marcação. As restrições de marcação militam apenas pela boa-formação das formas de superfície (outputs), ao passo que as restrições de fidelidade militam contra as discrepâncias entre as formas subjacentes (inputs) e as formas de superfície (outputs). Da mesma forma, processos são admitidos nessa teoria, mas não são decorrentes da aplicação de regras fonológicas, e sim resultam da interação entre restrições. Processos ocorrem para satisfazer restrições (de marcação) mais altamente hierarquizadas na gramática da língua particular.

Em modelos baseados em regras, essas expressam o alvo do processo. Uma regra como $/t/ \rightarrow [tʃ] / __ [i]$ mostra o que é indesejado (ou seja, $[t]$ antes de $[i]$) e indica a providência a ser tomada (ou seja, transformar $[t]$ em $[tʃ]$ nesse contexto). Em modelos com restrições, essas apenas indicam quais formas são indesejadas. Nesse caso, $*ti$ (assinale uma violação a todo $[t]$ antes de $[i]$), sem julgar quais as soluções. Essa possibilidade de soluções variadas leva ao que se conhece como “heterogeneidade do processo, homogeneidade do alvo” (HoP-HoT, do inglês “heterogeneity of process, homogeneity of target”; McCarthy, 2002). Por exemplo, uma restrição como NoCoda,

que proíbe que a sílaba tenha coda, pode ser satisfeita de diversas formas. Sendo assim, uma forma como /pepsi/ pode satisfazer NoCoda através de uma inserção vocálica como núcleo de uma nova sílaba ([ˈpepsi], como no Tableau 1) ou de um apagamento do segmento em coda ([ˈpesi], como no Tableau 2). Em ambas as hipóteses, NoCoda é a restrição mais alta na hierarquia, de forma que a interação desta com outras restrições poderá indicar qual será a melhor solução para satisfazê-la na língua em questão. Vejamos, considerando as diferenças:

Restrições em jogo:

NoCoda: sílabas não devem ter coda.

DEP: proibida a epêntese (o *output* é dependente do *input*).⁵

MAX: proibido o apagamento (o *input* precisa estar *maximamente* representado no *output*).

SUMÁRIO

Tableau 1 – Seleção de /pepsi/ → [pepsi]

/pepsi/	NoCoda	DEP	MAX
pepsi	*!		
pepsi			*
pesi		*!	

Fonte: elaboração própria.

Tableau 2 – Seleção de /pepsi/ → [pesi]

/pepsi/	NoCoda	DEP	MAX
pepsi	*!		
pepsi		*!	
pesi			*

Fonte: elaboração própria.

5

Os termos *input* e *output* são usados, dentro da Teoria da Otimidade, de forma muito similar ao que representação subjacente e representação de superfície, respectivamente, significam para as teorias gerativas predecessoras.

Os tableaux acima mostram como as restrições universais poderiam estar hierarquizadas nas línguas, ambas com o mesmo input ou forma subjacente: /pepsi/. Na língua hipotética do Tableau 1, a restrição que proíbe inserção (DEP) está mais altamente hierarquizada que aquela que proíbe o apagamento, de forma que o output que emerge contém apagamento (antecedido por 't'). Segundo Peperkamp e Dupoux (2003), esse é o output de uma língua como Hmong (família Hmong-Mien; China). No Tableau 2, por outro lado, o oposto ocorre: a restrição que proíbe apagamento (MAX) está mais altamente hierarquizada que aquela que proíbe material epentético (DEP), situação que leva a emergir o candidato com inserção: ['pepsi], como ocorre no PB. Em ambos os casos, a forma mais fiel ao input (/pepsi/ ou /pepsi/) é preterida devido ao fato de a restrição que proíbe sílabas com coda (NoCoDA) não ser dominada por nenhuma outra.

Em relação aos traços distintivos, esses continuam sendo, nos trabalhos dos pesquisadores que lidam com a OT, considerados. Mudanças que envolvem valoração de traços são vigiadas por restrições de fidelidade da família de identidade. Uma assimilação de vozeamento, por exemplo, será penalizada pela restrição IDENT[±vozeado]. É o que ocorre no processo de assimilação acima exemplificado que transforma [z] em [s], como em 'gás cloro'.

FONOLOGIA NA LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

Uma abordagem da Fonologia na perspectiva da Linguística Baseada no Uso – ou ainda Modelos Baseados no Uso ou Modelo de Exemplos (ME) (Cristóvão Silva e Gomes, 2020, p. 7) – parte da premissa segundo a qual a estrutura do conhecimento linguístico é construída pela representação na memória da totalidade de experiências linguísticas vivenciadas pelo indivíduo. Assim, uma Fonologia



baseada nos Modelos de Exemplos prevê que o conhecimento do padrão sonoro de um determinado item lexical não contém apenas informações distintivas que constituem este item, mas consiste no registro detalhado de toda informação que um indivíduo pode encontrar em um item lexical (Foulkes; Docherty, 2006)⁶.

A hipótese de uma memória com representações detalhadas foi proposta inicialmente na psicologia como um modelo de percepção e categorização, tendo sido estendida para análise linguística por Johnson (1997), para a Fonologia por Bybee (2001) e para os demais níveis linguísticos por Bybee (2013). Johnson (2005) aponta que a abordagem em exemplar para a memória sensorial tem raízes antigas na psicologia cognitiva, com os trabalhos de Richard Semon, nas primeiras décadas do século XX, o qual foi um dos primeiros a discutir a ideia de que as experiências sensoriais são armazenadas como exemplares na memória, sendo usados para reconhecimento por meio de uma reexperiência parcial. Essa ideia foi desenvolvida, décadas depois, por outros pesquisadores (Hintzman, 1986; Nosofsky, 1986), os quais demonstram que a categorização perceptual emerge do armazenamento de instâncias específicas na memória. Nesse sentido, os Modelos Baseados no Uso, concebem a língua como um sistema dinâmico, em constante evolução e construído a partir da experiência individual de cada falante. A língua é entendida como um sistema de padrões emergentes que são formados a partir de exemplares individuais de uso dos falantes, tendo a frequência como elemento fundamental para captar a experiência do falante com a língua, que impacta a organização e processamento do conhecimento linguístico. Para os Modelos Baseados no Uso, as representações do conhecimento são detalhadas e o mapeamento entre as informações abstratas e empíricas se dá de maneira dinâmica e contínua.

De acordo com Bybee (2013, p. 59), os exemplares podem ser de qualquer tipo (fonético, sintático e semântico) e constituem

6 Para o leitor que queria se aprofundar na área, algumas sugestões de leitura são as seguintes: Cristóvão Silva e Gomes (2004, 2017, 2020); Bybee (2010); Pierrehumbert (2003, 2016)



SUMÁRIO

categorias formadas a partir de ocorrências da experiência do falante que são percebidas como sendo as mesmas e que contêm informação dos contextos de uso. Ainda segundo Bybee, numa modelagem de exemplares, as representações são dinâmicas e atualizadas em função dos eventos de uso, isto é, mudam no indivíduo e não entre gerações. Além disso, ainda segundo a autora, a representação em exemplares satisfaz, pelo menos, dois princípios importantes dos Modelos Baseados no Uso: a) por ter sido inicialmente postulado para explicar o funcionamento de categorias não linguísticas, o fato de ter sido estendido para a linguística ratifica a hipótese de a linguagem integrar uma cognição geral; b) estabelece relação entre a experiência e o conhecimento abstrato do falante, já que prevê as representações abstratas contêm aspectos do contexto linguístico, situacional e social (Bybee, 2013). Nessa perspectiva, o conhecimento linguístico é tido como resultado da interação entre aspectos inatos da cognição e a experiência com a língua (Tomasello, 2003; Bybee, 2010), razão pela qual se postula que as representações abstratas não são autônomas e inatas, mas sim emergem a partir das instâncias de uso em que ocorrem. Dessa forma, conforme apontam Cristóforo Silva e Gomes (2020, p. 14), supera-se o dualismo *nature x nurture*, uma vez que a linguagem é um sistema cognitivo que precisa ser explicado em função de aspectos físicos, como os relativos à relação entre ressonâncias do tubo acústico e seu formato, e de capacidades específicas da espécie humana surgidas através da evolução (Pierrehumbert; Beckman; Ladd, 2000, p. 273-274).

Uma abordagem da Fonologia baseada no uso e que incorpora Teoria de Exemplares como modelo de representação assume a hipótese de que a estocagem é redundante, ou seja, todas as ocorrências concretas de uso percebidas são armazenadas no léxico. A partir das formas armazenadas no léxico, são formadas categorias que representam diretamente a variação encontrada no uso. Assim, as formas sonoras dos itens lexicais estão representadas no léxico e constituem generalizações a partir da fala. A partir das representações detalhadas, que são generalizações sobre as instâncias de uso,

SUMÁRIO

emergem categorias fonológicas mais abstratas como sílabas, unidades segmentais do tipo consoante e vogal (Vihman e Croft, 2007). A partir de uma abordagem baseada em exemplares, Pierrehumbert (2003) sustenta o léxico como o alvo da aquisição fonológica, enfatizando, assim, a importância das formas das palavras no processo de aprendizagem estatística. Para a autora, cada *token* (na forma de uma palavra) percebido pelo falante pode ser definido por seus detalhes perceptivos fonéticos, fazendo com que os rótulos de categoria sejam formados por meio da associação com esses *tokens*, os quais são armazenados como exemplares na memória. Consequentemente, a força de cada categoria depende de quantos exemplares a própria categoria possui e de quão recentemente os exemplares foram ativados.

Igualmente, postula-se que as representações abstratas contenham informações detalhadas e não apenas informação distintiva. Em outras palavras, uma Fonologia baseada no uso pressupõe que as representações abstratas das palavras no léxico contêm o detalhe fonético. Flege e Hillenbrand (1986) investigaram a capacidade de falantes não nativos de inglês em perceber a distinção entre os sons [s] e [z] em inglês, como em ['pi:s] *peace* (paz) e ['pi:z] *peas* (ervilhas). Os autores usaram como pistas acústicas a duração das duas fricativas, bem como a duração das vogais que antecederam as fricativas. Por meio de um conjunto de estímulos que variavam quanto à duração das vogais e das fricativas, os autores realizaram testes de identificação com grupos de falantes nativos de inglês, francês, sueco e finlandês, com diferentes níveis de experiência em inglês. Os resultados sugerem que, em relação aos falantes não nativos de inglês, a experiência com o inglês tem pouco impacto na capacidade de perceber a distinção [s/z] usando a duração das fricativas, particularmente para falantes de sueco e finlandês, cujas línguas nativas não possuem a fricativa vozeada [z]. No entanto, todos os grupos, sobretudo os falantes de sueco e finlandês, demonstraram sensibilidade à duração das vogais como pista acústica para a distinção

SUMÁRIO

[s/z]. Relativamente aos falantes franceses e ingleses, os autores verificaram diferenças quanto à duração de vogais e das fricativas [s/z] em final de palavras, uma vez que falantes ingleses produziram vogais mais longas, ao passo que falantes franceses produziram fricativas mais longas. Consequentemente, os autores observaram que, apesar de falantes ingleses e franceses se apoiarem na duração da vogal e na duração das fricativas para diferenciar [s/z], isso acontecia de maneiras diferentes: os ingleses se apoiaram mais na duração da vogal do que na duração das fricativas para diferenciar os dois sons; por outro lado, os franceses foram mais sensíveis à duração das fricativas do que à duração das vogais. Esses resultados indicam que as pistas acústicas em que os falantes se apoiam para fazer a diferença entre os [s/z] estão relacionadas com a produção desses segmentos nas línguas nativas dos falantes, isto é, a diferenciação entre [s/z] em palavras do inglês para falantes nativos do inglês e do francês não parte de pistas acústicas diferentes para processar o contraste vozeado/desvozeado desses sons, mas sim dos detalhes fonéticos específicos a cada uma das duas línguas quanto à duração de vogais e das próprias fricativas.

Como, para uma fonologia baseada no uso, o armazenamento de formas lexicais contém informação sonora redundante relacionada com a experiência do falante em ouvir e produzir os itens lexicais em diferentes contextos linguísticos e extralinguísticos, é possível postular, consequentemente, que todas as variantes relacionadas a um item façam parte de sua representação no léxico. Diferentes trabalhos trazem evidências para que a representação de um item lexical inclua todas as suas possibilidades de realização, isto é, todas as suas variantes. Patterson *et al.* (2003) mostraram que há dois grupos de palavras no inglês: um grupo de palavras que ocorrem mais frequentemente sem o xua ([ə]) em posição postônica e outro grupo de palavras que ocorrem mais frequentemente com o xua na mesma posição. A partir desse trabalho, Connine, Ranbom e Patterson (2008) realizaram dois experimentos com palavras do inglês

e pseudopalavras com sequências fonotáticas típicas do inglês. Os participantes dos experimentos, após ouvirem determinado estímulo (palavra), deveriam indicar se o estímulo ouvido era uma palavra da língua. Para os experimentos, foram selecionadas 24 palavras do inglês, as quais foram realizadas variavelmente na língua, com e sem a vogal postônica (xuá), como em *corporate* ~ *corp'rate* e *camera* ~ *cam'ra*. Além dessas palavras, fizeram parte dos experimentos outras 24 pseudopalavras formadas a partir da mudança da primeira e da última consoante de uma palavra do inglês (*dominant* > *bominamp*).

No primeiro experimento, 24 palavras que não continham o xuá na posição postônica se encontravam distribuídas em três grupos: (1) palavras realizadas mais frequentemente sem o xuá e com formação de uma sequência de consoantes possível no inglês (*factory* > *fact'ry*); (2) palavras realizadas mais frequentemente sem o xuá e com formação de uma sequência de consoantes não encontradas no inglês (*family* > *fam'ly*); (3) palavras realizadas mais frequentemente com o xuá e com formação de uma sequência de consoantes não encontrada no inglês quando a vogal postônica não é realizada (*calorie* > *cal'rie*). Os resultados revelaram que as palavras dos três grupos são reconhecidas como palavras da língua (índice de acurácia), o que já era esperado, uma vez que todas as variantes são encontradas na variedade do inglês a que os participantes estão expostos. O tempo de resposta mostrou uma diferença significativa entre os dois grupos de palavras realizadas frequentemente sem o xuá (grupos 1 e 2) e o grupo de palavras realizadas frequentemente com o xuá (grupo 3). Esses resultados revelam que a baixa frequência de ocorrência das palavras sem o xuá (grupo 3) foi relevante para o processamento dos estímulos.

O segundo experimento contou com os mesmos itens e categorias de agrupamento dos itens lexicais do experimento anterior, com a mesma tarefa (decisão lexical) e mesma variável dependente (tempo de reação). A diferença foi que, para esse segundo experimento, todos os estímulos foram realizados com o xuá na posição

SUMÁRIO

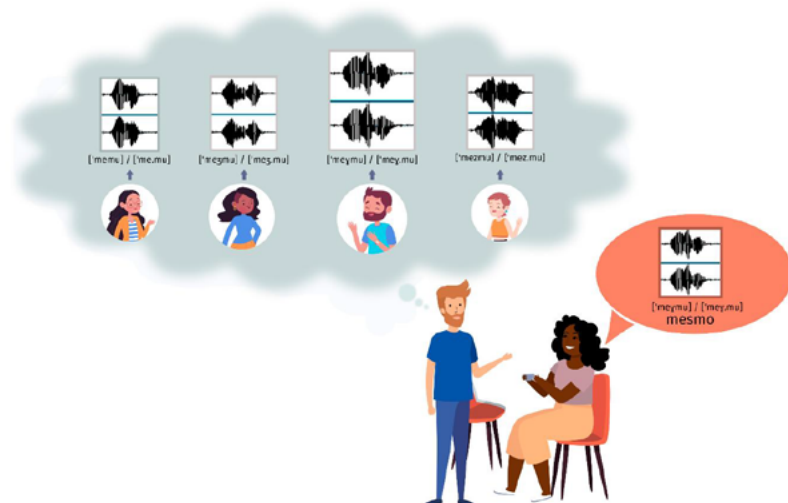


SUMÁRIO

postônica. Assim como no experimento anterior, os índices de acurácia foram altos para todos os estímulos. Os resultados para tempo de reação mostraram o inverso do que foi observado no experimento anterior: menor tempo de reação para o grupo de palavras que são mais frequentemente realizadas com o xuá. A partir dos resultados, os autores argumentam que as representações abstratas dos itens lexicais vão conter todas as variantes presentes na fala, sendo a frequência das variantes dos itens lexicais a responsável pela robustez das representações de cada item. Assim, itens realizados frequentemente sem o xuá terão sua representação central sem o xuá, ao passo que itens realizados mais frequentemente com o xuá terão sua representação central com o xuá. Os resultados permitiram aos autores sustentar que todas as possibilidades fonéticas de um item lexical se encontram representadas no léxico dos falantes. Além disso, a partir dos resultados dos experimentos que mostraram como as variantes foram processadas, os autores postularam que a frequência de uso da variante (ou exemplar) impacta a organização cognitiva dos exemplares.

Dessa maneira, a fonologia baseada no uso permite capturar a variação como parte da representação das formas sonoras das palavras no léxico, não somente como o resultado de um processo (Gomes e Cristófaró Silva, 2004; Foulkes; Docherty, 2006). Para essa abordagem da Fonologia, a representação lexical inclui tanto um vasto conjunto de características acústicas detalhadas e que se baseiam nas formas sonoras que um indivíduo ouve, como também em um conjunto de características acerca do comportamento articulatorio das formas sonoras que esse mesmo indivíduo produz. Ainda de acordo com a fonologia baseada no uso, os falantes mapeiam não só os padrões fonológicos de um determinado item, como também informações de indexação de várias naturezas (social, gênero, regional entre outras). Dessa forma, todos os exemplares de um determinado item se encontram organizados em uma nuvem de exemplares, conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 2 – Nuvem de exemplares do item *mesmo*



Fonte: Amaral (2022, p. 26).

SUMÁRIO

Jeffries (2016) investigou o processo pelo qual as crianças progridem da habilidade de reconhecer falantes familiares até a capacidade de agrupar falantes de acordo com sua variedade regional. O estudo foi realizado a partir de quatro experimentos aplicados em crianças em York (Reino Unido), com idades entre 2 e 9 anos de idade: (i) um experimento de Identificação, por meio do qual foi mensurada a habilidade das crianças em idade pré-escolar para reconhecer falantes familiares; (ii) um experimento de Reconhecimento, por meio do qual foi avaliado que características do sotaque de um falante familiar fazem parte do processo de reconhecimento; (iii) um experimento de Agrupamento, por meio do qual se investigou a capacidade das crianças em idade pré-escolar de agrupar falantes de acordo com variáveis fonológicas regionais a partir da distinção entre o sotaque de Yorkshire e o inglês padrão do sul britânico (SSBE); (iv) um outro experimento de Agrupamento, por meio do qual se explorou a capacidade de crianças mais velhas,

SUMÁRIO

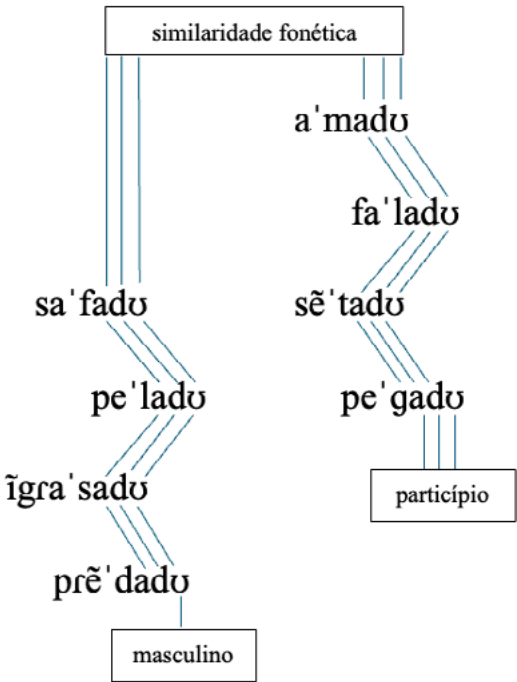
em idade escolar, de agrupar diferentes falantes de acordo com variáveis fonológicas regionais com base em diferentes distinções de sotaque (Yorkshire/SSBE, Yorkshire/escocês e Yorkshire/nordeste). Os resultados permitiram observar que as habilidades nas tarefas dos experimentos foram afetadas por variáveis independentes relacionadas ao histórico das crianças: (a) de modo geral, as meninas apresentaram um desempenho melhor que os meninos; (b) houve uma melhoria ao longo das idades; (c) a exposição das crianças às variedades regionais afetou significativamente seu desempenho em ambos os experimentos de Agrupamento. Crianças com exposição regular a falantes de fora da região local tenderam a ter um desempenho melhor nessas tarefas de modo geral.

Para Pierrehumbert (2003, 2016), representações detalhadas no léxico serviriam de base para a emergência de representações abstratas, gerando, assim, uma escala de diferentes graus de abstração, que se retroalimentariam, sendo que cada nível tem seu próprio aparato representacional. As informações relacionadas às unidades mais abstratas, que mapeiam realizações acústicas diferentes, relações fonotáticas e relações morfofonológicas, constituem diferentes níveis de abstração, que emergem das representações das palavras no léxico. A gramática fonológica é, portanto, emergente das formas das palavras representadas no léxico, que por sua vez constituem também generalizações sobre a fala (Bybee, 2001; Pierrehumbert, 1994; 2001; 2003; 2016). Segundo Pierrehumbert, o léxico de um adulto é de tamanho suficiente para conferir robustez a qualquer representação. Em um modelo que assume exemplares como representações linguísticas, a gramática não é segmentada entre léxico e gramática, tendo em vista que os exemplares se encontram organizados em redes de conexões baseadas em relações de semelhança sonora e de significado entre as palavras.

Na figura a seguir, relações morfológicas emergentes são representadas usando o exemplo de alguns verbos do PB no

particípio passado regular com a partícula [adu]. Por meio da partícula [adu], as formas verbais de particípio estão relacionadas em um feixe de exemplares devido à similaridade fonética e semântica. Além disso, como também é possível observar na figura abaixo, esses mesmos itens, bem como a própria partícula [adu], participam de conexões com outros itens lexicais, em razão de semelhanças sonoras – no caso da figura abaixo – e/ou semânticas:

Figura 3 – Diagrama de verbos no particípio regular



Fonte: Melo e Souza de Deus (2024, p. 149).

Se a experiência de ouvir e falar afeta as representações mais abstratas dos falantes, decerto que a frequência com que os itens lexicais são produzidos em uma determinada língua impacta



SUMÁRIO

na representação abstrata das palavras (Bybee, 2001). De acordo com Bybee (2001, p. 10), existem dois tipos de frequência a serem considerados: frequência de ocorrência (*token frequency*) e frequência de tipo (*type frequency*). A frequência de ocorrência é determinada pela quantidade de vezes em que uma unidade (palavra, estrutura silábica, unidade sonora) é encontrada em um determinado *corpus*. Já a frequência de tipo é determinada pela frequência de um padrão específico no léxico. Embora operem em harmonia, as frequências de tipo e de ocorrência produzem diferentes efeitos sobre as mudanças sonoras. Bybee (op. cit.) prevê dois efeitos diferentes da frequência de ocorrência nos processos de mudança:

- a. os itens lexicais com frequência de ocorrência mais alta, por questões articulatórias (automação de produção), tendem a ser afetados mais rapidamente pela mudança sonora, ou seja, mudanças foneticamente motivadas afetam mais rapidamente os itens lexicais que têm alta frequência de ocorrência;
- b. nos casos em que não se observa motivação fonética na mudança sonora: (i) a alta frequência de ocorrência de um determinado item pode garantir que este item não seja afetado pela mudança, uma vez que a sua alta ocorrência oferece ao falante fonte suficiente de aprendizado em sua experiência com a língua; (ii) a baixa frequência de ocorrência de um determinado item pode fazer com que este item seja mais rapidamente afetado pela mudança, uma vez que sua baixa ocorrência não oferece ao falante fonte suficiente de aprendizado, fazendo com que o falante recorra a formas mais frequentes e similares em sua experiência com a língua.

Um terceiro efeito da frequência pode ser verificado: o efeito da frequência de tipo (*type frequency*) na determinação da produtividade. Apesar de a produtividade de um padrão não ser determinada apenas pela frequência de um determinado tipo de estrutura,

quanto mais itens forem abarcados por um esquema, mais forte ele se torna e, conseqüentemente, mais disponível esse mesmo padrão linguístico se torna para ser aplicado a outros itens (Cristófaró Silva; Gomes, 2007, p. 171).

Segundo Cristófaró Silva e Gomes (2020, p. 35), uma modelagem da Fonologia na perspectiva dos Modelos Baseados no Uso permite "conciliar avanços das investigações experimentais da fala com a teoria fonológica", uma vez que permite sejam capturadas não apenas das representações abstratas das palavras no léxico, como também as formas efetivamente observadas no uso dos falantes. De acordo com esse modelo, a natureza detalhada das categorias que emergem das instâncias de uso permite não só a integração de unidades abstratas e informação fonética fina, como também a acomodação de informações de diferentes naturezas (neurofisiológicas, acústicas e de indexação social).

SUMÁRIO

FONOLOGIA NA LG E NA LBU: UMA SÍNTESE

As principais diferenças entre as teorias fonológicas de base gerativa e a fonologia baseada no uso residem na natureza das representações e em como os modelos concebem a organização sonora das línguas.

Teorias fonológicas de base gerativa postulam representações abstratas e invariantes, constituídas por traços distintivos organizados em estruturas discretas, como se vê na representação arbórea de /z/ proposta por Clements e Hume (1995) (Figura 1). Essas representações (subjacentes) apresentam apenas as informações imprevisíveis e não redundantes. Tais estruturas subjacentes sofrem



a ação de regras fonológicas que, de forma sequencial e ordenada (*feeding* e *bleeding* acima, por exemplo), geram as formas de superfície, explicando assim alternâncias no item. Um exemplo é a derivação de /gaz/ para [gajf] no português brasileiro, que envolve processos como pré-vocalização, palatalização e desvozeamento da fricativa na coda final. O reconhecimento de níveis distintos (minimamente dois: formas subjacente e superficial) é central nessas teorias, com o primeiro (forma subjacente) sendo o input abstrato e o segundo (forma superficial) o output concreto da gramática fonológica. Mesmo que desconsidere a aplicação de regras e lance mão apenas de restrições, a Teoria da Otimidade leva em consideração a ocorrência de processos e a existência de níveis de representação distintos. Com essa estratégia, essas teorias poupam o léxico (e a memória), uma vez que as alternâncias do item são decorrentes de processos explicados através de interações entre regras ou de restrições.

Em contraste, a Fonologia baseada no uso abandona a noção de unidades abstratas e invariantes, assumindo que as representações das palavras no léxico dos falantes são múltiplas e dinâmicas. Em uma abordagem baseada no uso para a Fonologia, as representações são redundantes e não contêm apenas informação distintiva, isto é, as representações contêm o detalhe fonético, o qual pode se referir tanto à informação linguística sem função distintiva, como também a informação relacionada a padrões de indexação social, capturando aspectos da identidade sociolinguística do falante (Cristófar Silva e Gomes, 2020, p. 13-14). Assim, por meio do acionamento de processos cognitivos de domínio geral, todas as instâncias de uso percebidas pelos falantes são armazenadas no léxico e, a partir da generalização sobre essas instâncias de uso, emergem as representações abstratas das palavras. É a partir, por sua vez, dessas representações abstratas das palavras, as quais constituem generalizações sobre os eventos de fala, que categorias fonológicas mais abstratas emergem. É por esse motivo que Pierrehumbert (2003; 2016) defende a existência de dois níveis de representação: (a) um

SUMÁRIO



SUMÁRIO

paramétrico, que contém as informações articulatórias e acústicas; (b) um discreto, que corresponde às categorias mais abstratas que emergem a partir das representações detalhadas dos itens lexicais e da organização dos itens em redes de similaridade fonética e/ou semântica. A frequência de uso desempenha um papel crucial nesse processo, moldando a força e a centralidade de cada categoria. A pesquisa de Flege e Hillenbrand (1986) sobre a percepção da distinção [s/z] por falantes de diferentes línguas maternas ilustra como a experiência com detalhes fonéticos específicos influencia a percepção de contrastes. Um modelo de Fonologia que incorpore as premissas da Linguística Baseada no Uso argumenta que o léxico armazena todas as variantes de um item lexical, com a frequência de cada variante impactando sua força representacional, como demonstrado por Connine, Ranbom e Patterson (2008) em seus experimentos com a vogal postônica no inglês. Assim, a Fonologia baseada no uso defende uma visão dinâmica e baseada na experiência do falante com a língua, em que a abstração emerge a partir do acionamento de processos cognitivos de domínio geral e da riqueza de detalhes presentes nos exemplares armazenados.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Thiago Lucius Alvarez. **Variação do plural de nomes do PB terminados em ditongo oral decrescente (vw)**: uma abordagem no modelo de exemplares. Rio de Janeiro, 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, 2021, p. 26.

BISOL, Leda. Ditongos derivados. **D.E.L.T.A.: Revistas de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. São Paulo, v.10, n. especial, p. 123-140, 1994.

BISOL, Leda (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SUMÁRIO

BISOL, Leda; SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). **Teoria da Otimidade**: Fonologia. Campinas: Pontes Editores, 2010.

BISOL, Leda. Fonologia lexical. *In*: HORA, Demerval da; MATZNAUER, Carmen Lucia (org.). **Fonologia, fonologias**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2017.

BRESCANINI, Claudia Regina; GOMES, Christina Abreu. Fonética *versus* Fonologia? **Letras de Hoje**, v. 49, n. 1, p. 5-10, 2014.

BYBEE, Joan. **Phonology and language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, Joan. **Language, usage, and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan. Usage-based theory and exemplar representation. *In*: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme (eds.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**, 2013. p. 49-69.

CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João. Processos em curso no Português do Brasil: a ditongação. *In*: HORA, Dermeval da; COLLISCHONN, Gisela. **Teoria lingüística**: fonologia e outros temas. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. p. 232-250.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. **The sound pattern of English**. New York: Harper e Row, 1968.

CLEMENTS, George N.; HUME, Elizabeth V. The internal organization of speech sounds. *In*: GOLDSMITH, John A. (ed.). **The handbook of phonology theory**. Cambridge: Blackwell, 1995. p. 246-306.

CONNINE, Cynthia M.; RANBOM, Larissa J.; PATTERSON, David J. Processing variant forms in spoken word recognition: The role of variant frequency. **Perception & Psychophysics**, 70, p. 403-411, 2008. <https://doi.org/10.3758/PP.70.3.403>

CRISTÓFARO SILVA, Thaís; GOMES, Christina Abreu. Variação lingüística: antiga questão e novas perspectivas. **Linguagem**, Amapá, v. 1, n. 2, p. 31-41, 2004.

CRISTÓFARO SILVA, Thaís; GOMES, Christina Abreu. Fonologia de Exemplos. *In*: HORA, Demerval da; MATZENAUER, Carmen Lucia (org.). **Fonologia, fonologias**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2017.

SUMÁRIO

CRISTÓFARO SILVA, Thaïs; GOMES, Christina Abreu. Fonologia na perspectiva dos Modelos de exemplares. *In*: GOMES, C. A. (Org.). **Fonologia na perspectiva dos Modelos de Exemplares**: para além do dualismo natureza/cultura na ciência linguística. São Paulo: Contexto, 2020.

FLEGE, James Emil; HILLENBRAND, James. Differential use of temporal cues to the /s/-/z/ contrast by native and non-native speakers of English. **Journal of the Acoustical Society of America**, 79, p. 508-517, 1986.

FOULKES, Paul; DOCHERTY, Gerard J. The social life of phonetics and phonology. **Journal of Phonetics**, 34, p. 151-167, 2006.

HINTZMAN, Douglas L. Schema abstraction in a multiple-trace memory model. **Psychological Review**, 93, p. 411-428, 1986.

HORA, Demerval da; Matzenauer, Carmen Lucia (org.). **Fonologia, fonologias**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2017.

JEFFRIES, Ella **Children's developing awareness of regional accents**: A socioperceptual investigation of pre-school and primary school children in York. PhD thesis, University of York, 2016.

JOHNSON, Keith. Speech perception without speaker normalization: An exemplar model. *In*: JOHNSON, Keith; MULLENIX, John W. (eds.). **Talker Variability in Speech Processing**. San Diego: Academic Press, 1997. p. 145-165.

JOHNSON, Keith. Speaker normalization. *In*: REMEZ, Robert E.; PISONI, David B. (eds.), **The Handbook of Speech Perception**. New York: Blackwell, 2005.

KAGER, René. **Optimality Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KENSTOWICZ, Michael. **Phonology in Generative Grammar**. Malden: Blackwell Publishing, 2004 [1994].

KIPARSKY, Paul. Some consequences of lexical phonology. **Phonology Yearbook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LEE, Seung-Hwa. Fonologia lexical do Português. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 23, p. 103-120, 1992.

MCCARTHY, John J. **A thematic guide to Optimality Theory**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.

SUMÁRIO

McCARTHY, John J. **Doing Optimality Theory**: Applying theory to data. Malden: Blackwell Publishing, 2008.

MELO, Marcelo Alexandre Silva Lopes de; SOUZA DE DEUS, Débora. "Eu tinha trago um cigarro antes que tivesse chego em casa": um estudo sobre a emergência de novas formas de participação no PB. **Revista Linguística**, v. 20, n. 2, p. 147-164, 2024

MOHANAN, Karuvannur Puthanveetil. Describing the phonology of non-native varieties of language. **World Englishes**, 11, p. 111-128, 1992.

NOSOFKY, Robert M. Attention, similarity, and the identification-categorization relationship. **J. Ex. Psych.: Gen**, 115, p. 39-47, 1986.

OPERSTEIN, Natalie. **Consonant structure and prevocalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010.

PATTERSON, David; LOCASO, Paul C.; CONNINE, Cynthia M. A corpus analysis of schwa vowel deletion frequency in American English. **Phonetica**, n. 60, p. 45-68, 2003.

PEPERKAMP, Sharon; DUPOUX, Emmanuel. Reinterpreting loanword adaptations: The role of perception. **15th ICPhS Barcelona**, 2003.

PIERREHUMBERT, Janet. Knowledge of variation. **Papers from the Parasession on Variation**: 30th meeting of the Chicago Linguistic Society. 1994.

PIERREHUMBERT, Janet. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition and contrast. */n*: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (eds.). **Frequency effects and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

PIERREHUMBERT, Janet. Probabilistic Phonology: Discrimination and robustness. */n*: BOD, Rens; HAY, Jennifer; JANNEDY, Stefanie (eds.). **Probability Theory in Linguistics**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2003, p. 177-228.

PIERREHUMBERT, Janet. **Phonological representation**: Beyond abstract versus episodic. *Annual Review of Linguistics*, 2, p. 33-52, 2016.

PIERREHUMBERT, Janet; BECKMAN, Mary; LADD, Bob. Conceptual foundations of phonology as a laboratory science. *In*: Burton-Roberts, Noel; CARR, Philip; DOCHERTY, G. (eds.). **Phonological knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 273-303.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. **Optimality Theory**: Constraint interaction in generative grammar. Rutgers University. 1993. doi: 10.7282/T34M92MV.



SCHANE, Sanford. A. Generative Phonology, Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1973.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Teoria da Otimidade e Fonologia. *In*: BISOL, Leda (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TOMASELLO, Michael. **Constructing a Language: A usage-based theory of language acquisition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

VIHMAN, Marilyn; CROFT, William. Phonological development: toward a "radical" templatic phonology. **Linguistics**, v. 45, n. 4, p. 683-725, 2007.

SUMÁRIO



4

Indaiá de Santana Bassani
Vitor Augusto Nóbrega
Natival Almeida Simões Neto

MORFOLOGIA

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *MORFOLOGIA*?

Frequentemente, o termo *Morfologia* é definido, a partir de sua etimologia, como o “estudo da forma” das palavras. Essa definição corrente, entretanto, é demasiado simplista, pois não abarca a variedade de fenômenos empíricos e objetos teóricos investigados por esse domínio da análise linguística.

No âmbito dos estudos linguísticos sincrônicos, quando falamos em Morfologia, estamos falando de uma **gramática das palavras**. Portanto, uma teoria morfológica deve focar em descrever e explicar as relações estruturais internas às palavras. Mais especificamente, as relações de forma e significado entre as unidades elementares que compõem palavras maiores. Quando falamos em Morfologia, conseqüentemente, implicamos a identificação das menores unidades segmentáveis de uma expressão linguística dotadas de conteúdo lexical ou gramatical. A essas unidades, a teoria morfológica dá o nome de **morfemas**. De maneira geral, a identificação do morfema se dá pela observação de sua recorrência formal e pela coerência de seu conteúdo; muito embora isolar um morfema em uma língua nem sempre seja uma tarefa fácil.

Desde o Estruturalismo, o método de comparação, segmentação e comutação das unidades linguísticas tem sido propício para a identificação sincrônica de morfemas e de sua distribuição internamente às palavras (Sausurre, 1916; Boas, 1911; Bloomfield, 1914, 1933). Ao observarmos brevemente o léxico de uma língua, podemos notar que as palavras são comumente compostas de mais de um morfema. Considerem, por exemplo, as seguintes palavras do português: *mes-a*, *post-o*, *pent-e*, *des-le-al*, *particip-a-ção*, *con-tra-i-r* e *re-tra-ir*. Somos capazes de perceber também que o léxico pode incluir palavras que são monomorfêmicas, tais como *sol*, *sim*, *mão*, *flor*, uma vez

SUMÁRIO



SUMÁRIO

que apresentam isomorfia entre a unidade “palavra”, enquanto objeto independente, e a unidade “morfema”.

Morfemas podem ser distribuídos em, pelo menos, dois grandes grupos. No primeiro grupo, temos os **morfemas lexicais**, as raízes, que correspondem a unidades responsáveis por veicular um conteúdo enciclopédico. Tomem, por exemplo, a raiz *gat-*, que descreve um felino, de quatro patas, geralmente adotado como animal de estimação. O segundo grupo é o dos **morfemas funcionais**, muitas vezes realizados de forma presa, isto é, afixal, que veiculam um conteúdo gramatical. Nesse grupo, estão presentes afixos que podem alterar a categoria de uma palavra – a exemplo de *-vel*, formador de adjetivos, e *-mente*, formador de advérbios –, bem como afixos que estabelecem contrastes gramaticais, como número, gênero, polaridade, etc. Em seu ordenamento linear, morfemas funcionais podem realizar-se antes da raiz, como **prefixos**, ou após a raiz, como **sufixos**. Mais raramente, morfemas funcionais podem ocorrer internamente à raiz, como **infixos**, ou mesmo ocorrer simultaneamente, antes e depois da raiz, como **circunfixos** ou **afixos descontínuos**.

RELAÇÕES ENTRE AS PALAVRAS E AS ESTRATÉGIAS DE DESCRIÇÃO MORFOLÓGICA

Ao falar de Morfologia, não podemos também deixar de abordar as relações que se estabelecem entre palavras vinculadas a um mesmo morfema lexical. São elas: (i) a **flexão** na forma de um morfema lexical e (ii) a **formação de palavras** a partir desse morfema. Em uma das definições mais acessíveis sobre essa distinção, Haspelmath e Sims (2010, p. 18) propõem que abordemos o morfema lexical de forma abstrata, conferindo a essa unidade apenas um conteúdo de base, o qual poderá obter diferentes formas em uma mesma língua. Essa unidade abstrata recebe o nome de **lexema** e

é grafada com caixa alta. Por exemplo, a raiz verbal *cant-*, enquanto forma, expressa o lexema CANTAR.¹

Assim, a morfologia flexional diz respeito às relações que se dão entre as formas que um mesmo lexema obtém quando em diferentes contextos gramaticais, sem que isso altere seu significado de base. A título de exemplificação, notem as formas que o lexema CANTAR pode assumir no português brasileiro popular quando vinculado a diferentes informações gramaticais, particularmente número e pessoa no presente do indicativo: (1.SG = eu) *canto*; (2.SG = você/tu; 3.SG = ele/a) *canta*, (1.PL = a gente) *canta*, (2.PL = vocês; 3.PL = eles/as) *cantam*. Percebam que o conteúdo vinculado a CANTAR pela raiz *cant-* mantém-se constante em todas as formas, muito embora cada uma delas faça referência a pessoas e números distintos. Nesse caso, vemos o mesmo lexema tomar diferentes manifestações – ou seja, flexionar – quando utilizado em diferentes ambientes gramaticais.

Outro tipo de relação entre as manifestações de um lexema ocorre nos processos de formação de palavras, tais como a **derivação** e a **composição**. Nesse caso, o lexema de base não mantém seu significado intacto. Tal significado é alterado de forma substantiva. Considerem novamente o lexema CANTAR e as seguintes palavras a ele associadas: *cantar*, *canto*, *cantora*, *cântico*, *cantiga*, *cantoria*, *cantada*, *cantarolar*, *canto lírico*. Embora haja uma correlação semântica entre seus conteúdos, cada forma apresenta um significado enciclopédico distinto. Além disso, cada uma flexiona de forma independente. Podemos, então, dizer que esses processos resultaram na formação de novas palavras, cada uma dando origem a um novo lexema, criando assim uma **família de palavras** vinculadas a um dado lexema de base.

1 Embora estejamos usando como notação uma forma infinitiva para caracterizar o lexema, é preciso deixar claro que o lexema corresponde somente a uma abstração, grosseiramente equivalente ao conceito veiculado pela unidade lexical, o qual será manifestado de diferentes formas a depender do ambiente gramatical em que é empregado.



A fim de aprofundar as observações sobre as relações entre as palavras e o que elas nos informam sobre nosso conhecimento linguístico, considerem outro exemplo. Observem que as palavras em (1) compartilham o mesmo lexema FIM, expresso pela raiz *fiN*, e apresentam diferentes afixos derivacionais, sejam eles formadores de nomes, adjetivos, verbos, advérbios e conjunções, notadamente, *-al*, *-iz-(ar)*, *-ção*, *a-*, *-mente* e *semi-*.

- | | | |
|-----|-----------------------|----------------------|
| (1) | a. fim | e. afim |
| | b. final | f. afinal |
| | c. finalizar | g. finalmente |
| | d. finalização | h. semifinal |

A raiz *fiN* veicula o significado de base das formações em (1) e mantém com os afixos listados diferentes relações morfossintáticas, fonético-fonológicas e semânticas. Por exemplo, a palavra *fim*, em (1a), pode ser descrita como um nome masculino no singular (propriedades morfossintáticas), composto pelos fonemas /f/, /i/ e /N/, que se implementam foneticamente como [fĩ] (propriedades fonético-fonológicas). Seu significado enciclopédico remete a um momento de delimitação temporal, ou seja, “ao limite em que algo é interrompido” (propriedades semânticas).

Já em (1b), um sufixo *-al* é concatenado à palavra – ou, a partir de outro olhar, à própria raiz – *fiN*, dando origem à palavra *final*, alterando suas propriedades iniciais do seguinte modo: há, em (1b), a possibilidade de descrição da formação como um adjetivo de dois gêneros, embora a palavra *final* possa também ser descrita como nome quando determinada por outro elemento, tal como um artigo definido (e.g., *o/a final*). Adiciona-se a fonologia /al/, foneticamente implementada como [aw], e seu significado enciclopédico é ampliado para “propriedade de/ou término”.



Notem também que o verbo que contém a raiz *fim*, em (1c), é formado a partir do adjetivo *final* e nunca a partir do nome *fim*: *finalizar* vs. **fimzar*. Logo, estabelece-se uma relação de compatibilidade ou licenciamento entre o afixo formador de adjetivos *-al* e o afixo formador de verbos *-iz(ar)*. O mesmo tipo de relação de licenciamento ocorre entre o sufixo formador de verbos *-iz(ar)* e o sufixo formador de nomes abstratos a partir de verbos, isto é, *-ção*, como se observa pela gramaticalidade de *finalização*, em (1d), e pela agramaticalidade (ou inexistência), em contrapartida, de **finalizamento*.

Vejam que, por meio desse breve passeio pelas relações entre as palavras de um lexema, ilustramos não apenas como é possível operar com as potencialidades de uma mesma unidade abstrata na constituição do léxico, mas também como somos capazes de explicar as impossibilidades morfológicas que uma determinada língua apresenta. É imprescindível considerar, portanto, em qualquer descrição morfológica, as potencialidades que residem no léxico de uma língua, bem como a posição em que seus morfemas são concatenados para dar origem a novas palavras. Por exemplo, muitas das palavras derivadas em (1) têm como base a palavra complexa *final* e não propriamente a raiz *fiN*. Nesse caso, espera-se que as propriedades definidas nesse primeiro nível de anexação morfológica, entre *fiN* e *-al*, sejam mantidas nos níveis subsequentes de afixação e atreladas à expressão desse lexema.

Recorre-se, assim, a um conceito fundamental na Morfologia, especialmente a partir da Morfologia Gerativa (ARONOFF, 1976): o conceito de **base**. A base é a parte da palavra à qual um afixo se concatena, podendo ser idêntica a uma raiz – a qual, em algumas línguas, é equivalente a uma **base presa**, como é o caso do português – ou corresponder a uma palavra completa e capaz de ser licenciada de forma independente, ou seja, a uma **base livre**. Por exemplo, na palavra *finalmente*, a base de anexação do sufixo *-mente* é a palavra *final*, mas a raiz da formação é *fim*. Notem que o conceito de base

SUMÁRIO



surge em uma visão processual da formação morfológica, em que o elemento mais relevante é a palavra-base da formação.

O estudo da Morfologia, desse modo, busca explicar como as combinações entre morfemas e outras unidades relevantes são realizadas e quais combinações são possíveis ou impossíveis em uma determinada língua (Fábregas; Scalise, 2012, p. 2). Além da combinação básica e dos contextos de licenciamento dos morfemas, é preciso descrever também as variações sistemáticas de forma e significado que esses morfemas sofrem em diferentes contextos, o que se configura como o estudo da **alomorfia** e da **supleção**, de um lado, e da **polissemia** (mais recentemente denominada **alossemia**; Marantz, 2013), de outro.

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E MODELOS DE ANÁLISE MORFOLÓGICA

Quando falamos em Morfologia, um aspecto interessante que se soma ao campo é o fato de as línguas naturais expressarem valores gramaticais e semânticos por meio de diferentes estratégias morfo(fono)lógicas. Em outras palavras, a morfo(fono)logia das línguas varia. Por um lado, há línguas que utilizam predominantemente padrões concatenativos, como afixação e composição², enquanto outras apresentam uma predominância de padrões não concatenativos, como modificações fonológicas internamente a uma base, reduplicação e subtração de segmentos fonológicos.

São consideradas línguas (predominantemente) **concatenativas** aquelas em cujas expressões linguísticas é fácil isolar a base e seus afixos, que são compostos por fonemas segmentais, aos quais se atribuem valores semânticos e gramaticais. Essas línguas servem como motivação para teorias morfológicas do tipo

2

Para uma proposta de tipologia completa de padrões concatenativos nas línguas naturais, ver Bye e Svenonius (2012).



SUMÁRIO

Item-e-Arranjo, em que o item básico é o morfema e o arranjo se refere às disposições combinatórias estabelecidas entre tais itens. O espírito da teoria Item-e-Arranjo está presente desde os modelos desenvolvidos no início do Estruturalismo, cuja proposta era a máxima segmentação de morfemas, até teorias gerativistas de base sintática propostas nos anos 1980 e 1990, sejam elas lexicalistas, isto é, teorias que atribuem ao componente lexical da gramática o poder de gerar palavras, como as propostas de Di Sciullo e Williams (1987) e Lieber (1992), ou não lexicalistas, ou seja, teorias que restringem à sintaxe o poder de gerar palavras, bem como o de gerar sentenças, como a proposta de Halle e Marantz (1993), a ser mais bem discutida na seção seguinte.

O português, assim como outras línguas indo-europeias, é predominantemente uma língua concatenativa, em que a adição linear de morfemas a uma base é o principal mecanismo de flexão e de formação de palavras. Embora o português seja principalmente concatenativo, ele também apresenta alguns padrões não concatenativos, especialmente na flexão, como nos chamados padrões irregulares, bem como em formas truncadas (e.g., *padoca*, *refri*, *cerva*) e em *blends* (e.g., *namorido*, *apartamento*, *acãoxonado*). Já nas línguas caracterizadas como não concatenativas, em que a afixação linear não é predominante, observa-se uma série de processos morfofonêmicos, nos quais a alteração semântica e gramatical da formação é dada por modificações formais na base. Essas alterações podem ser segmentais, como mutação vocálica ou consonantal, reduplicação e subtração; suprasegmentais, como alteração de tom, acento, duração vocálica ou consonantal; e também podem ocorrer por alteração na posição dos fonemas, como na metátese (Spencer, 1998).

Línguas semíticas, como o árabe e o hebraico, são exemplos clássicos de línguas em que predomina uma morfologia não concatenativa, particularmente na formação de palavras. Por exemplo, paradigmas nominais e verbais se formam pela manipulação de três

tipos de elementos, a saber: (i) raízes compostas de 2 a 4 segmentos consonantais, (ii) conjuntos de vogais que se intercalam entre as consoantes da raiz e (iii) esqueletos suprasegmentais do tipo CV (consoante-vogal) que definem o tipo de arranjo para as raízes e os padrões vocálicos. No árabe moderno, por exemplo, inúmeros padrões verbais emergem a partir desses primitivos, conforme os dados em (2) com a raiz $\sqrt{\text{KTB}}$, retirados e adaptados de Kastner e Tucker (2019, p. 3).

(2) Padrões verbais do árabe moderno combinados à raiz $\sqrt{\text{KTB}}$

Esqueleto CV	Exemplo	Tradução
CaCaC	<i>katab</i>	'x <u>escreveu</u> '
CaCCaC	<i>kattab</i>	'x <u>fez</u> alguém <u>escrever</u> '
CaaCaC	<i>kaatab</i>	'x se <u>correspondeu</u> '
ʔaCCaC	<i>ʔaktab</i>	'x <u>ditou</u> '
taCaCCaC	<i>takassar</i>	'x <u>quebrou</u> '
taCaaCaC	<i>takaatab</i>	'x <u>escreveu</u> (recíproco)'
inCaCaC	<i>inkatab</i>	'x se <u>inscreveu</u> '
iCtaCaC	<i>iktatab</i>	'x <u>copiou</u> '

Para línguas do tipo **raiz-e-padrão**, como o árabe e o hebraico, além dos primitivos mais comuns, como morfemas, palavras e regras, a Morfologia também precisa considerar outros elementos, tais como padrões suprasegmentais abstratos, sílabas, pés, moras, etc. Propostas teóricas como a desenvolvida pela Morfologia Prosódica (McCarthy; Prince, 1990; Gonçalves, 2021) e pela Teoria da Otimidade (McCarthy; Prince, 1993; Downing, 2018) oferecem ferramentas específicas e eficientes para descrever e explicar construções morfológicas dessa natureza.



Ainda, quando falamos em Morfologia, também estamos lidando com uma multiplicidade de modelos teóricos (Stewart, 2016; Audring; Masini, 2018). Hockett (1954) foi quem propôs uma primeira taxonomia que divide as teorias morfológicas baseadas em morfemas em teorias do (i) tipo Item-e-Arranjo, mencionada anteriormente, e teorias do (ii) tipo **Item-e-Processo**. A essa classificação, somam-se também teorias para a Morfologia baseadas na palavra, como o modelo de **Palavra-e-Paradigma** (Matthews, 1991; Blevins; Ackerman; Malouf, 2018). Embora existam naturalmente detalhes que diferenciam essas abordagens, relevantes para uma discussão ampla sobre a caracterização do conhecimento morfológico humano, não poderemos explorar todas suas filigranas em profundidade neste capítulo. Entretanto, convidamos o leitor a ponderar sobre tais abordagens quando provocado por questões morfológicas.

De toda sorte, qualquer modelo teórico para a Morfologia enfrentará três questões fundamentais:

1. *Quais são os primitivos linguísticos mínimos assumidos na descrição e análise morfológica?*

Basicamente, as teorias morfológicas se dividem entre duas variedades: aquelas que assumem o morfema como primitivo e aquelas que assumem a palavra.

2. *Como esses primitivos linguísticos são combinados?*

Há teorias que assumem que os primitivos são combinados por meio de regras específicas de formação de palavras ou pertencem a paradigmas específicos. Há, por outro lado, teorias que assumem que os primitivos são manipulados por meio das mesmas regras utilizadas para a formação de sintagmas e sentenças.



3. *Onde e como esses primitivos são armazenados?*

Neste âmbito, há discussões a respeito da natureza do léxico mental que armazena os primitivos linguísticos, essencialmente se o léxico tem propriedades gerativas ou se é apenas um repositório estático, isto é, uma lista.

Dada a multiplicidade de abordagens para o estudo da Morfologia, não é raro que pesquisadores, de diferentes campos teóricos, trabalhem paralelamente em questões empíricas comuns, sem se familiarizar com tratamentos alternativos para os mesmos problemas. A fim de possibilitar um diálogo entre diferentes abordagens para a Morfologia, seja na Linguística Gerativa ou na Linguística Baseada no Uso, este capítulo apresenta e contrasta dois modelos morfológicos específicos: a **Morfologia Distribuída** (MD), como um exemplar de modelo formal gerativo, e a **Morfologia Construcional** (MC), que se caracteriza como uma abordagem cognitivo-funcional, vinculada à Linguística Baseada no Uso. Ao final, apresentamos uma breve comparação entre suas estratégias explicativas, de forma a sintetizar os contrastes destacados ao longo do capítulo.

MORFOLOGIA NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

Nos estudos sobre o domínio da palavra no âmbito da Linguística Gerativa (LG), a Morfologia pode ser abordada, pelo menos, de dois modos: (i) como um componente gerativo independente, localizado internamente ao componente lexical, ou (ii) como resultado de operações sintáticas concatenativas, seguidas por um conjunto de operações pós-sintáticas de reajuste responsáveis por organizar a distribuição linear dos morfemas. A primeira abordagem é comumente caracterizada como **lexicalista**, pois assume que tanto o Léxico quanto a Sintaxe são componentes gerativos, cada

qual encarregado da formação de um tipo de objeto linguístico: palavras e sentenças, respectivamente. A segunda abordagem, por sua vez, é considerada **não lexicalista**, pois não postula um componente lexical gerativo exclusivo para a formação de palavras, atribuindo à Sintaxe a responsabilidade de combinar os elementos que compõem sua estrutura. Nesta seção, adotaremos essa segunda perspectiva e, como modelo representativo da abordagem não lexicalista, tomamos a MD, conforme destacado anteriormente.

Proposta por Morris Halle e Alec Marantz no início dos anos 1990, a MD redefine a Arquitetura da Gramática dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros, com ênfase na interface entre a Morfologia e a Sintaxe. Esse modelo gerativista de análise morfológica foi desenvolvido como uma alternativa aos modelos predominantes no final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, fortemente influenciados pela **Hipótese Lexicalista** – uma consequência direta das ideias apresentadas em Chomsky (1970).³

No que se refere aos primitivos assumidos por esse modelo, especialmente em resposta à primeira questão norteadora deste capítulo – *Quais são os elementos mínimos assumidos na descrição e análise morfológica?* –, a MD é concebida como um modelo baseado em morfemas, os quais correspondem a **raízes** e **traços formais**. As raízes abrigam o significado semântico-lexical das palavras (e.g., $\sqrt{\text{CANT}}$ e $\sqrt{\text{DORM}}$).⁴ Os traços formais, por sua vez, codificam informações gramaticais, como número, aspecto, tempo e gênero, além de traços responsáveis por atribuir as categorias verbal, nominal, ou adjetival, conhecidos como categorizadores. Os traços formais são desprovidos de conteúdo fonológico e, em alguns contextos, podem estar organizados em um “feixe”.

3 Para detalhes sobre o surgimento da MD, ver Lazzarini-Cyrino (2022).

4 No entanto, ainda há debate na literatura sobre se esses primitivos possuem material fonológico intrínseco ou se sua realização fonológica ocorre apenas em etapas posteriores do processo de formação da estrutura sintática da palavra (cf. Bassani; Minussi, 2020; Panagiotidis; Nóbrega, no prelo).



SUMÁRIO

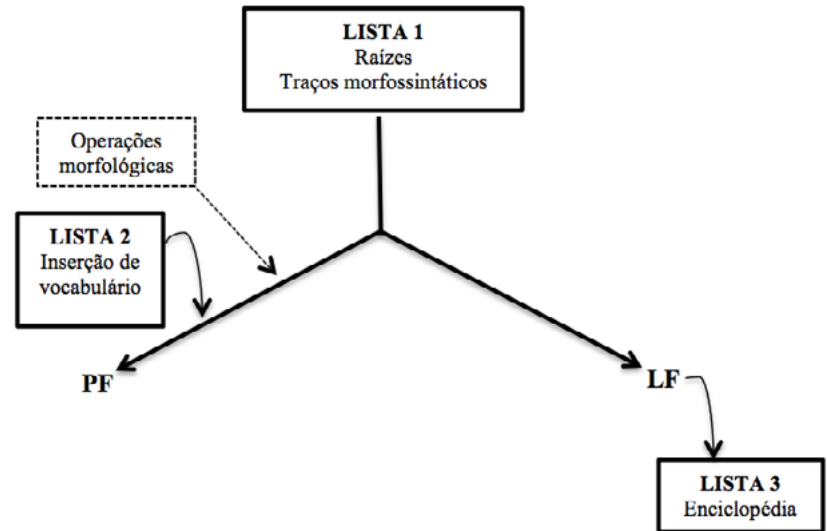
Do ponto de vista representacional, são esses elementos que servem de base para a formação de qualquer objeto linguístico, desde palavras até sentenças. Na Arquitetura da Gramática delineada pela MD, parte-se do pressuposto de que tais primitivos ocupam os nós terminais sintáticos. Em outras palavras, raízes e traços formais representam, cada um, as “folhas” de um dado “galho” da estrutura sintática. Dessa perspectiva, palavras não figuram como unidades elementares do conhecimento linguístico humano. Pelo contrário, o conceito de “palavra”, segundo a MD, emerge apenas como um epifenômeno, isto é, um produto indireto da combinação de morfemas em uma estrutura sintática.

Além disso, em resposta à segunda pergunta norteadora deste capítulo – *Como são combinados os primitivos linguísticos?* –, a MD admite que os morfemas postulados são manipulados por operações combinatórias dentro da Sintaxe, particularmente pelas operações Concatenar (*Merge*) e Mover (*Move*), que constituem a base gerativa desse componente. É por essa razão que a MD pode ser caracterizada como uma teoria derivacional e sintática de formação de palavras, alinhando-se, em certa medida, a outras propostas sintáticas desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990, como as de Di Sciullo e Williams (1987) e Lieber (1992).

No entanto, a principal diferença entre a MD e outras teorias morfológicas de viés sintático reside na resposta à terceira pergunta norteadora deste capítulo: *Onde e como são armazenados os primitivos linguísticos?* Diferentemente de teorias que postulam um Léxico gerativo – com regras e operações combinatórias dedicadas exclusivamente à formação de palavras –, a MD assume apenas uma lista estática de peças pré-sintáticas, a **Lista 1**. Cabe, então, à Sintaxe lidar com qualquer forma de combinação na gramática. Além disso, os morfemas armazenados na Lista 1, como dissemos, carregam apenas informações sintático-semânticas. Já informações fonológicas e enciclopédicas (i.e., conceituais) estão alocadas em outras listas,

armazenadas em diferentes pontos da gramática, conforme ilustrado na Figura 1, extraída de Bassani e Minussi (2015, p. 140).

Figura 1 – A arquitetura da Gramática na Morfologia Distribuída



Fonte: Bassani e Minussi (2015, p. 140).

Ainda, uma das premissas fundamentais de modelos gerativistas não lexicalistas, como a MD, é a **decomposição plena** (Embick, 2015). De acordo com essa premissa, o Léxico é composto por unidades lexicais simples, isto é, unidades que não ultrapassam os limites dos morfemas.⁵ Assim sendo, a gramática está livre para gerar quaisquer combinações, que serão avaliadas pós-sintaticamente quanto à sua integridade interpretativa. Consequentemente, caberá

5 Os “feixes de traços” assumidos pela MD, embora compreendam mais de uma informação funcional (e.g., um feixe envolvendo os traços de pessoa, número e gênero), não precisam ser vistos necessariamente como um objeto complexo, estruturado, uma vez que estarão contidos em um mesmo conjunto. Logo, são itens não ordenados. Modelos neoconstrucionistas que admitem projeções estendidas, como é o caso do Modelo Exoesquelético, vão apresentar primitivos mais intrincados – isto é, projeções funcionais nominais e verbais –, as quais podem ser pareadas às construções da GC. Entretanto, elas não compreendem uma construção particular da língua, estando disponíveis para qualquer base lexical (no caso, as raízes), e nem ocorreriam por si sós.

às interfaces semântica (LF) e fonológica (PF) determinar se as estruturas construídas pela Sintaxe são interpretáveis ou não. Dessa forma, toda estrutura linguística, seja composicional ou idiossincrática, deverá ser formada pela gramática toda vez que for empregada.

A decomposição plena estabelece uma distinção significativa entre a organização da gramática para a **Gramática de Construções** (GC), a ser explorada na próxima seção, e para os modelos gerativos não lexicalistas, como a MD. Enquanto a GC pressupõe a existência de esquemas complexos predeterminados e específicos para certos processos morfológicos, a MD rejeita essa abordagem, assumindo um Léxico composto apenas por peças simples. A MD, por exemplo, recorrerá a outras estratégias formais para explicar de que modo padrões morfológicos regulares são obtidos, bem como de que forma as estruturas complexas das formações morfológicas podem receber interpretações convencionais ou idiossincráticas.

No que se refere ao caminho pós-sintático das expressões complexas geradas a partir da combinação dos morfemas, a **Lista 2** – i.e., o **Vocabulário** –, representada na Figura 1, armazena os **Itens de Vocabulário** (IVs). Esses itens consistem em instruções para a inserção de material fonológico nos nós terminais formados pela Sintaxe, especialmente aqueles correspondentes aos traços formais. Nesse momento, uma propriedade importante do modelo deve ser considerada, a **Inserção Tardia** dos IVs, segundo a definição sintetizada por Lazzarini-Cyrino (2022, p. 51-52):

"Inserção Tardia: a sintaxe opera apenas com categorias abstratas, sem expoentes fonológicos. Somente após o fim da derivação sintática é que a fonologia é inserida na estrutura, com base no inventário de Itens de Vocabulário disponíveis na Lista 2."

Por fim, a **Enciclopédia**, também denominada **Lista 3**, "armazena os significados de natureza conceitual, sejam eles 'literais' ou idiossincráticos, que serão atribuídos às raízes a partir do



ambiente sintático em que elas estão inseridas" (Armelin; Nóbrega, 2022, p. 129).⁶

Para compreender melhor as premissas do modelo, especialmente no que diz respeito aos aspectos sintáticos da formação de palavras, discutimos brevemente na próxima subseção como a composição pode ser formalmente tratada na MD. Embora o modelo da MC seja formalmente introduzido na próxima seção, antecipamos aqui uma comparação entre os mecanismos empregados pela MD para explicar a formação de compostos e as propostas que consideram construções como primitivos gramaticais. Para essa comparação, focamos em uma propriedade central da composição: a disposição do núcleo da formação.

NUCLEARIDADE EM COMPOSTOS

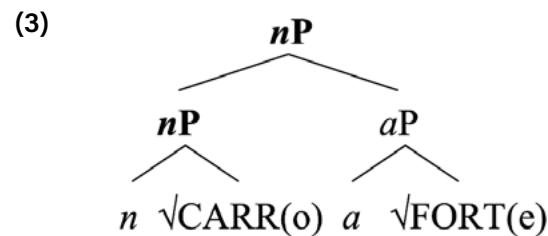
Compostos, de modo amplo, envolvem a combinação de dois lexemas. Os lexemas de um composto são combinados em uma relação assimétrica, isto é, um deles apresentará proeminência formal e semântica sobre a formação. Para ilustrar, considerem o composto *carro-forte*. A combinação envolve um nome, *carro*, e um adjetivo, *forte*, dando origem a outro nome, *carro-forte*. Podemos dizer que o nome *carro* opera como núcleo da composição, tendo em vista que determina a categoria lexical do objeto formado e opera como seu hiperônimo semântico: um *carro-forte* é um tipo de *carro*.

O português, bem como as demais línguas românicas, tem majoritariamente como núcleo de seus compostos o constituinte mais à esquerda. As línguas germânicas, por sua vez, terão como núcleo de seus compostos o elemento mais à direita. Como exemplo, tomemos o composto do holandês *snel trein* lit. rápido + trem 'trem-bala', em que o núcleo formal e semântico, *trein*, situa-se à direita da formação.

6 Dadas as limitações de espaço e escopo, remetemos o leitor a Scher, Bassani e Armelin (2022) para uma apresentação mais detalhada do funcionamento do modelo.



Para abarcar a observação de que um dos constituintes do composto terá proeminência com relação aos demais, a MD admite que a organização sintática subjacente à concatenação de seus membros demanda a identificação de um núcleo, isto é, de um constituinte cujas propriedades determinará a distribuição subsequente daquela formação na sentença. Em termos formais, o núcleo de um composto será o item que projetará seus traços formais e semânticos sobre toda a estrutura. Isso é o que se observa na estrutura sintática em (3), em que o nome *carro*, formado a partir da concatenação entre a raiz $\sqrt{\text{CARR}}$ e um núcleo categorizador *n*, projeta suas informações nominais (*nP*) sobre a combinação *carro forte*.

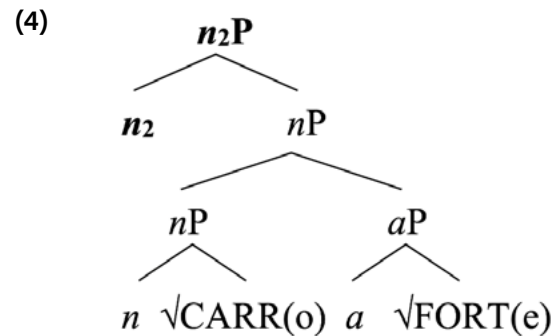


A estrutura em (3) recupera as previsões de formação de um sintagma nominal qualquer na língua, em que um nome modifica um adjetivo, tal como em *dia frio* ou *livro interessante*. Com isso, percebemos que compostos, de acordo com essa abordagem para a formação de palavras, são formados da mesma forma que seus correspondentes sintagmáticos. Sendo assim, a diferença paramétrica observada na posição do núcleo dos compostos, se à esquerda ou à direita, decorreria naturalmente das previsões de linearização da estrutura sintática que cada grupo linguístico faz; algo não surpreendente se considerarmos a paridade de propriedades que a composição apresenta com relação às relações sintagmáticas (Scalise; Guevara, 2009).

Entretanto, enquanto sintagmas nominais são considerados bem formados levando em conta a descrição estrutural em (3), um



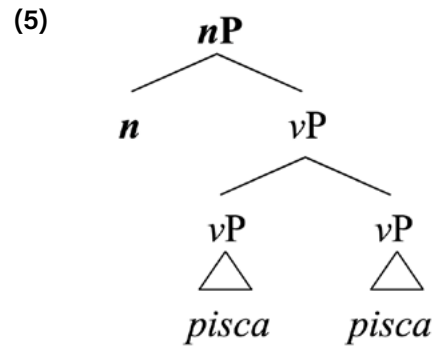
composto nominal apresentará um passo derivacional adicional, qual seja, a categorização da estrutura em (3) por um núcleo categorial independente, muitas vezes sem expoência fonológica (Nóbrega, 2014a, 2015), representado pelo núcleo categorial n_2 na estrutura do composto *carro-forte*, em (4).



O núcleo categorial superordenado, em (4), isto é, n_2 , pretende abarcar as propriedades de integridade lexical observadas na composição, ou seja, o fato de que os membros de um composto não estão disponíveis de forma isolada para operações de movimento ou para servirem como correferentes anafóricos (e.g., **forte_i, eu vi um carro-forte_i hoje*). Logo, o núcleo categorial n_2 torna a formação complexa *carro forte* em um único objeto sintático.

Naturalmente, nada impede que o núcleo categorial em (4) seja de outra natureza, como, por exemplo, um verbalizador (v) ou um adjetivizador (a). Essa é uma possibilidade em aberto para o sistema gerativo. E, na realidade, é uma possibilidade explorada pelas línguas, tendo em vista a ocorrência de compostos categorialmente exocêntricos, isto é, compostos em que o núcleo categorial não deriva da projeção da categoria de seus membros constituintes. Um exemplo são os compostos verbais *pisca-pisca* e *pega-pega* que, apesar de serem formados por dois verbos, dão origem a um nome, como ilustrado em (5).





Essas propriedades formais com relação à nuclearidade são explicadas por meio de construções específicas pela GC. Booij (2015, p. 190), por exemplo, recorre ao esquema em (6) para capturar a formação de compostos A+N das línguas germânicas:

$$(6) \quad \langle [X_i Y_j]_{Y_k} \leftrightarrow [SEM_j \text{ com relação } R \text{ a } SEM_i]_k \rangle$$

A primeira observação a ser feita com relação à construção em (6) diz respeito à posição do núcleo, que, como vimos, deve estar localizado à direita nessas línguas. O núcleo formal, que define a categoria do composto, é identificado pela cópia da categoria de Y como a categoria global da construção, algo que está marcado na porção esquerda do esquema, dedicado à descrição da forma do composto. Por sua vez, o núcleo semântico está descrito pela caracterização semântica da construção em (6), detalhada à direita do esquema, a qual determina que o conteúdo SEM do item recuperado pelo índice j – no caso, o membro à direita, Y – é modificado pelo conteúdo SEM do item recuperado pelo índice i, ou seja, X. R define a relação de modificação aplicada no contexto.

Podemos recuperar o composto *snel trein* lit. rápido + trem ‘trem-bala’ como uma instanciação da construção em (6), admitindo que R descreve a relação “ter propriedade de”. A instanciação desse composto, como um produto da construção em (6), pode ser representada como (7):

(7) $\langle [snel_i \text{ } trein_j]_{vk} \leftrightarrow [SEM_i \text{ tem propriedade de } SEM_i]_k \rangle$

O que vemos, portanto, é que, diferentemente da MD, a GC marcará como parte dos esquemas construcionais qual membro define as propriedades formais da construção, enquanto a MD recorre à projeção dessas propriedades como parte da derivação de sua estrutura. Casos de exocentricidade categorial, como em (5), deverão, portanto, envolver uma construção particular, diferente daquela em (6). Na MD, a exocentricidade categorial é uma possibilidade prevista pelo sistema gerativo para qualquer forma composta, tendo em vista que a formação de um composto decorre da categorização adventícia de uma estrutura sintagmática, seja essa categorização feita por um núcleo nominal, verbal ou adjetival. Por fim, a posição do núcleo, se à direita ou à esquerda, é definida pela construção *a priori*, ao passo que para a MD ela será resultado das estratégias de linearização empregadas pela língua em questão.⁷

Voltaremos a tratar dos compostos mais uma vez, quando explorarmos como um modelo baseado no uso pode explicar a estrutura interna da palavra em contraste com um modelo gerativista na próxima seção.

MORFOLOGIA NA LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

A Linguística Baseada no Uso (LBU), como vem sendo explicado ao longo deste livro, é uma corrente teórico-metodológica de cariz cognitivo-funcional que se caracteriza pela articulação entre princípios da Linguística Funcional (LF) e da Linguística Cognitiva

7 O português apresenta compostos cujo núcleo se aloca à direita, tal como *hidroginástica* e *radio-táxi*. Nesses casos, é preciso considerar a qualidade de seus membros —no caso, o fato de um deles ser um radical—e a influência de decalques.



(LC), sobretudo pelo advento da GC. Assim, o estudo da Morfologia pelo viés da LBU se orienta pela noção de **construção**, que, nos termos de Goldberg (1995, 2006), é o pareamento convencionalizado entre forma e função ou forma e significado.

No rol da LBU, há diversas propostas de descrição e análise morfológica, dentre os quais se destacam o de Bybee (2016 [2010]), de orientação funcionalista, o de Hamawand (2011), de orientação cognitivista, e o de Booij (2010), de orientação construcionista. Todos esses modelos se centram na noção básica de construção. Neste capítulo, optamos por apresentar a MC, proposta inicialmente por Geert Booij, na Universidade de Leiden (Holanda), mas com profícuo desenvolvimento em centros acadêmicos dentro e fora da Europa, o que inclui o Brasil, que tem a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Bahia como importantes centros de pesquisas com esse modelo (Soledade; Gonçalves; Simões Neto, 2022).

No Brasil, a discussão sobre a filiação teórica da MC e/ou sobre a sua adequação para tratar de fatores de uso e de demandas semântico-pragmáticas tem sido feita desde as primeiras publicações feitas com aplicações do modelo à fenômenos morfológicos da língua portuguesa (Soledade, 2013; 2018; Gonçalves; Almeida, 2014; Simões Neto, 2017; 2020; 2024; Tavares da Silva, 2019; 2020). Em recente publicação, Lemos de Souza (2024) defendeu a vinculação epistemológica da MC à LG e à sua consequente desvinculação à LC. Ao final da sua explanação, o autor sugere que

[a] questão não é se a MC fica mais ou menos capaz de explicar e descrever fenômenos morfológicos por ser gerativista ou cognitivista, especialmente numa área em que a agenda de pesquisa foi instituída pela LG e recebida pela LC. A questão é que fundamentos epistemológicos são requisitos para a legibilidade de um modelo teórico, e a MC, além de não ser explícita quanto à sua filiação, é ambivalente em sua apresentação. Contudo, a

SUMÁRIO



interpretação sistêmica do modelo fornece evidências positivas e negativas de sua filiação gerativa, se não da falta de identidade teórica, alternativas que igualmente afastam a MC da LC (Lemos de Souza, 2024, p. 28).

Assim, considerando a ambivalência ou a indefinição da vinculação teórica da MC, apoiamo-nos no entendimento de que se trata de um modelo construcionista de orientação cognitivo-funcional, uma vez que:

- a. Entende que a língua funciona como uma rede multidimensional de construções que se conectam mediante operações de compatibilização/unificação e coerção, não havendo dicotomia entre léxico e gramática (Booij, 2010a; Booij, 2010b, Booij, 2019; Booij *et al.*, 2021);
- b. Defende que as construções estejam armazenadas em um **constructicon** – um blend de *construction* e *lexicon* que dá a ideia de um léxico de construções, a ser mais bem explorado adiante – e as palavras derivadas altamente composicionais ou palavras cujos padrões flexionais sejam totalmente regulares podem estar plenamente armazenadas no *constructicon*, a depender de fatores diversos, incluindo frequência de uso (Booij, 2017a);
- c. Assume que as construções morfológicas se organizam por meio de esquemas e subesquemas, e essa organização varia de falante para falante, pois depende da sua experiência e do uso que faz da língua (Booij *et al.*, 2021);
- d. Adota diversos modelos de herança de forma a contemplar idiomatismos na rede de construções morfológicas, não relegando à periferia tais construções, além de defender a flexibilidade dos esquemas de construções idiomáticas, no sentido de esses poderem receber novas instanciações (Booij, 2010b);

SUMÁRIO



SUMÁRIO

- e. Acata a noção de fragmentação semântica das construções morfológicas, possibilitando a análise da polissemia, motivada por metáfora e metonímia e
- f. Compreende que construções morfológicas também podem ser analisadas em termos de produtividade, esquematicidade e composicionalidade.

A nossa assunção da MC como um modelo de cariz cognitivo-funcional se ancora também em uma série de compreensões de outros autores que são referências de movimentos nos centros acadêmicos nacionais e internacionais, notadamente:

- A inclusão de capítulos sobre o modelo em *handbooks* voltados para a LC, LF ou GC, tais como *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (Hoffmann; Trousdale, 2013) e *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics* (Dancygier, 2017);
- A compreensão de que a MC “desenvolve-se como uma especialização da LFCU para a abordagem das construções em nível morfológico, recebendo também o afluxo de diálogos com a Linguística Cognitiva” (Barbosa; Oliveira, 2021, p. 219) e, nesse sentido, destacam-se arranjos teóricos com a Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais, como feito por Simões Neto (2020), e Teoria dos Esquemas de Imagem, como feito por Tavares da Silva (2020), além do acionamento de conceitos, como neoanálise, caro à Linguística Funcional-Cognitiva, como fez Gonçalves (2024);
- A inserção acadêmica em eventos nacionais e internacionais da área de Morfologia, como o XVIII *Encuentro de Morfólogos: Las construcciones en morfología*, que aconteceu em 2022, na Universidade de Alcalá (Espanha), aceitando tanto trabalhos formalistas orientados pelo neoconstrucionismo, o que inclui a Nanossintaxe (Fábregas, 2013), quanto trabalhos que



SUMÁRIO

se assentam no cognitivismo funcional, cujo “modelo mais conhecido é a Morfologia de Construções de G. Booij (2010)” (*XVIII Encuentro de Morfólogos: las construcciones en morfología*, 2ª circular, 2022, p. 1, tradução nossa⁸);

- A proposição de uma perspectiva cognitivo-funcional intitulada Morfologia Construcional Diacrônica, por Norde e Trousdale (2023), que entendem essa proposta como uma articulação entre a MC, de Booij (2010), essencialmente sincrônica, e a Gramática de Construções Diacrônica, “uma abordagem cognitiva para a mudança linguística que se preocupa como os pares forma-significado, de vários graus de abstração e complexidade, vêm a ser convencionalizados, adaptados e perdidos em uma comunidade linguística” (Norde; Trousdale, 2023, p. 145, tradução nossa⁹);
- O entendimento de que a MC é um modelo consistente com o modelo pioneiro de morfologia baseada no uso proposto por Bybee (1985), como propõem Monakhov e Diessel (2024);
- A compreensão de que a GC “[...] concretiza os princípios fundamentais da Linguística Cognitiva (LC) conforme aplicados à teoria gramatical, especialmente a natureza holisticamente emergente e baseada no uso do conhecimento linguístico [...]” (Morin; Leclercq, 2025, to appear, p. 1, tradução nossa¹⁰). Morin e Leclercq (2025), em capítulo sobre a GC Cognitiva, incluem a MC no rol das abordagens

8 “[...] modelo más conocido es la Morfología de construcciones (Construction Morphology) de G. Booij (2010)” (*XVIII Encuentro de Morfólogos: las construcciones en morfología*, 2ª circular, 2022, p. 1).

9 “[...] a cognitive approach to language change that is concerned with how form-meaning pairings, of various degrees of abstraction and complexity, come to be conventionalised, adapted and lost in a linguistic community” (Norde; Trousdale, 2023, p. 145).

10 “[...] fleshes out the foundational principles of Cognitive Linguistics (CL) as applied to grammatical theory, especially the holistically emergent and usage-based nature of linguistic knowledge” (Morin; Leclercq, 2025, p. 1, no prelo).

SUMÁRIO

construcionistas como exemplo de uma proposta bem sucedida para a descrição e a representação do conhecimento gramatical no nível das palavras.

Uma vez que estamos assumindo a MC no rol de abordagens da GC, e que essa, por sua vez, se insere no arquipélago teórico da LC, vale ressaltar que, nesse arcabouço bastante heterogêneo, a Morfologia nunca ocupou um papel central, ainda que, em seu projeto teórico-metodológico de uma abordagem holística da linguagem, a GC considere a Morfologia como um nível relevante. Em geral, os empreendimentos construcionistas se voltaram inicialmente para aspectos da Sintaxe e, depois, seguindo a compreensão de que as explicações dadas precisam dar conta de todas as construções da língua, essas foram aplicadas à Morfologia.

Nos trabalhos de Goldberg (1995, 2006), Traugott e Trousdale (2021 [2013]) e Hoffmann (2022), encontramos exemplos de construções morfológicas para a elucidação de aspectos teórico-metodológicos das propostas por eles desenvolvidas. Porém, nenhum desses autores se compromete com uma teoria morfológica específica, apenas assumindo, explícita ou implicitamente, o já dito: os processos cognitivos gerais e os efeitos de uso que tenham sido mobilizados para explicar as construções sintáticas devem também se aplicar à análise das construções morfológicas, uma vez que a distinção entre Morfologia e Sintaxe, no âmbito da GC, se dá apenas no nível metodológico, e não teórico. Na cena internacional, a elaboração de um modelo de análise morfológica comprometido com a abordagem construcionista começa a despontar internacionalmente em 2005, com a publicação dos primeiros estudos da MC, que ganha maior difusão, com a publicação do livro *Construction Morphology* (Booij, 2010), que traz os fundamentos do modelo, além de algumas aplicações para dados do inglês e do holandês, sobretudo.

Com o intuito de melhor apresentar a MC, seguiremos as orientações iniciais deste capítulo, respondendo às três questões

SUMÁRIO

fundamentais que acreditamos que qualquer modelo teórico de Morfologia precisa responder. A primeira pergunta é: *Quais são os primitivos linguísticos mínimos assumidos na descrição e análise morfológica?* A MC é uma teoria morfológica baseada em palavras que assume, em seu quadro descritivo, alguns princípios defendidos em abordagens gerativas com que mantém uma íntima relação edípica, para assumirmos o termo usado por Salomão (2009), ao descrever a relação entre LC e Gramática Gerativa.

De Aronoff (1976), por exemplo, Booij (2010) mantém a *Hipótese da Base Palavra* (HBP), uma vez que defende que a base de um esquema de formação de palavras deve ser sempre uma palavra, e a do *Produto Categorical Único*, entendendo que os produtos de um esquema devem pertencer a uma única categoria lexical. De outro lado, a MC não assume a ideia da *Hipótese da Base Unitária*, que prescreve que cada **regra de formação de palavras** (RFP)¹¹ só possa pronunciar uma categoria de base. Na MC, um esquema pode prescindir a informação sobre a categoria lexical da base, quando essa não for relevante. Por último, em relação a Aronoff (1976), a MC não assume as *Regras de Truncamento*, que Basilio (1980) definiu como um artifício teórico proposto apenas para sustentar a HBP em contextos em que a base das formações não é uma forma livre na língua. Para esses casos, Booij (2010) assume uma proposta de relações paradigmáticas similares às que Basilio (1980) defendeu.

Para melhor explicar esses aspectos, tomemos, como base, as formações *X-eir-*, analisadas por Simões Neto e Soledade (2014), a partir do modelo aronoffiano de RFP, e por Simões Neto (2016), com base na MC. Simões Neto e Soledade (2014) assumem:

11

Uma RFP, nos termos de Aronoff (1976), é uma generalização formal acerca de padrões de formação de palavras. Na sua versão mais conhecida, a representação de uma RFP traz informações sobre as categorias lexicais das bases e dos produtos envolvidos em um determinado processo formativo.

SUMÁRIO

- a. RFPs diferentes, para lidar com o fato de X-eiro formar tanto nomes (e.g., *carteiro*, *banheiro*, *cinzeiro*) quanto adjetivos (e.g., *verdadeiro*, *grosseiro*, *derradeiro*);
- b. RFPs diferentes, para lidar com o fato de o padrão X-eiro poder ter bases de categorias diferentes, como adjetivos (e.g., *grosso* – *grosseiro*, *certo* – *certeiro*) e nomes (e.g., *carta* – *carteiro*, *banho* – *banheiro*);
- c. Regras de truncamento, para casos como *marceneiro* e *carpinteiro*, que têm bases não livres na língua e que estão também em *marcenaria* e *carpintaria*.¹²

Em linhas gerais, os esquemas da MC têm funcionalidades similares às RFPs do modelo de Aronoff (1976): sistematizar a abstração que os falantes fazem das construções morfológicas e motivar a criação e/ou a interpretação de formas novas instanciadas pelos mesmos esquemas. Isso é dizer que um falante do português que ouve palavras com o sufixo *-idade*, como *novidade*, *sazonalidade* e *grandiosidade*, é capaz de abstrair um esquema que indica que a base dessas formações é um adjetivo, que o produto desse esquema morfológico é sempre um nome e que há um significado de nível básico de “qualidade do que é SEM_A”, em que SEM_A é o significado da base adjetival. Esse esquema morfológico na MC seria representado como em (8):

$$(8) \quad <[X_A] -idade]_N \leftrightarrow [QUALIDADE DO QUE É SEM_A]>$$

As diferenças entre os modelos baseados em regras e os modelos baseados em esquemas residem em dois principais aspectos: em primeiro lugar, a descrição por esquemas tem um caráter mais volátil que aquela feita por meio de regras, uma vez

12

Em Simões Neto (2016), apenas o aspecto (a) se mantém como medida descritiva. Os aspectos (b) e (c) não se adotam na perspectiva da MC.

que admite prescindir de certos aspectos que são mais fixos no modelo gerativista e, em segundo lugar, os esquemas construcionais devem sempre ter contrapartida semântica, e o significado das construções morfológicas pode demandar especificações por meio de esquemas e subsquemas.

Soledade (2013) analisou as construções *X-eir-* no português arcaico, mostrando como os **esquemas morfológicos** se organizam em uma **rede construcional hierárquica**, que permite sistematizar, em alguma medida, a polissemia da construção morfológica em questão. A autora considerou quatro esquemas dominantes nos usos de *X-eiro* do português arcaico: agente (e.g., *espingardeiro*, *falcoeiro*), local (e.g., *galinheiro*), objeto (e.g., *caldeira*, *joelheira*) e anomalia (e.g., *olheira*). A Figura 2, a seguir, sistematiza a polissemia desses esquemas chamados de dominantes.

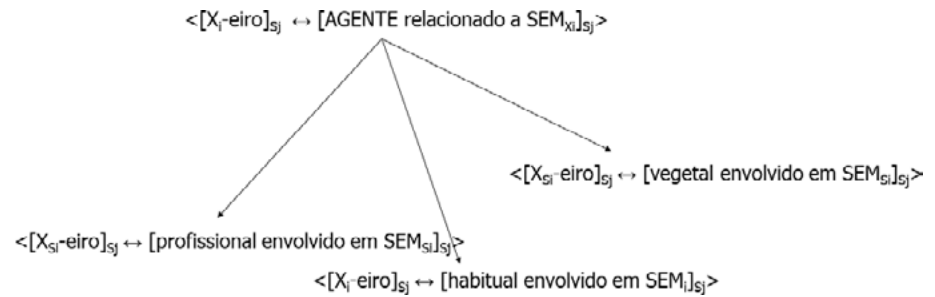
Figura 2 – Polissemia do esquema *X-eir-* no português arcaico



Fonte: Soledade (2013, p. 100).

Ainda nesse trabalho, Soledade (2013) evidencia a polissemia das construções *X-eir-* agentivas, sinalizando que o esquema dominante de agentes pode se dividir em subsquemas de profissionais (e.g., *barbeiro*, *sapateiro*, *carvoeiro*, *mercadeiro*), habituais (e.g., *sorteiro*, *peideira*, *putanheiro*) e vegetais (e.g., *figueira*, *macieira*, *oliveira*), como é explicitado na Figura 3.

Figura 3 – Polissemia do esquema agentivo X-eir- no português arcaico



Fonte: Soledade (2013, p. 103).

Em suma, os esquemas construcionais, diferentemente das RFPs, permitem evidenciar os processos de fragmentação semântica das construções, o que dá à semântica um papel mais relevante no modelo da MC. Sempre que uma propriedade formal ou semântica for relevante para um esquema em seus diferentes níveis, poderá ser especificada por meio da organização esquemática hierárquica.

No trabalho de Soledade, a organização hierárquica da construção X-eir- inclui: (a) um esquema geral de sufixação X-eir-, com significado altamente abstrato (ver o topo da Figura 2); (b) os quatro esquemas dominantes (i.e., agente, local, objeto, anomalia), com significados de nível básico; (c) os subesquemas, no caso da polissemia do esquema de agente (i.e., profissional, habitual, vegetal) e (d) as instâncias, isto é, realizações concretas dos esquemas e subesquemas; nesse caso, as palavras formadas com -eir- no português arcaico.

Apesar de didaticamente apresentarmos a organização hierárquica partindo do nível mais alto (mais abstrato) para o nível mais baixo (mais concreto), é preciso ponderar que, se estamos tratando de um modelo da LBU, devemos considerar que, na língua em uso, as coisas se dão no sentido oposto: partimos dos usos concretos e, a depender, do nosso conhecimento linguístico-enciclopédico, podemos fazer abstrações que nos levam ao nível mais alto dos esquemas representados



SUMÁRIO

nas figuras. Os níveis de abstratização e esquematização, conforme Booij *et al.* (2021), variam conforme a experiência do falante.

Sem perder de vista a pergunta norteadora sobre primitivos morfológicos, cabe comentar que não é ponto pacífico entre os autores que usam a MC se é a palavra ou o morfema a construção mínima das línguas. Booij (2021) reafirma a posição de que a palavra é a construção mínima, assumida em Booij (2010). No texto de 2021, o autor destaca que teóricos construcionistas, como Goldberg (2006), antes da consolidação da MC, defendiam o morfema como a construção mínima, mas reviram tal posição, à medida que as discussões da MC foram se tornando mais conhecidas. Na visão de Booij (2010), morfemas não possuem sentidos autônomos, e esses sentidos só se estabelecem quando morfemas são combinados ou se realizam nas palavras. Lopes (2021) critica a visão de Booij (2010), assumindo que tal argumento poderia se aplicar a outros níveis maiores, como as próprias palavras, os sintagmas e as sentenças, uma vez que, dentro de um modelo em que as construções se organizam em redes, a ideia de autonomia semântica pode ser problemática, se assumida de forma categórica.

Passemos, agora, à segunda questão norteadora: *como os primitivos linguísticos mínimos são combinados?* Para respondermos a essa questão, precisamos levar em consideração a funcionalidade dos esquemas. Na GC, as construções são combinadas por meio do mecanismo chamado de **compatibilização**. Uma sentença interrogativa como *João chutou a bola?* é possível através da compatibilização de diversas construções, como a construção transitiva SVO (em que o agente atua sobre o tema/paciente), a construção de pergunta (caracterizada formalmente pelo seu padrão entoacional ascendente), as construções de sintagmas nominais e verbais, e as construções lexicais (cada palavra é uma construção).

Nas construções morfológicas, a criação de novos itens lexicais é possível a partir da compatibilização de palavras com esquemas morfológicos. Assim, se um falante do português possui, em seu inventário,

um esquema morfológico $\langle [X_{Ni} - ista]_{Ni} \leftrightarrow [\text{profissional envolvido com SEM}_{Ni}] \rangle$, abstraído de dados de uso (e.g., *dentista*, *taxista*, *oculista*), é capaz de *compatibilizar* os nomes *trança* e *escova* (i.e., procedimento de alisamento de cabelo) com o esquema morfológico mencionado e/ou entender que *trancista* e *escovista* são as profissionais que lidam, respectivamente, com *trança* e *escova*. Booij (2010) chama o processo de **unificação**, mas tal nomenclatura não se tornou usual, uma vez que compatibilização já é o termo mais típico das abordagens construcionistas (Gonçalves; Almeida, 2014; Gonçalves, 2016).

Outro aspecto importante para o entendimento sobre como os elementos se combinam na MC é a **coerção**, que, tradicionalmente, “diz respeito a um processo de resolução de conflito entre item lexical e construção sintática” (Pinheiro, 2015, p. 179), mas que se aplica às construções morfológicas também. Pinheiro (2015) exemplifica a coerção através da construção de tempo decorrido “há X (atrás)”, que pode ser facilmente compatibilizada com sintagmas de valor temporal, como *quinze minutos* e *três meses*. No entanto, por meio da coerção, outros sintagmas, que, em princípio, não têm valor temporal, podem ser também compatibilizados com a construção, como “há oito copos de cerveja (atrás)”, já que o sintagma “oito copos de cerveja” passa a receber uma leitura temporal.

Para visualizarmos como a coerção opera nas construções morfológicas, usemos o exemplo dado por Oliveira (2023), para as construções prefixais *des-V*. Os autores mostram que as construções com o prefixo *des-* tendem a apresentar os significados de negação/privação e de reversão. Para esse segundo significado, o esquema $[des-V]_V$ só deveria ser compatibilizado com verbos cujo significado aponte a possibilidade de reversão, como *ligar/desligar*, *fazer/desfazer* e *arrumar/desarrumar*. No entanto, os autores encontram casos em que verbos que não apresentam essa propriedade passam a ser compatibilizados com o esquema, casos de formações inovadoras, como *desadquirir*, *desbater*, que se justificam por meio do mecanismo de coerção.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Sigamos, então, à terceira pergunta norteadora: *onde e como esses primitivos são armazenados?* Na GC, o inventário de construções dos falantes é chamado de *constructicon*. Esse *constructicon* é variável, uma vez que o domínio das construções é diferente de falante para falante. Organiza-se por meio de redes estruturadas em termos de prototipicidade e periferia (Lakoff, 1987) e de relações metafóricas, metonímicas e analógicas. O *constructicon*, por princípio, não separa as construções morfológicas das sintáticas, ou seja, não dicotomiza léxico e gramática, como se faz em alguns modelos.

No que toca em específico ao domínio da MC, cabe mencionar que a discussão sobre o armazenamento de palavras no *constructicon* se orienta pela Teoria da Entrada Plena (Jackendoff, 1975; 1997). Nessa proposta, como explica Booij (2010, 2017a), palavras complexas são plenamente especificadas na mente do falante, com todas as informações formais, funcionais e enciclopédicas. Isso é diferente do que acontece na Teoria da Entrada Empobrecida, em que palavras complexas são pouco especificadas, remetendo sempre à regra que gerou tal palavra. No entendimento de Booij (2017a), tal visão, apoiada em um ideal vago de economia cognitiva, desconsidera a vastidão da memória humana. Em relação a esse aspecto, há uma aproximação entre a MC e o modelo de Joan Bybee, que defende que formas regulares, advindas de processos flexivos regulares ou de processos derivacionais composicionais, possam estar devidamente fixadas na nossa memória, se usadas com frequência.

Por último, nesta seção, apresentamos a análise de palavras compostas em uma perspectiva construcional. Trazemos à baila o trabalho de Simões Neto e Santos (2020) sobre o padrão V+N na formação de agentivos, como *limpa-botas*, *guarda-portão*, *salva-vidas*, *puxa-saco* e *caga-regras*. O primeiro ponto explorado pelos autores é a questão da relação entre construção morfológica e a construção sintática. Simões Neto e Santos (2020) lançam mão de um aspecto histórico, mostrando como a construção morfológica V+N teria se desenvolvido na língua portuguesa e em outras línguas românicas, a

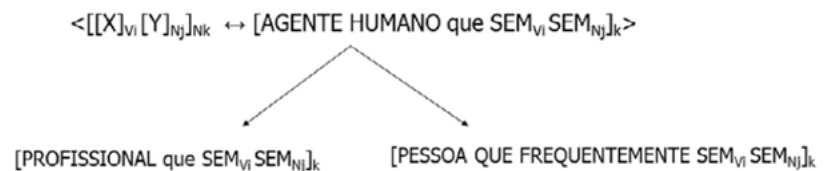


partir da frequência de um padrão sintático regular e produtivo SVO que se estabeleceu no latim vulgar.

Embora admitam, com base em Santos (2009) e Ribeiro e Rio-Torto (2016), que os compostos do tipo V+N sejam resultados de reanálise da estrutura sintática de verbo e complemento, Simões Neto e Santos (2020) entendem que a cunhagem ou a interpretação de novas realizações desse padrão não precisam passar por essa reanálise, uma vez que, tendo o falante abstraído um esquema construcional morfológico, a partir de eventos de uso, ele cria ou interpreta novas formações, por analogia a formas consagradas.

O segundo aspecto tratado por Simões Neto e Santos (2020) é o da fragmentação semântica. O padrão V+N no português está associado a outras categorias semânticas, como lugar, objeto, evento, animal, vegetal, entre outras. O trabalho de Simões Neto e Santos (2020) se volta aos agentivos apenas. Mesmo nessa categoria específica, nota-se uma polissemia, uma vez que há agentivos que se caracterizam pelas atividades profissionais, como *limpa-botas*, *guarda-portão* e *salva-vidas*, como também aqueles que se caracterizam pelos comportamentos habituais, como *papa-hóstias*, *chupa-sangue* e *baba-ovo*.

Figura 4 - Polissemia do esquema agentivo VN no português



Fonte: Simões Neto e Santos (2020, p. 324).

Outro aspecto analisado por Simões Neto e Santos (2020) foi o nível de semantismo nos compostos agentivos V+N. Os autores abordam três grupos: *composicionais*, *parcialmente composicionais* e *não composicionais*. Os compostos classificados como *composicionais* são aqueles cuja leitura pode ser orientada pelo esquema que os instancia.

SUMÁRIO

Assim, *enxota-cães*¹³ e *porta-bandeira*¹⁴, enquanto instanciações do esquema VN agentivo, são chamados de composicionais, pois admitem leituras, como [PROFISSIONAL QUE [ENXOTA]_V OS [CÃES]_N]_{N'}, [OFICIAL QUE [PORTA]_V A [BANDEIRA]_N]_{N'}. Sobre os parcialmente composicionais, Simões Neto e Santos (2020) explicam que são aqueles em que há herança metafórica ou metonímica em apenas um dos elementos integrantes. Por exemplo, em *papa-mel* 'pessoa com preferência acentuada por alimentos açucarados', o verbo *papar* é apresenta um significado literal, com a noção de *comer*, enquanto *mel* aponta para uma metonímia do tipo PARTE/TODO (mel/ todos os doces).

Os compostos não composicionais são aqueles que apresentam um significado ainda mais idiomático, uma vez que seu significado não pode ser previsto pelas partes envolvidas, casos de *puxa-saco*, *quebra-galho*, *baba-ovo*, *enxuga-gelo*, *desmancha-sambas* e *fecha-bodegas* (Simões Neto; Santos, 2020). Os significados desses compostos só são elucidáveis, muitas vezes, por uma análise etimológica. Ainda assim, assume-se a existência de um significado esquemático de nível básico que permite relacionar esses compostos idiomáticos a compostos mais composicionais.

MORFOLOGIA NA LG E NA LBU: UMA SÍNTESE

Neste capítulo, introduzimos o leitor aos conceitos e primitivos relevantes quando falamos no nível de análise morfológica. Na perspectiva aqui adotada, assumimos que trabalhar com a Morfologia é descrever e explicar a gramática das palavras. Por meio de três questões norteadoras para qualquer modelo de descrição e

13 Definição de Houaiss e Villar (2009): "indivíduo que enxota os cães ou impede sua entrada na igreja"

14 Definição de Houaiss e Villar (2009): "oficial que leva a bandeira do regimento"

análise, comparamos duas abordagens, uma formal gerativa e uma funcional baseada no uso, para o tratamento da Morfologia das línguas naturais: a MD e a MC. Um fenômeno empírico em particular foi descrito em mais detalhes em ambos os modelos, a composição.

Para concluir, oferecemos ao leitor um resumo de algumas comparações analíticas entre os modelos. O Quadro 1 sintetiza as respostas às três questões norteadoras propostas neste capítulo.

Quadro 1 – Comparação entre MC e MD

	Q1: <i>Primitivos</i>	Q2: <i>Combinação</i>	Q3: <i>Armazenamento</i>
MD	Morfemas (traços e raízes)	Sintaxe	Listas estáticas
MC	Palavras e esquemas morfológicos	Compatibilização e coerção	<i>Constructicon</i>

Fonte: Elaboração própria.

Apesar das diferenças encontradas na definição de primitivos, combinatoriais e de armazenamento de unidades linguísticas nessas teorias, há algumas semelhanças entre a abordagem formal e a funcional. Por exemplo, as duas teorias equiparam Morfologia e Sintaxe em nível teórico. No caso da MC, os efeitos de uso que explicam as construções sintáticas são os mesmos que se aplicam às construções morfológicas. Por sua vez, a MD assume que as mesmas regras ou operações que formam palavras também formam sentenças, ou mais especificamente, formam qualquer objeto linguístico complexo. O poder explicativo e preditivo de cada uma, em contraste, ainda resta ser testado.

REFERÊNCIAS

ARMELIN, Paula; NÓBREGA, Vitor. Lista 3: Enciclopédia. In: SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. **Manual de Morfologia Distribuída**. Campinas: Editora da ABRALIN, 2022, p. 129-159.



SUMÁRIO

ARONOFF, Mark. **Word formation in generative grammar**. Cambridge: Mit Press, 1976.

AUDRING, Jenny; MASINI, Francesca. **The Oxford Handbook of Morphological Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BASILIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português**: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASSANI, Indaiá de Santana; MINUSSI, Rafael Dias. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações e verbos complexos. **ReVEL**, v. 13, n. 24, p. 139-173, 2015.

BASSANI, Indaiá de Santana; MINUSSI, Rafael Dias. Sobre o conteúdo fonológico das raízes: raízes supletivas, fonologias genéricas e erros de fala. **Revista do GELNE**, Natal, v. 22, n. 1, p. 267-279, 2020.

BLEVINS, James; ACKERMAN, Farrel; MALOUF, James P. Word and Paradigm Morphology. *In*: AUDRING, Jenny; MASINI, Francesca. **The Oxford Handbook of Morphological Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 265-84.

BLOOMFIELD, Leonard. **An introduction to the study of language**. New York: Holt, 1914.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.

BOAS, Franz. **Handbook of American Indian languages**. Part 1. Washington, DC: Government Printing Office, 1911.

BOK-BENNEMA, R.; KAMPERS-MANHE, B. Taking a closer look at VN compounds. *In*: NISHIDA, C.; MONTREUIL, J-P. Y. (Orgs.) **New perspectives on Romance linguistics: Morphology, syntax, semantics and pragmatics**. Amsterdam: Benjamins, 2006, p. 13-27.

BOOIJ, Geert. Word-formation in construction grammar. *In*: MÜLLER, P. *et al.* (Orgs.). **Word Formation: An International Handbook of the Languages of Europe**. Berlim: De Gruyter, 2015, p. 188-202.

BOOIJ, Geert. **Construction Morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010a.

BOOIJ, Geert. Construction Morphology. **Language and Linguistics Compass**, v. 4, n. 7, 2010b, p. 543-555.

BOOIJ, Geert. Inheritance and motivation in Construction Morphology. *In*: GISBORNE, N.; HIPPISEY, A. (ed.). **Defaults in morphological theory**. Oxford: Oxford University Press, 2017a. p. 18-39.



SUMÁRIO

BOOIJ, Geert. Morphology in Construction Grammar. *In*: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (ed.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-14.

BOOIJ, Geert. The construction of words. *In*: DANCYGIER, B. (ed.). **The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017b, p. 229-245.

BOOIJ, Geert. The role of schemas in Construction Morphology. **Word Structure**, 12 (3), p. 385-395, 2019.

BOOIJ, G.; *et al.* Construction Morphology: an interview with Geert Booij. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2021, p. 191-202.

BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

BYBEE, J. **Morphology**: a study of the relation between meaning and form. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1985.

BYE, Patrick; SVENONIUS, Peter. Non-concatenative morphology as epiphenomenon. *In*: TROMMER, Jochen (ed.). **The morphology and phonology of exponence**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 427-95.

CHOMSKY, Noam. Remarks on Nominalization. *In*: JACOBS, Roderick A.; ROSENBAUM, Peter S. (ed.). **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham, MA: Ginn & Co, 1970, p. 184-221.

CORBIN, Danielle. **Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 1987.

COSERIU, Eugenio. **Gramática, semántica, universales**: Estudios de lingüística funcional. Madrid: Gredos, 1978.

DI SCIULLO, Anna Maria. Exocentric compounds, language and proto-language. **Language and Information Society**, n. 20, 2013, p. 1-26.

DI SCIULLO, Anna Maria; WILLIAMS, Edwin. **On the definition of word**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1987.

DOWNING, Laura J. Optimality theory and prosodic morphology. *In*: AUDRING, Jenny; MASINI, Francesca. **The Oxford Handbook of Morphological Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

SUMÁRIO

EMBICK, David. **The morpheme**: a theoretical introduction. Berlin, München, Boston: De Gruyter Mouton, 2015.

FÁBREGAS, Antonio. **La morfología**. Madrid: Síntesis, 2013.

FÁBREGAS, Antonio; SCALISE, Sergio. **Morphology. From data to theories**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2012.

FIGUEIREDO-SILVA, Maria Cristina. Compostos e expressões idiomáticas no português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, volume especial, 2011, p. 261-277.

FRANCO, Ludovico. VN compounds in Italian and some other Romance languages, phrasal spell-out, and rebooting. **Rivista di Grammatica Generativa**, n. 37, v. 1, 2015, p. 81-98.

GOLDBERG, Adele. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório; ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. **Alfa**. São Paulo, 58 (1), 2014, p. 165-193.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. Analogia na morfologia: uma abordagem funcional-cognitiva. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 21, p. 137-169, 2024.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. **Morfologia construcional**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. Prosódia e morfologia: uma parceria que deu certo. **Journal of Speech Sciences**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 125-139, 2021.

GUEVARA, Emiliano; SCALISE, Sergio. Searching for universals in compounding. *In*: SCALISE, Sergio; BISETTO, Antonietta; MAGNI, Elisabeta. (Orgs.) **Universals of language today**. Amsterdam: Springer, 2009, p. 101-128.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. *In*: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (ed.). **The view from Building 20: essays in Linguistics in honor of Sylvain Bromberger**, Cambridge, MA: The MIT Press, 1993, p. 111-176.

SUMÁRIO

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Some key features of Distributed Morphology. *In*: CARNIE, Andrew; HARLEY, Heidi; BURES, Tony (ed.). **MIT working papers in Linguistics: Papers on Phonology and Morphology**, n. 21, p. 88, Cambridge, MA: The MIT Press, 1994.

HASPELMATH, Martin; SIMS, Andrea. **Understanding morphology**. London: Hodder Education, 2010.

HOCKETT, Charles F. **Two models of grammatical description**. *Word* 10(2-3). 210-234, 1954.

HOFFMANN, Thomas. **Construction Grammar**: the structure of English. Cambridge: CUP, 2022.

JACKENDOFF, Ray. Morphological and semantic regularities in the lexicon. **Language**, vol. 51, n° 3, p. 639-671, 1975.

JACKENDOFF, Ray. **The architecture of the language faculty**. Cambridge Mass.: MIT Press, 1997.

KASTNER, Itamar; TUCKER, Matthew. **Non-concatenative morphology**. Manuscrito, 2019. Disponível em: <https://blogs.ed.ac.uk/itamar/wp-content/uploads/sites/1083/2020/07/kastner-tucker20.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

KAYNE, Richard. **The antisymmetry of syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

LAKOFF, George. **Women, Fire, and Dangerous Things**: what categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LAZZARINI-CYRINO, João Paulo. Morfologia Distribuída: origens e motivações. *In*: SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. **Manual de Morfologia Distribuída**. Campinas: Editora da ABRALIN, 2022, p. 33-59.

LEMONS DE SOUZA, J. Morfologia Construcional: Linguística Cognitiva ou Linguística Gerativa? **Veredas**, Juiz de Fora, v. 28, n. 2, 2024, p. 1-31.

LIEBER, Rochelle. **Deconstructing morphology: Word formation in syntactic theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

LOPES, Mailson dos. Por uma morfologia histórico-construcional: primeiras reflexões. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 22, p. 237-265, 2021.

SUMÁRIO

MARANTZ, Alec. Locality domains for contextual allomorphy across the interfaces. *In*: MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec (Orgs.) **Distributed Morphology Today**: Morphemes for Morris Halle. Cambridge, MA: MIT Press, 2013, p. 95-115.

MATTHEWS, Peter H. **Morphology**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

McCARTHY, John J.; PRINCE, Alan. Prosodic morphology and templatic morphology. *In*: EID, Mushira; McCARTHY, John J. (eds.). **Perspectives on Arabic Linguistics II: Papers from the Second Annual Symposium on Arabic Linguistics**, 1-54. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

McCARTHY, John J.; PRINCE, Alan. **Prosodic morphology: Constraint interaction and satisfaction**. Report no. RuCCS-TR-3. New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science [Rutgers Optimality Archive #482-1201], 1993.

MONAKHOV, Sergei; DIESSEL, Holger. A Network Model of English Derivational Morphology. *In*: SAMUELSON, L. *et al.* (Eds.). **Proceedings of the Annual Meeting of the Cognitive Science Society**, v. 46, 2024, p. 4732-4738.

MORIN, Cameron; LECLERCQ, Benoît. Cognitive Construction Grammar. *In*: XU, Wen; SINHA, Chris (Eds.). **The Cambridge Encyclopedia of Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2025 (to appear). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/388678766_Cognitive_Construction_Grammar. Acesso em: 23 fev. 2025.

NÓBREGA, Vitor Augusto. Composição na Morfologia Distribuída: Dos universais à variação. **ReVEL**, v. 13, n. 24, 2015, p. 87-119.

NÓBREGA, Vitor Augusto. Derivando a estrutura dos compostos V-N. **Estudos Linguísticos**, v. 43, n. 1, 2014b, p. 411-426.

NÓBREGA, Vitor Augusto. **Tópicos em composição**: Estrutura, formação e acento. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014a.

NÓBREGA, Vitor Augusto; PANAGIOTIDIS, Phoevos. Headedness and exocentric compounding. **Word Structure**, v. 13, n. 2, 2020, p. 211-249.

NORDE, Muriel; TROUSDALE, Graeme. Issues in Diachronic Construction Morphology. **Constructions and Frames**, 15:2, 2023, p. 145-159.

SUMÁRIO

OLIVEIRA, Raphael Alves de. **Formações inovadoras com des- no X/Twitter:** descrição e análise pela morfologia cognitiva / Raphael Alves de Oliveira. 2023, 114f. Mestrado em LETRAS, Instituição de Ensino: UERJ Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/5208> Acesso em: 17 jan. 2024.

PINHEIRO, Diogo. Sintaxe construcionista. In: OTHERO, G. A.; KENEDY, E. (Orgs.). **Sintaxe, sintaxes:** uma introdução. São Paulo: Contexto, 2015, p. 163-184.

PANAGIOTIDIS, Phoevos; NÓBREGA, Vitor Augusto. Why we need roots in Minimalism. In: GROHMANN, Kleantes; LEIVADA, Evelina (orgs.) **The Cambridge Handbook of the Minimalist Program.** Cambridge: Cambridge University Press, no prelo.

RICCA, Davide. Al limite tra sintassi e morfologia: i composti aggettivali V-N nell'italiano contemporaneo. In: GROSSMANN, Maria; THORNTON, Anna (Orgs.). **La formazione delle parole.** Atti del XXXVII Congresso della Società di Linguistica Italiana. Roma: Bulzoni, 2005, p. 465-486.

SAPIR, Edward. **Language:** an Introduction to the Study of Speech. New York: Harcourt-Brace, 1921.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale.** Paris: Payot, 1916.

SIMÕES NETO, Natival Almeida. A herança semântica na formação de palavras: uma análise de construções morfológicas de línguas românicas. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, v. 68, p. 743-775, 2020.

SIMÕES NETO, Natival Almeida. Morfologia Cognitiva, uma abordagem construcionista: fundamentos teórico-epistemológicos e análise da construção [X-cefalia] no português brasileiro. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-33, 2024.

SIMÕES NETO, Natival Almeida. **Um enfoque construcional sobre as formas X-eir-:** da origem latina ao português arcaico. 2016. 655 f. p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. 2. t.

SIMÕES NETO, Natival Almeida.; SANTOS, Antonia Vieira dos. A categoria semântica de agente humano em compostos [VN]N do português: uma leitura orientada pela morfologia construcional. In: FIGUEIREDO, C. *et al.* (org.). **Língua em movimento:** história e funcionamento das línguas naturais. Salvador: Edufba, 2020, p. 313-330.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; SOLEDADE, Juliana. O morfema -eir- no português contemporâneo. **Linguística y Literatura**, v. 1, n. 65, pp. 87-111, mar.2014.

SOLEDADE, Juliana. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações $[[X- EIR]_N]$ no português arcaico. **Diadorim**, Rio de Janeiro, número especial, 2013. p. 83-111.

SOLEDADE, Juliana. Por uma abordagem cognitiva da Morfologia Construcional. *In*: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos (org.). **Linguística Cognitiva**: redes do conhecimento d'aquém e d'além mar. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 345-378.

SPENCER, Andrew. Morphophonological Operations. *In*: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold M. **The Handbook of Morphology**. Oxford: Blackwell, 1998, p. 123-143.

STEWART, Thomas. **Contemporary morphological theories. A user's guide**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

TAVARES DA SILVA, João Carlos. A abordagem construcional nos estudos da morfologia do português: o modelo booiijiano em terras brasílicas. **Macabéa** – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 8, n. 2, 2019, p. 109-135.

TAVARES DA SILVA, J. C. **A semântica dos sufixos denominais**. Curitiba: Appris, 2020.

TRAUGOTT, Elizabeth; TROUSDALE, Graeme. **Construcionalização e mudanças construcionais**. Tradução de Taísa Peres de Oliveira e Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis: Vozes, 2021.

XVIII ENCUESTRO DE MORFÓLOGOS. Edição: Las construcciones en Morfología. **Segunda Circular**. Alcalá: Universidade de Alcalá, 2022. Disponível em: <https://www1.uah.es/pdf/noticias/departamentos/docs/xviiiencuentroprograma.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SUMÁRIO



5

Diego Leite de Oliveira
Juliana Barros Nespoli

SINTAXE

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *SINTAXE*?

A língua é um sistema que associa forma e significado. De um modo bastante geral, sequências sonoras, gestuais ou gráficas são dispostas em cadeias, associadas a sentidos específicos, formando palavras, sintagmas e orações em enunciados concretos que os falantes da língua usam cotidianamente em suas trocas comunicativas.

No entanto, o modo com o qual esses elementos são dispostos em sequência, formando enunciados aceitáveis em uma língua, não é aleatório. Envolve relações hierárquicas entre diferentes tipos de informações, em padrões específicos, que podem ser descritos em termos de regras ou de convenções de cada língua. Tome-se o exemplo (1) em português.

(1) Os alunos ouviram a professora.

O enunciado presente em (1) pode ser interpretado como uma sequência de palavras, que, tomadas isoladamente, estão associadas a significados específicos. No entanto, quando tomamos essas palavras em conjunto, como em (1), elas permitem a interpretação de que quem ouviu foram os alunos e quem foi ouvido foi a professora. Além disso, do ponto de vista pragmático, é possível esperar que o enunciado seja sobre os alunos, veiculando alguma informação específica sobre o que eles fizeram.

Desse modo, a frase (1) não é somente uma sequência de palavras dispostas aleatoriamente umas após as outras; ela exibe uma estrutura interna que requer uma combinação específica para expressar os significados e funções que expressa. Não se pode recombinar as palavras contidas em (1) e obter a mesma interpretação semântico-pragmática mencionada acima. Por exemplo, ao dizermos “A professora os alunos ouviram” ou “Ouviram a professora

SUMÁRIO



os alunos”, precisamos empregar entonação específica e alterar sua interpretação pragmática, ainda que o conteúdo semântico possa parecer o mesmo. Além disso, há combinações, em português, que nem mesmo permitem alguma interpretação, como é o caso de “*Professora os ouviram alunos a” ou “*Ouviram professora alunos a os”, indicadas com asterisco dado o fato de não serem estruturas gramaticais em português.

É possível observar, como já dito, alguma hierarquia entre os elementos que constituem a frase, que impede a combinação aleatória das palavras. Se dividirmos a frase contida em (1), parece natural reparti-la em pelo menos três blocos observáveis: “Os alunos”, “ouviram” e “a professora”. Assim, as partes “os” e “alunos”, por um lado, e “a” e “professora”, por outro lado, parecem mais integradas entre si e não admitem outras possibilidades de combinação, ao menos em português (“*alunos os”, “*professora a”).

Além disso, se cancelamos a sequência “os alunos” na sentença em (1), formando o enunciado “Ouviram a professora”, fora de um contexto específico em que se possa recuperar de forma definida ou indefinida a referência a quem ouviu, ela se torna inaceitável. Se cancelamos a sequência “a professora”, formando a sentença “Os alunos ouviram”, também fora de um contexto específico em que se possa recuperar o que ou quem foi ouvido, ela também se torna inaceitável. Por fim, se cancelamos o segmento “ouviram”, a sequência “Os alunos a professora” só se faz interpretável diante de um contexto bastante específico, em que o verbo “ouvir” seja inferido pelo contexto e mediante mudança de entonação, o que requer, na escrita, a presença de vírgula (“A professora ouviu os alunos. Os alunos, a professora”).

Estudar o modo como palavras se combinam para formar sentenças gramaticais nas línguas é a função da sintaxe e, neste capítulo, veremos panoramicamente como a Linguística Gerativa (LG) e a Linguística Baseada no Uso (LBU) tratam esse nível de análise nos estudos linguísticos. A próxima seção se debruça especificamente

SUMÁRIO



sobre a interpretação gerativista desse campo de investigação. A seção seguinte discorre sobre sintaxe por um prisma baseado no uso. Por fim, a seção final deste capítulo mostra, de maneira comparativa e a partir da análise de dados do português, como esses modelos teóricos tratam a estrutura argumental.

SINTAXE NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

A LG parte do pressuposto de que o conhecimento linguístico é representado na mente/cérebro por uma Faculdade da Linguagem, inata e relativamente autônoma em relação a outras faculdades mentais. Nesse sentido, segundo Hauser, Chomsky e Fitch (2002), essa Faculdade se desenvolve a partir de um código genético que prevê uma organização hierárquica, gerativa, recursiva e virtualmente ilimitada.

É considerando a realidade mental da linguagem que os estudos de cunho sintático são realizados à luz da LG. Desde a publicação de *Syntactic Structures*, Chomsky (1957) já salientava a necessidade de especificar as regras sintáticas subjacentes às construções de sentenças. Assim sendo, traçar os aspectos da gramática implica determinar o componente sintático que gera um número infinito de sentenças. A sintaxe, portanto, é eleita o centro da gramática e seu estudo é considerado uma das principais maneiras de investigar a mente humana.

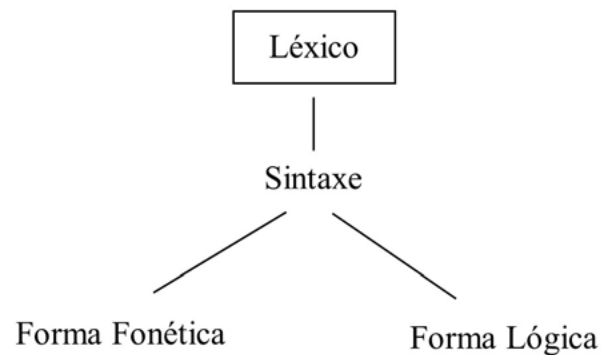
Ao abordar a sintaxe dentro do paradigma gerativista, deve ser considerado que o modelo de gramática proposto pela LG prevê que o conhecimento linguístico seja constituído por um léxico, no qual estão contidos itens lexicais, cada um composto por um feixe de traços de natureza fonológica, semântica e formal (Chomsky; Lasnik, 1993). Assim, o léxico disponibiliza a respeito dos itens lexicais informações tais como propriedades fonológicas, características semânticas e especificações sobre seu comportamento sintático.

SUMÁRIO



Além do léxico, esse modelo de gramática pressupõe um sistema computacional – a sintaxe –, que tem o papel de operar com os traços do léxico e gerar as representações linguísticas com propriedades fonéticas e lógicas e, em última instância, as sentenças como as ouvimos e falamos. Verifica-se na figura 1, a seguir, o modelo de gramática sugerido na LG.

Figura 1 – Modelo de gramática segundo a LG



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Chomsky (2000).

Desse modo, fica claro que uma possível maneira de compreender a relação entre o léxico e a sintaxe é através das propriedades dos itens lexicais que são relevantes para a sintaxe gerar infinitas expressões linguísticas. Dentre essas propriedades, é crucial descrevermos os traços formais.

Segundo Chomsky (1995), no funcionamento da cognição linguística humana, os traços formais codificam informações a serem acessadas pelo sistema computacional. Podemos afirmar que esses traços, portanto, são propriedades dos itens lexicais que funcionam como instruções para a sintaxe operar e construir as expressões linguísticas. Dessa forma, constituem traços formais, por exemplo, propriedades como a de um item ter de ocupar determinada posição distribucional na sentença ou mesmo a de um item ser responsável

SUMÁRIO

por atrair outros elementos a fim de satisfazer suas exigências. O interessante dessa discussão é perceber que tais traços fazem parte do conhecimento linguístico tácito dos falantes de uma língua e são parte fundamental da sua competência linguística.

Quanto à primeira propriedade mencionada anteriormente, podemos dizer que se trata do que conhecemos como traço categorial. Conforme afirmam Negrão, Scher e Viotti (2007), saber que um item lexical pertence a uma determinada categoria, ou classe gramatical, é inerente ao conhecimento internalizado de qualquer falante de uma língua. Todos somos perfeitamente capazes de perceber, mesmo sem conhecimento escolarizado explícito sobre a língua, que itens como “mesa”, “sapato”, “gato” podem ser identificados como membros de uma mesma categoria, pois compartilham propriedades gramaticais em comum, no entanto não podem ser identificados como membros de uma categoria à qual pertencem itens como “caminhar” ou “vender”. O primeiro grupo de itens lexicais pertencem à categoria gramatical dos nomes (ou tradicionalmente, substantivos); o segundo, dos verbos.

Uma breve análise dos exemplos apresentados poderia sugerir que as similaridades entre os itens que compõem as categorias mencionadas são exclusivamente de natureza semântica. Nesse caso, saberíamos que o primeiro grupo concerne à categoria dos nomes por nomearem objetos ou seres e o segundo grupo concerne à categoria dos verbos por descreverem ações. Contudo, essa análise semântica, que é em si altamente superficial, não basta para explicar o comportamento dos membros de uma classe. É preciso considerar ainda características morfológicas e distribucionais que compartilham membros de uma categoria e que permitem que os falantes formem sentenças a partir da manipulação dos itens lexicais.

Em relação às características morfológicas, podemos ilustrar o comportamento dos itens lexicais a partir da observação de suas propriedades flexionais. Sabe-se que os membros do primeiro



grupo, por exemplo, podem apresentar marcas flexionais de número ("mesas" – nesse caso, marca de plural) e, em alguns casos, marcas flexionais de gênero ("gataa" – nesse caso, marca de feminino); já os do segundo grupo podem apresentar marcas flexionais de tempo, modo e aspecto ("caminhava" – nesse caso, marca de passado, indicativo e imperfectivo) e pessoa e número ("caminhavam" – nesse caso, marca de 3ª pessoa do plural).

Em relação às características distribucionais, podemos ilustrar o comportamento dos itens lexicais a partir da observação de sua posição na sentença. Ao observarmos o item "mesa", sabemos intuitivamente que não é possível construir uma sentença de modo que a posição de núcleo seja ocupada por esse item tal como observamos em (2a) a seguir. A análise de (2a) reforça a ideia de que "mesa", além de não poder ocupar a posição de núcleo da sentença, sendo essa posição ocupada por um verbo (como "limpar", por exemplo, em (2b)), não pode carregar marcas flexionais típicas de verbos.

- (2) a. *O rapaz mesava toda semana.
b. O rapaz limpava a mesa toda semana.

Note que a sentença em (2a) é considerada por falantes de português como agramatical, ou seja, malformada do ponto de vista da gramática internalizada do falante, visto que as características distribucionais de "mesa" não foram devidamente consideradas na estruturação sintática da sentença. Podemos dizer, portanto, que o sistema computacional deve considerar os traços formais categoriais dos itens lexicais a fim de estruturar as expressões linguísticas.

A fim de que as características distribucionais dos itens lexicais, como o caso de "mesa", por exemplo, sejam contempladas na formação da sentença, é preciso considerar um nível intermediário entre o item lexical e a sentença: o nível dos sintagmas. Os sintagmas são unidades linguísticas que se formam a partir de um núcleo e compõem os constituintes das sentenças (cf. Haegeman, 1991;



Raposo, 1992; Mito; Silva; Lopes, 2013). Percebe-se que são os sintagmas as unidades linguísticas que podem ser manipuladas pelo sistema computacional (Kenedy, 2013). Em (2b), o item lexical “mesa” é projetado ao nível do sintagma “a mesa”, sobre o qual incidem as operações sintáticas, como a de movimento, por exemplo.

(3) a. A mesa, o rapaz limpava [-] toda semana.

b. *A mesa, o rapaz limpava o armário toda semana.

Observe que, em (3a), o sintagma “a mesa” se move da posição à direita do verbo “limpar” para o início da oração – uma posição de tópico – e deixa um vestígio na sua posição de origem, na qual esse sintagma é interpretado (cf. Berlink; Duarte; Oliveira, 2017). A evidência desse vestígio é a impossibilidade de ocupar essa posição com outro sintagma, como, “o armário”, por exemplo, em (3b). Essa operação sintática de movimento incidiu em todo o sintagma “a mesa”, e não apenas no item lexical “mesa”.

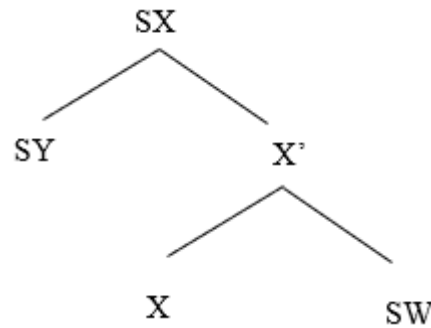
Podemos considerar, assim, que, no que concerne às propriedades sintáticas de organização dos itens em sintagmas, uma categoria projeta, a partir de seu núcleo X, um sintagma SX. Ao sintagma SX, pode ser concatenado um sintagma SW, que será um complemento de X, formando uma posição intermediária (X'). Além disso, em SX, fica disponível uma posição para especificadores, que pode ser ocupada por um sintagma SY. As variáveis X, W e Y podem ser substituídas por categorias linguísticas e, seguindo esse mecanismo, podem ser formados os seguintes sintagmas lexicais: o sintagma verbal (SV), o sintagma nominal (SN), o sintagma adjetival (SA) e o sintagma preposicional (SP).

A teoria que deu conta da generalização observável nas relações sintagmáticas ficou conhecida como teoria X-barras (Chomsky, 1970), a partir da qual é previsto que a substituição do X por qualquer categoria implica a formação de sintagmas com a mesma estrutura. Essa teoria foi utilizada com o intuito de descrever as estruturas



sintáticas das sentenças. Para que fosse possível representar as relações dos itens dentro da sentença, foi utilizada nessa teoria a metáfora da árvore sintática, conforme verificamos na figura 2 a seguir¹. Através da representação das relações entre os constituintes da sentença na estrutura arbórea, é possível ilustrar o modo hierárquico com que os constituintes formam sintagmas e esses por sua vez, através de operações como a concatenação e o movimento, formam sintagmas ainda maiores e mais complexos.

Figura 2 – Representação de uma estrutura arbórea



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Quanto à propriedade de certos itens poderem atrair outros elementos, podemos dizer que se trata do que conhecemos como traço de seleção, isto é, o traço formal que, conforme descreve Kenedy (2013), indica se um determinado item do léxico tem a capacidade de selecionar constituintes para com ele compor a estrutura da sentença. Um item do léxico que apresenta traço de seleção é chamado predicator; os constituintes selecionados são chamados argumentos². Analisemos novamente o exemplo em (2b) retomado em (4).

- 1 Há uma simplificação das estruturas arbóreas apresentadas neste capítulo, dado que se pretende ilustrar especificamente as relações de predicação estabelecidas a partir de núcleos lexicais. Sendo assim, propriedades relativas a núcleos funcionais da estrutura gramatical não são discutidas aqui.
- 2 Tal descrição adotada na LG é, na verdade, uma das heranças da gramática de *Port-Royal* (ou Gramática Geral e Razoada) proposta por Arnauld e Lancelot em 1660, na qual se assume a noção de complementação como uma propriedade de desdobramento de um predicator.

SUMÁRIO

(4) O rapaz limpava a mesa toda semana.

Observa-se nessa sentença que o item “limpar” é o responsável por atrair os sintagmas “a mesa” e “o rapaz”. Primeiramente, conforme previsto pela operação sintática de concatenação, vincula-se ao predicator o constituinte que comumente se encontra à direita no português, chamado argumento interno, nesse caso o constituinte “a mesa”; em seguida ao conjunto formado pelo predicator e argumento interno vincula-se o constituinte que comumente se encontra à esquerda no português, chamado argumento externo, nesse caso “o rapaz”. Portanto, conclui-se que o predicator “limpar” deve selecionar dois argumentos a fim de que suas exigências formais sejam satisfeitas e que a sentença formada seja gramatical.

Os traços de seleção de um predicator, além de indicarem o número de argumentos selecionados e o posicionamento desses argumentos, impõem dois tipos de restrição de seleção, conforme discutido em Duarte e Brito (2003) e em Kenedy (2013): a semântica (ou s-seleção) e a categorial (ou c-seleção). Assim, os argumentos selecionados precisam, de um lado, ser semanticamente compatíveis com os traços de seleção semântica do predicator e, de outro, ser categorialmente compatíveis com os traços de seleção categorial do predicator. Isso explica a agramaticalidade verificada nas sentenças em (5) a seguir:

- (5)** a. *A rua limpava a mesa toda semana.
b. *O rapaz limpava para a mesa toda semana.

Em (5a), sabe-se tacitamente que “limpar” não pode ter como argumento externo um constituinte que não apresente propriedades semânticas agentivas, como “a rua”. Por outro lado, em (5b), sabe-se que esse mesmo predicator não seleciona como argumento interno um sintagma preposicionado, como “para a mesa”, mas sim um SN. Apresenta-se, a seguir, na figura 3, um esquema com a finalidade de ilustrar os traços formais que compõem o item lexical “limpar”. Essa

tem sido uma das formas por meio das quais a LG tem explicado a relação entre o léxico e a sintaxe, bem como o modo como as sentenças são estruturadas nas línguas³.

Figura 3 – Os traços formais do item lexical “limpar”

Item lexical	“limpar”
Traço categorial	Verbo
Traço de seleção	+predicador
Estrutura argumental	1 argumento interno (SN, paciente)
	1 argumento externo (SN, agente)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Por fim, deve ser salientado que certos constituintes que não são recrutados compulsoriamente para a saturação do predi-
cador podem constituir a estrutura da sentença a fim de expan-
dir seu campo informacional. Esses constituintes são chamados
adjuntos e não são selecionados pelo predadores, conforme
discutem Rocha e Lopes (2017). A sua presença e a sua quanti-
dade na sentença, portanto, não podem ser previstas pelos traços
formais do léxico. Isso pode ser comprovado pela gramaticalidade
observada em (6). A ausência do adjunto “toda semana” em (6a)
e a presença concomitante de 3 adjuntos em (6b), “toda semana”,
“às 15h”, “dentro de casa”, em nada interferiram na gramaticalidade
das sentenças em (6).

- (6) a. O rapaz limpava a mesa.
b. O rapaz limpava a mesa toda semana, às 15h, dentro de casa.

3 Na LG, o tratamento oferecido à estrutura argumental não é uniforme. Dado o caráter introdutório e comparativo deste trabalho, considera-se, neste capítulo, o modelo segundo o qual no léxico encontram-se especificadas as propriedades dos itens lexicais relevantes para a estruturação sintática, como número de argumentos e tipos de papéis temáticos. Para a verificação de outros modelos, sugere-se, entre outros, a leitura de Medeiros (2018).



A partir desta breve apresentação, é possível verificar de forma simplificada e introdutória como a LG tem buscado explicar a formação das sentenças nas línguas naturais, considerando, para a formação das sentenças, de um lado, o papel de determinadas propriedades lexicais e, de outro, o papel de operações sintáticas tais como concatenar e mover. Apresenta-se, a seguir, o panorama da sintaxe sob o olhar da LBU.

SINTAXE NA LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

A LBU concebe a língua como um fenômeno emergente⁴, que decorre da interação entre habilidades cognitivas de domínio geral e a experiência linguística dos indivíduos, através de interação social contínua. Assim, a descrição linguística proposta pelo modelo vincula-se a motivações de ordem cognitiva, funcional e social.

Em linhas gerais, a LBU descreve o sistema linguístico como um repertório estruturado de unidades simbólicas convencionalizadas (Langacker, 1987; 1988). Simbólicas, porque passam pelo processo de associação intermodal, habilidade cognitiva de acordo com a qual experiências de naturezas distintas que frequentemente ocorrem juntas são representadas, armazenadas e recuperadas juntas (Bybee, 2010; Diessel, 2019). Convencionalizadas, porque passam pelo processo de convencionalização, segundo o qual os falantes em uma dada comunidade convergem consciente ou inconscientemente para utilizar tais unidades de forma mais ou menos recorrente na língua, por razões comunicativas (Schmid, 2020). Daqui por diante, essas unidades serão denominadas construções – pareamentos de

SUMÁRIO

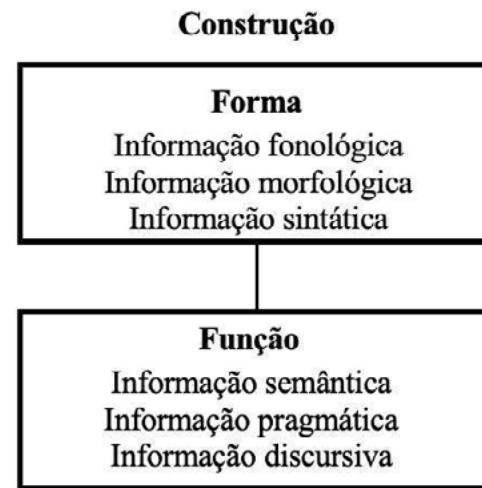


4

Fenômenos emergentes consistem em fenômenos nos quais o todo é maior do que a soma das partes. Para maiores informações, conferir Leite de Oliveira e Alonso (no prelo).

forma e função que incorporam informações fonológicas, morfológicas e/ou sintáticas, em seu polo formal; e informações semânticas, pragmáticas e discursivas, em seu polo funcional (Goldberg, 1995; 2006; 2019; Croft, 2001), tal como mostra o esquema da figura 4 abaixo.

Figura 4 – Representação de uma construção



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Croft (2001, p. 18).

O repertório de unidades supramencionado representa o conhecimento linguístico internalizado de um indivíduo e é formalizado como uma rede complexa de construções interligadas, as quais podem se combinar para formar os enunciados concretos da língua. Assim, as propriedades formais, em qualquer um de seus níveis, não existem dissociadas de propriedades semânticas, pragmáticas e/ou discursivas. Pelo contrário, a LBU propõe um tratamento holístico para a gramática, em que todos os níveis de análise linguística se combinam em maior ou menor grau, como parte integrante e indissociável de um todo maior – a construção. Em outras palavras e tomando o nível de análise específico deste capítulo, a sintaxe é analisada como um dos elementos formais que constituem as construções.

SUMÁRIO

Construções podem ser de tamanho variado, incorporando unidades atômicas como palavras monomorfêmicas totalmente preenchidas fonologicamente ("luz", "sol", "boi" etc.), unidades multimorfêmicas semipreenchidas fonologicamente como [V-AR] ("cantar", "passar" etc.) ou sem especificação fonológica [PREFIXO-RAIZ-SUFIXO] ("infelicidade", "releitura", "transformação" etc.), unidades complexas com produtividade relativa como a construção passiva do tipo [SUJ SER V_{PART.} POR X] ("O decreto foi assinado pelo presidente"), até chegar a construções totalmente esquemáticas de alta produtividade, como a construção de SN do tipo [ART N] ("o carro", "a escola") ou a construção de estrutura argumental transitiva direta do tipo [SUJ V OBJ] ("Joana viu o entregador", "O pedreiro perfurou a parede" etc.). Nessa perspectiva, as informações sintáticas são analisadas como especificações a respeito de com quais outras construções uma construção pode se combinar, bem como sobre o arranjo interno de uma construção para a produção e compreensão das cadeias de enunciados concretos da língua.

De um modo geral, construções e não categorias tidas tradicionalmente como primitivos linguísticos são as unidades básicas de análise linguística (Croft, 2001; 2022; Goldberg, 2006, 2019). Isso quer dizer que categorias como nome, verbo, sujeito, predicado, objeto, entre outras – estas consideradas tradicionalmente como categorias morfossintáticas – emergem a partir de seu uso nas construções, e não como categorias dadas *a priori*. Portanto, na LBU, a sintaxe é descrita em função de construções específicas, e não como um conjunto de regras que se aplicam aos itens do léxico para produzir enunciados linguísticos.

Para que se tenha uma dimensão do nível sintático de análise em LBU, vamos observar os trechos em **negrito** nos exemplos de (7a) a (7f), a seguir, extraídos do jornal Folha de São Paulo. As cadeias de unidades linguísticas destacadas e apresentadas em cada exemplo ocorrem não de um modo aleatório, mas de uma

forma sistemática, dadas as habilidades cognitivas dos indivíduos referentes à convencionalização, já mencionada, e à automatização⁵. Os falantes de português são capazes de perceber essa sistematicidade e observar que um vasto conjunto de sentenças como as apresentadas abaixo compartilham propriedades que vão para além do conteúdo fonético (que também pode ser gráfico ou gestual) contido na cadeia de sons (que também podem ser sinais de outra natureza) que se sucedem uns após os outros.

- (7) a. **André bateu o sino** primeiro [...] (Folha de São Paulo, 14.12.23)
- b. Mari Hirata é dessas pessoas que se importa, que trabalha para que a comida seja boa e honesta. [...] **Bate o bolo** junto com as alunas em movimentos sincopados de Olodum. (Folha de São Paulo, 16.05.97)
- c. **A plateia bateu palmas** e levantou as mãos [...] (Folha de São Paulo, 26.03.23)
- d. **O termo bateu o recorde de buscas** no Google dos últimos cinco anos. (Folha de São Paulo, 21.03.24)
- e. **O procurador-geral da República, Augusto Aras, bateu boca** e partiu para cima [...] (Folha de São Paulo, 24.05.22)
- f. [...] **o cara bateu as botas** porque sua dieta consistia em tranquilizantes e estimulantes tomados aos punhados [...] (Folha de São Paulo, 05.06.97)

Todas as sequências destacadas acima exibem: a) um argumento que codifica um participante formalmente codificado como sujeito SUJ (ainda que sua menção formal seja opcional, em português, recuperável ou não do contexto anterior ou do contexto situacional e/ou da desinência número-pessoal, como se observa em

5

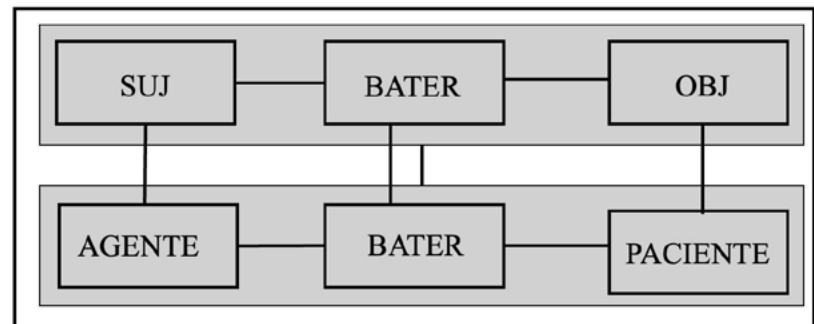
Processo em que a recorrência de uma experiência com relativa frequência facilita sua recuperação (Langacker, 2000; Diessel, 2019).



(7b)); b) um elemento verbal que codifica um processo caracterizado como “bater” e que apresenta concordância de número e pessoa com o elemento SUJ; e c) um outro argumento codificado formalmente como objeto (OBJ), sobre o qual semanticamente o ato de bater incide concreta ou metaforicamente. Aqui, com base nos processos cognitivos de comparação⁶ e abstração⁷, os falantes de português seriam capazes de eliminar diferenças e abstrair uma construção mais geral conforme o esquema [SUJ BATER OBJ]. Essa construção emerge como uma categoria⁸, a partir da qual o falante consegue identificar e produzir os exemplos contidos de (7a) a (7f) e outros tantos dos mais variados com o verbo BATER como instâncias desse esquema.

De um modo muito geral, é possível dizer que a sequência [SUJ BATER OBJ] está associada ao significado [AGENTE AGE, BATENDO EM UM PACIENTE], tal como representado na figura 5, abaixo.

Figura 5 – Representação da construção [(X) BATER Y]



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

- 6 Habilidade fundamental da cognição de contrastar duas estruturas e detectar qualquer discrepância entre elas (Langacker, 2000).
- 7 Emergência de uma estrutura através do reforço de traços comuns em experiências múltiplas (Langacker, 2000).
- 8 Representação abstrata que incorpora experiências que compartilham características em comum (Langacker, 1987; 2000; 2008; Lakoff, 1987).

SUMÁRIO

Contudo, apenas o conhecimento dessa construção não permite que um falante da língua produza ou compreenda de maneira eficiente todos os enunciados contidos nas sequências destacadas de (7a) a (7f). Em alguns casos, o falante precisa perceber que é mais convencional, por exemplo, dizer “A plateia bateu palmas” do que “A plateia bateu as palmas” ou “A plateia bateu aquelas palmas”⁹. Igualmente, o falante precisa compreender que o elemento SUJ não precisa necessariamente se referir a um participante animado (veja 7d) e que, diante de combinações específicas entre BATER e OBJ, a sentença não designa mais uma cena de impacto físico, mas pode expressar a ultrapassagem de um limite abstrato (7d), um processo verbal (“discutir”, em 7e), ou até mesmo um processo fisiológico (“morrer”, em 7f).

Para que o falante consiga produzir e compreender eficientemente todos os enunciados acima e inúmeros outros possíveis em português, ele precisa ter à disposição construções com os mais diversos níveis de esquematicidade¹⁰, composicionalidade¹¹ e produtividade¹² de sua língua, ligadas entre si por relações associativas. Isso quer dizer que, para utilizar a língua com proficiência, os indivíduos devem conhecer desde construções mais idiomáticas, que envolvem propriedades mais específicas ou idiossincráticas utilizadas em contextos específicos, como [SUJ BATER AS BOTAS], que codifica um processo fisiológico (“morrer”), ou [SUJ BATER BOCA], em que o bloco “bater boca” (necessariamente “bater boca” e não “bater a boca”) codifica um processo verbal (discutir), ou [SUJ

- 9 Uma breve busca no Corpus do Português (Davies, 2016) retoma, respectivamente para exemplos semelhantes, 1057 (bater palmas), 22 (bater as palmas) e 0 ocorrências (bater aquelas palmas).
- 10 Esquematicidade se refere ao nível de abstração das construções, ou seja, à capacidade de os indivíduos produzirem representação com cada vez menos especificação fonológica.
- 11 Composicionalidade diz respeito a em que medida o somatório das partes formais de uma construção, ou seja, das construções atômicas que as constituem, equivale ao significado do todo daquela construção.
- 12 Aqui utilizamos produtividade como a capacidade de uma construção sancionar outras construções mais específicas ou instâncias de uso diversificadas.

SUMÁRIO

BATER O/UM RECORDE], em que “bater” adquire valor metafórico de ultrapassagem de um limite, entre tantas outras construções com “bater” com graus variados de composicionalidade.

Igualmente, o falante precisa dominar construções mais gerais, que carecem de especificidade fonológica e são, portanto, mais esquemáticas e mais composicionais como a [SUJ BATER OBJ] descrita acima. Construções desse tipo são mais produtivas, de modo que permitem ao falante produzir um sem-número de enunciados regulares com “bater”. Construções mais específicas, por seu turno, tendem a ser menos produtivas, pois restringem mais diretamente o conjunto de enunciados que podem ser produzidos. Por outro lado, permitem ao falante produzir enunciados mais idiossincráticos.

A construção mais abstrata [SUJ BATER OBJ] é apenas uma dentre as diversas outras construções que o falante precisa dominar nesse nível de abstração. Ao adquirir construções gerais das mais diversas como a [SUJ BATER OBJ], já discutida, a [SUJ ABRIR OBJ], a [SUJ FECHAR OBJ], a [SUJ FURAR OBJ] etc., o falante é capaz de abstrair uma construção ainda mais geral, a saber, [SUJ V_{MATERIAL} OBJ], que congrega o conhecimento do indivíduo sobre construções de estrutura argumental associadas ao significado [AGENTE AGE SOBRE PACIENTE]. A partir de um processo cognitivo denominado analogia¹³, a abstração desse esquema permite ao falante não somente compreender enunciados com verbos nunca antes ouvidos pelo indivíduo, contanto que adequados à interpretação material, como a produzirem enunciados de forma criativa, incluindo verbos materiais que não foram experienciados antes nessa construção.

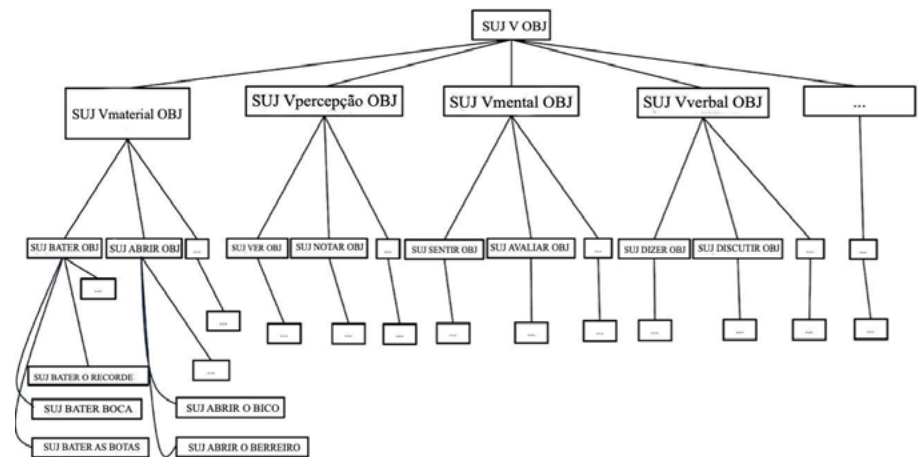
Além disso, essa construção mais geral comparada a outras também abstratas como [SUJ V_{PERCEPÇÃO} OBJ], [SUJ V_{MENTAL} OBJ] e

13

Processo a partir do qual o falante produz novas experiências com base em experiências pregressas, por exemplo, usar novos itens lexicais em uma construção (cf. Bybee, 2010).

[SUJ V_{VERBAL} OBJ], leva à abstração de uma construção ainda mais esquemática [SUJ V OBJ], que representa o conhecimento que um falante tem sobre a formação de construções de estrutura argumental transitivas diretas do português, tal como sugere a figura 6 abaixo. Nela, vemos ao menos quatro níveis de abstração da rede de construções de estrutura argumental transitiva do português. As construções em posição mais baixa estão mais diretamente ligadas ao uso que se faz da língua e aquelas em posição mais alta consistem em generalizações cada vez mais abstratas sobre o conhecimento do falante a respeito do modo de produzir orações transitivas diretas na língua portuguesa.

Figura 6 - Representação da rede de construções transitivas diretas do português



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A figura 6 não é exaustiva em sua representação e visa apenas a dar uma noção da possibilidade de descrição do conhecimento linguístico do falante. Algumas abordagens baseadas no uso chegam a defender que uma construção pode ser representada na rede como conhecimento internalizado, mesmo que ela seja totalmente regular e perfeitamente previsível a partir de construções

mais gerais, desde que sejam frequentes na língua (Goldberg, 2006; Pinheiro, 2021; Perek, 2015). Então, se uma expressão como “Fred bate o sino” for muito frequente no discurso de um dado falante do português, é provável que esse enunciado seja representado como uma construção daquele falante em sua rede.

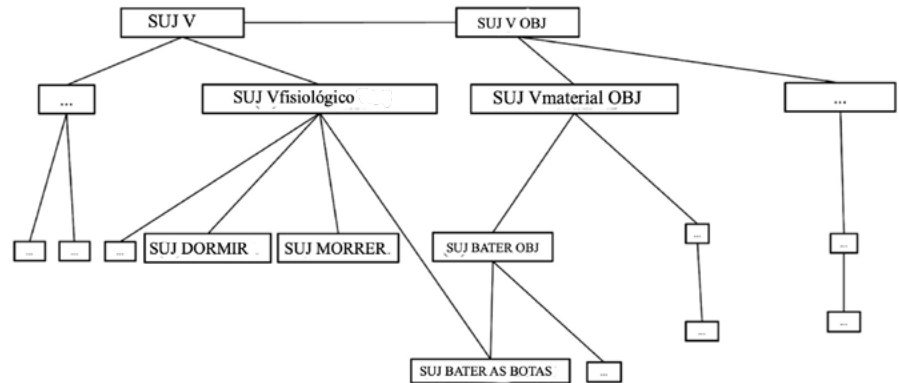
Além disso, apesar de [SUJ BATER AS BOTAS] exibir um padrão formal similar ao da construção transitiva direta, pois aparentemente contém dois argumentos do ponto de vista sintático, do ponto de vista semântico, a construção carece de um participante paciente. Isso ocorre porque, como já dito, a sequência “bater as botas” não é interpretada composicionalmente, mas de um modo idiomático, remetendo ao conceito de falecimento. Nesse sentido a relação entre a construção [bater] e a construção [as botas] exibe uma ligação sequencial mais forte entre si do que, por exemplo, a construção [SUJ BATER OBJ] (repare, por exemplo, que com facilidade podemos construir uma frase como “As claras eu bati em neve”, mas talvez haja alguma dificuldade na interpretação ou na convencionalização de “As botas o meu sogro bateu em março”. Dessa forma, uma construção como [SUJ BATER AS BOTAS] consiste em um membro periférico da categoria mais abstrata [SUJ BATER OBJ], pois ainda que mantenha uma representação formal constituída aparentemente por dois participantes, semanticamente a construção carece de um participante paciente, o que faz com que ela compartilhe propriedades com a família de construções intransitivas do português.

Nesse sentido, é necessário postular que a construção [SUJ BATER AS BOTAS] mantém uma relação com esquemas mais abstratos de natureza distinta. Ao mesmo tempo em que está ligada à construção [SUJ BATER OBJ], membro direto da família de construções de estrutura argumental transitiva, também mantém uma ligação direta com o esquema [SUJ V_{FISIOLÓGICO}], na família de construções de estrutura argumental intransitiva, como mostra a figura 7.

SUMÁRIO



Figura 7 – Representação da rede de construções transitivas e intransitivas



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Considerando os aspectos supramencionados, podemos compreender que a LBU busca tratar o conhecimento linguístico dos falantes de línguas naturais, partindo da premissa de que a gramática de uma língua pode ser descrita em termos de associações simbólicas convencionalizadas que pareiam forma e função, concebidas como construções. Essas construções exibem graus distintos de tamanho, esquematicidade, composicionalidade e produtividade. Assim, nesse modelo, a sintaxe é vista como um dos componentes do polo formal das construções, especificando como é sua organização interna, além do modo como elas podem ser combinadas entre si para formar os enunciados concretos da língua.

SINTAXE NA LG E NA LBU: UMA SÍNTESE

Nas seções anteriores, vimos um breve panorama de como o componente sintático da gramática pode ser tratado à luz de dois modelos teóricos distintos: a LG e a LBU. Mais precisamente,

descreveu-se como os conhecimentos de gramática, tácitos ou construídos através do uso, atuam na produção e interpretação de sentenças de uma língua.

A fim de promovermos, nesta seção, uma comparação do tratamento dado à sintaxe por esses dois modelos, optamos por discutir o papel na estrutura argumental. Questões de valência e de predicação residem na base das investigações gramaticais da sintaxe desde há muito tempo. De um ponto de vista pré-teórico, verificado inclusive na descrição proposta em gramáticas tradicionais, a estrutura sentencial é comumente analisada a partir da relação entre sujeito e predicado, este último contendo o núcleo da sentença. Embora não assumido explicitamente, a noção de estrutura argumental encontra-se subjacente às noções de núcleo da sentença – geralmente um verbo – e termos que exercem função sintática em relação a esse núcleo.

No entanto, a ciência linguística tem apontado, seja baseada na LG, seja baseada na LBU, que a análise da relação entre sujeito e predicado não explica exhaustivamente o processo de estruturação das sentenças em uma língua. Nesta seção, portanto, observamos, de modo contrastivo, como as sentenças se estruturam nas línguas, levando em consideração o modo como esses dois modelos abordam a noção de estrutura argumental.

Na LG, conforme salientado anteriormente, a competência linguística do falante é responsável por fornecer informações cruciais para a estruturação das sentenças na sua língua, diferentemente do proposto pela LBU, em que o conhecimento de gramática, e de sintaxe, é construído através das instruções provenientes de abstração sobre o uso. Especificamente, para a LG, os traços formais do léxico, que são idiossincráticos, devem instruir a sintaxe a processar informações tais como a posição linear do item lexical (traço categorial), bem como as relações sintáticas e semânticas entre os itens que precisam estar necessariamente vinculados na sentença

SUMÁRIO

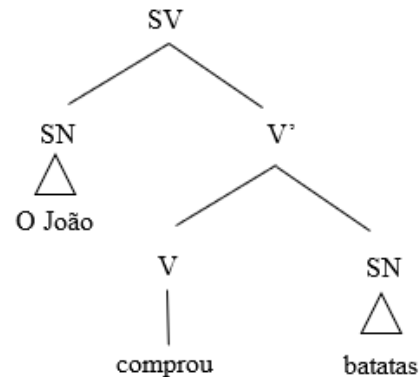


(traço de seleção). Desse modo, uma sentença como a verificada em (8) tem como item predicator um verbo, “comprar”, que compulsoriamente seleciona dois constituintes para com ele compor a estrutura da sentença: o constituinte nominal “batatas”, que, por ser argumento interno, vincula-se em um primeiro momento, e o constituinte nominal “o João”, que, por ser argumento externo, vincula-se em um segundo momento.

(8) O João comprou batatas.

As relações sintáticas estabelecidas em (8) podem ser verificadas através da estrutura arbórea presente na figura 8. Essa estrutura revela que a vinculação entre argumento interno e o constituinte verbal formam uma projeção intermediária V' com a qual o argumento externo se vincula, resultando no SV pleno. Logo, argumentos internos e predadores se articulam em uma relação sintática imediata; argumentos externos, por sua vez, se articulam à projeção intermediária. Assim, a distinção entre argumento interno e externo diz respeito à distinção sintática entre complemento (posição de SW na árvore verificada na figura 2) e especificador (posição de SY na árvore verificada na figura 2).

Figura 8 – Representação arbórea da estrutura em (8)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Conforme apontam Cyrino, Nunes e Pagotto (2017), uma das evidências para se considerar que, de fato, a primeira vinculação sintática é entre predador e argumento interno e que o argumento externo não estabelece uma relação direta com o predador é a análise de expressões idiomáticas. Ao observarmos os exemplos extraídos de Cyrino, Nunes e Pagotto (2017, p. 43) e reproduzidos em (9), constatamos que essas expressões são constituídas pela perda de composicionalidade somente na relação entre o verbo e o argumento interno, não havendo casos em que o argumento externo participe da formação da expressão idiomática. Fica evidente, com a análise dos dados em (9), que os argumentos externos (em todos os casos o constituinte "o João") não formam com as expressões entre colchetes constituintes sintáticos, cujos sentidos encontram-se opacos nesses casos.

- (9)
- a. O João [pintou o sete] = fez bagunça.
 - b. O João [bateu o pé] = insistiu em sua posição.
 - c. O João [esticou as canelas] = morreu.
 - d. O João [chutou o balde] = desistiu.

Até este momento, contemplaram-se predadores de natureza verbal. Contudo, há itens lexicais não verbais que podem perfeitamente selecionar argumentos, como podemos verificar através dos exemplos extraídos de Negrão, Scher e Viotti (2010, p. 103) e reproduzidos em (10).

- (10)
- a. A destruição dos novelos pelo gato.
 - b. O quadro na parede é agradável aos olhos.
 - c. O cesto de palha está sobre a poltrona.

SUMÁRIO

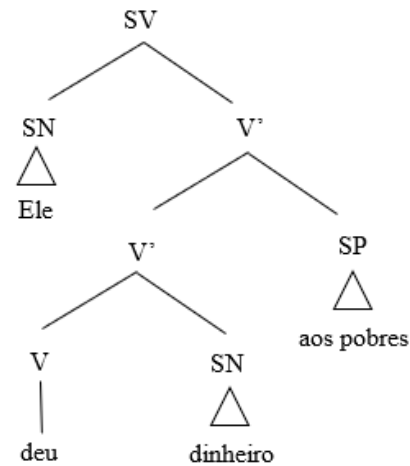
Em (10a), o predador “destruição”, que é um nome, seleciona um argumento interno “osovelos” e um externo “o gato”; em (10b), o predador “agradável”, que é um adjetivo, seleciona um argumento interno “aos olhos” e um externo “o quadro na parede”; em (10c), o predador “sobre” seleciona um argumento interno “a poltrona” e um externo “o cesto de palha”. Os verbos “ser” e “estar” em (10b) e (10c), respectivamente, não assumem papel de predador. Apenas garantem o estatuto sentencial da estrutura, portando marcas flexionais de tempo, modo, número, pessoa, entre outras.

Uma discussão cara à LG no que diz respeito à estrutura argumental é a rigidez no número de argumentos que podem ser selecionados por um predador. O número máximo é 3 e o mínimo, 1. A fim de abordarmos as diferentes configurações possíveis, comecemos as análises pelas estruturas com 3 argumentos, fixando-nos nos predadores verbais. Duarte (2007, p. 187) ilustra essa estrutura com os exemplos em (11).

- (11) a. Ele deu o dinheiro aos pobres.
b. Eu levei as crianças ao colégio.

Aos predadores verbais “dar” e “levar”, temos articulados 3 argumentos, 2 internos (“dinheiro” e “aos pobres”, em a, e “as crianças” e “ao colégio”, em b) e 1 externo (“ele”, em a, e “eu”, em b). Os predadores, nesses casos, correspondem a verbos bitransitivos, cujos representantes típicos, de acordo com Cyrino, Nunes e Pagotto (2017), são os verbos de transferência de posse (“dar”) ou de posição (“levar”). Para ilustração das relações sintáticas estabelecidas por predadores que selecionam 3 argumentos, a sentença em (11a) é representada sintaticamente na estrutura arbórea da figura 9. Note que os argumentos internos, tanto o SN quanto o SP, ambos presentes nas duas sentenças, são gerados na posição de complemento do verbo, e o argumento externo, na posição de especificador, funcionando sintaticamente como o sujeito da sentença.

Figura 9 – Representação arbórea da estrutura em (11a)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

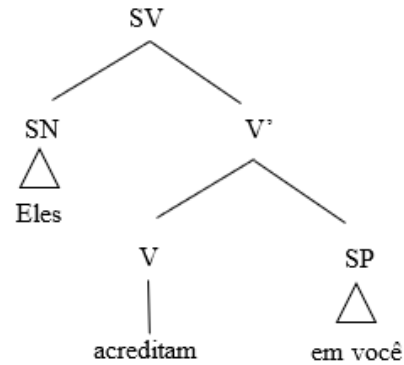
As estruturas com 2 argumentos podem ser exemplificadas com as sentenças extraídas de Duarte (2007, p. 187) em (12). Aos predadores verbais “matar” e “acreditar”, temos articulados 2 argumentos, 1 interno (“o pássaro”, em a, e “em você”, em b) e 1 externo (“ele”, em a, e “eles”, em b).

- (12)** a. Ele matou o pássaro.
b. Eles acreditam em você.

Em ambos os casos, temos predadores verbais que correspondem aos verbos transitivos. A diferença encontra-se na natureza categorial dos argumentos internos: em (12a), é requerido pelos traços formais do predador um SN, já em (12b), um SP. Para ilustração das relações sintáticas estabelecidas por predadores que selecionam 2 argumentos, a sentença em (12b) é representada sintaticamente na estrutura arbórea da figura 10. Note que os argumentos internos, tanto o SN nprimeiro caso quanto o SP no segundo caso, são gerados na posição de complemento dos verbos, e o argumento

externo, como em (11), é gerado na posição de especificador, funcionando sintaticamente como o sujeito da sentença.

Figura 10 – Representação arbórea da estrutura em (12b)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Por fim, as estruturas com 1 argumento podem ser exemplificadas com as sentenças adaptadas de Duarte (2007, p. 187) em (13). Aos predadores verbais “pular” e “chegar”, temos articulado 1 argumento, o que os caracteriza como monoargumentais. Embora os argumentos de ambos os verbos funcionem sintaticamente como sujeito, trata-se de argumentos de naturezas distintas: em a, “as crianças” é argumento externo; já em b, “as encomendas” é argumento interno. Isso significa dizer que “pular” e “chegar” projetam estruturas sintáticas diferentes, apesar de tradicionalmente serem tratados igualmente como intransitivos. Ocorre que “pular” é um verbo inergativo e “chegar”, inacusativo¹⁴. Para ilustração das relações sintáticas estabelecidas por predadores que selecionam 1 argumento, as duas sentenças em (13) são representadas sintaticamente nas estruturas arbóreas nas figuras 11 e 12, respectivamente. Note que o argumento externo em (13a) é um SN gerado na posição

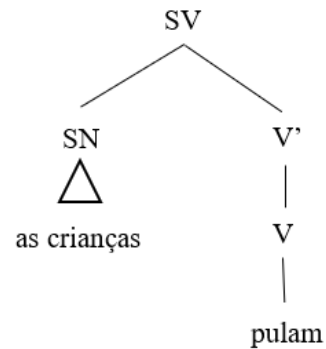
14

Para maiores detalhes acerca da distinção entre esses verbos, sugere-se a leitura de Duarte (2003) e de Cyrino, Nunes e Pagotto (2017).

de especificador e o argumento interno em (13b) é um SN gerado na posição de complemento.

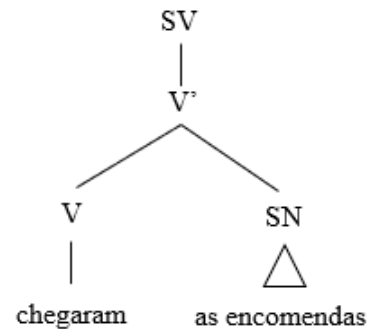
- (13) a. As crianças pulam.
b. Chegaram as encomendas.

Figura 11 – Representação arbórea da estrutura em (13a)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 12 – Representação arbórea da estrutura em (13b)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Diante da rigidez observada em relação às possíveis estruturas que podem ser projetadas por predicadores, é possível nos questionarmos acerca de predicadores que assumem comportamento

aparentemente não uniforme ao figurarem em sentenças de uma língua. A esse respeito, Raposo (1992, p. 342) sugere os seguintes exemplos, reproduzidos em (14), (15) e (16).

- (14) a. Eles ainda não comeram a sopa.
b. Eles ainda não comeram.
- (15) a. O Luís fuma charutos.
b. O Luís fuma.
- (16) a. Ele já estudou as lições.
b. Ele já estudou.

A análise do contraste entre as sentenças em (14a, 15a e 16a), de um lado, e (14b, 15b e 16b), de outro, nos revela a ausência do argumento interno nas sentenças em b, que se encontram presentes nas sentenças em a. Em princípio, teríamos de supor que, na ausência dos argumentos internos requeridos pelos predicadores “comer”, “fumar” e “estudar”, as sentenças geradas seriam agramaticais, o que não é o caso. Ocorre que a interpretação semântica dos complementos, nos casos em b, ou é culturalmente fixa (como é a possibilidade de interpretação do complemento de “comer” como produtos que são considerados passíveis de serem ingeridos) ou designa algo genérico ou prototípico (como é a possibilidade de interpretação do complemento de “fumar” como a entidade canônica que pode ser fumada, por exemplo, cigarros).

Para explicar essa aparente heterogeneidade no comportamento de certos predicadores, Raposo (1992) admite um tratamento lexical, em vez de um tratamento sintático para a questão. Nesse sentido, a saturação argumental ocorreria no léxico por uma propriedade semântica fixa, sem que houvesse um constituinte cumprindo esse papel na representação sintática, como o fazem os constituintes “a sopa”, em (14a), “charutos”, em (15a), e “as lições”, em (16a).



É interessante perceber que esse comportamento parece estar relacionado a predicadores que pertencem a campos semânticos que designam certas atividades mais genéricas. Isso fica evidente se compararmos os predicadores “comer”, mais geral, e “devorar”, semanticamente relacionado a “comer”, porém com sentido mais restrito. O verbo “devorar”, ao contrário de “comer”, não autoriza a não realização sintática do argumento interno, conforme observado em (17).

(17) *Eles ainda não devoraram.

Desse modo, autores da LG que consideram a estrutura argumental como determinada pelas propriedades do léxico assumem que haveria no léxico especificações distintas dos traços de seleção para os predicadores de (14a, 15a e 16a), de um lado, e (14b, 15b e 16b), de outro, conforme discutido em Kenedy (2013).

Na LBU, entende-se que a estrutura argumental da sentença não é determinada exclusivamente pelo verbo (ou o predador não verbal) e, portanto, não está prevista como algum tipo de especificação inerente apenas ao que tradicionalmente se tem como léxico. Nessa abordagem, assume-se a existência de construções de estrutura argumental que, segundo Goldberg (2019), captam cenas relevantes da experiência humana, as quais podem incluir movimento ou mudança de estado, pessoas ou forças agindo umas sobre as outras etc. Tais cenas permitem extensões metafóricas que se aplicam tanto a temas literais como abstratos.

Nos modelos teóricos da LBU, as construções de estrutura argumental, por carregarem especificações de forma e significado em si, independentemente das palavras específicas que possam nelas ocorrer (Goldberg, 1995), estipulam em sua sintaxe a composição de argumentos que uma sentença exhibe. Em outras palavras, as construções de estrutura argumental pareiam a representação mental dos falantes acerca de um evento abstrato que contém um (ou um conjunto de) argumento(s) a informações morfossintáticas que codificam esse(s) argumento(s) (Perek, 2015).



Para interpretarmos a estrutura argumental por um prisma construcionista, vejamos os exemplos abaixo, em que fazemos uso mais uma vez do verbo “bater”:

- (18) a. **O coração está batendo** normalmente.
- b. **Carlito bateu o portão** e minha mãe levou um susto.
- c. **Lídia bateu um bolo para as amigas** na reunião de sexta-feira.
- d. No jogo de ontem, **Luan bateu a bola para dentro do gol**.

Os exemplos exibem o verbo “bater” com diferentes realizações de estrutura argumental. No exemplo 18a, “bater” ocorre em uma estrutura de um argumento; no exemplo 18b, em uma estrutura de dois argumentos; em 18c e 18d, em uma estrutura de três argumentos. Semanticamente, essas estruturas estão associadas a cenas específicas. Em 18a, a estrutura de um argumento com o verbo “bater” está associada à cena ‘X age’, configurando uma construção de estrutura argumental intransitiva. Em 18b, a estrutura de dois argumentos codifica a cena ‘X age sobre Y’, caracterizando uma construção de estrutura argumental transitiva direta. Já em 18c, a estrutura de três argumentos com “bater” se parecia a uma cena abstrata do tipo ‘X age de modo que Y receba Z’, consistindo em uma construção de estrutura argumental conhecida como bitransitiva. Por fim, em 18d, a estrutura de três argumentos representa a cena ‘X age de modo que Y se mova para Z’, constituindo uma construção conhecida como construção de movimento causado. Com isso, pode-se dizer que o verbo “bater” é utilizado em pelo menos quatro construções de estrutura argumental do português.

Assim como “bater”, outros verbos podem participar das cenas descritas por essas construções. Goldberg e demais colegas que defendem o modelo construcionista de orientação baseada no uso (Goldberg, 1995; 2019; Croft, 2001; 2022; Perek, 2015; Pinheiro,



SUMÁRIO

2021) argumentam que a ocorrência de um verbo em uma construção de estrutura argumental baseia-se em princípios de compatibilidade semântica. Segundo Goldberg (1995), o significado do verbo está associado a um *frame*¹⁵ de referência, que define os papéis participantes da cena descrita. Se assumirmos, por exemplo, um verbo como “vender”, veremos que ele ativa uma cena comunicativa que envolve uma atividade social geralmente atrelada à presença de alguns participantes: um vendedor, uma coisa a ser vendida e um comprador ou participante para o qual se vende alguma coisa. O verbo “vender”, então, codifica a cena pela perspectiva do vendedor. Esses participantes evocados pela cena comunicativa codificada pelo verbo são chamados de papéis participantes. Goldberg (1995) defende que os papéis participantes do verbo devem ser semanticamente compatíveis com o significado da construção para que eles possam se fundir aos papéis argumentais dela.

Segundo Perek (2015), há casos em que essa compatibilidade é direta, com verbos que elaboram mais diretamente o significado da construção. A título de exemplo, o autor argumenta que verbos que atribuem semântica de oferta como “dar” (no caso do inglês, “give”) ou até mesmo “emprestar” (no caso do inglês, “lend”) incorporam em si o significado ‘X age de modo que Y receba Z’ da construção bitransitiva, como nos exemplos (19) e (20) do português.

(19) Jonas deu uma flor para a mãe.

(20) Paulo emprestou o livro para Gustavo.

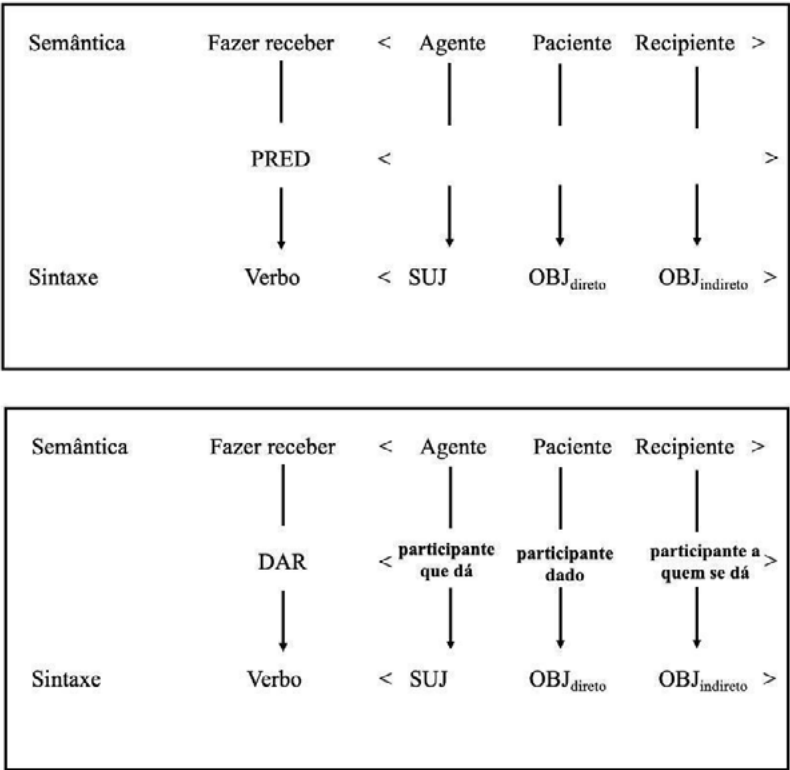
15

Com relação à definição de *frame*, baseamo-nos em Fillmore (1982, p. 111), para quem o termo se refere a qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para compreender qualquer um deles, é preciso entender a estrutura inteira em que ele se encaixa. Nesse sentido, quando um dos conceitos em uma dada estrutura é apresentado em um texto ou em uma conversa, todos os outros se tornam automaticamente disponíveis. Tomemos por exemplo o conceito “embreagem”, que só pode ser totalmente compreendido a partir do conhecimento do funcionamento de um veículo automotivo. Assim, inevitavelmente, quando mencionamos a palavra embreagem em um texto de qualquer natureza, deixamos disponíveis outros conceitos que fazem parte da compreensão do conceito “embreagem”, tais como carro, câmbio, troca, motor, dirigir etc.



Nesse caso, os papéis participantes do verbo (cujo *frame* de referência requer, no caso do verbo “dar” em português, um doador, uma coisa dada e um recebedor ou, no caso de “emprestar”, um “emprestador”, uma coisa a ser emprestada e alguém para quem emprestar essa coisa) se fundem com os papéis semânticos (no caso da construção bitransitiva, um agente, um paciente e um recipiente), pareados com a função sintática dos argumentos da construção (no caso em questão, sujeito, objeto direto e objeto indireto), como ilustra a figura 13, abaixo. A esse princípio, Goldberg atribui o rótulo Princípio da Coerência Semântica (Goldberg, 1995).

Figura 13 – Construção bitransitiva e a fusão com o verbo ‘dar’



Fonte: Adaptado de Goldberg (1995, p. 50).

Se, por um lado, verbos como “dar” e “emprestar” ilustram bem a compatibilidade semântica do verbo em relação à construção bitransitiva, por outro lado, existem verbos em que essa compatibilidade é mediada via extensão metafórica. Tomemos o caso de “dizer” ilustrado pelo exemplo (21) abaixo.

(21) Marcio disse a verdade para Roberta.

Verbos *dicendi* não codificam tipicamente semântica de transferência de posse, como parecem fazer em algum sentido “dar” e “emprestar”. Segundo Perek (2015), a ocorrência de verbos do tipo *dicendi* na construção bitransitiva consiste em uma representação metafórica de comunicação como troca, em que ideias e mensagens podem ser conceptualizadas como objetos que são transferidos em sentido abstrato para um ouvinte/recipientes. Outros casos, como o de 18c acima, apoiam-se na extensão do próprio significado da construção. Em “bater um bolo para as amigas”, o significado veiculado é o de transferência pretendida (bater um bolo com a intenção de servi-lo para as amigas, o que também poderia se aplicar a outros verbos como “fazer”, “assar”, “cozinhar”, etc.). Inclusive, é possível observar outros casos de extensão do significado, tais como o de transferência futura (“Lídia prometeu um bolo para as amigas”) ou transferência não realizada (“Lídia negou um bolo às amigas”), casos em que podemos falar em polissemia construcional (Goldberg, 1995).

O argumento de que as construções em si veiculam significados e estipulam a estrutura argumental das orações também é utilizado para justificar o fato de que alguns verbos tipicamente associados a usos intransitivos, por exemplo, podem ser utilizados de forma criativa em construções que exibem dois ou três argumentos ou, ao contrário, isto é, ao fato de que alguns verbos geralmente associados à presença de dois ou mais argumentos podem ocorrer em construções monoargumentais. Nesses casos, ocorre o que Goldberg (1995, 2019) denomina coerção, estratégia pela qual a construção é capaz de acomodar o significado do verbo produzindo a conceptualização

SUMÁRIO



necessária, que não é tipicamente observada quando o verbo é utilizado em outras construções de modo mais recorrente. A título de exemplo, podemos mencionar verbos como “tossir” ou “espirrar”, os quais tendem a ocorrer tipicamente em uma construção intransitiva, que seleciona apenas um argumento (Andrei tossiu, Marisa espirrou etc.), mas podem ser utilizados em uma construção de movimento causado, tal como afirmam Wiedemer e Vieira (2018, p. 84), produzindo enunciados como (22) e (23), abaixo.

(22) Eu tossi a farofa para fora do prato.

(23) Lídia espirrou água sobre a mesa.

Ao mesmo tempo, determinados verbos exibem menor compatibilidade semântica em relação a algumas construções, não sendo possível, portanto, a sua combinação para a formação de enunciados da língua. É o caso de verbos como “desaparecer”, “doer” ou “cair”, os quais parecem não ser atraídos para construções com mais de um argumento, como podemos ver nos exemplos abaixo.

(24) ? Ele desapareceu o livro.

(25) ? Marina doeu o braço de André.

(26) ? Carlos caiu o livro no chão.

A essa ausência de atração, Goldberg (2019) vem atribuindo o rótulo de bloqueio (*preemption*), que, em linhas gerais, se deve ao fato de que os indivíduos simplesmente aprenderam formas consideradas mais convencionais de expressar a mensagem pretendida. Formas aparentemente mais comuns de expressar as mensagens pretendidas de (24) a (26) talvez fossem *Ele escondeu o livro*, *Marina machucou o braço de André* e *Carlos jogou (ou deixou cair) o livro no chão*. Segundo Goldberg, *favorecemos formulações rotinizadas por exposição prévia para expressar mensagens pretendidas, porque entendemos implicitamente que essas formulações representam a forma “adequada” de usar a língua* (Goldberg, 2019, p. 75).



Além dos aspectos acima, é necessário ter em conta que as construções de estrutura argumental não estipulam necessariamente a ordem em que os argumentos ocorrem. Especificações de ordem observadas nos mais diversos enunciados são feitas por outras construções, as quais podem se combinar com uma construção de estrutura argumental, vinculando funções específicas como marcação de aspectos informacionais da sentença ou formação de perguntas, como indicam os exemplos abaixo. Em (27), observamos a instância de uma construção transitiva direta com ordem não marcada no português combinada com uma estrutura informacional igualmente não marcada do tipo tópico-comentário; em (28), temos a instância de uma construção de foco, mais comumente conhecida como pseudoclivada, combinada com a construção transitiva direta; em (29), vemos a construção transitiva direta combinada com a construção interrogativa de conteúdo, ou interrogativa QU-.

(27) Gabriel assinou o formulário.

(28) Quem assinou o formulário foi o Gabriel.

(29) O que o Gabriel assinou?

Por considerar que a estrutura argumental das orações pode ser analisada em termos de construções de estrutura argumental propriamente e que os verbos, que igualmente configuram construções (mais especificadas), se vinculam às construções de estrutura argumental (mais gerais) com base em compatibilidade semântica, a LBU propõe que há uma divisão de trabalho, para usar os termos de Perek (2015), entre a construção de estrutura argumental e o item lexical (também uma construção) que nela ocorre. Essa visão é consistente com o modelo teórico da LBU ilustrado panoramicamente na seção anterior, o qual sugere que o conhecimento linguístico dos indivíduos emerge a partir de sua experiência com o uso da língua e está representado na mente tanto na forma de representações específicas, mais diretamente ligadas ao uso, como na forma de



generalizações, abstrações armazenadas realizadas sobre instâncias de uso, através de processos cognitivos de domínio geral. Essas representações referentes ao que é específico e ao que é geral se dão, portanto, de forma redundante, configurando um modelo de língua de caráter maximalista.

Neste capítulo, buscamos fazer um panorama sobre como os modelos teóricos da LG e da LBU tratam o nível sintático de análise. As duas primeiras seções se dedicaram a explorar os principais aspectos inerentes a cada uma dessas perspectivas teóricas e como a sintaxe se insere no respectivo modelo linguístico. Esta seção, em particular, buscou mostrar como ambas as perspectivas teóricas abordam a estrutura argumental da sentença.

Por adotarem premissas teóricas distintas e, em alguma medida, diametralmente opostas, essas abordagens divergem no que diz respeito aos processos sintático-semânticos que subjazem à estrutura argumental na gramática. A LG, por um lado, propõe que a realização da estrutura de argumentos seja prevista no léxico. Assim, as configurações argumentais são rígidas e previstas pelos traços formais de seleção dos itens lexicais predadores, os quais, além de determinar o número de constituintes argumentais, impõem a esses constituintes restrições categoriais e semânticas. As diferenças nas realizações argumentais são explicadas pela existência de entradas lexicais distintas, cada uma com um conjunto de traços formais específicos.

Por outro lado, a LBU postula a existência de construções de estrutura argumental que por si só possuem significado e codificam a estrutura argumental da sentença, pareando papéis semânticos a funções sintáticas na construção. A ocorrência ou não de verbos nas mais diversas construções de estrutura argumental da língua se deve à maior ou menor compatibilidade semântica entre verbo e construção e à maior ou menor convencionalização no modo de expressar as mensagens pretendidas. Em casos de maior compatibilidade,

SUMÁRIO



os papéis participantes evocados pelo *frame* de referência de cada verbo podem ser fundidos total ou parcialmente aos papéis semânticos da construção, em graus distintos, o que garante que o mesmo verbo possa ocorrer em mais de uma construção de estrutura argumental ou ser bloqueado para ocorrer em uma, mas não em outra.

Não é objetivo deste trabalho advogar em favor de um ou outro modelo teórico que busque explicar o componente sintático. Em verdade, busca-se apresentar um breve panorama de como a sintaxe pode ser estudada em cada modelo, ressaltando alguns pontos de divergência que estão além da comum oposição estabelecida entre a natureza dos conhecimentos de gramática serem tácitos ou construídos através do uso. Portanto, espera-se contribuir para o constante diálogo entre diferentes modelos teóricos que se dedicam a explicar como falantes de uma língua produzem e interpretam sentenças de sua língua.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

BERLINCK, Rosane de Andrade; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; OLIVEIRA, Marilza. Predicação. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção da sentença. São Paulo: Contexto, 2017. p. 81-149.

BYBEE, Joan. **Language Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, Noam. Remarks on Nominalizations. In: JACOBS, Roderick. A.; ROSENBAUM, Peter S. (Eds.). **Readings in English transformational grammar**. Waltham, Mass.: Ginn & Co, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. The theory of principles and parameters. In: JACOBS, Joachim; VON STECHOW, Arnim; STERNEFELD, Wolfgang; VENNEMANN, Theo. (Eds.). **Syntax: An International Handbook of Contemporary Research**. Berlin: Walter de Gruyter, 1993. p. 506-569.

SUMÁRIO

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. **The architecture of language**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CROFT, William. **Radical Construction Grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, William. **Morphosyntax**. Constructions of the World's Languages. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

CYRINO, Sonia; NUNES, Jairo; PAGOTTO, Emilio. Complementação. *In*: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção da sentença. São Paulo: Contexto, 2017. p. 37-80.

DAVIES, Mark. (2016-) **Corpus do Português**: Web/Dialects. Disponível online em <http://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>. Acesso: 5 Ago. 2024.

DIESEL, Holger. **The Language Network**: how language structure is shaped by language use. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria. Predicação e classes de predicadores verbais. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003, p. 179-203.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Termos da oração. *In*: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 185-204.

FILLMORE, Charles. Frame semantics. *In*: **The Linguistic Society of Korea**. Linguistics in the morning calm. Selected papers from the SICOL-1981. Seul: Hanshin Publishing Company, 1982, p. 111-137.

GOLDBERG, Adele Eva. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele Eva. **Constructions**: a new theoretical approach to language. Trends in Cognitive Sciences. Vol. 7. Nº 5 May, 2003 -219-224. doi:10.1016/s1364-6613(03)00080-9

GOLDBERG, Adele Eva. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele Eva. **Explain me this**: creativity, competition, and the partial productivity of constructions. Princeton: Princeton University Press, 2019.

SUMÁRIO

HAEGEMAN, Liliane. **Introduction to government and binding theory**. Oxford & Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1991.

HAUSER, Mark D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, W. Tecumseh. The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve?. **Science**, v. 298, p. 1569-1579. 2002.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of Cognitive Grammar**: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

LANGACKER, Ronald. A usage-based model. In: RUDZKA-OSTYN, Brygida (ed.). **Topics in Cognitive Linguistics**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988. p. 127-161.

NEGRÃO, Esmeralda V.; SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-109.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth E. Vasconcelos. **Novo Manual de Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREK, Florent. **Argument Structure in Usage-Based Construction Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015.

PINHEIRO, Diogo. Sintaxe Construcionista. In: OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. **Sintaxe, sintaxes**. Uma introdução. São Paulo: Contexto, 2021. Edição Kindle, p. 163-183.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ROCHA, Maura A. Freitas; LOPES, Ruth E. Vasconcellos. Adjunção. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção da sentença. São Paulo: Contexto, 2017. p. 151-186.

SCHMID, Hans-Jörg. **The Dynamics of the Linguistic System**: usage, conventionalization, and entrenchment. Oxford: Oxford University Press, 2020.

WIEDEMER, Marcus. VIEIRA, Marcia. Machado. dos Santos. Lexemas e construção: atração, coerção e variação. **Caderno Seminal Digital Especial**, nº 30 v. 30 (JAN-DEZ/2018) 2018, p. 81-132 DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2018.34009>.

6

Taisa Peres de Oliveira
Ana Paula Quadros Gomes

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA*?

Nosso objetivo, neste capítulo, é discutir o tratamento dado à semântica e à pragmática em dois modelos teóricos divergentes: a Semântica e a Pragmática formais (Heim; Kratzer, 1998; von Stechow, 2011), que guardam relação com a tradição da Linguística Gerativa, e os Modelos Baseados no Uso (Barlow, Kemmer, 2000; Langacker, 2008; Croft, 2001; Bybee, 2016). No caminho percorrido, tomamos um mesmo objeto de descrição, as orações condicionais, e, a partir de suas propriedades, discutimos como os dois modelos teóricos interpretam como os significados da linguagem humana são construídos. Assim, propomo-nos a examinar como essas duas abordagens teóricas, considerando nossa escolha metodológica, tratam os níveis semântico e pragmático, contrastando seus princípios teóricos, para a análise das orações condicionais em português. Ao final, esperamos explorar como cada teoria delimita esses campos de estudo, identificando as implicações teóricas para a compreensão do significado linguístico e sua relação com a estrutura linguística. Esse diálogo contribui, assim, para a análise de fenômenos linguísticos como a interpretação de metáforas, inferências e ambiguidades, ao explorar como as abordagens lidam com a (inter)dependência entre forma, significado e contexto.

Vamos tratar brevemente dos motivos para o fenômeno a ser analisado ser de interesse das duas linhas. As construções condicionais combinam duas orações sobre uma base causal hipotética, interligadas por um conector condicional, assumindo, prototipicamente, a forma “**se** ... (**então**) ...”. Embora sejam muitos os conectores (ou operadores) condicionais em português, indubitavelmente o mais conhecido e estudado deles é a conjunção **se**, que, em alguns contextos, vem acompanhada de **então**. A oração introduzida por **se**

SUMÁRIO



SUMÁRIO

recebe, tradicionalmente, o rótulo de “oração subordinada adverbial condicional”, e aquela a que ela se combina é designada “oração principal”, por subordinar a outra. Neste trabalho, chamaremos a oração subordinada condicional de “antecedente” e a oração principal de “consequente”. A semântica e a pragmática das construções condicionais têm sido objeto de numerosos estudos, no âmbito de várias correntes linguísticas.

Por que as condicionais são tão interessantes para a linguística? Uma das características das línguas humanas, que a destaca das linguagens, também sofisticadas, dos demais animais, é o fato de apenas os humanos poderem falar sobre circunstâncias que não estão diante de seus olhos no momento da enunciação. Não só a humanidade pode falar de acontecimentos não imediatos, no passado, como também pode falar sobre acontecimentos futuros e, inclusive, sobre como seria o mundo se um fato tivesse ocorrido de modo diferente, ou de como poderá ou poderia vir a ser o mundo em decorrência de um fato hipotético. A condicional é uma ferramenta para considerar alternativas à realidade dada. Como diz Edgington (1995):

A capacidade de empregar construções condicionais integra nosso equipamento básico de sobrevivência e interação com o mundo. Uma visão de mundo desprovida de condicionais seria improdutiva e ineficaz. Não faz muito sentido reconhecer que existe um predador em seu caminho, a menos que você também perceba que, se não mudar de direção bastante rapidamente, você será comido. Felizmente, lidamos com **se... então** com facilidade (Edgington, 1995, p. 235).

Algumas condicionais (voltaremos a falar dos tipos de condicional mais adiante) são chamadas de contrafactuais, exatamente porque contrariam os fatos da nossa realidade, apresentando estados de coisas alternativos (Neves, 2000). A ideia por trás do nome “contrafactual” é que essas condicionais servem para falar sobre

possibilidades não realizadas — nós costumamos usar condicionais contrafactuais quando consideramos o antecedente falso, ou seja, quando percebemos que ele não está de acordo com aquilo que sabemos a respeito do mundo real e objetivo em que vivemos, tal como no exemplo:

- (1) “Se o candidato derrotado tivesse sido vitorioso nas últimas eleições, então o país estaria bem diferente.”

Condicionais podem ser usadas ainda para acionar um conjunto de valores pragmáticos convencionalizados. Oliveira (2003) mostrou como orações condicionais, em razão de seu grau de hipoteticidade, podem ser usadas em contextos em que veiculam atos diretivos, ora expressando ameaças e promessas, ora para preservação da face, expressando polidez. Tomem os seguintes exemplos:

- (2) Se puder, me dá uma carona?
(3) Se não parar de chorar, vai ficar de castigo!

Em contextos como (2), o antecedente da condicional, “se puder”, não está sendo usado no sentido literal, avaliando a possibilidade de a pessoa ter condições ou não de levar alguém, mas sim, preservando a face do falante diante do pedido “me dá uma carona”. Por outro lado, em (3), na relação de causalidade estabelecida entre os eventos, o falante também comunica uma ameaça ao ouvinte, numa tentativa de manipular seu comportamento.

Por outro lado, a condicional que combina **se...então...** apresenta-se com significado distinto desses, conforme Oliveira e Hirata-Vale (2011). Segundo as autoras, nesse tipo de condicional existe uma relação mais estreita entre o antecedente e o consequente, como se vê ao comparar os exemplos em (4) e (5). Em (4), a leitura possível é que a umidade não tem uma ação direta sobre o cabelo, diferentemente de (5), em que a implicação é que o cabelo



SUMÁRIO

fica bom apenas no contexto de umidade. O uso do par **se...então...** aciona um conjunto de restrições e significações também conhecido como bicondicionalidade ou perfeição condicional e é ligeiramente diferente do significado de condicionais marcadas apenas pelo **se**, revelando a natureza complexa das propriedades semânticas e pragmáticas do enunciado condicional (Geis; Zwicky, 1971).

- (4) Se estiver úmido, meu cabelo fica bom.
- (5) Se estiver úmido, então meu cabelo fica bom.

O que se vê, portanto, é que há vários tipos de condicionais, mas só iremos falar de alguns neste capítulo, por questão de espaço. Tais distinções são dominadas pelo falante, que sabe muito bem qual tipo de condicional empregar para atingir seu propósito comunicacional. Uma vez que os falantes utilizam diversas condicionais com sucesso, podemos assumir que nós, seres humanos...

"Seríamos intelectualmente deficientes sem a capacidade de discriminar entre o crível e o inacreditável em condicionais cujos antecedentes achamos improvável que sejam verdadeiros" (Edgington, 1995, p. 244).

Uma vez estabelecido o motivo de as condicionais merecerem a atenção de linguistas e de falantes, vamos agora examinar como elas são tratadas em duas linhas distintas. Vamos começar por como semântica e a pragmática formais abordam as condicionais. Em seguida, veremos como as trata uma semântica e pragmática inseridas na Linguística Baseada no Uso (LBU).

Para tanto, este capítulo está organizado da seguinte forma: primeiro, apresentamos uma definição das orações condicionais na seção 1. Em seguida, nas seções 2 e 3, partimos para a discussão das orações condicionais nas duas abordagens teóricas contempladas aqui. Por fim, na seção 4, apresentamos algumas generalizações a partir do diálogo estabelecido.

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA NA PERSPECTIVA FORMAL

No Brasil, “a linguística é uma ciência relativamente nova”, mas “já trouxe grandes avanços” (Ilari, 2009, p. 1). Nesse pouco mais de meio século, floresceu “o debate entre várias orientações teóricas, o que levou a multiplicar a maneira de pensar a língua e seu estudo”, criando “um programa de investigação sem precedentes” (Ilari, 2009, p. 2). Teorias diversas foram chegando, uma após a outra, e ganhando adeptos. A chegada do gerativismo, por exemplo, foi bem posterior à do estruturalismo. Os estudos de níveis de descrição linguística também tiveram fases distintas de implementação. “A estreia da Linguística brasileira coincidiu com a elaboração das primeiras descrições fonológicas do português”, recorda Ilari (2009, p. 15). A sintaxe só ganharia centralidade mais tarde, com o advento do gerativismo. O nível de descrição e análise semântica talvez tenha sido o mais tardiamente inaugurado (cf. Neto; Muller; Oliveira, 2012). Como escreveu Ilari, se é verdade que a semântica, no Brasil, “nunca chegou a ter o mesmo grau de desenvolvimento alcançado por outras disciplinas linguísticas, com a Sintaxe ou a Fonologia”, por outro lado “ela está mais viva do que nunca” (Ilari, 2013, p. 9).

É importante ressaltar que o gerativismo (cujo mais conhecido expoente é Chomsky) é um programa de investigação em sintaxe. Na sua fase inicial, anterior a 1970, havia muita troca com uma corrente semântica que depois veio a ser designada “semântica cognitiva” ou “semântica generativa”. A fase de gramática gerativa conhecida como Teoria-Padrão Estendida (TPE) marca o rompimento com a semântica conhecida como generativa, pois, na TPE, o componente sintático é o único gerativo; os componentes fonológico e semântico são meramente interpretativos. Essa fase é conhecida como o início das “Guerras Linguísticas”. Um dos grandes expoentes da generativa, Lakoff, diz que, para essa corrente, contra Chomsky,

SUMÁRIO



SUMÁRIO

“a sintaxe e a semântica não podem ser separadas e o papel das transformações e das restrições derivacionais em geral é relacionar representações semânticas a estruturas superficiais” (Lakoff, 1969, p. 94). Essa divergência nunca foi superada. Chomsky nunca mais anunciou parcerias diretas com semanticistas, mas alguns já começaram, na década de 1960, a propor análises semânticas que conversavam com o novo modelo sintático, entre eles Jerrold Katz e Jerry Fodor. Dez anos depois, em 1970, um certo grupo de semanticistas já assumia que “semântica sem tratamento das condições de verdade não é semântica” (Lewis, 1970, p. 1). A Semântica Interpretativa seguia o princípio de que a sintaxe era motivada independentemente. E adotou o princípio da composicionalidade, de Frege: o significado de uma expressão complexa é uma função dos significados de seus componentes/integrantes e do modo como eles se combinam sintaticamente. A década de 1970 foi frutífera para interações entre filósofos/lógicos e semanticistas, linguistas investigadores de línguas naturais, cunhando o que hoje se conhece por Semântica Formal ou por Semântica Gramatical. Barbara Partee, Irene Heim e Angelika Kratzer são alguns dos primeiros nomes que se destacaram nessa linha, já na década de 1980¹.

Como todo empreendimento científico, a semântica formal das línguas naturais é um projeto coletivo. Essa linha opera com uma ciência empírica e preditiva, que busca explicar a competência semântica inerente e inconsciente do falante nativo. A semântica formal opera com o significado no nível da sentença. Saber

1 O título desta seção não segue o padrão dos demais capítulos, na medida em que não propõe exatamente a observação do tratamento da semântica e da pragmática “na Linguística Gerativa”. Isso decorre do fato de que há distintos casamentos entre teorias sintáticas e abordagens semântico-pragmáticas que tomam por objeto o cálculo do significado de sentenças bem construídas. Embora boa parte dos linguistas gerativistas empregue instrumentos da semântica formal (nem que seja para fins descritivos), alguns sintaticistas gerativistas não subscrevem uma semântica de condições de verdade, bem como, por outro lado, há modelos não gerativistas (não transformacionais) de conhecimento linguístico trabalhando com os instrumentos da semântica formal (SF). Sendo assim, a exploração da semântica formal ainda se justifica nesse livro, na medida em que há, de todo modo, uma relação entre ela e a Linguística Gerativa..

SUMÁRIO

o significado de uma sentença é reconhecer o tipo de situação que ela descreve, e saber suas condições de verdade, ou seja, saber decidir se essa descrição se aplica ou não à situação em avaliação. Para isso, usamos testes de valor de verdade em sentenças aprovadas em testes de gramaticalidade (com boa formação sintática). Também verificamos condições de felicidade / adequação. Apesar de tanto “Um aluno entrou” quanto “Algum aluno entrou” serem boas sentenças em PB (português brasileiro), num contexto em que a identidade do referente é conhecida pelo falante, é feliz / adequado dizer “Um aluno entrou”, mas não “Algum aluno entrou”. Há a semântica extensional, que se limita ao mundo atual; e a semântica intensional, que recorre a mundos possíveis.

A pragmática formal abrange, entre outros recursos e conteúdos, os cálculos de implicatura conversacional, na linha de Grice, e os mundos possíveis, no tratamento da modalidade, da força ilocucionária e do foco informacional, abarcando a semântica de alternativas, a semântica dinâmica e a da expressividade. A pragmática formal trata de mundos alternativos àquele em que nos encontramos, bem como de efeitos do contexto de proferimento, do fundo conversacional, da expressividade etc., em combinação com a semântica da sentença. Investiga fenômenos como implicatura, atos de fala, pressuposição, modalidade e sentenças condicionais. Segundo essa abordagem, o significado “literal” das expressões linguísticas se mantém, combinando-se a outras nuances de significado, advindas de fontes contextuais.

AS CONDICIONAIS NA SEMÂNTICA E NA PRAGMÁTICA FORMAIS

Em semântica formal, compreender uma sentença é saber em que circunstâncias a proposição que ela expressa é verdadeira. Saber o significado de um componente sentencial é saber que contribuição ele dá para as condições de verdade das sentenças em que ocorre.

SUMÁRIO

Entendemos por “proposição” o conteúdo semântico de uma sentença bem construída segundo as regras gramaticais de uma língua natural, humana. Entendemos “verdade” como a avaliação, pelos falantes, de que o significado de dada proposição é concordante com a situação de mundo descrita por ela. Se eu digo “está chovendo e o mar está revolto”, essa proposição será verdadeira caso cada um dos termos seja uma descrição adequada. Ou seja, para o período ser verdadeiro, ambas as coordenadas têm de ser verdadeiras. Se chove, mas o mar está calmo, a oração complexa é falsa. Se o mar está revolto, mas não chove, a oração complexa é falsa. Dizemos que a oração complexa exige a verdade de seus dois componentes, as orações simples combinadas nela, porque a sua verdade é uma função da verdade de seus componentes. Surpreendentemente, uma sentença condicional expressa uma proposição que é função de duas outras proposições, mas não é uma função da verdade de cada uma dessas proposições. Se eu digo “se estiver chovendo, o mar estará revolto”, não se exige que esteja chovendo no momento de proferimento para considerá-la verdadeira; mas, caso esteja chovendo, aí sim exigiremos que o mar não esteja calmo. Por outro lado, se não chove, não cobraremos do falante que o mar esteja no estado de revolto. Por isso, o estudo das construções condicionais levanta questões difíceis e intrigantes.

Vamos ver mais um exemplo. A fala atribuída a Maria Antonieta, “Se o povo está sem pão, (então) que coma brioques”, significa que, numa ocasião de falta de acesso a certo tipo de alimento, o povo deve substituí-lo por outro tipo, mas essa interpretação não decorre de se assumir conjuntamente como verdadeiras as proposições “O povo está sem pão” e “O povo come brioques”. Em geral, interpretamos a condicional “suspendendo” a verdade da sua primeira parte, o antecedente (aquela oração que vem entre **se** e **então**), que pode ou não descrever o que de fato se passa na realidade, e, quanto à verdade da segunda parte, o consequente (aquela que vem após **então**), ela somente poderá ser cobrada uma vez que se assuma a verdade da primeira. Ou seja, em havendo fartura de



pão, o povo não comeria brioche. O valor de verdade de uma condicional não depende dos valores de verdade combinados dos seus antecedente e consequente.

Condicionais trazem à baila situações possíveis. As condições de verdade das condicionais são radicalmente dependentes do contexto. Uma teoria das condicionais deve dar conta da construção condicional, explicando quando os julgamentos de verdade das condicionais são aceitáveis, quais inferências envolvendo condicionais são boas inferências e por que esta construção linguística é tão importante.

O desafio de como relacionar a verdade das duas proposições presentes numa construção condicional ocupou os filósofos e lógicos por muito tempo. Na lógica de predicados, a notação $P \rightarrow Q$ significa que temos um predicado complexo, com um nexó lógico relacionando duas proposições, em que, sempre que determinada proposição (denominada **P**) for verdadeira, necessariamente uma outra (indicada por **Q**) será verdadeira também. Os lógicos e matemáticos notaram que, nas línguas naturais, a forma mais próxima para a expressão dessa conexão lógica era **Se P, então Q**. O tratamento da lógica para $P \rightarrow Q$ era de "implicação material": a falsidade do antecedente **P** sempre resultaria na crença de que $P \rightarrow Q$ seria verdadeiro, independentemente do conteúdo de **Q**. Não é assim que se comportam as condicionais das línguas naturais. É consenso que a semântica das condicionais das línguas naturais não pode ser explicada pela tabela de verdade da implicação material padrão. Nas línguas naturais, o que une antecedente e consequente é a inferência de **Q** a partir de **P**. O antecedente é apresentado como condição suficiente – dado o que já está pressuposto ou contextualmente estabelecido – para inferir o consequente.

Como a interpretação de construções desse tipo em línguas naturais não equivalia à da expressão da linguagem lógica, muitos estudiosos afirmavam que não havia lógica em línguas naturais, e

SUMÁRIO



SUMÁRIO

que elas não poderiam ser estudadas de forma preditiva, em que se pudesse antecipar o significado de construções. Montague (1975) rejeitou a ideia de que as línguas naturais não pudessem ser submetidas aos mesmos instrumentos analíticos empregados na lógica. A semântica montaguiana combinou lógica intensional (que estuda conceitos, em oposição à extensional, ligada à referência) e lógica modal (que lida com tempo, necessidade, possibilidade) com pragmática (grosso modo, a semântica extensional trata do significado linguístico independente do contexto de uso, e a pragmática trata do significado em função de variáveis fornecidas pelo contexto de proferimento, como o lugar e o momento em que a sentença é proferida).

Von Fintel (2019) define as condicionais como “sentenças que falam sobre um cenário possível que pode ou não ser o real e descrevem o que (mais) é o caso naquele cenário”. Outra maneira de definir condicionais é dizer que elas afirmam em quais tipos de cenários possíveis uma dada proposição é verdadeira. Para dar conta de como, nas línguas naturais, a verdade do consequente depende da aceitação da verdade do antecedente, uma das propostas é a assertabilidade, uma implicatura conversacional ou convencional específica desse tipo de construção. A assertabilidade assegura que a afirmação como um todo é robusta em relação ao antecedente; o falante não está apenas reivindicando que a condição da implicatura material é verdadeira, mas também sinalizando que o antecedente de condicionais no modo indicativo seja verdadeiro também. Esse tratamento pragmático foi criticado por sua cobertura empírica, pois não explicava todos os tipos de dados.

Lewis (1973) e Stalnaker (1968) mostraram como a noção de mundos possíveis pode render boas análises para as sentenças condicionais contrafactuais. Eles propuseram que a oração contrafactual (**P**) é verdadeira não no mundo real, mas num mundo alternativo, diferente do real em pelo menos algum ponto; nesse mundo da nossa criação mental, **P** é verdadeiro, e, em sendo **P** verdadeiro, decorre **Q**. O valor dos mundos possíveis para a lógica de predicados e para a

SUMÁRIO

semântica formal não requer uma crença metafísica em mundos e realidades paralelas. Nós, humanos, podemos imaginar um mundo alternativo ao real, em que as coisas tomaram um rumo diferente do da realidade, constituindo um mundo possível. Livros e filmes de ficção usam muito esse recurso, alterando os fatos conhecidos; além disso, a linguagem humana nos permite falar de alternativas à realidade tão conhecida. Tomemos como exemplo a sentença “Se a humanidade tivesse ouvido o que o cientista Arthenius disse em 1896 sobre o aquecimento global, (então) não estaríamos vivendo uma crise climática agora”. Sabemos que a primeira proposição, **P**, “a humanidade ouvir o que o cientista Arthenius disse em 1896 sobre o aquecimento global”, não corresponde aos fatos da nossa realidade, daí ser contrafactual. Na nossa realidade, estamos em crise climática. No exemplo, porém, falamos de um mundo possível, diferente do real, em que seja fato que a ciência foi ouvida; nesse mundo alternativo, em consequência a essa atitude, a emissão de CO₂ teria sido controlada, evitando o aquecimento global que hoje experimentamos; ou seja: a verdade de **P** tem como consequência a verdade de **Q** (“não viver uma crise climática agora”).

Lewis (1975) trouxe um dado similar a este, para mostrar que o **se** é vácuo, ou seja, não faz nada, não dá nenhuma contribuição semântica própria, além da de indicar onde começa a restrição do quantificador adverbial:

- (6) a. Se está fazendo sol, nós **sempre / frequentemente / raramente / quase nunca / jamais** jogamos futebol.
- b. [sempre _{QUANTIFICADOR} [RESTRIÇÃO se está fazendo sol] [_{MATRIZ} nós jogamos futebol]].

Na análise quantificacional de advérbios de frequência, palavras como as negritadas em (6a) são quantificadores que aplicam a predicação (expressa pela matriz) a um pedaço do domínio quantificacional (delimitado pela restrição). Vemos em (6b) que há

SUMÁRIO

uma predicação (nós jogarmos futebol) incidindo sobre um objeto (dias de jogo), e a restrição dá o tamanho do objeto sobre o qual a predicação vai recair (dias ensolarados, excluindo os dias em que não há sol). O que está na matriz é o predicado que vai se aplicar ao domínio, após ele ter sofrido a restrição com a frequência expressa pelo quantificador. Por exemplo, o que vem dito após o advérbio em (6a) não vale para qualquer condição climática, mas apenas para os dias de sol, excluindo os dias com neve ou chuva. Por isso a porção de (6a) localizada entre **se** e **sempre** é chamada de restrição. A parte posterior ao advérbio opera sobre/se aplica ao conteúdo descrito na restrição. Ou seja, (6a) diz que se joga futebol com a frequência descrita pelo advérbio apenas em dias ensolarados.

Lewis (1975) mostrou que o **se** condicional, em sentenças do tipo de "Sempre, se Pedro vai ao estádio, (então) o time dele perde", é vácuo, ou seja, não dá nenhuma contribuição para a interpretação do conjunto. Na análise do autor, conhecida como análise dos quantificadores-A (sentenciais, adverbiais, em oposição a quantificadores-N, que são nominais), "o time dele perde" é algo que só ocorre nas vezes em que Pedro vai assistir ao jogo no estádio, e nada a respeito das vitórias ou derrotas do time é afirmado quanto às ocasiões em que Pedro vê o jogo pela televisão. Além disso, a frequência das derrotas em relação à presença de Pedro no estádio é definida pelo advérbio "sempre", que elimina a possibilidade de ter havido uma vitória do tal time em uma única que seja das vezes em que Pedro foi ao estádio. Trocando o advérbio, essa relação quantitativa se altera; se dizemos "Nunca, se Pedro vai ao estádio, o time dele perde", então o número de derrotas em ocasiões em que Pedro está no estádio é zero; se dizemos "Ocasionalmente, se Pedro vai ao estádio, o time dele perde", então o número de derrotas do time nos jogos em que Pedro está no estádio é um percentual baixo. Como se vê, o **se** condicional é invisível, transparente para a semântica; a única função do conectivo que abre o antecedente da condicional é marcar a restrição do quantificador. Ou seja, compreendemos uma

construção do tipo **Advérbio-de frequência se P, então Q** como dizendo que aquilo que **Q** expressa ocorre na relação de frequência descrita pelo advérbio somente nas situações descritas por **P**.

Kratzer (1986) propôs que essa análise de Lewis fosse generalizada para todas as condicionais. Nas palavras da autora:

A história [do tratamento semântico] da condicional é a história de um erro sintático. Não há dois lugares relacionados pelo conectivo **se... então** na forma lógica das condicionais em línguas naturais. A oração introduzida por **se** é um dispositivo de restrição do domínio de diferentes operadores. Quando não há operador explícito, postulamos um [operador nulo]" (Kratzer, 1986, p. 11).

O que ela está dizendo é que o significado condicional, o sentido da relação entre antecedente e conseqüente, não é codificado pela palavra **se**. Esse significado é um produto da própria estrutura da quantificação. A função de **se** é marcar determinado material (o antecedente) como pertencente à restrição e não ao escopo do quantificador. Para Kratzer, em toda condicional existe um quantificador, mesmo que esteja encoberto, não visível, não pronunciado, nulo. Uma condicional no indicativo, por exemplo, ou contém um operador epistêmico de necessidade não-pronunciado ou um operador genérico modal ou um de frequência oculto (do tipo de 'normalmente' ou 'sempre').

Segundo a autora, as construções condicionais eram bem mais difíceis de lidar antes de se postular que seu antecedente funciona como a restrição de domínio de variados quantificadores. O conceito de mundos possíveis é importante para dar conta das condicionais. Numa semântica de mundos possíveis, o significado de uma proposição é o conjunto dos mundos possíveis em que ela é verdadeira, que, por sua vez, é uma partezinha do universo de todos os mundos possíveis. Uma construção condicional como "Se Pedro vai ao estádio, o time dele perde" é analisada como trazendo um quantificador nulo (não pronunciado), cuja restrição de domínio o

SUMÁRIO



SUMÁRIO

anterior expressa. Assim, uma possível paráfrase para “Se Pedro vai ao estádio, o time dele perde” é “Tendo em vista aquilo que sabemos, uma vez Pedro indo ao estádio, o time dele deve ser derrotado”. Nessa paráfrase, o operador modal é “deve”, que tem força de necessidade, e “tendo em vista aquilo que sabemos” é um caracterizador do tipo de fundo conversacional, que é epistêmico, ou seja, baseado no conhecimento de mundo compartilhado pelos falantes. Ao considerar alternativas à realidade no nosso mundo, estamos operando com uma semântica intensional.

Também operamos com semântica intensional ao dizermos “Se Pedro vai ao estádio, o time dele perde”. O fundo conversacional é aquilo a que nos referimos. Aquilo que nós sabemos varia de um mundo para o outro, e aquilo que sabemos em cada um dos mundos possíveis constitui um conjunto de mundos possíveis. Um fundo conversacional epistêmico atribui a cada mundo possível um conjunto de proposições que constitui o conhecimento do falante naquele mundo em particular.

A interpretação de todo operador modal depende do fundo conversacional, que é fornecido pelo contexto. Quando o domínio de um operador modal é restrito por uma oração condicional, isso afeta o fundo conversacional daquela relação lógica na qual o modal se baseia. O fundo conversacional reflete as condições que são relevantes na situação em que a sentença é proferida. Por exemplo, o fundo conversacional pode conter proposições que estabeleçam, como conhecimento compartilhado entre os interlocutores, que Pedro é um carioca de 43 anos, casado, torcedor fervoroso do Vasco, que sempre acompanha os jogos do seu time sem perder um, seja por rádio, TV ou indo ao campo; numa conversa, um novo vizinho pergunta a um vizinho mais antigo: “Hoje tem jogo do Vasco, mas o Pedro não foi ao estádio... não entendo... por quê?” e o vizinho mais antigo retruca “Se Pedro vai ao estádio, o time dele perde”. O anterior toma como alternativa à realidade em que a conversa

SUMÁRIO

está ocorrendo (a condicional é contrafactual) um mundo possível em que o fervor devotado do torcedor o leva ao estádio para assistir ao jogo; o conseqüente estabelece um resultado contrário aos desejos do torcedor, o de ver o seu time vitorioso nesse mundo. Os mundos possíveis são os mundos dos desejos do torcedor, segundo o conhecimento compartilhado pelos vizinhos. A realização do primeiro desejo, o de ir ver o jogo no estádio, não pode resultar em outra continuação que não seja a derrota do Vasco, dado o pé frio desse torcedor. Ou seja, todos os mundos possíveis em que o primeiro desejo se realiza são mundos possíveis em que o desejo de ver o time ganhando não se realiza. Sendo mais forte o desejo de que o time ganhe que o desejo de ver o time atuando em campo, e crendo não poder ter os dois desejos realizados ao mesmo tempo, Pedro vai ter de escolher um dos dois. Assim, a resposta “Se Pedro vai ao estádio, o time dele perde”, dada pelo vizinho de Pedro mais antigo, é entendida pelo mais recente como uma explicação para o fato de Pedro não ter ido ao estádio: Pedro prefere ver o Vasco vitorioso a estar na arquibancada.

Isso significa que há uma espécie de “sempre” não pronunciado ligando o antecedente e o conseqüente dessa construção condicional, pois a interpretamos como dizendo que qualquer ocasião de ida de Pedro ao estádio é uma ocasião em que o time para o qual ele torce perde. Esse “sempre” que vincula o antecedente ao conseqüente (“Sempre que Pedro vai ao estádio, o time dele perde”) é a forma da expressão da implicação material nas línguas naturais.

Há também uma seleção de mundos possíveis, pois não se entende de “Se Pedro vai ao estádio, o time dele perde” que se está afirmando que o Vasco perde todos os jogos em que enfrenta algum adversário. Segundo essa condicional, estamos falando sobre as derrotas ocorridas exclusivamente nas situações / nos mundos possíveis em que Pedro está assistindo ao jogo presencialmente. Dizemos que o antecedente tem de ser compatível e consistente com o conseqüente, e que a força modal que une antecedente e

SUMÁRIO

consequente é a necessidade. O papel do antecedente é descartar, dentre os integrantes do universo de mundos possíveis, aqueles em que Pedro não foi ao estádio. O antecedente é um filtro sobre os mundos possíveis, ou seja, ao falarmos das derrotas do Vasco, estamos falando somente daquelas que um de seus torcedores em particular presenciou no estádio.

Também não se interpreta “Se Pedro vai ao estádio, o time dele perde” como dizendo que o Vasco ganha todos os jogos quando Pedro não está no estádio. A verdade dessa condicional é compatível com o Vasco ter sido derrotado em algumas das vezes em que Pedro viu o jogo de casa. Mas essas derrotas não entram em nossa consideração, visto que os mundos possíveis em que Pedro não vai ao campo de futebol são descartados pelo antecedente.

Podemos alterar a força na relação entre o antecedente e o consequente ao realizar explicitamente um modal mais fraco, sem força de necessidade. Por exemplo, podemos dizer “Talvez, se Pedro for ao estádio, o time dele perca.” Nesse caso, a derrota do Vasco é apenas um dos cenários possíveis para o desenvolvimento dos acontecimentos nos mundos em que Pedro está presente ao jogo, e a vitória do Vasco é outra possibilidade condizente com Pedro torcendo da arquibancada. Ainda assim, ao dizermos “Talvez, se Pedro for ao estádio, o time dele perca”, estamos considerando para a nossa afirmação sobre uma possível derrota do Vasco apenas os cenários em que Pedro está presente no jogo, descartando cenários em que Pedro não vai ao estádio.

Ao assumir que o antecedente de uma condicional reduz os mundos possíveis em que a verdade do consequente deve ser avaliada, e que, na ausência de um modal expresso, como “talvez”, a relação entre a informação do fundo conversacional expressa pelo antecedente (causa) e o consequente (consequência), ambos coexistindo em cada mundo possível acionado, como acontecimentos ordenados no tempo, ocorrendo em sequência, a relação de causa e

consequência tem força de necessidade, Kratzer, ampliando a proposta de Lewis, analisa o antecedente como um restritor de domínios para a validação do consequente.

Na semântica intensional, para qualquer sentença que seja proferida, o fundo conversacional está atuante, dirigindo nossa atenção a um conjunto de conhecimentos compartilhados que são relevantes para aquela conversa, enquanto outras informações, sem peso para a interpretação do que se está dizendo, não são acionadas. O antecedente de uma condicional faz, de forma explícita, essa mesma operação, que ocorre em qualquer discurso. A diferença é que o fundo conversacional de sentenças afirmativas como “está fazendo sol hoje” é um conjunto de proposições verdadeiras, consistentes; enquanto numa condicional temos o antecedente recortando o universo dos mundos possíveis em que proposições são verdadeiras. Como descrever melhor esse mecanismo de recorte de um subgrupo de mundos possíveis?

Operadores modais expressam quantificação sobre mundos possíveis, mas não sobre todos os mundos possíveis. A modalidade é sempre relativa. O domínio de quantificação de um operador modal é um conjunto de mundos possíveis que são compatíveis com uma Base Modal, no modelo de Kratzer.

A Base Modal de uma condicional pode ser epistêmica ou circunstancial. No primeiro caso, o domínio de quantificação é aquilo que se sabe e/ou que se acredita ser fato; no segundo caso, o domínio é um conjunto de mundos compatíveis com o que pode vir a ser feito ou acontecer, dadas as circunstâncias. Este conjunto de mundos está ordenado em função da sua proximidade a um mundo ideal. A modalidade, para Kratzer, é a combinação de três parâmetros: a força modal (necessidade ou possibilidade), a base modal (epistêmica ou circunstancial) e uma relação de ordem ou acessibilidade (a ordenação dos mundos possíveis de acordo com o grau de aproximação com o ideal). A oração condicional restringe

SUMÁRIO



o conjunto de mundos possíveis sobre os quais o operador modal quantifica. Em qualquer construção condicional haverá um operador modal, explicitado ou implícito.

[Isso] nos leva a esperar que as diferenças entre expressões modais em diferentes idiomas possam ser capturadas em termos de três dimensões:

Dimensão 1: força modal: necessidade, necessidade fraca, boa possibilidade, possibilidade, possibilidade leve, possibilidade pelo menos tão boa, possibilidade melhor, talvez outras.

Dimensão 2: base modal: circunstancial versus epistêmica (possivelmente outras diferenciações dentro desses grupos, como conhecimento proveniente de certas fontes, fatos de um tipo especial)

Dimensão 3: fonte de ordenação: deontica, bulética, estereotipada etc.

(Kratzer 1991, p. 649).

Stalnaker (1968) propôs que o proferimento de uma condicional no indicativo só é adequado em contextos em que o conseqüente é compatível com o antecedente. Para condicionais no subjuntivo, Kratzer propõe que o proferimento de uma condicional contrafactual, iniciada com subjuntivo ("se fosse", "se tivesse" etc.), é adequado apenas quando a negação do antecedente é um conhecimento compartilhado no contexto conversacional.

A primeira vez em que o termo "mundo mais próximo possível" apareceu na literatura em uma abordagem para condicionais foi em Stalnaker (1968). Kratzer (2015) considera que condicionais com quantificadores explícitos são um problema potencial para teorias de condicionais que não trabalhem com condições de verdade. A sentença condicional encaixada é uma implicação material, mas a parte iniciada por **se** também desempenha um papel pragmático, ao restringir o domínio do quantificador. Uma abordagem pragmática

SUMÁRIO



pode solucionar o problema de dar uma análise geral satisfatória para as sentenças com constituintes condicionais.

Retomando, Kratzer propõe tratar condicionais como sentenças adverbiais quantificadas, na esteira da proposta de Lewis para os advérbios de quantificação. Para ela, **se** indica a restrição do operador modal nas sentenças condicionais. “Se Pedro vai ao jogo, seu time perde” se traduz por “Necessariamente, mundos em que Pedro está no estádio são mundos em que o time pelo qual ele torce é derrotado”. A conjunção **se** não faz nenhuma outra contribuição. A consistência necessária entre o fundo conversacional e a condicional, e entre o antecedente e consequente, é decorrência da modalidade. Para Kratzer (1981, p. 644), “uma sentença **P** é uma possibilidade em um mundo **w** em relação a uma base modal **f** e uma fonte de ordenação **g**, se, e somente se, **não-P** não é uma necessidade em **w** em relação à **f** e à **g**.” Ou seja, a verdade do consequente só será verificada nos mundos em que o antecedente for verdadeiro. Os ingredientes modais são: (i) um mundo possível **w**; (ii) uma base modal **f**; e (iii) uma ordenação **g**. A autora trata os operadores modais como predicados de dois lugares, que relacionam uma sentença à sua base modal. A força modal, expressa em itens lexicais modais como “dever”, “poder”, “talvez” etc., indica se a quantificação será sobre todos os mundos possíveis (necessidade) ou sobre alguns (possibilidade). Esses polos não são absolutos: há uma gradação entre essas duas forças, o que permite falar em necessidade forte ou fraca, por exemplo. Já a base modal e a fonte de ordenação são dadas pelo contexto. Por isso a interpretação das construções condicionais é dependente do contexto.

A base modal faz a restrição sobre os mundos possíveis (cada um representado por um **w** minúsculo e um número, como na sequência **w1, w2, w3, w4 ...**), recortando um subconjunto do conjunto de todos os mundos possíveis (**W**). Essa restrição de mundos é determinada contextualmente, pois se baseia no conhecimento compartilhado no fundo conversacional. A base modal atribui a

SUMÁRIO



SUMÁRIO

cada mundo possível o conjunto de proposições verdadeiras nesse mundo. Dentre as bases modais arroladas em Kratzer (1981), nos interessam aquelas que estão associadas a construções condicionais: a base modal circunstancial e a base modal epistêmica. Em termos de força, a base modal epistêmica envolve uma possibilidade fraca, por expressar incerteza por parte do falante, que não sabe o que é verdadeiro no mundo relevante (**P** ou seu contrário, **não-P**). Já a base modal circunstancial exprime uma possibilidade forte, dado que o falante toma todas as possibilidades compatíveis com a realidade como evidências para proferir a sentença modal.

O fundo conversacional diz respeito ao conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte no ato comunicativo. O fundo conversacional é tratado como uma função do contexto em que se insere determinada sentença. A depender do fundo conversacional compartilhado, alguns mundos estão mais próximos dos mundos ideais que outros. Quanto mais próximo do mundo ideal a fonte de ordenação coloca um mundo possível **w**, mais aumentam as possibilidades. A ordenação dos mundos tem como fonte a base modal. Quando a fonte de ordenação é a circunstancial ou estereotípica, os eventos ocorrem conforme seu curso normal / natural em **w**; se a fonte de ordenação for a circunstancial (também chamada de estereotípica ou raiz), os eventos ocorrem conforme seu curso normal / natural em **w**, segundo as leis da natureza, ou seja, dado como as coisas são, esperamos, se nada inesperado intervier, que um determinado estado de coisas se estabeleça. Quando a fonte de ordenação é a epistêmica, os eventos em **w** são uma decorrência dedutível do estado de conhecimento dos falantes a respeito da situação.

O chamado condicional indicativo nu, isto é, a sentença condicional indicativa sem modais abertamente realizados, é considerado epistêmico, por tomar uma base de conhecimento ordenada pela normalidade, a qual pode ou ser compartilhada pelos interlocutores ou estar acessível apenas para o falante. Quem profere uma sentença com condicional indicativo faz um raciocínio inferencial

local, propondo que o antecedente do condicional seja adicionado à base de conhecimento e, em seguida, o conseqüente decorra.

- (7) a. Se Maria vê sangue, ela desmaia.
b. Se Maria desmaiou, ela viu sangue.

Primeiramente, verificamos que não há um item lexical modal realizado abertamente nas sentenças em (7). Também se nota que os verbos estão no indicativo. Isso permite classificar os exemplos em (7) como condicionais indicativos nus. Podemos reconhecer uma relação de causa e efeito entre o antecedente e o conseqüente em (7), só que inversa: em (7a), o antecedente expressa a causa e o conseqüente expressa o efeito, mas em (7b) o antecedente expressa o efeito e o conseqüente expressa a causa. As duas construções condicionais falam de desmaios de Maria provocados por ela ter visto sangue. Entendemos que os desmaios de Maria acontecem (quase) todas as vezes em que ela se depara com sangue. Como não há um item lexical modal realizado, a força da modalidade pode ser necessidade ou possibilidade (poderíamos dar as seguintes paráfrases: “Necessariamente, se Maria vê sangue, ela desmaia”; “Possivelmente, se Maria vê sangue, ela desmaia”, para (7a); e “Necessariamente, se Maria desmaiou, [foi por que] ela viu sangue”; ou “Possivelmente, Maria viu sangue, posto que desmaiou”, para (7b)). O antecedente de (7a) é apresentado como condição suficiente para inferir o conseqüente – dado o que já está pressuposto ou está contextualmente estabelecido. A condicional tradicionalmente traz uma ligação de causa (expressa pelo antecedente) e consequência (expressa pelo conseqüente), sendo chamada de condicional causal, como vemos no exemplo (7a). O antecedente de (7a) recorta os mundos possíveis em que há sangue diante de Maria, excluindo os demais; nesses mundos, que estão de acordo com o conhecimento do falante sobre como Maria é impressionável em relação a sangramentos, o resultado é o desmaio dela.



SUMÁRIO

Já o antecedente de (7b) restringe os mundos possíveis àqueles em que Maria sofreu um desmaio; nesses mundos, segundo o conhecimento do falante sobre a relação entre Maria e sangramentos, a visão de sangue é postulada como motivo para o desmaio. Também é comum que as condicionais tragam a causa expressa pelo consequente e a consequência expressa pelo antecedente, formando uma condicional explicativa, como exemplificado por (7b). No entanto, essa relação de causa e consequência não deve ser interpretada como canonicamente disparada pelo simples uso do condicional. O condicional não expressa *per se* essa relação: nem a semântica-lógica do condicional garante essa relação, nem sua ordenação sintática.

A base modal é a circunstancial, pois leva em conta a natureza da ocorrência de sangramentos, que, dada a constituição humana, ocorre naturalmente no curso de cortes e machucados que rompam a pele. A base modal nos leva a considerar aqueles mundos possíveis em que alguém sangrou à vista de Maria. A ordenação dos mundos possíveis é epistêmica, pois leva em conta saber como ver sangue afeta Maria. Mobilizando esse conhecimento, vamos considerar que a chance de Maria desmaiar é grande nos cenários em que ela presencia sangramentos.

Um outro tipo de condicional é o de enunciação ou de atos de fala:

(8) Se você tiver sede, tem cerveja na geladeira.

A sentença (8) vale por uma permissão dada para que o interlocutor se sirva de cerveja, ou como uma oferta dessa bebida. Nela, a verdade de **Q** (ter cerveja na geladeira) independente da verdade de **P** (o interlocutor sentir sede). É a concretização do ato de abrir a geladeira, pegar o recipiente de cerveja, abri-lo e tomar seu conteúdo que depende de o interlocutor sentir ou não sede. Segundo as ferramentas de que dispomos, podemos analisar (8) como selecionando

SUMÁRIO

os mundos possíveis em que o interlocutor tem sede, e somente nesses mundos ele se serve de cerveja. Ter sede é uma circunstância recorrente para seres humanos, dada sua natureza biofísica, o que nos coloca diante de uma base nodal circunstancial; aquele a quem o falante se dirige fica sabendo, por meio de (8), que está autorizado a se servir, em caso de ter sede.

Já falamos que as sentenças condicionais podem ser divididas em factuais e contrafactuais; há um terceiro tipo, a hipotética, que também diz respeito à base epistêmica. Aqui veremos uma técnica para identificá-la, por meio da explicitação de um contexto conversacional, em que fica bem estabelecido o conhecimento compartilhado pelos falantes no momento do proferimento da sentença. Nas condicionais factuais, a verdade do antecedente é tomada pelo falante como certa na conversa, como em (9).

(9) A: Alfredo me disse que vai ao show do Gilberto Gil.

B: Se o Alfredo vai, então a Ana também vai.

Nas contrafactuais, o antecedente é tomado como falso, como vemos em (10).

(10) A: Alfredo me disse que não vai ao show do Gilberto Gil.

B: Puxa! Se ele fosse, então a Ana também ia.

Finalmente, nas hipotéticas, o antecedente é tomado como incerto, como vemos em (11).

(11) A: Não sei se Alfredo vai ou não ao show do Gilberto Gil.

B: Se ele for, então a Ana também irá.

Vemos que a distinção entre (9), de um lado, e (10) e (11), de outro, diz respeito ao uso do modo indicativo ou do subjuntivo no antecedente da condicional. No modo indicativo, o tempo presente pode contribuir para uma generalização, ou para uma relação de



SUMÁRIO

causa e consequência habitual, como em (7a); o presente também pode ser usado para expressar uma relação de causa e consequência com um episódio único, como em (9). Já o passado do indicativo, como visto em (7b), usualmente marca possibilidades relacionadas a um só acontecimento específico, ancorado no tempo e no espaço. As condicionais no subjuntivo (10) e (11) (contrafactuais) não aceitam tão facilmente o presente.

Como vimos, entre as mais importantes contribuições de Kratzer para a semântica contemporânea, está a sua semântica dos modais, um avanço para a semântica das línguas naturais, pois permitiu tratar as condicionais. Em Kratzer (2012), a proposta de Hacquard (2006), de realização sintática dos modais, é endossada. Ambas as autoras concordam que as línguas naturais distinguem sintaticamente modais 'raiz' (associados a bases modais circunstanciais) de modais 'epistêmicos' (associados a bases modais epistêmicas). Os modais epistêmicos ocupam posição mais altas na hierarquia sintática que os modais-raiz, segundo Hacquard (2006).

Vimos nesta seção um pouquinho de como a semântica formal, que interpreta as sentenças composicionalmente, na ordem e na maneira pela qual seus componentes vão se combinando na gramática para formar sintagmas mais complexos, analisa as sentenças condicionais. Na próxima, vamos ver como a Linguística Baseada no Uso trata do tema.

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA NA LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

Nesta seção, discute-se um tratamento possível para as orações condicionais dentro da Linguística Baseada no Uso, especificamente na Gramática de Construções, que reconhece, como princípio



básico, o entendimento de que a estrutura linguística é moldada pela experiência do usuário da língua, refletindo habilidades cognitivas que atuam em outros sistemas do conhecimento humano (Croft, 2001; Goldberg, 2006, 2019). Esse modelo de tratamento da linguagem pode ser resumido nas seguintes premissas básicas:

1. O conhecimento sobre a língua envolve reconhecer pares de forma e significado com diferentes graus de complexidade e em vários níveis de abstração, reconhecendo a língua como um sistema de signos convencionais, chamados “construção”. No plano da forma, representam-se as propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas de uma construção; e, no plano do significado, representam-se todos os aspectos convencionalizados de sua função, incluindo suas propriedades semânticas, pragmáticas e, também, as propriedades da situação, do discurso e do contexto da interação verbal em que é usada (Croft, 2001; Langacker, 2008; Goldberg, 2006, 2019, Bybee, 2016; Traugott; Trousdale, 2021[2013]).
2. A **construção** pode ter diferentes graus de complexidade: unidades simples, como os morfemas; unidades complexas, como os idiomatismos; e padrões e regularidades mais abstratos, como padrões de ordenação de constituintes e estrutura argumental (Croft, 2001).
3. As construções estão ligadas umas às outras em uma rede cognitiva inspirada na rede neural, que busca representar o modo como indivíduos armazenam e processam informações (Langacker, 2008; Hudson 2007; Goldberg, 2006, 2019; Traugott, 2022).
4. A relação entre a estrutura linguística e o significado não é fixa. A estrutura linguística tem potencial para o significado, que emerge a partir de rotinas cognitivas de padrões mentalmente acionados pela experiência com a língua.



SUMÁRIO

5. Não há uma separação rígida entre léxico e gramática. As categorias são radiais e graduais, sem limites claros. As construções podem flutuar entre os dois polos, assumindo a gradualidade em todos os sentidos e direções, seja radialmente numa categoria, seja pela interconexão e mescla de categorias. Assim, a construção, entendida como o pareamento convencional de forma e de significado em qualquer nível de complexidade, é a unidade fundamental da língua (Langacker, 2008; Bybee, 2016; Traugott, Trousdale, 2021[2013]).
6. A gramática é a organização cognitiva de construções ligadas em rede, de modo que nenhuma unidade da língua, de qualquer natureza ou grau de complexidade, está isolada (Croft, 2001; Langacker, 2008; Goldberg, 2006, 2019, Bybee, 2016; Traugott, Trousdale, 2021[2013]).
7. O sistema linguístico é organizado e motivado por habilidades cognitivas gerais, porque a estrutura linguística é parte de estruturas conceituais mais amplas (Langacker, 2008; Bybee, 2016).

Nesse quadro, semântica e pragmática são concebidas como propriedades de significado no pareamento forma-significado. Assumindo uma base fortemente cognitiva e comprometida com a experiência dos falantes, a Linguística Baseada no Uso (LBU) entende que o significado é perspectivizador, enciclopédico, corporificado, situado em contextos específicos e baseado na experiência e uso linguísticos. Assim, pode-se afirmar que o significado, na LBU, não reflete objetivamente o mundo, mas modela e constrói uma realidade percebida de uma determinada maneira/perspectiva e, assim, de muitas perspectivas diferentes. Como está intimamente associado ao conhecimento do mundo dos usuários da língua, o significado não é autônomo, nem pode ser pensado como um componente separado de outras capacidades cognitivas. Ao contrário, é visto como uma construção mental, resultado de movimentos



SUMÁRIO

contínuos de categorização e recategorização do mundo e das experiências a partir de estruturas cognitivas e modelos conceituais compartilhados socioculturalmente. Por isso mesmo, o significado é corporificado e situado em contextos específicos. Isso significa dizer que o significado é baseado na nossa experiência individual corporificada e na nossa experiência coletiva, social e cultural e, sempre, na experiência do uso efetivo a língua.

Semântica e pragmática são, portanto, motivadas, indissociáveis, concebidas de forma não modular e não estão separadas de outros aspectos da linguagem. Ao contrário, há uma contínua interação entre o significado referencial e significados subjetivos e sociais que emergem como resultados de processos próprios do uso da língua. Como princípio fundamental do modelo, os significados são analisados numa interface semântica-pragmática. Assim, em vez de serem categorias discretas, semântica e pragmática são vistas como um *continuum*, no qual uma construção pode se mover entre os dois polos. Como um entendimento mais geral, pode-se afirmar que a semântica lida tanto com as propriedades mais fixas e relativamente estáveis das construções, quanto com o significado dinâmico emergente de contextos específicos de uso da língua. Por outro lado, a pragmática se liga a significados (inter)subjetivos e mais ligados às propriedades interacionais e contextuais, aqueles que sinalizam as atitudes dos interlocutores com relação à própria interação e que também se convencionalizam como parte do significado de uma construção.

AS CONDICIONAIS NA SEMÂNTICA E NA PRAGMÁTICA BASEADAS NO USO

Para compreender o papel da experiência na organização gramatical dos significados semânticos e pragmáticos, aqui se toma como objeto de discussão um conjunto de orações condicionais



SUMÁRIO

iniciadas por se, considerada por muitos como a conjunção condicional prototípica em português (Neves, 2000; Hirata-Vale, 2005; Oliveira, 2008). O objetivo desta seção é mostrar como a oração condicional pode ser analisada por uma perspectiva que vai além do reconhecimento de seus componentes formais, mas que passa também pela compreensão de como propriedades semânticas e pragmáticas de seu significado se correlacionam para os diferentes usos convencionalizados da oração condicional em português.

Nesse contexto, autores têm considerado um conjunto de parâmetros definidores da condicionalidade, reconhecendo, necessariamente, a coexistência de estruturas mais prototípicas com outras, mais periféricas. Assim, partindo de Dancygier (1998), Oliveira (2019a, 2019b, 2023) afirma que as diferenças que se notam entre os tipos de oração condicional em português podem ser analisadas por meio de um conjunto de propriedades definidoras que identifica tanto as estruturas mais centrais como as mais periféricas, entendendo que o significado pode apresentar diferentes nuances e, ainda, em alguns casos, sobreposição de valores, como se nota, por exemplo, na relação entre temporalidade, causalidade, condicionalidade e concessividade (Oliveira, 2023). Ainda, é preciso considerar que, conforme demonstrou Oliveira (2008, 2014), orações condicionais podem apresentar diferentes valores semânticos, subespecificando o significado de condição. Isso porque conectores condicionais podem indicar leituras mais restritas, como a bicondicionalidade, ou ainda promover a inversão de polaridade. Como se vê, portanto, as propriedades semânticas e pragmáticas envolvidas no enunciado condicional são muitas e dificilmente podem ser exploradas com a merecida profundidade aqui. Por isso, para os propósitos desta discussão, selecionamos duas funções principais: a criação de mundos possíveis e alternativos e a comunicação da causalidade, e as implicações dessas duas funções em diferentes contextos.

Num plano cognitivo, conectores condicionais são concebidos como construtores de espaços mentais. Esta função se liga

mais diretamente ao próprio conectivo, que funciona como operador de encaixe de espaços alternativos, criando um espaço fundação e, a partir dele, um segundo espaço, chamado espaço expansão (Fauconnier, 1996). Pode-se dizer, portanto, que o conector condicional atua como uma espécie de angulador do discurso, criando condições de validação para o discurso subsequente. É o que vemos no exemplo em (12), em que a condicional “se não conseguir” é o espaço-fundação que contém os termos para a validação temporária de um espaço-expansão “que se resolva numa espécie de juizado de pequenas causas.” Pode-se dizer, portanto, que os conectores condicionais se constituem como mecanismos que emolduram e conectam realidades alternativas hipotéticas, projetando um contexto alternativo, o antecedente, dentro do qual o consequente pode ser validado.

(12) Se não conseguir, que se resolva numa espécie de juizado de pequenas causas. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Outra propriedade essencial para o entendimento dos significados semânticos e pragmáticos das orações condicionais é a *causalidade*. Assentada sobre a sequencialidade estabelecida entre os enunciados, uma oração condicional comunica a relação de causalidade não preenchida entre suas proposições, que, em última instância, pode se manifestar em nuances semântico-pragmáticas diversas, assumindo diferentes significações, como demonstram autores diversos (Haiman, 1978, Traugott, 1985, Traugott et al., 1986, Sweetser, 1990, Dancygier, 1998). Para o português, esses sentidos foram explorados, especialmente, em Hirata-Vale (1999), Neves (2000), Hirata-Vale (2005) e Oliveira (2008; 2019a; 2019b; 2019c).

Considerando, então, essa multiplicidade de sentidos, Sweetser (1990) e Dancygier (1998) propõem interpretar o significado condicional em quatro domínios cognitivos. Entende-se aí que há uma zona causal que serve como base comum, da qual os significados vão se distanciando à medida que se tornam mais (inter)subjetivos. Comumente, distinguem-se, assim, as condicionais

SUMÁRIO



(i) de conteúdo, (ii) epistêmicas; (iii) de atos de fala e (iv) metatextuais. Partindo dessa tipologia, Pinto e Oliveira (2016) fazem uma descrição dos significados condicionais em português.

Condicionais de conteúdo são, conforme os autores, o tipo mais básico de condicional. Esse tipo é marcado por traços da causalidade mais concreta, especialmente implicada pela sequencialidade dos enunciados que descrevem eventos do mundo biossocial. Nessas construções, a sequencialidade dos eventos é reinterpretada como causa futura a partir da combinação de uma série de fatores, principalmente o tempo e aspecto que figuram na construção. Daí a leitura “considerada a realidade do evento condicionante, segue a realidade do evento principal”. Veja-se o exemplo:

(13) Se não tiver um conteúdo para simular o olho, essa parte afunila. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (13), descreve-se o evento “não ter um conteúdo para simular o olho” como a causa, ainda não realizada, para a realização do evento “essa parte afunila”. Ou seja, essa condicional comunica o evento codificado como o causador do evento descrito pela oração núcleo. Vê-se, nesse tipo de condicional, que os eventos estão dispostos numa determinada sucessão temporal, relevante para o tipo de relação aí estabelecida. Esse tipo de condicional é menos subjetivo, uma vez que o falante descreve um evento ou sucessão de eventos observado(s) numa situação externa. Em outras palavras, condicionais desse domínio têm seu significado assentado sobre uma situação concreta percebida.

Condicionais epistêmicas conceptualizam um significado mais fortemente embasado nas crenças e atitudes do falante. Nesse tipo de condicional, a relação que se estabelece é de inferência epistêmica, ou seja, o conhecimento que o falante tem sobre acontecimentos do mundo biossocial o leva a uma conclusão possível sobre as implicações entre esses eventos. Esse tipo de condicional



tem seu significado assentado sobre a leitura “considerada a verdade do fato condicionante, eu concluo o fato principal”. É também o que mostra o exemplo:

(14) Se a secretaria tem falta de um assistente social, ela pode, ela contrata um. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (14), o conhecimento que o falante tem sobre o fato de “a secretaria ter falta de um assistente social” o leva a concluir como consequência provável o fato “ela pode, ela contrata um”. Esse significado está fundamentado na avaliação que o falante faz de uma situação interna ou cognitiva e, por isso, é mais subjetivo. Esse significado é resultado de uma suposição ou conjectura do falante, que hipotetiza acerca da relação entre os dois fatos descritos na oração condicional e na oração núcleo.

Condicionais de atos de fala constroem uma moldura pragmática para adequar comunicativamente um ato de fala. Nesse tipo, o falante aciona a base causal do significado condicional para construir um contexto alternativo em que um ato de fala é pragmaticamente relevante, no geral avaliando as condições de enunciação desse ato. Por isso, nesse tipo, a causalidade concreta encontra-se bastante diluída e, inversamente, o grau de intersubjetividade é bem acentuado. O significado desse tipo de condicional está assentado sobre as atitudes do falante com relação ao contexto de fala e ao ouvinte, por isso a leitura é “considerada pragmaticamente válida a situação condicionante, enuncia-se esse ato”. Veja-se o exemplo:

(15) Se a criança quer fazer judô, tem que ter um horário pela manhã. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (15) a condicional “a criança quer fazer judô” cria uma moldura em que é comunicativamente relevante enunciar o ato “tem que ter um horário pela manhã”. Nesse tipo de condicional, o falante demonstra ater-se a todas as normas pragmáticas e convenções



sociais, ao evitar enunciar um ato que, por alguma razão, possa ser questionado no contexto da fala.

Nas *condicionais metatextuais*, o falante também constrói um contexto alternativo em que um ato de fala é pragmaticamente relevante. No entanto, por meio desse tipo, o falante referencia explicitamente algum elemento do contexto da interação ou do próprio domínio textual. Pode-se dizer, portanto, conforme Pinto e Oliveira (2016), que o significado desse tipo de condicional está baseado na situação textual e metalingüística, tornando-se cada vez mais intersubjetivo. Esse tipo de condicional tem seu significado assentado sobre a leitura “considerado determinado elemento do (con)texto, enuncia-se esse ato”. É o que se vê no seguinte exemplo:

- (16) Teresa respondeu, chorando, que entraria num convento, **se essa era a vontade de seu pai.** (18:Castelo:Amor)

Em (16) a condicional “se essa era a vontade de seu pai” cria uma moldura alternativa em que é relevante enunciar o ato descrito na oração núcleo. Além disso, o falante faz referência a uma porção de informação do enunciado principal.

Como Oliveira (2019a, 2019b, 2019c) tem apontado, diferentes traços da condicional são mapeados para os diferentes domínios cognitivos, levando à emergência de significações múltiplas. As condicionais de conteúdo são o tipo mais básico de condicional. Nelas, traços da causalidade estão fortemente comprometidos com a realidade objetiva, que é conceitualizada na construção e que se marca pela sequencialidade e, também, pela predição, propriedade da condicional de projetar uma consequência a partir de um evento ou proposição dado. Essa interpretação de causa vai se perdendo à medida que o significado condicional se torna mais (inter)subjetivo, amparado nas crenças e avaliações do falante e, conseqüentemente, mais abstrato. Proporcionalmente, quanto mais se desenvolve, mais nuances o significado apresenta. A partir dessa escala, os traços dos significados de condição podem ser assim distribuídos:



Figura 1 - Escala semântico-pragmática das condicionais

condicionais de conteúdo >	condicionais epistêmicas >	condicionais de atos de fala >	condicionais metatextuais
Significado baseado na situação objetiva (externa)	Significado baseado na atitude cognitiva do falante (interna)	Significado baseado na atitude comunicativa do falante (situação comunicativa)	Significado baseado na atitude comunicativa do falante (situação comunicativa)

Fonte: Adaptado de Oliveira (2019a).

O que se nota, então, é que o complexo causa-consequência serve como referência para a construção do significado que a condicional manifesta. Isso porque, conforme afirma Dancygier (1998), todos os tipos de condicional apresentam, em maior ou menor grau, traços da causalidade, que se configuram na forma de uma situação hipotética alternativa. Isso implica reconhecer que, independentemente do domínio cognitivo de enquadre da situação conceptualizada, a condicional começa pelo assentamento de uma situação condicionante — que pode ou não ser preenchida — e, a partir daí, enuncia-se um conteúdo que é validado a partir do preenchimento dessa condição. Assim, a base causal, ainda que metaforizada e mais abstrata, é tomada como o fundamento central para as significações que uma oração condicional pode assumir, como demonstram autores diversos. No português, essa relação é produtivamente explorada em Hirata (1999), Neves (2000) e mais recentemente nos trabalhos de Oliveira (2008; 2014; 2019a; 2019b; 2019c; 2023). A lição que se recolhe, então, desses estudos, é que a condicionalidade se assenta sobre essa base causal. E é exatamente sobre esse ponto que se levanta a discussão que se faz aqui, acrescentando a esse conjunto de condicionais as condicionais do tipo *se não me engano* (Oliveira, 2008; Pinto e Oliveira, 2016).

Conforme demonstram Pinto e Oliveira (2016), a condicional *se não me engano* parece ir em outra direção, afastando-se da base da causalidade. Segundo as autoras, o funcionamento desse tipo de condicional como mecanismo de comprometimento epistêmico



aproxima essa construção da zona da modalização, anulando o esquema causa-consequência. As autoras afirmam que

A inferência da incerteza, como se sabe, é parte do significado de qualquer condicional, que codifica a situação nela descrita como não real ou não assertiva (Dancygier, 1998; Schwenter 1999). No entanto, no caso específico da condicional “se não me engano” os valores expressos vão além da indicação da irrealidade da situação condicionante, mas passam pela qualificação epistêmica do enunciado. O que se nota nesse tipo de construção é que o sentido da oração condicional nela expresso vai da indicação de uma situação hipotética à indicação da atitude do falante, em relação à verdade da proposição por ela expressa. Os significados que na condicional ordinária são baseados na situação cognitiva interna, na condicional “se não me engano” estão assentados na atitude do falante. Desse modo, facilmente se postula que a atitude epistêmica do falante constitui o sentido de maior proeminência nessas construções (Pinto; Oliveira, 2016, p. 160).

Conforme demonstram Pinto e Oliveira (2016), a condicional *se não me engano* vai em outra direção, afastando-se da base da causalidade. Segundo as autoras, os significados acionados nesse tipo de condicional não podem ser considerados como resultados da implicação causal base da relação condicional, como descrito anteriormente. Esse tipo de condicional não pode ser classificado como condicional epistêmica, tampouco como condicional de atos de fala/metatextual. Isso porque, na condicional *se não me engano*, não se verifica a relação de inferência epistêmica, tampouco a de validação de um ato de fala, como se vê no exemplo em (17). Nas análises de Oliveira (2008) e de Pinto e Oliveira (2016), a relação instaurada aí não é de inferência epistêmica, já que não se pode afirmar que a proposição *Mariana era neta dessa escrava* é conceptualizada como a conclusão possível a que se chega se considerada a verdade da condicionante. Também não se pode dizer, conforme as autoras, que o significado desse tipo de condicional esteja enquadrado nos

SUMÁRIO



domínios cognitivos de atos de fala ou no metatextual, já que, nesses dois tipos, a relação construída é de adequação pragmática. Para as autoras, o que se nota nessas construções é que, “embora exista de fato uma relação de modificação entre a oração condicional e a oração núcleo, essa relação é de modalização epistêmica, e não de condição” (Pinto e Oliveira, 2016, p. 160).

- (17) Desde criança ouvi falar na escrava de minha família que resolveu deixar o Piau e voltar para a África. **Se não me engano**, Mariana era neta dessa escrava. — Então a avó de minha avó foi escrava de sua família? — Foi o que ouvi contar (19:Fic:Br:Olinto:Trono)
- (18) Olhe, **se não me engano**, é ele que ali passa ao largo. Teresa - É ele... é. (18:Azevedo:Princesa)

As análises dessas autoras mostram, portanto, que a condicional *se não me engano* não apresenta um comportamento típico de condicionalidade (Oliveira, 2019a; 2019b; 2019c). Seu significado principal claramente se faz com uma mescla com o esquema da modalização e da evidencialidade, já que, por meio dessa condicional, o falante indica gramaticalmente seu (des)comprometimento com a verdade da proposição, revelando-se, explicitamente, como fonte dessa incerteza. Ao assumir a noção de modalidade epistêmica como os mecanismos pelos quais o falante revela seu comprometimento em relação à verdade da proposição (Dall’aglio-Hattnher et al., 2001), os dois trabalhos colocam essa condicional na categoria dos modalizares epistêmicos. Para as autoras, seu comportamento funcional se assemelha a exemplares dessa categoria, já que, assim como eles, essa condicional tem servido para conceptualizar o comprometimento do falante com a verdade do que enuncia, evidenciando seu grau de (in)certeza com relação aos fatos enunciados. Assim, a condicional *se não me engano* deixa de indicar uma situação hipotética para indicar a atitude do falante em relação à verdade de seu enunciado.



O que de mais importante se aproveita desses estudos para esta discussão sobre LBU é o evidente entendimento de que o significado não está atrelado a um componente da construção. No caso das condicionais, o significado é resultado de processos inferenciais e implicaturas, resultantes da tensão entre o aumento da (inter)subjetividade e os contextos de uso, que levam à constante expansão de seus sentidos, que se convencionalizam.

Ficam evidentes, então, os diversos aspectos diferenciadores do tratamento dado à condicionalidade em razão de suas propriedades semânticas e pragmáticas na Gramática de Construções:

- a. a categorização: porque a classe conforma elementos com diferentes graus de determinação categorial, já que se encontram nela tanto elementos mais centrais, em que o significado condicional está fortemente atrelado à base causal, quanto outros mais distantes, em que esse significado se encontra, de alguma maneira, mais diluído;
- b. a estratificação: porque os diferentes tipos de condicional indicam que diferentes etapas de gramaticalização coexistem em um determinado sistema linguístico, evidenciando a natureza complexa e dinâmica da gramática, que se organiza em torno de múltiplas formas e significados;
- c. a especialização: porque, tendo em vista os sentidos produzidos, os diferentes tipos de oração condicional se especializam em diferentes contextos de usos.

Como se requer, portanto, de qualquer reflexão de base emergente do uso, estas análises se completam pela consideração de que os diferentes tipos de condicionais, embora formalmente enquadrados na moldura se *p*, *q*, revelam nuances semântico-pragmáticas muito distintas e, por isso mesmo, diferentes em termos de uma mesma determinação categorial.



SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA NA PERSPECTIVA FORMAL NA LBU: UMA SÍNTESE

Nosso objetivo, neste capítulo, foi o de explorar as abordagens da semântica e da pragmática em duas perspectivas teóricas principais: a Linguística Formal (LF), que guarda relação com a tradição da Linguística Gerativa, e a Linguística Baseada no Uso (LBU). Para tanto, tomamos como objeto comum a descrição das orações condicionais, analisando como cada modelo interpreta a construção do significado na linguagem humana. O ponto de partida aqui é justamente contrapor os dois modelos de análise. Enquanto a LF extensional adere estritamente ao princípio da composicionalidade de Frege, assumindo que o significado de uma estrutura linguística deriva sistematicamente da combinação sintática dos significados de seus componentes para determinar suas condições de verdade, a LBU vai em direção oposta, ao entender que o significado não está atrelado às partes componenciais de uma estrutura linguística, mas sim a rotinas cognitivas acionadas pela experiência e uso, resultando em processos inferenciais e implicaturas contextualmente situadas. Mas observe-se aqui que o módulo da semântica formal que trata das condicionais é o intensional, que fala de mundos possíveis e relaciona o significado de objetos gramaticais ao contexto, ao fundo conversacional e à pragmática. Ambas as linhas recorrem a mundos possíveis. LF e LBU lidam com o(s) mesmo(s) níveis, mas recortam fenômenos distintos a partir de suas epistemologias.

A semântica e pragmática das condicionais é um tópico complexo, que vem sendo objeto de análise desde os gregos. Não é nossa intenção esgotar aqui uma discussão tão extensa, nem dar conta cabalmente de um fenômeno tão rico. Mas esperamos ter apresentado ao leitor os principais instrumentos de análise de duas linhas semânticas distintas, ambas com muito interesse nesse tópico.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

No modelo formal, as condicionais são sentenças que falam sobre um cenário possível que pode ou não ser real, e descrevem o que (mais) é o caso nesse cenário. As condicionais asseveram em que tipo de cenários possíveis uma determinada proposição é verdadeira. Nessa linha, uma teoria das condicionais deve dar conta da construção condicional explicando quando os julgamentos de verdade das condicionais são aceitáveis, quais inferências envolvendo condicionais são boas inferências e por que esta construção linguística é tão importante: ela permite prever resultados dependentes de situações que não se concretizam no mundo da realidade. A semântica formal busca esse ideal. Embora a forma **se... então** seja a mais prototípica, é a modalidade que vai determinar a interpretação de todas as construções condicionais.

A partir das análises centradas no uso, se comprova que a condicionalidade serve de abrigo a uma complexidade de estruturas e significações que não se resumem ao esquema introduzido pela conjunção *se*. Em outras palavras, na abordagem comprometida com os usos, é de essencial importância como os diferentes contextos de uso afetam a interpretação do significado condicional básico. Em especial, há que se considerar o princípio da indeterminação categorial, própria da instabilidade da gramática. Qualquer incursão fortemente comprometida com a abordagem do uso tem de se completar pela explicação de como a categoria conforma não apenas seus exemplares mais prototípicos, mas também aqueles em que os traços da categoria se encontram mais diluídos.

REFERÊNCIAS

BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne Introduction: A usage-based conception of language. /n: BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. (ed.). **Usage based models of language**. Stanford: CSLI Publications, 2000. p. 7-25.

SUMÁRIO

BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis: Vozes, 2016.

CROFT, William. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos *et al.* Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. **Descrição do português: definindo rumos de pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

DANCYGIER, Barbara. **Conditionals and predication**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

EDGINGTON, Dorothy. Indicative Conditionals. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.). **The stanford encyclopedia of philosophy**. Stanford, CA: The Metaphysics Research Lab / Philosophy Department / Stanford University, 1995. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/conditionals/>.

EDGINGTON, Dorothy. On conditionals. **Mind**, v. 104, n. 414, p. 235-329, 1995.

FAUCONNIER, Gilles. **Spaces, worlds, and grammar**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

GEIS, Michael L.; ZWICKY, Arnold M. On invited inferences. **Linguistic inquiry**, v. 2, n. 4, p. 561-566, 1971.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele E. **Explain me this**: Creativity, competition, and the partial productivity of constructions. Princeton: Princeton University Press, 2019.

HAIMAN, John. Conditionals are topics. **Language**, n. 54, p. 564-589, 1978.

HACQUARD, Valentine. **Aspects of modality**. 2006. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology.

HEIM, Irene; KRATZER, Angelika. **Semantics in generative grammar**. Oxford: Blackwell, 1998.

SUMÁRIO

HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. **A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil**. Araraquara, 1999, 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) — Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.

HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático**. Araraquara, 2005. 135 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2005.

HUDSON, Richard A. **Language networks: the new word grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KRATZER, Angelika; EIKMEYER, Hans-Jürgen; RIESER, Hannes. **The notional category of modality**. *Formal semantics: The essential readings*, p. 289-323, 1981.

KRATZER, Angelika. Conditionals. *In*: FARLEY, Anne M.; MCCOLLOUGH, Karl-Erik. (eds.). **Papers from the parasession on pragmatics and grammatical theory**. Chicago: Chicago Linguistics Society, p. 115–35, 1986.

KRATZER, Angelika. Modality. *In*: VON STECHOW, Arnim; WUNDERLICH, Dieter (eds.). **Semantics**. Berlin: Walter de Gruyter, 1991.

KRATZER, Angelika. **Modals and conditionals**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KRATZER, Angelika. **Chasing hook: quantified indicative conditionals**. *Conditionals, probability, and paradox: Themes from the philosophy of Dorothy Edgington*, 2015

ILARI, Rodolfo. **Linguística e ensino da língua portuguesa como língua materna**. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Museu da língua portuguesa. Textos. São Paulo: s/e, 2009. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/ENSINO-COMO-LINGUA-MATERNA.docx>

ILLARI, Rodolfo. Prefácio, *In*: BASSO, Renato; FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p.9-13.

LAKOFF, George. 1969. On generative semantics. *In*: Steinberg, Danny D.; Jakobovits, Leon A. (eds.). **Semantics – An interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics, Anthropology and Psychology**, 1971, p. 232-296.

SUMÁRIO

LANGACKER, Ronald W. **Cognitive grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press. 2008.

LEWIS, David. **How to define theoretical terms**. The Journal of Philosophy, v. 67, n. 13, p. 427-446, 1970.

LEWIS, David. Adverbs of Quantification. In: KEENAN, Edward L. (ed.), **Semantics of natural language**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-15, 1975.

MARQUES, Rui. Modalidade e condicionais em português. **ReVEL**, edição especial n. 8, 2014.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NETO, José Borges; MÜLLER, Ana; OLIVEIRA, Roberta Pires de. **A semântica formal das línguas naturais**: histórias e desafios. Revista de Estudos da Linguagem, v. 20, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Taísa Peres. Condicionais, atenuação e polidez: um estudo das estratégias comunicativas das condicionais. **ALFA: revista de linguística**, v. 49, n. 1, 2005.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. **Conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. Araraquara, 2008, 155 f. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. Conjunções adverbiais no português. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 22, p. 45-66, 2014.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. A construção condicional em português. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, 2019a.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. A construção [[supondo_que]_{CON}]. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 370-83, 2019b.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. As bases conceituais dos conectores condicionais em português. **Revista Odisseia**, v. 4, n. Esp., p. 194-210, 2019c.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. Polissemia, metáfora e conectores adverbiais. In: OLIVEIRA, Mariangela Rios de; LOPES, Monclar Guimarães (org.). **Funcionalismo linguístico: interfaces**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 165-192.

OLIVEIRA, Taísa Peres de; HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. Orações correlativas hipotéticas no português. **Revista da ABRALIN**, v. 10, n. 12, 2011.



PINTO, Munique Pedro Pereira; OLIVEIRA, Taisa Peres de. O esquema causal na condicional se não me engano. **Raído**, v. 10, n. 24, p. 150-164, 2016.

STALNAKER, Robert. A Theory of Conditionals. *In*: RESCHER, N. (ed.), **Studies in logical theory**. Oxford: Blackwell, 1968, p. 98-112.

SWEETSER, Eve. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure** (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Conditional Markers. *In*: HAIMAN, J. **Iconicity in syntax**. New York/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1985, p. 289-307.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Discourse structuring markers in English**. Amsterdam: John Benjamins, 2022.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs *et al.* **On conditionals**. Cambridge: University Press, 1986.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. **Construcionalização e mudanças construcionais**. Tradução de Taísa Peres de Oliveira e Maria Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis: Vozes, 2021.

VON FINTEL, Kai; HEIM, Irene. **Intensional semantics**. Manuscript. Massachusetts: MIT, 2011.

SUMÁRIO



7

Adriana Tavares Maurício Lessa
Roberto de Freitas Junior

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-517-6.7](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-517-6.7)

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM*?

As línguas variam em diversos aspectos, porém, no processo de aquisição da linguagem, observamos um percurso desenvolvimental que as coloca em posição bastante semelhante. Podemos dividir esse percurso em algumas fases principais: o estágio pré-linguístico, o estágio de 1 palavra, o estágio de 2 palavras e, finalmente, o estágio de combinações múltiplas.

Quando um bebê começa a falar¹, primeiramente, passa por um período de exercício do controle dos padrões fonoarticulatórios, que é o chamado de estágio pré-linguístico, composto por gestualidade e balbucios, como quando ocorre a emissão de sons como “baaa” e “dadadá”, produzidos por crianças em processo de aquisição de uma língua oral.

Após consolidar esses padrões, a criança começa a produzir palavras soltas. Nesse estágio de 1 palavra, também classificado como estágio holofrástico, ela produz majoritariamente nomes/substantivos, como “ága” (referindo-se à água) ou “auau” (referindo-se ao cachorro), e verbos, como “dá” (querendo dizer “me dá”) e “qué” (representando “quero”), no português do Brasil.

No estágio de 2 palavras, a criança produz uma “fala telegráfica”, ainda sem a presença de elementos gramaticais, como artigos, preposições e conjunções. Nessa fase, vemos construções como “caí cadeira” (indicando “caí da cadeira”), sem sujeito.

Por fim, no estágio de combinações múltiplas, identificamos uma produção bastante semelhante à de um adulto. Nesta etapa, a

1 Usamos o vocábulo *falar* aqui, para indicar tanto a produção oralizada, quanto a sinalizada, ou seja, tanto para contextos de uso de línguas faladas, quanto sinalizadas. Sempre que, ao longo do capítulo, forem apresentados termos, exemplos ou definições diversas, salientamos que estaremos lidando com termos, exemplos e definições aplicáveis, de modo análogo, a línguas orais e de sinais.



criança produz construções complexas contendo diferentes elementos gramaticais, como “Falou com a sua mãe, papai?”, mas, ao mesmo tempo, ainda pode apresentar construções que não apresentam a conjugação esperada de verbos irregulares, como “Papai, fazi balé”. A fim de tornar mais didática a apresentação dessas etapas, resumimos as informações já fornecidas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Aquisição da Linguagem: estágios

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	
Estágios	Exemplo de produção
▪ 1 palavra	“auau”; “qué”
▪ 2 palavras	“caí cadeira”
▪ 3 palavras ou combinações múltiplas	“Papai, fazi balé”

Fonte: Adaptado de Lessa (2019).

Não é preciso ser linguista para observar esse tipo de progressão na aquisição da linguagem. São fatos constatáveis até mesmo por pessoas leigas, mas, apesar do consenso nas descrições do percurso de desenvolvimento linguístico, as explicações teóricas sobre o porquê de ocorrer nessa ordem e dessa maneira geram discordância desde os grandes filósofos.

O filósofo Platão mostra, por exemplo, em um de seus diálogos menores, intitulado *Mênon*, como Sócrates demonstrou que o ser humano não precisava ter educação formal para alcançar certos conhecimentos. Sócrates apresenta seu ponto de vista ao público lançando uma série de perguntas sobre geometria a Mênon, pessoa escravizada e desprovida de escolarização. Mênon respondeu a tudo e, com isso, Sócrates aponta a existência de uma capacidade humana inata de induzir teoremas da geometria.

A partir dessa lógica, outros filósofos problematizam como seres humanos podem conhecer princípios abstratos sem qualquer



forma de instrução. Essa reflexão se estende ao debate sobre a aquisição da linguagem, em que a criança, sem instrução formal, é capaz de aprender aspectos complexos das línguas.

Considerando os grandes debates filosóficos sobre a origem do conhecimento, o empirismo (do grego, *empeiria* = experiência) valoriza a perspectiva de que o conhecimento advém da prática, das impressões e percepções experimentadas, tal qual o conceito de que a mente humana se assemelha a uma *tábula rasa*, proposto por John Locke. Por outro lado, o racionalismo destaca que o conhecimento advém da razão, que seria parte do espírito humano, numa concepção inatista da capacidade de pensar de forma abstrata, como propõe René Descartes.

No caso deste capítulo, o conhecimento em questão seria o conhecimento de língua e sua origem estaria relacionada ao processo de aquisição da linguagem. Historicamente, as teorias sobre o processo de aquisição da linguagem, em geral, tendem para um dos principais pressupostos epistemológicos já tratados: o **empirismo** e o **racionalismo**. A visão empirista sobre a aquisição traria atenção à experiência das crianças com a língua, ou seja, seu contato com os dados linguísticos que leva ao aprendizado e sua maior ou menor relação com aspectos da cognição. Já a visão racionalista traria ao debate a importância da mente humana e da dotação biológica que está por trás desse processo de aprendizagem.

Pensando na influência desses pressupostos epistemológicos sobre as correntes linguísticas que são foco deste livro, a Linguística Gerativa (LG) é costumeiramente vista como uma abordagem racionalista e a Linguística Cognitivo-Funcional, como empirista. Parte disso se deve ao fato de a Linguística Cognitiva ter se aproximado da Linguística Funcional, que, por acreditar que a estrutura de uma língua emerge do uso e ganha significado na interação entre os falantes, busca no contexto discursivo-interacional a motivação para as regularidades gramaticais da língua. A aproximação

SUMÁRIO



entre essas correntes, valorizando as interações sociais que motivam as conexões estabelecidas nas operações mentais, gerou o termo Linguística Baseada no Uso (LBU).

Ainda assim, não podemos esquecer que a Linguística Cognitiva recebeu este nome exatamente por sua preocupação com a cognição humana, pressuposto epistemológico essencialmente racionalista. Além disso, alguns cognitivistas apontam a predisposição genética para humanos adquirirem a linguagem, apesar de entenderem que as operações mentais linguísticas são equivalentes a qualquer outra operação, como as que envolvem o saber andar de bicicleta, por exemplo. Do mesmo modo, conforme o gerativismo, esse dispositivo mental inato só seria disparado a partir da experiência, do contato com o *input*, isto é, os dados linguísticos oriundos das interações sociais.

Sendo assim, podemos dizer que tanto a LG quanto a LBU compartilham a preocupação com os processos cognitivos, ou seja, mentais, envolvidos na linguagem, retomando traços do racionalismo. A diferença entre LG e LBU, conforme veremos neste capítulo, residiria, principalmente, na visão da linguagem como cognição especializada ou não na mente humana. Portanto, nenhuma dessas linhagens representa uma abordagem da aquisição da linguagem exclusivamente racionalista ou empirista, mas sim refletem tendências ao empirismo ou ao racionalismo.

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

Nesta seção, apresentamos a visão gerativista da aquisição da linguagem. O primeiro ponto fundamental sobre essa visão é o **inatismo**. Ela parte do pressuposto de que a capacidade linguística é um traço inato, ou seja, geneticamente determinado na espécie

SUMÁRIO



humana. Essa perspectiva ganhou força a partir das ideias de Avram Noam Chomsky (1967), fundador da corrente gerativista, que criticou o comportamentalismo empirista defendido pelo psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner no livro “Comportamento Verbal”.

A visão de Skinner (1957) era a de que a linguagem, assim como qualquer comportamento, seria um fenômeno cultural, e não biológico. Isso levou o psicólogo a enxergar a aprendizagem da língua pelas crianças como fruto de estímulos e reforços por parte dos adultos. Seu método para investigar a linguagem, portanto, centrava a atenção sobre a produção linguística da criança durante a mediação do comportamento verbal pelo adulto.

Em sua crítica, Noam Chomsky (1967) classifica esse método de análise como uma forma de “redução ao absurdo”. Em contrapartida, o linguista gerativista defende uma abordagem naturalística, construindo uma teoria sobre a linguagem com foco na **mente**, com a esperança de relacionar essa teoria linguística às ciências naturais, como a biologia e a neurociência (Chomsky, 2000).

Nesse sentido, o programa de investigação da linguística gerativa trabalha com a ideia de que, para sermos capazes de responder o que é o conhecimento da linguagem e como esse conhecimento é adquirido, devemos compreender a Língua Internalizada, no nível da mente, chamada de **Língua-I** (Chomsky, 1988), que, a depender do local onde você nasça, pode ser o inglês, o mandarim, o iorubá etc. A Língua-I está, então, associada à nossa competência linguística. Essa competência vai além do desempenho linguístico, que é associado à **Língua-E**, de Língua Externalizada, que é o material sonoro ou visuoespacial, no caso das línguas de sinais, da língua: a evidência empírica de linguagem com a qual a criança e o linguista trabalham para organizar mentalmente a Língua-I.

A Língua-I do falante é, então, definida a partir da Língua-E, pois o conhecimento adulto da linguagem é determinado pelo

SUMÁRIO



SUMÁRIO

input, ou seja, pelos dados linguísticos da Língua-E disponíveis para a criança. A Língua-I seria selecionada pelas crianças, de alguma forma, a partir do fluxo de experiências por elas vivido. Incrivelmente, ao entrar em contato com os dados linguísticos disponíveis no ambiente, a criança – como um pequeno linguista, mas sem qualquer ensino formal – é capaz de estruturar esse sistema de extrema riqueza em sua mente. Sob esse ponto de vista, para a corrente gerativista, a Língua-I teria o caráter de uma teoria científica, isto é, funcionaria como um sistema de procedimentos formais de agrupamento e interpretação das expressões linguísticas a que a criança é exposta (Chomsky, 2006, p. 6).

Tendo em vista a complexidade desse sistema mental, surge a questão de sua aquisição. O famoso problema de Platão, mencionado na primeira seção, é retomado por Noam Chomsky, ao questionar a forma como um adulto possui um sistema de conhecimentos específico sobre a sua língua, dada a pobreza de estímulos a que as crianças são expostas. Falamos de pobreza de estímulos porque, para uma criança, adquirir uma língua é uma conquista sem esforço em comparação a outros tipos de aprendizagem. O processo de aquisição acontece sem ensino explícito, mas, independentemente das circunstâncias, em um tempo curto, as crianças adquirem a língua a que são expostas em qualquer lugar do mundo de maneira bastante semelhante.

Uma peculiaridade do processo de aquisição, em contraste a outros processos de aprendizagem, como a escrita, por exemplo, é que ele acontece com base na **evidência positiva** (ou seja, na exposição concreta ao material linguístico): os cuidadores tendem a ignorar os erros das crianças, mantendo seu jeito adulto de falar e focalizando a comunicação, e as crianças também tendem a ignorar as correções dos adultos. Isso leva a teoria gerativa a ressaltar a ausência de influência de **evidência negativa** no processo de aquisição. As evidências negativas seriam as correções de adultos, que podem ser diretas, reprimendo quanto ao que não deve ser

dito, ou indiretas, mostrando como a criança deve falar. A seguinte conversa entre mãe e criança falantes de inglês, com tradução disponível na coluna à direita, retrata bem essa indiferença à evidência negativa por parte de uma criança.

<i>Child: Nobody don't like me.</i>	Criança: Ninguém não gosta de mim.
<i>Mother: No, say "nobody likes me."</i>	Mãe: Não, diga "ninguém gosta de mim".
<i>Child: Nobody don't like me.</i>	Criança: Ninguém não gosta de mim.
<i>(eight repetitions of this dialogue)</i>	(oito repetições desse diálogo)
<i>Mother: No, now listen carefully; say "nobody likes me."</i>	Mãe: Não, agora ouça com atenção; diga "ninguém gosta de mim".
<i>Child: Oh! Nobody don't likes me.</i>	Criança: Ah! Ninguém não gostam de mim.

Fonte: McNeil (1966, p. 69 apud Guasti, 2002, p. 3), com tradução nossa.

Como se vê, a tentativa da mãe de corrigir o uso da dupla negativa ("nobody" + "don't", traduzida como a dupla negativa "ninguém" + "não") em "*Nobody don't like me*" ("Ninguém não gosta de mim") e de ensinar a criança a seguir o inglês padrão com "*Nobody likes me*" ("Ninguém gosta de mim") foi totalmente ignorada pela criança, que não entende a correção mesmo diante de 8 repetições. Quando, ao final, a criança exclama "*Oh*" (traduzido como "Ah!"), parecendo finalmente captar a orientação da mãe, observamos que ela, na verdade, não captou a correção e acaba trocando um aspecto linguístico diferente daquele que a mãe tentava corrigir: alterou a marcação de pessoa, incluindo o morfema -s no verbo *like*, que só é utilizado em sentenças afirmativas do inglês². Esse caso ilustra bem como as crianças aprendem apenas a partir da imersão no contexto

2 Dada a impossibilidade de se traduzir "*don't likes*" para o português mantendo uma relação entre significado e forma, escolhemos, na tradução, representar o entendimento equivocado da criança pela inserção do morfema de plural "-m" em "gostam", o que representaria uma troca no nível morfológico semelhante à do -s no inglês.



de uso da língua e demonstram constante indiferença às correções feitas por adultos na tentativa de ensiná-las sobre as regras da língua.

Como os estímulos externos não afetam a organização mental das crianças, a aquisição da linguagem permite aos pesquisadores reconhecerem, de maneira mais clara, o funcionamento da mente humana em sua forma mais pura. Esse funcionamento mental especificamente linguístico, entendido pela LG como geneticamente determinado, permite o desenvolvimento da linguagem e é chamado de **Gramática Universal** (GU).

Neste ponto, é interessante esclarecer uma confusão frequente sobre a GU. Defender que o ser humano é dotado dessa competência linguística inata, a GU, não significa dizer que a criança já nasce com um conhecimento implícito de uma língua específica. A criança precisa ser exposta a uma língua para desenvolver esse potencial de conhecimento linguístico. Assume-se, então, que as crianças nascem com um potencial de tratamento de dados linguísticos, a GU, que funciona como um sistema de princípios anterior à aquisição de uma língua particular, como um estado zero (S0, de *State 0*, no inglês) da língua-I, que é o estado mental de saber uma dada língua, como o português brasileiro, no caso dos brasileiros ouvintes.

Embora frequentemente a GU seja descrita como o potencial das crianças de aprenderem qualquer língua, é interessante ressaltar que esse potencial só é possível por seu caráter limitante: a mente humana impõe um formato restrito para a sistematização das línguas. Esse potencial restritivo da GU seria a solução para o problema de Platão e a única explicação plausível para justificar por que e como nossos pequenos linguistas (as crianças) seriam capazes de sistematizar o vasto *input* linguístico a que são expostos e, diante de uma infinidade de teorias possíveis para lidar com esses dados, organizá-los como uma língua na sua mente ainda infantil. A GU constituiria, então, o estado inicial da Faculdade da Linguagem (FL), que é considerado um subsistema especializado da mente/cérebro.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Chegamos, assim, ao segundo ponto imprescindível para o entendimento da corrente gerativista: a noção de **modularidade da mente**. Dada a especialização desse processo cognitivo específico que é a linguagem, a FL seria um “módulo” da mente humana, capaz de capturar generalizações que se enquadrem num conjunto finito de hipóteses sobre o funcionamento da gramática da(s) língua(s) a que a criança é exposta. O entendimento é o de que a linguagem é um subsistema inserido na mente humana, que é uma estrutura abstrata e complexa, composta por vários componentes interativos. Isso significa que a mente é dividida em módulos diferentes, pois os processos cognitivos especializados envolvidos na linguagem não podem ser considerados os mesmos que outros processos gerais de aprendizagem. Mas isso não quer dizer que esses módulos sejam “caixinhas” localizadas em pontos específicos do cérebro. A lógica é a mesma do entendimento da visão como sistema especializado. O que se considera é que, metaforicamente, assim como o corpo humano é dividido em órgãos/sistemas com funções especializadas, a mente humana – num nível abstrato de análise do cérebro – também tem um módulo especializado em linguagem.

A fim de ilustrar a modularidade da mente humana, Curtiss (1982) analisou a dissociação entre habilidades cognitivas linguísticas e não linguísticas, ao comparar o desempenho de três crianças: Genie, Antony e Marta. Genie foi um notório caso dentre as então chamadas “crianças selvagens”. Após viver trancafiada em um quarto desde os vinte meses de idade, privada de qualquer convívio, até mesmo familiar, aos 13 (treze) anos, foi libertada dessa situação desumana. Por isso, sua expressão linguística se limitava a xingamentos.

Ao investigar o processo de aquisição linguística de Genie, a pesquisadora encontrou resultados dicotômicos, ou seja, antagônicos. Embora a habilidade semântica de Genie se destacasse, por meio de uma veloz aquisição de vocabulário e ótimo desempenho em testes de sequenciamento de histórias com figuras, suas habilidades sintática e morfológica não se desenvolveram significativamente.

Para ilustrar, a seguir, apresentamos exemplos da produção linguística de Genie, adaptados de Curtiss (1982, n. p.):

- a. Like kick tire Curtiss car. (Gosto/a quicar pneu carro Curtiss.)
- b. Father hit Genie cry longtime ago. (Pai bate/u Genie chorar muito tempo atrás)
- c. Genie have mama have baby grow up (Genie ter mamãe ter neném crescer)

Nessa época, era intensa a discussão em torno da ideia de as crianças precisarem alcançar determinado grau de desenvolvimento do sistema cognitivo geral, considerando a teoria de Piaget, para o desenvolvimento da linguagem. Como a cognição de Genie era correspondente à inteligência pré-operacional ou até operacional-concreta³, foi possível contrastar suas altas habilidades semânticas à imaturidade semântica das outras duas crianças: Antony e Marta. Antony era um menino de 7 (sete) anos, com quociente de inteligência (QI) entre 50 (cinquenta) e 56 (cinquenta e seis), o que seria equivalente à média de crianças com menos de 3 (três) anos, e Marta era uma menina de 16 (dezesesseis) anos, extremamente comunicativa, que também apresentava deficiência intelectual. A despeito da incongruência semântica de Antony e Marta, as sentenças produzidas por eles se apresentavam sintaticamente bem estruturadas, contando com considerável elaboração morfológica. Por outro lado, Genie se desenvolveu bastante semanticamente em meses, mas, mesmo depois de 8 anos, seu desempenho linguístico ainda era desprovido de marcadores morfológicos e operações sintáticas.

A partir desses dados, Curtiss defendeu a ausência de correlação entre o processo de aquisição de formas sintáticas e

3 Piaget elenca quatro estágios que compõem o desenvolvimento infantil: sensorio motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais. No período pré-operacional (2 a 7 anos), ainda egocêntricas, as crianças começam a pensar simbolicamente e a usar palavras e imagens. No período das operações concretas (7 a 11 anos), o pensamento se torna mais lógico e organizado, mas ainda muito concreto.



morfológicas e a maturidade do desenvolvimento mental proposta por Piaget. Em adição, a autora corroborou a existência de um período crítico de aquisição das línguas naturais, de forma espontânea, no desenvolvimento humano, durante o qual as crianças teriam acesso à GU, tal qual previsto pela teoria gerativa.

O **período crítico** seria, então, a época da vida em que a GU se manifesta e vai progressivamente perdendo força, até se fechar com a puberdade. Para discutirmos sua existência, é interessante comparar a experiência de Genie, que voltou ao convívio social aos 13 anos, com outro caso dramático de isolamento social, o de uma menina de 6 anos e meio, conhecida sob o pseudônimo Isabelle. Descoberta em 1938, Isabelle foi mantida a maior parte da sua vida isolada em um quarto escuro, só tendo contato com sua mãe surda e diagnosticada, à época, como detentora de uma lesão cerebral associada à linguagem. Por isso, sua comunicação se limitava a gestos rudimentares criados pela mãe e especialistas chegaram a pensar que ela poderia ter deficiência intelectual. Mas, dezesseis meses depois, recebendo tratamento e suporte educacional, Isabelle, que era ouvinte, já tinha um vocabulário de 1500 a 2000 palavras e fazia perguntas complexas. Em um ano e meio, ela já cantava com precisão e alegria. Por fim, aos quatorze anos, já frequentava a 6ª série da escola pública normalmente, e seus professores descreveram sua participação nas atividades escolares como a de qualquer outro aluno.

Ao compararmos a experiência das meninas, observamos que, apesar da semelhança quanto às circunstâncias degradantes a que foram submetidas e ao bom desenvolvimento semântico, Genie não conseguiu se desenvolver linguisticamente como Isabelle. A diferença no desenvolvimento de Genie e de Isabelle é atribuída à idade de sua reinserção ao convívio social, o que permitiu acesso ao *input* mais cedo de Isabelle, ainda durante o período crítico de aquisição da linguagem. Genie já tinha 13 anos, enquanto Isabelle tinha apenas 7 anos.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Além desses estudos de casos extremos, outras evidências científicas interessantes sustentam a proposta de período crítico de aquisição da linguagem. A partir de experimentos feitos com um “chupetômetro”, aparelho que afere a força da sucção de um bebê diante de estímulos do ambiente, pesquisadores conseguiram detectar que bebês recém-nascidos (de 4 a 5 dias de vida) já são capazes de discriminar entre sua língua nativa e uma língua estrangeira, bem como entre duas línguas estrangeiras, a partir de informações prosódicas, ou seja, da modulação acústica da voz. Quando ouvem uma outra língua, sugam a chupeta com mais força, o que indica atenção e percepção da mudança de padrão rítmico nas pronúncias. Todavia, curiosamente, em vez de se aprimorar, com o passar do tempo, essa competência vai diminuindo, pois, com 2 meses, os bebês já não conseguem mais diferenciar duas línguas estrangeiras (cf. Mehler *et al.*, 1988; Christophe; Morton, 1998 *apud* Guasti, 2002). Por exemplo, bebês recém-nascidos em ambientes do inglês americano ou britânico distinguem não só a mudança do inglês para o francês, como também identificam a mudança do francês para o russo e do francês para o japonês. Porém, com 2 meses, bebês com esse mesmo perfil já não distinguem o francês do russo nem do japonês.

A explicação para essa aparente “inevolução” seria que o esquecimento é, na verdade, uma forma de desenvolver o sistema fonológico. Conforme cresce, o bebê limita sua atenção apenas para contrastes fonológicos da sua língua nativa e, com isso, vai perdendo a sensibilidade para contrastes fonêmicos irrelevantes ao significado na sua vivência (como contrastes fonológicos de línguas estrangeiras). Isto é: o bebê deixa de processar diferenças fonêmicas que não resultam em um significado diferente. Por exemplo, no português, a diferença entre [i] e [e] é relevante, como no par mínimo “bica” e “beca”. Todavia, o contraste entre a vogal [i] e sua versão alongada [i:], por não impactar o significado, deixa de ser percebido pela criança, embora, no inglês, exista uma diferença semântica entre a pronúncia da vogal [i] e sua pronúncia alongada [i:], por exemplo, em *beach* e

SUMÁRIO

*bitch*⁴. Para os ouvidos de um falante de português brasileiro, esse contraste é irrelevante e só pode ser percebido diante de orientação explícita de um professor ou situação de aprendizagem do gênero.

Por isso, bilíngues precoces (aqueles expostos a uma outra língua antes dos 4 anos) têm uma pronúncia mais parecida com a de um falante nativo. Quanto mais tarde uma segunda língua é aprendida, mais o sotaque estrangeiro é percebido, devido ao fechamento da GU. Esse efeito da idade é evidente tanto na produção quanto na compreensão. A proficiência de bilíngues tardios para discriminar contrastes fonêmicos na segunda língua é inferior à dos bilíngues precoces (cf. Flege, 1993 *apud* Guasti, 2002).

Logo, os processos cognitivos que embasam a aprendizagem de uma segunda língua seriam distintos daqueles que embasam a aquisição de uma língua nativa. A aprendizagem de uma língua envolve a tomada de consciência e está sob influência das evidências negativas, ou seja, correções diretas ou indiretas, como um processo de aprendizagem geral. Já a aquisição de uma língua é um processo natural, sem atenção a aspectos gramaticais de qualquer ordem, sejam eles fonológicos, morfológicos ou sintáticos.

Um terceiro argumento a favor da hipótese da GU e seu período crítico é o papel das crianças na transformação de **pidgins** em **crioulos**. Pidgin é o termo usado para designar um sistema linguístico simplificado, sem falantes nativos, que surge a partir do primeiro contato entre línguas, como aconteceu no período de colonização europeia. Os crioulos derivam dos pidgins a partir do nascimento de crianças que tomam o pidgin como sua língua nativa.

Estudos comparando a evolução de sete pidgins para crioulos mostraram um percurso de complexificação bastante similar entre

4 *Beach* significa praia. Já a palavra *bitch* é usada de forma pejorativa para se referir a mulheres como prostitutas. A confusão entre essas palavras leva, inclusive, a brincadeiras conhecidas sobre constrangimentos sociais vivenciados por brasileiros ao, inconscientemente, pronunciarem a segunda palavra, em vez da primeira, em interações com nativos do inglês.



SUMÁRIO

essas línguas (cf. Bickerton, 1984). Os pidgins não contavam com recursos gramaticais normalmente encontrados nas línguas naturais, como marcação de tempo, aspecto e modalidade, encaixamento sentencial por subordinação nem um sistema de anáforas (como pronomes que retomam palavras já mencionadas). Os crioulos já apresentam uma estrutura morfossintática mais complexa, geralmente, a partir de empréstimos das outras línguas (das mães ou dos pais) que continuam presentes no ambiente das crianças falantes dessa nova língua nativa. Seleccionamos, a seguir, dois exemplos, adaptados de Bickerton (1984), que ilustram a simplicidade sintática do pidgin em (a), em comparação ao crioulo, em (b). Na primeira linha, mantivemos o original; na segunda linha, uma glosa em inglês, por sua proximidade; na terceira linha, uma glosa em português, e, por fim, na quarta linha, a tradução semântica da sentença considerando o português brasileiro oral. Entre colchetes, seguem trechos omitidos que precisam ser resgatados pelo ouvinte (mas sem o uso de referentes manifestados linguisticamente) para entender a que a sentença verbal faz referência.

a. Pidgin:

insai lepo aen hanapa aen blaenket, pau

"inside dirt and cover and blanket, finish"

"dentro terra e cobrir e coberta, fim"

[Eles colocam o corpo] no chão e cobrem [ele com uma] coberta, isso é tudo.

b. Crioulo:

dei wen go ap dea in da mawning go plaen

"they went go up there in the morning go plant"

"eles foram ir cima lá em a manhã ir plantar"

Eles subiram lá de manhã para plantar.

SUMÁRIO

No exemplo do pidgin, observamos uma construção sintaticamente mais frouxa, ligada pelo conector de adição, mas sem a presença de preposições ou pronome sujeito. Já no exemplo do crioulo, constatamos a presença de pronome sujeito, preposição, artigo, além de haver um uso do verbo “go” na indicação de movimento, lembrando a função da preposição “para”.

A partir dessa comparação, fica claro que, com o tempo, os recursos gramaticais ausentes do pidgin vão aparecendo no crioulo. E as crianças parecem contribuir de forma única para essa sistematização gramatical da língua, já que, além de suprirem as “lacunas” do sistema gramatical, produzem enunciados com menor variedade em sua estrutura morfossintática, o que estaria relacionado ao debate sobre o potencial limitante da GU durante o período crítico de aquisição da linguagem⁵.

Se, nesse processo de transformação do pidgin em crioulo, as crianças seriam as grandes responsáveis por “criar” uma língua natural, podemos discutir se a GU já provê essa arquitetura sintática mais complexa desde o nascimento. Esse tipo de discussão nos leva às diferentes hipóteses acerca da GU e da Língua-I. Nesse empreendimento, durante as décadas de 1980-1990, os estudos gerativistas se dedicaram à pesquisa dos princípios e parâmetros linguísticos, para, assim, definir de forma mais clara que conhecimentos ou procedimentos computacionais configuram a GU, levando à estrutura mental da Língua-I.

A mente das crianças viria disposta por princípios linguísticos e, a partir do contato com o *input*, os parâmetros específicos

5 Para um aprofundamento no assunto, vale contrastar o trabalho de Bickerton (1984) com o de Mufwene (2007). Bickerton (1984) assume o enriquecimento gramatical do pidgin para o crioulo como uma evolução linguística. Já Mufwene (2007) não vê o enriquecimento gramatical como um processo de evolução das línguas nem concorda com a ideia de haver um bioprograma da linguagem. Ainda assim, concorda com o papel decisivo das crianças nessa mudança linguística do pidgin para o crioulo.

SUMÁRIO

da língua seriam marcados. Logo, os **princípios** seriam as opções restritas, inatas e universais que formatam a gramática mental de qualquer língua, como é o caso do princípio do sujeito sintático. Isto é: todas as línguas compõem suas sentenças contendo um sujeito. E os **parâmetros** seriam as especificidades da gramática particular da língua a que as crianças são expostas e viriam a ser fixados em suas mentes a partir de sua experiência linguística. Assim, a partir do princípio do sujeito, por exemplo, as línguas assumem ou o parâmetro do sujeito nulo ou o parâmetro do sujeito pleno. Para ilustrar, o parâmetro do português seria de sujeito nulo, permitindo sentenças sem sujeito (ex. "Ø Choveu ontem"), e o do inglês, pleno, preenchendo a posição do sujeito com o expletivo "*it*" (ex. "It ran yesterday")⁶.

Portanto, o desafio dos linguistas gerativistas era propor uma teoria da GU capaz de, ao mesmo tempo, (i) dar conta da diversidade de gramáticas das línguas existentes e (ii) oferecer opções restritas para explicar o fato de qualquer uma dessas gramáticas se desenvolver na mente das crianças a partir de dados linguísticos limitados (Chomsky, 1981, p.7). Além de se tentar identificar quais seriam os princípios e parâmetros da Língua-I, uma questão importante nos debates gerativistas desse período foi o conceito de **continuidade**⁷, que diz respeito à disponibilidade total ou parcial dos princípios da GU durante o processo de aquisição. O pressuposto da continuidade tem esse nome porque toma por base a ideia de que a GU permanece continuamente disponível desde o nascimento até o fim do curso da aquisição da primeira língua, ou seja, a relação da criança com a GU não muda, está tudo lá continuamente.

Esse pressuposto foi assumido nas propostas teóricas sobre a aquisição da linguagem de forma forte ou fraca. Adeptos da **Hipótese Forte da Continuidade** defendiam que a mente do

6 Para uma introdução didática em língua portuguesa, conferir Kenedy (2013).

7 O conceito surgiu e se desenvolveu na década de 1980 (Macnamara, 1982; Pinker, 1984 *apud* De Villiers, 2001), ganhando ênfase na maioria das pesquisas gerativistas da década de 1990.

SUMÁRIO

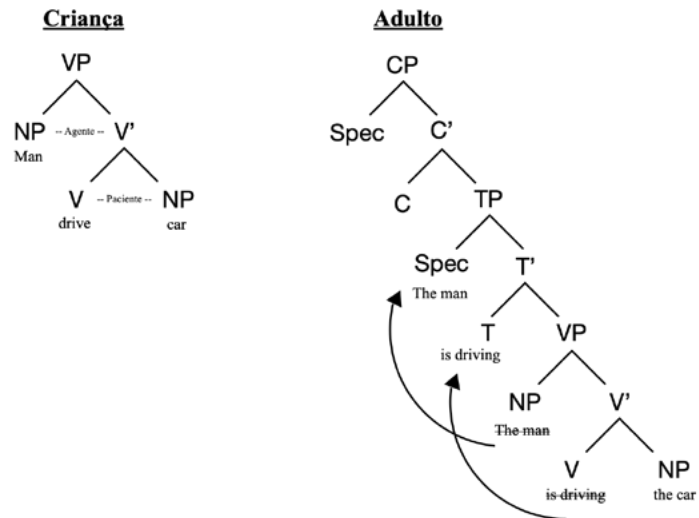
bebê já vem “de fábrica” com toda a arquitetura dos princípios da linguagem disponível, antes mesmo de ter contato com o *input*, e o desenvolvimento linguístico representaria apenas a marcação dos parâmetros que a criança imprime na mente a partir da experiência com determinada língua. Já os adeptos da **Hipótese Fraca da Continuidade** defendiam que a arquitetura da linguagem passaria por um processo maturacional. Isto é: o desenvolvimento linguístico seria geneticamente pré-determinado, mas seria necessário o contato com o *input* para disparar a emergência dessa arquitetura sintática. Portanto, a estrutura sintática emergiria aos poucos, conforme a criança vai crescendo e tendo experiências linguísticas, seguindo uma ordem universal de aquisição das categorias sintáticas.

Mantendo a analogia do vir ou não “de fábrica”, pensemos na mente da criança como um computador. Um computador pode sair de fábrica com um sistema instalado ou não, como o Windows e seu pacote Office. Do mesmo modo, teoricamente, a criança pode vir com os princípios da GU já “instalados” ou apenas disponíveis para instalação fora de fábrica. Na hipótese forte, os princípios da GU já viriam disponíveis, com instalação “de fábrica”, e, na hipótese fraca, os princípios seriam um sistema com pacotes “instalados” depois, aos poucos, a partir do contato com os dados. Isto é, a criança poderia não vir com acesso a estruturas sintáticas mais complexas, mas haveria uma previsão de possibilidade de instalação posterior do equipamento (que equivaleria à emergência dos princípios da GU).

A partir desse pressuposto, Radford (1990) defendeu que a produção linguística da criança nos estágios iniciais de aquisição do inglês é diferente da produção de falantes adultos, porque a estrutura sintática mental delas é diferente. As crianças produzem estruturas lexicais (como nome, verbo e adjetivo), mas sem elementos funcionais, como a morfologia verbal (morfemas de tempo, aspecto, modo, concordância) e construções interrogativas *Wh-* (equivalente ao *Qu-*, no português). Por exemplo, a produção de “*Man drive car*” (algo equivalente a “Homem dirigir carro”), sem artigos nem conjugação

verbal, indicaria que a árvore sintática⁸ mental das crianças seria menos complexa que a dos adultos, como comparamos a seguir.

Figura 1 – Árvores Sintáticas Infantil e do Adulto



Fonte: Os autores, com base em Radford (1990).

Como se vê, as crianças teriam acesso aos sintagmas lexicais nominal (NP) e verbal (VP), mas não às categorias funcionais que configuram sintagmas superiores: o Sintagma de Tempo (TP) e o Sintagma Complementizador (CP)⁹. Na arquitetura sintática de um adulto, tanto o verbo quanto o sujeito se movimentam de VP para TP: o primeiro, para checar a conjugação verbal e o segundo,

8 Como a teoria gerativa propõe uma estrutura sentencial hierarquizada, num formato vertical, que se assemelha à estrutura de uma árvore, passou-se a chamar sua representação teórica de árvore sintática.

9 A árvore sintática seria composta por sintagmas, ou seja, grupos de elementos linguísticos compostos por um núcleo de caráter lexical (como o substantivo/nome, no Sintagma Nominal - SN) ou de caráter funcional (como a morfologia verbal de tempo, no Sintagma de Tempo - ST, ou uma conjunção qu-, no Sintagma Complementizador - SC). Em inglês, sintagmas são chamados de *phrases*, o que levou às abreviaturas comumente utilizadas também no Brasil: NP (de *Noun Phrase*), em vez de SN; TP (de *Tense Phrase*), em vez de ST; e CP (de *Complementizer Phrase*), em vez de SC.

para receber atribuição de caso nominativo e papel temático (como agente, paciente etc)¹⁰. Assim, Radford (1990) conclui que a fala das crianças com 1 ano de idade seria restrita às projeções de V em VP, logo, não ocorrem operações de movimento de VP para cima, já que demandam pouso em um núcleo funcional acima, como podemos ver na árvore sintática do adulto.

Sendo assim, a presença de produções como *"Man drive car"* e a ausência de produções como *"The man is driving the car"* (semelhante à do adulto) na fala da criança seria resultado da ausência do núcleo funcional de Tempo: TP. Do mesmo modo, a ausência de produções com inversões modais interrogativas (do tipo *"Can he cook?"*) seria fruto da ausência de TP (para validação de verbos modais como *can*) e do núcleo funcional CP, local de pouso do movimento de T para C, que gera a típica ordem diferente da interrogativa, com o verbo *can* à frente do sujeito *he* (*"Can he cook?"* vs. *"He can cook."*). Todavia, para o autor, aos 2 (dois) anos, um sistema rudimentar de CP e TP já estaria desenvolvido, e os desvios aparentes na fala das crianças seriam uma mera análise equivocada de certas propriedades dos sistemas funcionais.

Após o empreendimento de detalhar os princípios e parâmetros linguísticos, fortaleceu-se, nos anos 2000, a **biolinguística**, que marca a abordagem da linguagem como "um órgão do corpo" que interage com outros sistemas cognitivos (Chomsky, 2005). Assim, a teoria passa a se concentrar na interação de três fatores que definem o desenho da linguagem, explicando a aquisição das línguas-l: (1) dotação genética (ou seja, a GU), (2) experiência e (3) princípios não linguísticos da cognição geral.

Ao discutir o papel do terceiro fator, Chomsky ressalta que não é trivial o papel da mutação genética (referente ao primeiro fator, a GU) que permitiu aos humanos desenvolverem a capacidade de

10

Destaca-se que essa proposta de atribuição de papel temático pós-movimento não é consenso teórico.



SUMÁRIO

concatenar, ou seja, de combinar sintaticamente elementos linguísticos. Não se sabe se, na evolução humana, houve, primeiramente, uma mutação genética que permitisse a concatenação de dois elementos e, depois, de três ou mais elementos, até o alcance de sentenças complexas. O linguista considera que esse mesmo questionamento poderia ser levado para o crescimento da linguagem em um indivíduo. Talvez todo tipo de concatenação envolvida com a GU esteja disponível de uma só vez desde o nascimento (conforme prevê a Hipótese Forte da Continuidade), mas só se manifeste de maneira restrita por razões externas, vinculadas ao terceiro fator, como memória e atenção limitadas. O **terceiro fator** passa, então, a também ganhar destaque na investigação da aquisição sob a perspectiva gerativista, definindo mecanismos estatísticos e restrições que garantem a eficiência computacional (relacionados à memória e à atenção). Dessa forma, o programa biolinguístico retoma (i) as bases da teoria da linguagem gerativa, de que as expressões geradas pela FL devem satisfazer as condições dos sistemas de interface (Sistema Sensorio-Motor e Sistema Conceptual-Intencional), que compõem o terceiro fator, e (ii) a importância do minimalismo em seu programa de investigação¹¹, já que as bases do primeiro fator (a dotação genética da GU) devem ser simples o suficiente para configurar um sistema ótimo.

Assim, finalizamos esta seção, dedicada a apresentar a aquisição da linguagem na Linguística Gerativa. Muitas outras discussões que permeiam essa área de estudos deixaram de ser tratadas, mas os pontos principais que fundamentam essa corrente linguística foram apresentados. A partir disso, podemos estabelecer uma comparação profícua com a Linguística Baseada no Uso, apresentada na próxima seção.

11 Fazemos referência ao Programa Minimalista (1995), que propõe uma abordagem minimalista da GU, com base na teoria de princípios e parâmetros e em princípios de economia de derivação e representação. Ele destaca o fato de as expressões linguísticas serem geradas por derivações otimamente eficientes, que devem satisfazer as condições dos sistemas não linguísticos. Logo, todas as condições sintáticas devem expressar propriedades desses níveis de interface com a faculdade da linguagem.

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM NA LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

Apresentamos agora a **visão sociocognitivista de aquisição**, a visão que fundamenta o pensamento aquisicionista da LBU, dos modelos linguísticos baseados no uso (MBU) em geral. Vamos, então, tratar da natureza arquitetônica da gramática, do papel da mente no curso de emergência da representação cognitiva gramatical e da importância da experiência com o uso da língua, para o entendimento do processo de aquisição da linguagem à luz da referida visão.

Como vimos, o modelo formalista de base gerativista assume que a linguagem está deterministicamente disponível na espécie humana, sendo uma cognição funcionalmente específica para a linguagem e com a qual contamos, desde o nascimento, para a aquisição. Por esta hipótese, adquirir uma língua, em termos gerais, dependeria muito mais de uma condição específica e biologicamente disponível à espécie, do que da própria experiência interacional com o uso da língua ou de outras cognições relativas à aprendizagem em geral.

Outras correntes, como as associadas aos modelos baseados no uso, entendem o contrário. Entendem que a emergência da gramática não depende de nenhum aparato cognitivo funcionalmente específico para a linguagem, questionando a hipótese de sua existência como objeto geneticamente previsto na espécie. Entendem que a experiência com o uso da língua e o papel exercido por habilidades cognitivas de domínio geral, responsáveis pelo funcionamento global da mente no curso de qualquer aprendizagem, orientam também aquilo que chamamos de aquisição da linguagem.

Para o entendimento da visão aquisicionista dos modelos baseados no uso, o primeiro ponto que precisamos abordar consiste no que seria a arquitetura da gramática internalizada à luz desta



SUMÁRIO

perspectiva, ou seja, o modo como ela é cognitivamente representada, que na abordagem sociocognitivista, de base construcionista (Goldberg, 1995)¹², consiste em um tipo de representação do conhecimento organizado em rede de itens interconectados e inter-relacionados, emergente a partir da experiência linguística em interface com propriedades cognitivas de domínio geral (cf. Bybee; Hopper, 2001; Barlow; Kemmer, 2000).

Entendendo as coisas um pouco melhor, podemos dizer que esses itens são símbolos. Um símbolo é sempre um material que de alguma forma é convencionalizado para a representação de uma determinada ideia ou conceito. Nesse sentido, é importante salientar o caráter simbólico do funcionamento da mente humana, ou seja, a todo o tempo fazendo associações entre significados, sentidos e funções e formas visuais e/ou acústicas diversas. Estamos a todo o tempo associando experiências a sentidos, matérias a conceitos, comportamentos a situações. Este é, seguramente, parte do correlato psicológico no qual se baseia o modelo gramatical aqui apresentado: a ideia de que toda forma de conhecimento emerge de modo integrado e inter-relacionado, apresentando uma base semiótica, de convencionalização simbólica, uma tendência representacional universal da espécie.

Por conseguinte, nada é diferente, quando tratamos da língua internalizada, do conhecimento linguístico. Os itens conectados que formam a rede gramatical na mente do falante (ou sinalizante) são entendidos na abordagem sociocognitivista como unidades psicolinguísticas simbólicas, chamadas de construções, que são representações cognitivas resultantes da associação/convencionalização de uma determinada forma (fonologia e morfossintaxe) a um determinado sentido e/ou funcionalidade (semântica, pragmática

12

Apoiamo-nos no modelo gramatical originalmente proposto por Goldberg (1995) revisto em diversas versões até a contemporaneidade.



e discurso¹³). As unidades estão, assim, organizadas numa grande teia construcional, o *constructicon*, a própria gramática internalizada de um indivíduo.

O rótulo inglês escolhido para referência à representação gramatical, ***constructicon***, aponta para uma diferença importante existente entre a visão formalista e a sociocognitivista aqui contrastados: a não separação do léxico (inventário de itens idiossincráticos, os itens de vocabulário e os idiomatismos) da gramática (um conjunto de princípios mínimos responsáveis pela projeção e formação de sintagmas de diferentes níveis de complexidade). Ao contrário, a palavra *constructicon* revela a visão implícita de que em última instância a gramática é toda composta por itens simbólicos, as construções, formando uma grande rede lexical interconectada de signos, os quais, por sua vez, podem apresentar diferentes graus de esquematização e abstração, fato associado ao papel gramatical e/ou lexical das expressões, no sentido mais tradicional.

Em suma, tais unidades, as construções, pareiam uma determinada forma linguística a um determinado sentido, formando um *link* simbólico por convencionalização. Tais unidades são representações cognitivas integrantes da gramática individual internalizada do falante e, em maior escala, de sua comunidade linguística. Um ponto importante que aqui surge versa sobre a forma como tais pareamentos emergem na rede construcional, ou seja, como são adquiridos no curso da aquisição da linguagem, a partir de operações cognitivas específicas e, ao mesmo tempo, gerais. Sobre o ponto trataremos um pouco mais a partir de agora.

Na visão sociocognitivista de aquisição de linguagem, o aparato cognitivo responsável pelas operações mentais relacionadas à emergência da gramática nada mais é que um conjunto de

13

Entendemos 'discurso' aqui como toda dimensão de valores linguísticos potencialmente envolvidos no uso da língua, passando por indexações sociolinguísticas e usos de base ideológica.



SUMÁRIO

princípios cognitivos de domínio geral que atua na emergência de toda forma de conhecimento e que se destaca também na contribuição para a emergência do conhecimento linguístico. Processos cognitivos de base universal em nossa espécie, como nossa capacidade de estabelecimento de relações analógicas e de formação de categorias abstratas, perpassam a explicação sobre a forma como produzimos e representamos conhecimentos diversos¹⁴ e alguns possuem importância particular no processo de representação do conhecimento linguístico. Evidências advindas da fala de crianças em curso de aquisição explicam o ponto.

Exemplificando, na perspectiva dos MBU, como pode ser interpretado o fato de uma criança, potencialmente, usar uma mesma expressão, como “au-au”, para se referir tanto a cachorros, quanto a gatos, ursos e animais em geral? Quem vivenciou situação semelhante testemunhou, segundo a hipótese, a atuação de processos cognitivos que subjazem tal **supergeneralização**: a criança, de alguma forma, arrola em uma mesma representação todos os animais, a partir de um processo analógico de percepção e identificação de atributos físicos e funcionais comuns, por sua vez, distintos dos atributos físicos e funcionais comuns a outros grupos, como o de humanos, por exemplo.

Ainda, as crianças também apresentam um fato curioso sobre o modo como adquirem a língua a partir do que mais testemunham em sua experiência com o uso: tendem a não chamar o cachorro de gato, de urso, ou de qualquer outro animal, ativando a palavra “au-au”, provavelmente, por suas experiências com esse animal, o cachorro¹⁵. Isso mostra que a frequência com que vivenciam

14 Exemplificando, representações culturais advêm de experiências recorrentes testemunhadas pelos indivíduos e apreendidas a partir do estabelecimento de relações analógicas entre tais experiências e que antecedem a formação de categorias comportamentais de ordem superior, cognitivamente armazenadas.

15 Um animal bastante comum em nosso cotidiano.

as coisas do mundo impacta o modo como o categorizam, assim como impactam a formação das categorias linguísticas.

A emergência da representação, por exemplo, referente à categoria VERBO é vista como resultante do mesmo processo: da experiência com diferentes situações de atividade verbal surge uma abstração que abarca, enquanto categoria abstrata, futuras experiências desta mesma natureza. Vale ressaltar que as categorias linguísticas não são, portanto, vistas pela abordagem como biologicamente dadas *a priori*, sendo resultantes a partir da relação do **uso linguístico** com o papel exercido pelos processos cognitivos mais associados à aquisição.

Voltando ao uso supergeneralizado da palavra “au-au”, aos poucos, é bem verdade que as crianças irão demonstrar que diferenciam, linguisticamente, cachorros, gatos e ursos. Entretanto, ainda podem estar sujeitas aos efeitos da frequência de experiências com o animal, que por uma gama de motivos, para elas, pode se tornar um exemplar central do que interpretam por animais, persistindo no uso da palavra “au-au” para múltiplas referências.

Todos esses fatos nos levam à identificação de aspectos importantes referentes ao funcionamento geral de nossa mente e que possuem especial destaque para a abordagem sociocognitivista de aquisição da linguagem. Destacamos, assim, entre diversos processos, aqueles cognitivos disponíveis à espécie que são particularmente especiais para o entendimento da aquisição da linguagem nessa perspectiva: a memória enriquecida, a habilidade de estabelecermos analogias, a capacidade de formarmos esquemas e categorias abstratas e nossa habilidade de identificar no outro, no nosso igual, um ser dotado de vontades e intenções e que nos faz estarmos o tempo todo buscando identificar o desejo, a intenção, presente em seus atos, incluindo-se os linguísticos. Sobre essas habilidades, passamos agora a tratar.

SUMÁRIO



A criança que supergeneraliza o uso da expressão “au-au” na identificação de diferentes animais pode estar apresentando, em particular, a atuação das três primeiras habilidades citadas: a **memória** enriquecida, a **analogia** e a **categorização**.

O avanço das neurociências permitiu uma observação importante sobre a memória: além de nossa capacidade de formarmos representações generalistas diversas, abstrações resultantes de experiências concretas prévias, ela é rica o suficiente para registrarmos, em detalhes, certas experiências, principalmente, a depender de fatores como a frequência de experiências e questões de ordem emocional. Assim, somos capazes de, ao mesmo tempo, formar representações gerais, assim como representações específicas e, por conseguinte, redundantes, se pensarmos nos detalhes que diferenciam realidades, por mais que estas mesmas representações possam estar associadas a uma de natureza mais geral.

A criança que supergeneraliza o uso da palavra “au-au” na identificação de diferentes animais, insistimos, não o faz por acaso. Não é novidade o fato de que o cachorro seja um animal comum no dia a dia das pessoas. A experiência com cachorros deve ser suficientemente frequente e relevante, para que a criança facilmente registre a formação dessa categoria de modo mais generalizante, ao menos, inicialmente, assumindo-o como protótipo do conceito ‘animal’. A experiência também permite que a criança registre traços mais gerais e comuns, detalhes prototípicos, que se destacam na formação do referente ‘cachorro’, compartilhados por muitos animais em geral, como o fato de serem seres não humanos, de serem quadrúpedes, de terem pelos etc. A analogia e a categorização são processos cognitivos importantes para a emergência de conhecimentos em geral e, particularmente, do linguístico.

Para os MBU, no curso inicial de aquisição, formamos esquemas abstratos emergentes a partir do compartilhamento de aspectos formais e funcionais das expressões testemunhadas no

SUMÁRIO



SUMÁRIO

uso da língua, analogicamente identificadas e associadas entre si. Em processo continuado de aquisição de linguagem, continuamos operando via analogia e esquematização/categorização, formando novos esquemas e acionando categorias já disponíveis para a interpretação de novos itens com propriedades formais e/ou funcionais com elas compatíveis. Se a experiência é vista como fator fundamental para a formação da gramática, por consequência, a visão de aquisição baseada no uso não entende o processo de aquisição de linguagem como processo com prazo previsto de conclusão. Ao contrário, entende a aquisição como processo continuado ao longo da vida do indivíduo, fazendo com que aspectos tais como a variação linguística, a mudança, o letramento escolar e mesmo a aquisição de uma L2 sejam fatores modificadores da gramática.

Nesse sentido, o conceito de período crítico fica relativizado na abordagem. Obviamente, não se nega, por exemplo, a diferença de performance costumeiramente verificada entre falantes nativos e não nativos de uma língua, mas, assume-se que as novas experiências provocam alterações na representação estabelecida, modificando-a. Assim, pela visão, no curso continuado de aquisição, informações novas verificadas no *input*, potencialmente, hão de impactar a – apenas aparente – estabilidade da gramática, permitindo a reformulação de especificidades categoriais ou mesmo a emergência de novos esquemas e categorias.

Os MBU reconhecem ainda uma importante habilidade de nossa espécie relacionada ao fato da aquisição: **a Teoria da Mente, ou ToM**. A Teoria da Mente é uma habilidade cognitiva altamente evoluída na espécie humana e que indica nossa capacidade para atribuir estados mentais a outras pessoas e prever seu comportamento (Premack; Woodruff, 1978).

Os macacos vervets possuem uma capacidade incrível de autodefesa. São capazes de produzir três diferentes tipos de vocalização como resposta, instintiva, à percepção de perigo e à presença

SUMÁRIO

de predadores. Se o perigo for aéreo, um representante da espécie reproduz determinada vocalização e todos respondem a tal estímulo com um comportamento condizente de autoproteção. Se for terrestre, ele reproduz outro tipo de vocalização e, se o que os coloca em risco for a presença de uma cobra, produzem uma terceira forma de vocalização, também com consequente e condizente resposta. Tais vocalizações funcionam simbolicamente como espécies de alertas e podem ser interpretados como indícios de interação social com aparente capacidade de associação de conteúdo formal semântico e conteúdo referencial. Mas será que podemos manter um correlato entre o que verificamos nos vervets e nossa, digamos, cognição social? Seria possível equiparar em algum grau tais capacidades? A despeito de visões e teorias que defendam haver possíveis correlações, o mais importante parece destacarmos a capacidade única da espécie humana de interação de base sociocognitiva.

Talvez seja inquestionável o fato de que o comportamento dos vervets apresente caráter simbólico e aparente motivação intencional de comunicabilidade. Contudo, podemos nos perguntar: existe, de fato, **intencionalidade comunicativa** consciente por parte desses animais ou tratamos muito mais de respostas instintivas associadas ao processo de evolução da espécie? É mais plausível imaginar que os vervets são geneticamente equipados para tal feito e que a referencialidade identificada em seus chamados é muito mais funcional e instintiva do que intencional. É muito mais plausível imaginar que não há processos mentais subjacentes que implicam a leitura de intenção por parte dos vervets, ao menos no nível de complexidade e refinamento verificado em nossa espécie.

Como dito, a ToM é uma habilidade cognitiva associada à nossa capacidade de atribuição e predição de estados mentais e comportamentos verificada de modo muito particular no ser humano. Ao observarmos uma pessoa, em dia ensolarado, com um guarda-chuva na mão, inferimos que ela ou espera que chova em algum momento ao longo do dia ou que pretende se proteger da luz solar.



SUMÁRIO

Sempre atribuímos intencionalidade ao que testemunhamos de nossos pares, seja em termos gerais ou linguísticos, e sempre de modo contextualmente, situacionalmente, controlado. Assim, no curso de aquisição, a criança, em algum momento de seu desenvolvimento, há de atribuir, ao menos tentar, sentido ao que linguisticamente verifica em situações cotidianas, graças à sua capacidade de inferir intencionalidade aos comportamentos de seus pares.

Assim, na visão baseada no uso, a ToM torna-se discussão central para o entendimento do processo de aquisição. Segundo Tomasello (2000, 2003, 2009), seres humanos possuem dois grupos de habilidades que os ajudam a aprender com o outro, inclusive a aprender uma língua: habilidades ligadas à busca de padrões e habilidades ligadas à leitura de intenção. Ao primeiro grupo de habilidades relacionam-se, majoritariamente, os processos cognitivos da memória enriquecida, analogia e categorização. Ao segundo grupo está ligada a Teoria da Mente.

Para que uma criança adquira o uso convencional das unidades linguísticas, as construções que formam sua gramática, ela precisa:

- i. identificar seus pares como agentes intencionais;
- ii. participar de cenas de atenção conjunta;
- iii. entender intenções comunicativas;
- iv. inverter papéis e assim usar o que aprenderam (aprendizado cultural, por herança e imitativo).

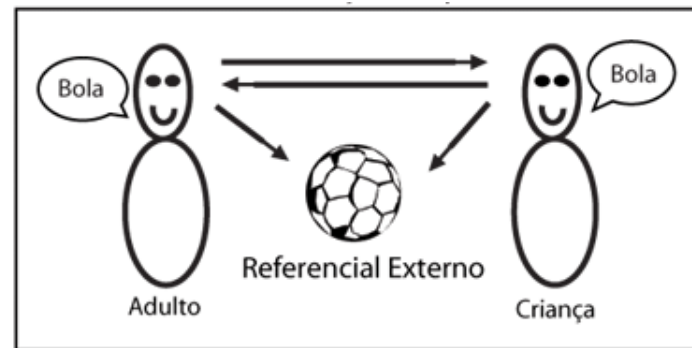
Bebês de seis meses interagem com objetos e outras pessoas, mas nunca com os dois ao mesmo tempo. Dos nove aos doze meses, mudanças começam a ocorrer e seus comportamentos envolvem uma coordenação de suas interações com objetos e pessoas.

A sequência (i – iv) aponta para as condições que, para o autor, estão no cerne do processo de aquisição de linguagem. Um



ponto relevante, a ela associado, consiste no que ele classifica como **revolução dos nove meses**, quando a criança passa à condição de engajamento em relações de atenção conjunta. Tais episódios envolvem o bebê, o adulto e um referente, com o qual ambos compartilham interesses comunicativos em contextos reais de interação. Aos nove meses, o bebê apresenta concepção de si mesmo e dos outros como agentes intencionais, condição para a emergência de uma comunicação intencional embrionária, a partir da qual forma-se a linguagem. A gravura abaixo exemplifica tal processo, denominado de EMERGÊNCIA DA ATENÇÃO CONJUNTA, período em que os bebês são capazes de acompanhar o olhar do adulto direcionado, de demonstrar interesse no que ele observa e de aprender pela imitação.

Figura 2 – Cena de Ação Conjunta



Fonte: Tomasello (2003b: versão modificada do original).

As fases de aquisição da linguagem são definidas, a partir do trabalho de Tomasello (2003b), e apesar de não necessariamente acontecerem em uma ordem cronológica rígida, podem ser resumidas numa evolução sequenciada das seguintes etapas:

- a. inicialmente, as crianças aprendem partes específicas da língua por imitação e expressam suas intenções comunicativas por holofrases (unidades que funcionam como uma

SUMÁRIO

expressão completa de determinado referente) e outras expressões verbais defectivas;

- b.** a competência linguística inicial das crianças é organizada, aos poucos, como um inventário de construções/itens;
- c.** à medida que tentam compreender e reproduzir enunciados, pela frequência de usos de certas formas, percebem padrões e aos poucos passam a construir diferentes tipos de esquemas e categorias linguísticas;
- d.** a essa altura as estruturas linguísticas que adquirem incluem palavras simples, categorias abstratas ou esquemas parcialmente abstratos;
- e.** aos poucos passam a combinar esses diferentes itens, coordenando não apenas formas linguísticas, mas também as funções comunicativas convencionais dessas formas.

O que podemos inferir das considerações de Tomasello é que as habilidades de leitura de intenção e de busca de padrões interação entre si no processo de aquisição de linguagem, permitindo a comunicação infantil desde estágios bem definidos no curso de seu desenvolvimento.

Resumidamente, mostram que as crianças inicialmente (com cerca de quatorze meses de vida) usam as holofrases, as construções mais elementares em geral constituídas de uma única palavra, para indicar intenções que estão muito além do que capturamos na leitura semântica do item em si. A leitura pragmática, dependente do contexto comunicativo, e não a leitura semântica, menos contextualmente dependente, parece ser o ponto principal do uso em foco, indicando não apenas a natureza ampliada do polo de sentido de uma construção gramatical, mas também um grau refinado de conhecimento linguístico por parte da criança.

SUMÁRIO

Quando chegam a cerca de dezoito meses, segundo o autor, as crianças ajustam ainda mais seus enunciados em função de atenderem suas necessidades comunicativas. Nesta fase, elas podem:

- a. expandir o uso de construções substantivas, formulaicas, em geral holofrásticas, através de operações de trocas de itens, pelas quais o item fixo anterior passa a, potencialmente, ser substituído por outros, o que indica maior acurácia na expressão de suas intenções comunicativas. Exemplificando: o uso de uma expressão fixa da criança, como “qué mamá” (quero mamar), no português do Brasil, aos poucos, passa a apresentar expansão de uso, na medida em que se forma um *slot* pós-verbal, que pode ser preenchido por uma variedade de itens, formando expressões do tipo “qué água” (quero água), “qué papá” (quero comer) e assim por diante;
- b. adicionar elementos novos ao início ou ao final de enunciados construcionais, como em uma situação em que a criança expande usos como “qué papá” para “qué papá aqui”, em que ilustra a aquisição de nível ainda maior de capacidade combinatória construcional e
- c. inserir constituintes em partes internas de enunciados construcionais, evidenciando alcance de capacidade de combinação construcional e a ampliação de sua capacidade de criatividade linguística.

Obviamente, aos poucos, a criança apresenta cada vez maior domínio de operações construcionais complexas em seu curso de aquisição. Essas etapas mostram que a criança não apresentaria de imediato um salto no conhecimento gramatical a partir, diretamente, da representação de construções fixas para mais abstratas. Ao contrário, nesta visão, a depender das experiências advindas do uso, ela aos poucos ilustra a atuação das habilidades de leitura de intenção e de busca de padrões na formação de representações

SUMÁRIO

mais complexas e abstratas, além da aquisição de possibilidades combinatórias construcionais.

Diante dos pontos discutidos até então, vemos que, à luz dos MBU, o conhecimento linguístico, assim como toda forma de conhecimento em geral, advém de nossas vivências e experiências em situações reais e diversas com o uso da língua. De fato, na visão aquisicionista de base sociocognitivista, quando adquirimos uma língua, aprendemos a forma, a função e as possibilidades de combinação das construções, de modo contextualizado, o que define nossa capacidade de usarmos a língua de modo eficaz, em termos funcionais e/ou formais. Em outras palavras, quando o assunto é aquisição da linguagem, os modelos apoiados na visão sociocognitivista da linguagem defendem que, ao internalizarmos construções gramaticais, que emergem numa formação constante da gramática internalizada, da Língua-I, aprendemos o que fazer com elas de modo a sermos comunicativamente competentes, uma questão intimamente ligada à experiência com o uso da língua. Nesse sentido, o pensamento central que rege a visão aquisicionista baseada no uso é de base experiencialista e não racionalista, tal como se define a visão formalista de aquisição adotada pela LG.

Dois pontos importantes se destacam na discussão sobre a interface experiência e aquisição: o papel das evidências positivas e negativas e a hipótese do *input* robusto. A vocação experiencialista dos MBU remete ao princípio de que o armazenamento gramatical está fortemente associado ao que de fato é testemunhado no uso da língua.

Assim, as evidências trazidas pelos dados são aquelas que de modo mais direto serão responsáveis pela formação de uma gramática, vista como emergente e não a partir de um número empobrecido, não suficiente, de informações linguísticas para sua formação. Nesse contexto, o que se entende é que o que é mais testemunhado,

mais frequente no uso da língua, é objeto de apreensão aquisicional facilitada, o que faz do *input* um espaço entendido como local de informações específicas recorrentes e que deflagram a emergência de representações, psicologicamente falando, mais plausíveis.

Diferentemente da hipótese da Pobreza de Estímulo, na qual se apoia a LG, para os MBU, os dados remetem com mais frequência a determinadas informações, sendo essas as primeiras sujeitas à internalização gramatical e a tornarem-se base para a apreensão e emergência de futuras representações mais abstratas. A noção de evidência positiva (e negativa) atravessa o ponto: o que é vivido no uso da língua, assim como o que não é, está submetido a uma espécie de filtro estatístico que facilita o armazenamento do que é mais evidenciado, assim como bloqueia o que é estatisticamente nulo ou menos relevante. Em uma relação de competição construcional com pesos estatísticos de base, o indivíduo fica mais exposto às informações amplamente identificadas no *input*, o que leva a uma representação cognitiva gramatical estatisticamente orientada, assim como serão as consequentes seleções de uso da língua.

Assim, a aquisição é entendida como um processo que se prolonga, como dito, ao longo da vida. Se a gramática, como as demais formas de conhecimento, emerge a partir da experiência, da interação, e se estamos o tempo todo formulando e reformulando formas de expressão e referência aos fatos do mundo, segundo os MBU, ela não pode ser estável, sendo, portanto, entendida como objeto psíquico maleável, adaptativo e em constante mudança, por conta da experiência. A todo tempo, aprendemos o que e como expressar, o que e como bloquear, pela vivência com o uso da língua.

Nessa visão, portanto, o *input* linguístico fornece as evidências para que armazenemos as construções – seus aspectos formais e funcionais –, de acordo com as demandas, as convenções determinadas interacionalmente em dada comunidade linguística. Palavras, expressões formulaicas, (semi)esquemas, idiomatismos e quaisquer

SUMÁRIO



convenções de base linguística são armazenadas cognitivamente, graças ao papel das evidências do *input*, da experiência interacional, frequente e rotineira, com o uso da língua, submetida à ação dos processos cognitivos de domínio geral.

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM NA LG E NA LBU: UMA SÍNTESE

Neste capítulo, apresentamos um breve panorama sobre a visão de aquisição de linguagem atribuída a duas das principais correntes linguísticas da contemporaneidade: a linguística gerativa e a linguística baseada no uso. Neste percurso, percebemos que, a depender da base epistemológica que cada uma adota, teremos perspectivas diferenciadas sobre, por exemplo, o papel da cognição no curso da aquisição, a forma como o *input* e a experiência com o uso da língua operam no processo, a importância da idade para a aquisição, entre muitos pontos.

Na seção dedicada à aquisição na LG, apresentamos três conceitos fundamentais para entendimento dessa abordagem: o inatismo, a modularidade da mente e o período crítico. Como argumentos em favor desses pressupostos teóricos, discutimos o papel da evidência positiva e negativa durante o processo de aquisição, casos extremos de privação de experiência linguística e a transformação de pidgins em crioulos. Apresentamos, ainda, as hipóteses forte e fraca da continuidade, alinhadas à teoria de princípios e parâmetros, que pressupõem o acesso à GU total ou parcial durante o processo de aquisição da linguagem. Desse modo, mostramos o constante diálogo entre as proposições teóricas sobre a arquitetura da linguagem e as pesquisas sobre aquisição da linguagem, já que

SUMÁRIO



os movimentos de uma subárea constantemente suprem os avanços da outra e vice-versa. Por fim, ilustramos como o programa de investigação da biolinguística busca esclarecer o papel do terceiro fator, que envolve questões da cognição geral, sobre o “crescimento” de uma língua na evolução da espécie humana e no desenvolvimento individual, durante a aquisição.

Na seção dedicada à aquisição na LBU, detalhamos a perspectiva da linguagem como cognição que surge a partir de processos cognitivos de domínio geral, ou seja, não especificamente linguísticos. A gramática, o *constructicon*, é vista como uma grande rede interconectada de pareamentos forma-função, que variam em termos de sua natureza entre aquilo tradicionalmente chamado de léxico e de gramática. Sob esse viés, a aquisição da linguagem seria permanente ao longo da vida e seria fruto de um alinhamento entre a experiência e os processos cognitivos de domínio geral na formação gramatical, vista aqui de base emergentista, por ser oriunda diretamente do uso. Ainda, a Teoria da Mente e a intencionalidade discursiva ganham destaque nas propostas teóricas e investigativas dessa corrente linguística.

O desafio de apresentar uma teoria linguística de aquisição da linguagem só não é maior do que o de definir as verdadeiras origens e fundamentos do surgimento da linguagem em nossa espécie. Nesse sentido, o trabalho de linguistas minimamente interessados no processo de aquisição da linguagem torna-se particularmente importante, na medida em que, no fim das contas, pode contribuir para reflexões sobre o próprio processo de evolução da espécie humana, não apenas do ponto de vista da linguagem. Portanto, as diferenças atestadas entre as visões apresentadas não são mais importantes do que a necessidade de investigação sobre a forma como representamos uma ou mais línguas, já que tratamos de um ponto extremamente relevante para o entendimento de algo tão peculiar e especial à nossa espécie.

SUMÁRIO



REFERÊNCIAS

BARLOW, Michael.; KEMMER, Susanne (eds). **Usage-based Models of Language**. Stanford: CSLI Publications. 2000.

BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. **Behavioral and Brain Sciences**. 7(2):196-197, 1984.

BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition**. Cambridge: CUP, 2010.

BYBEE, Joan.; HOPPER, Paul. **Frequency and Emergence of Linguistic Structure**. Amsterdam: John Benjamins. 2001.

CHOMSKY, Noam. Preface to the 1967 reprint of "A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior". *In*: JAKOBOVITS, L.; MIRON, M. (Orgs.) **Readings in the Psychology of language** (pp.142-143). Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dodrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Language and problems of knowledge**. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. **New Horizons in the Study of Language and Mind**. New York: Cambridge University Press, 2000.

CHOMSKY, Noam. Three Factors in Language Design. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005.

CHOMSKY, Noam. Uma entrevista sobre o minimalismo. *In*: BELLETTI, A.; RIZZI, L. (Orgs.). **Sobre Natureza e Linguagem**. Tradução de Marylene Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CURTISS, Susan. The Special Talent of Grammar Acquisition. *In*: OBLER, L.; MENN, L. **Exceptional Language and Linguistics**. New York: Academic Press, 1982. Disponível em: <https://linguistics.ucla.edu/people/curtiss/1982%20-%20The%20special%20talent%20of%20grammar%20acquisition.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DE VILLIERS, Jill. **Continuity and Modularity in Language Acquisition and Research**. Philosophy: Faculty Publications, Smith College, Northampton: MA, 2001. Disponível em: https://scholarworks.smith.edu/phi_facpubs/47. Acesso em: 25 ago. 2024.



SUMÁRIO

FREITAS Jr, Roberto.; MELLO, Marcelo Alexandre. Aquisição de linguagem e modelos baseados no uso. *In*: FREITAS Jr, Roberto.; SOARES, Lia; NASCIMENTO, João Paulo. (org.) **Aprendizes surdos e escrita em L2: reflexões teóricas e práticas** [livro eletrônico] / RJ: UFRJ, 2020. E-book. Disponível em: <https://corpusneis.wixsite.com/home/ebook>. Acesso em: dez. 2020, p. 23-35.

GOLDBERG, Adele. **A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago: The University of Chicago Press. 1995.

GOLDBERG, Adele. **Explain me this: creativity, competition and the partial productivity of constructions**. Princeton: University Press, 2019.

GOLDBERG, Adele. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Cambridge: University Press, 2006.

GUASTI, Maria Teresa. **Language Acquisition**. Cambridge. Mass: MIT Press, 2002.

HILPERT, Martin. **Construction Grammar and its application to English**. Edinburgh: University Press, 2014.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

LESSA, Adriana. A hipótese da primazia do aspecto e telicidade: um estudo de caso duplo. **Letrônica**, [S. /], v. 12, n. 2, p. e32465, 2019. DOI: 10.15448/1984-4301.2019.2.32465. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/32465>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MASON, Marie. Learning to speak after six and one-half years of silence, **Journal of Speech Disorders**, 7, 295-304, 1942. <https://pubs.asha.org/doi/epdf/10.1044/jshd.0704.295>

MUFWENE, Salikoko. What do creoles and pidgins tell us about the evolution of language?. **Origin and Evolution of Languages: Approaches, Models, Paradigms**. Equinox eBooks Publishing, United Kingdom. p. 272-297, 2008. ISBN 9781845535537. Disponível em: <https://mufwene.uchicago.edu/publications/CREOLES-LGEVOLUTION-Revisions-1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PREMACK, David., WOODRUFF, Guy. Problem-solving in chimpanzee: Test for comprehension. **Science**. 202:532-5. 1975.

RADFORD, Andrew. **Syntactic theory and the acquisition of English syntax**: the nature of early child grammars of English. Oxford: Blackwell, 1990.



SARAIVA, Paulo Espírito Santo. **Cérebro, evolução e linguagem**. Editora Universidade de Brasília, 2014.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Verbal behavior**. New York, NY: Appleton-Century-Crofts, 1957.

TOMASELLO, Michael. Do young children have adult syntactic competence? **Cognition**, v. 74, n. 3, p. 209-253, 2000.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

TOMASELLO, Michael. **Constructing a Language: a Usage-Based Theory of Language Acquisition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003b.

TOMASELLO, Michael. The usage-based theory of Language Acquisition. In: Edith, L. Bavin, ed. **The Cambridge Handbook of Child Language**. Cambridge. Cambridge University Press, 69-88, 2009.

SUMÁRIO



8

Christina Abreu Gomes
Silvia Regina de Oliveira Cavalcante

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-517-6.8

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA*?

O que queremos dizer quando falamos em variação linguística pode ter diversas acepções se forem consideradas diferentes abordagens teóricas da Linguística. Neste capítulo, o conceito de variação linguística será abordado dentro do paradigma da Gramática Gerativa e dos Modelos Baseados no Uso. Falar sobre variação linguística nesses dois modelos pode parecer contraditório; entretanto, os conceitos que serão desenvolvidos estão relacionados ao conceito fundador da área da Sociolinguística, postulado por Weinreich, Labov e Herzog (1968), segundo o qual a variabilidade observada na fala é sistemática, faz parte do conhecimento internalizado do falante e, portanto, é adquirida (Labov, 1989) juntamente com os padrões linguísticos categóricos da língua.

Inicialmente, no estruturalismo linguístico, a variabilidade observada na fala foi definida como característica exclusivamente da fala em oposição, ou dicotomicamente, ao caráter homogêneo do sistema linguístico, comum aos indivíduos falantes de uma mesma língua em uma mesma sociedade. No entanto, o caráter aparentemente idiossincrático e aleatório da variabilidade da fala foi substituído pela noção de heterogeneidade sistemática situada no âmbito da língua ou conhecimento linguístico internalizado. Desde então, em mais de 60 anos de pesquisa, a Sociolinguística tem observado a dinâmica linguística em sociedade, com base na observação da variação linguística, buscando entender como as línguas mudam, como a mudança linguística se propaga, por qual razão uma determinada mudança ocorre em uma determinada língua em determinado momento e em determinadas condições, mas não ocorre/ocorreu na mesma língua ou em outra língua sob as mesmas condições. Os estudos também buscam explicar os condicionantes linguísticos, sociais e cognitivos da variação, de que maneira a variação está encaixada na estrutura

SUMÁRIO



SUMÁRIO

linguística e na estrutura social; como a variação é adquirida; entre outros. Essas questões são abordadas a partir de dados de produção espontânea obtidos com metodologia específica. Também, a variação linguística tem sido estudada a partir da percepção dos falantes, em estudos de sociolinguistas e psicolinguistas, interessados na organização cognitiva da variação, nos correlatos sociais das variantes, no impacto da mudança linguística em progresso no conhecimento internalizado dos falantes, entre outros aspectos. Para Pisoni e Levi (2007, p. 7), a variabilidade deve ser levada a sério pois se trata de uma propriedade de todos os sistemas biológicos. Assim, tem sido demonstrada a importância de aspectos estruturais da variação e características sociais dos falantes no processamento da informação linguística (Connine, Ranbom e Patterson., 2008; Van Berkum *et al.*, 2008; Clopper, 2017; Hurring *et al.*, 2022; entre outros).

A variação linguística foi definida como a possibilidade de expressão de um determinado padrão linguístico através do uso de mais de uma forma. Para que a alternância entre diferentes formas se circunscreva ao conceito de variação linguística, é preciso observar dois aspectos: as formas alternam no mesmo contexto linguístico e são equivalentes semanticamente ou funcionalmente (Labov, 1966; Lavandera, 1978). Assim, tem sido observado em diferentes línguas que há diferentes maneiras de se produzir padrões sonoros, como, por exemplo, no português brasileiro, a altura da vogal pretônica em v[e]stido ~ v[i]stido, a realização do ditongo nasal átono final em viagem ~ viag[i], entre outros. Também se observa, no nível morfossintático, a possibilidade de realização variável de padrões de concordância verbal, como, no PB, a realização da forma verbal não marcada de terceira pessoa do plural com sujeito de 3ª. p. pl., alternando com a realização: Passa poucos ônibus nessa rua ~ Passam poucos ônibus nessa rua, entre outros. Ainda, a retomada anafórica de um referente com função de objeto pode ser expressa, no PB, através de um pronome lexical, como em “– Você encontrou a Sofia? – Sim, eu encontrei ela ontem de manhã”, um sintagma nominal:

SUMÁRIO

“– Sim, eu encontrei minha amiga ontem de manhã”, um objeto nulo (ou categoria vazia): “– Sim eu encontrei $\emptyset$ ontem de manhã” e a possibilidade menos provável no português brasileiro atual, um clítico: “Sim, eu a encontrei ontem”. Já há, portanto, um considerável conjunto de padrões variáveis estudados em diferentes línguas. Sobre o português brasileiro, desde o início dos anos 1980, têm sido desenvolvidas pesquisas nessa área¹. Esses fatos, observados e observáveis na produção linguística de falantes do PB, podem ser analisados diferentemente a depender da fundamentação teórica de que parte o analista.

A proposição inicial de Labov buscou situar a variação linguística no modelo de gramática vigente nos anos 1960, o da Gramática Gerativa, e, assim, a variação linguística recebeu o status de regra, portanto, regra variável, em contraposição à opcionalidade ou regra opcional do modelo gerativista. A diferença entre variação e opcionalidade reside na hipótese de que a variação não é aleatória, é inerente à gramática, e está sujeita à atuação de diferentes fatores estruturais e também sociais e cognitivos (Labov, 1994, 2001, 2010). Para Lightfoot (2000, p. 81-82), a proposição de Labov é claramente a de uma gramática biológica/psicológica que incorpora o conhecimento da variação que contém informação social e a probabilidade de uso das variantes. Desde a postulação do conceito de variação e a hipótese de uma gramática que contém heterogeneidades e que não é autônoma em relação aos usos e usuários, diferentes abordagens teóricas da variação linguística situam a variabilidade observada na fala a partir de seus pressupostos teóricos em função do respectivo conceito de linguagem/língua. As duas seções a seguir tratam especificamente da variação na Linguística Gerativa e na Linguística de Uso, também referida como Modelos Baseados no Uso ou Modelos de Exemplos. A última seção apresenta uma síntese dos conceitos desenvolvidos nas duas abordagens teóricas.

1

Indicamos algumas obras que buscaram abranger estudos conduzidos em diferentes modelos teóricos no Brasil: Votre e Roncarati (2008); Martins e Abraçado (2015); Marins, Orsini e Cavalcante (2021).

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

Como foi visto no Capítulo 1 deste volume (“A arquitetura da gramática”), a Linguística Gerativa está interessada em descrever e explicar como funciona a linguagem na mente do falante, mais especificamente, a Língua-I. Para tanto, precisa recorrer a testes de intuição do falante a fim de delimitar as propriedades dessa Língua-I. Além disso, como já explicitado no Capítulo 6 (“Aquisição da Linguagem”), o ser humano nasce com a capacidade da linguagem e a experiência linguística é a responsável pelo processo de aquisição de modo a sair do estágio zero da Gramática Universal e chegar a determinadas Línguas-I. O período crítico de aquisição é importante para que o indivíduo possa parametrizar uma determinada Língua-I; caso a criança seja impedida de ter a experiência linguística, não vai adquirir uma língua, como vemos em casos famosos na literatura. Nesse sentido, uma das perguntas a ser respondida pela Teoria Gerativa é o problema lógico da aquisição da linguagem, o Problema de Platão: como é possível que os seres humanos com pouca experiência no mundo sejam capazes de saber o que sabem? Para a teoria linguística, o Problema de Platão é uma questão para a aquisição da linguagem: como as crianças expostas a experiências linguísticas confusas, limitadas, desorganizadas conseguem chegar a um conhecimento linguístico estruturado? Como, a partir de um conjunto finito de regras, uma criança consegue gerar infinitos enunciados, inéditos, sem ser ensinada (ver Haegeman, 1994)?

Segundo Borges (2021), Chomsky (2005) aponta três fatores que interagem para determinar como funcionam as Línguas-I:

“1º. fator: a dotação genética, aparentemente uniforme na espécie humana, o tópico da GU. A carga genética interpreta parte do ambiente como experiência linguística e determina o percurso do desenvolvimento da faculdade



SUMÁRIO

de linguagem em direção às línguas-I. A interpretação do ambiente como experiência linguística constitui tarefa singular que a criança desempenha de modo reflexivo;

2º. fator: a experiência, que leva à variação, i.e., os dados linguísticos primários (do inglês, Primary Linguistic Data). Os dados linguísticos primários permitem a aquisição de língua e conduzem a variação dentro de um escopo bastante estreito;

3º. fator: princípios de arquitetura estrutural e de restrições sem domínio específico, isto é, princípios independentes da linguagem ou até mesmo do organismo. Dissociada de outras habilidades e capacidades cognitivas, a aquisição de uma língua-I baseia-se em restrições da GU e em princípios independentes da linguagem" (Borges, 2021, p. 3).

Nessa perspectiva, a gramática gerativa lida com a variação de uma maneira diferente das abordagens baseadas no uso: como vemos explicitado no 2º fator, a experiência linguística leva à variação, mas essa variação é entendida num escopo estreito. O que quer dizer isso? Quer dizer que a variação linguística é concebida como variação *interlinguística*: a experiência linguística diferente vai levar à parametrização de gramáticas diferentes, de Línguas-I diferentes. A Sociolinguística Variacionista, por exemplo, enxerga a variação como inerente à língua, é uma variação *intralinguística*.

A variação dentro da teoria gerativa é, portanto, concebida dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros: os princípios são universais, invariáveis, comuns a todas as línguas e os parâmetros são variáveis, o que distingue uma gramática de outra. A partir dos anos 1980 o interesse nos estudos de sintaxe comparativa ganhou corpo na agenda de pesquisa gerativista de modo a tentar responder "como é a arquitetura da gramática na mente do indivíduo", em diferentes frentes de pesquisa: na aquisição da linguagem, na sintaxe comparada, na mudança linguística, no contato linguístico, agora com a noção de Princípios e Parâmetros. A comparação entre as línguas se

faz fundamental para chegar não só aos Princípios Universais mas também aos Parâmetros de variação entre as línguas.

De fato, linguistas gerativistas começaram um grande trabalho de comparação entre as línguas e chegaram a descrever diversos parâmetros, tais como o Parâmetro da Direcionalidade do Núcleo (que determina se a língua é núcleo final ou inicial); o Parâmetro da Polissíntese (que determina se a língua é polissintética), o Parâmetro do Sujeito Nulo (que separa as línguas naturais entre as que permitem o sujeito não ser expresso e as que não permitem); entre outros. Especificamente no Brasil, as análises comparativas dentro do quadro teórico gerativista ganharam força com a associação entre a Teoria da Variação e Mudança e a Teoria de Princípios e Parâmetros, com os trabalhos de Tarallo (1987) e Tarallo e Kato (2007 [1989]²). Tarallo (1987), ao associar os pressupostos teórico-metodológicos da teoria gerativa e da Teoria de Variação e Mudança, fundou a área da “sociolinguística paramétrica” no Brasil, bem no início da Teoria de Princípios e Parâmetros, que é profícua até hoje. Cabe aqui explicarmos como se dá essa “harmonia trans-sistêmica”, nas palavras de Tarallo e Kato (2007 [1989]), e exemplificarmos com algumas análises comparativas.

Tarallo (1987) se baseia em três estudos sobre a ordem Verbo-Sujeito (VS) comparando três línguas românicas, a fim de testar uma propriedade associada ao Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN), a inversão livre. O autor mostra que o francês, apesar de ser negativamente marcada para o PSN, apresenta alguns contextos de ordem VS, mais restritos do que nas outras línguas românicas de sujeito nulo, como o espanhol e o português europeu. O francês permite VS quando há um desencadeador (casos de inversão locativa) (1) ou com o sujeito pesado (2):

2 Esse texto foi publicado originalmente em: TARALLO, Fernando; KATO, Mary. A. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. Preedição 5. Campinas, SP: Unicamp, 1989. Em 2007, o artigo foi republicado pelo periódico Diadorim (PPGLEV/UFRJ).



SUMÁRIO

- (1) a. **Au bout** de la rue brille une lumière. 'No fim da rua brilha uma luz'
- b. *Brille uma lumière au bout de la rue. 'Brilha uma luz no fim da rua'

- (2) a. Sont tenus de présenter d'excuse au professeur **tous les enfants qui ont été absents de l'école plus d'une demi-journée.**

'São obrigados a apresentar uma justificativa ao professor todos os alunos que estiveram ausentes da escola por mais de meio turno.'

- b. *Sont tenus de présenter d'excuse au professeur **tous les enfants**

"São obrigados a apresentar uma justificativa ao professor todos os alunos"

A partir desses resultados, o autor questiona: "até que ponto os resultados obtidos pela pesquisa variacionista permitem identificar uma redefinição do Parâmetro e um realinhamento de suas propriedades?" (Tarallo, 1987, p. 70). Tal questionamento vai ser refinado em seu texto com Mary Kato (Tarallo e Kato, 1989), em que eles demonstram como a associação dos dois modelos contribui para a análise da variação paramétrica. Podemos considerar a proposta de Tarallo e Kato (2007 [1989]) como um marco entre os estudos de variação no Brasil com o surgimento de uma nova linha de pesquisa em variação: a sociolinguística paramétrica. Nas palavras dos autores:

"Empreenderemos, sim, um novo caminho: aquele que resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro" (Tarallo e Kato, 1989 [2008], p. 16-17).

SUMÁRIO

Vemos aí que o poder explanatório da teoria gerativa ganha com as análises estatísticas, não só para dizer “o que pode ou o que não pode uma língua”, mas também para dizer “o que mais ocorre ou menos ocorre numa língua”. Agora, os resultados probabilísticos passam a ser interpretados relacionados a propriedades das gramáticas, a propriedades paramétricas. Para demonstrar o poder explanatório dos resultados probabilísticos, Tarallo e Kato (2007 [1989]) partem de trabalhos de variação (intralinguísticos) para mostrar como os resultados probabilísticos contribuem para saber as propriedades paramétricas das línguas. Em seguida, apresentam uma análise da ordem VS no PB em comparação com outras línguas românicas (interlinguísticos), a fim de demonstrar que o Parâmetro do Sujeito Nulo no PB é diferente das outras línguas de sujeito também por causa da ordem VS. Nas primeiras formulações sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo, acreditava-se que as línguas de sujeito nulo permitiam inversão livre do sujeito. Isso foi rebatido, entretanto, por dois fatos: (a) a descoberta do dialeto trentino, que apesar de não permitir sujeito nulo, admite a inversão livre do sujeito (Safir, 1982); (b) pela existência de línguas de sujeito nulo que não permitem a inversão livre do sujeito, como o PB. Tarallo e Kato (2007 [1989]) comparam os tipos de VS em cinco línguas: italiano, espanhol, trentino, francês e português e chegam à conclusão de que a ordem VS no PB é diferente das outras línguas românicas, incluindo aí o francês, e relacionam essa diferença ao fato de no PB os sujeitos pronominais serem preferencialmente preenchidos. Desse modo, as descrições sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo feitas até aquele momento não levavam em consideração as diferenças quantitativas entre o PB e as outras línguas de sujeito nulo que indicassem, por exemplo, que o PB se aproximava mais de línguas como o francês, por exemplo.

Antes de continuar, devemos ponderar aqui que o texto foi escrito em 1989 e desde então muito já se sabe sobre as diferenças entre PE e PB e muita pesquisa tem sido feita sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo; entretanto, vale mencionar a proposta de Tarallo e Kato

(2007 [1989]), justamente pela inovação nos estudos de variação (paramétrica). Ao contrário do que se pode pensar, a associação dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Gerativa e da Teoria de Variação e Mudança não se deu simplesmente em trazer para a Gramática Gerativa a metodologia da Sociolinguística Variacionista, mas sim em considerar que os parâmetros de variação entre as línguas podem incluir variação nas frequências de uso. De fato, Galves (1998) inclui na explicação sobre variação paramétrica a importância da frequência de uso:

“Desse ponto de vista, a gramática de uma língua é o estado de saber linguístico dos falantes que têm essa língua como língua materna. Por sua vez, esse saber corresponde a parametrização da faculdade da linguagem, ou Gramática Universal (GU). É dentro dessa visão de gramática que se coloca a Teoria Gerativa e a questão das diferenças das línguas. Duas Línguas-I serão consideradas diferentes se contêm na sua parametrização pelo menos um parâmetro fixado diferentemente. Quando isso ocorre, não só as duas gramáticas produzem enunciados diferentes, mas também atribuem a enunciados superficialmente idênticos (por exemplo no arranjo dos constituintes) estruturas diferentes” (Galves, 1998, p. 80).

Para a autora, essa variação paramétrica pode ser vista em três tipos de dados: (a) enunciados produzidos numa comunidade e reconhecidos como impossíveis, em absoluto ou com uma certa interpretação, na outra; (b) enunciados possíveis nas duas línguas, porém com frequências diferentes; e (c) enunciados possíveis nas duas línguas, mas com uma extensão diferente das restrições operando sobre eles. Podemos associar os itens (b) e (c) da proposta de Galves (1998) ao quadro teórico da Sociolinguística, com a importância da frequência de uso para determinar variação paramétrica e com a importância de controlar os condicionamentos sobre determinadas formas. Para a sintaxe gerativista, os “condicionamentos” seriam os contextos sintáticos para o aparecimento de uma determinada estrutura.

SUMÁRIO



Para exemplificar com uma diferença entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), tomemos o primeiro caso: os enunciados produzidos numa comunidade são reconhecidos como impossíveis em absoluto ou com uma certa interpretação na outra comunidade. PB e PE diferem no uso de pronomes em posição de objeto, como vemos nos exemplos em (3) a seguir, retirados de Galves (1998: 81-82). No PB, é possível aparecer um pronome nominativo na posição de objeto direto, como vemos em (3a); no PE, (3a) é agramatical, e, para haver um pronome nominativo como objeto direto, ele deve vir preposicionado, numa situação de redobro de clítico, como mostrado em (3b):

- (3) a. vi **ele** ontem na rua (PB)
b. vi-**o a ele** ontem na rua (PE)

Ocorre que esses enunciados não têm a mesma interpretação: o pronome lexical como objeto direto no PE é interpretado como foco contrastivo, como mostrado em (4a), ao passo que o pronome lexical na posição de objeto direto no PB tem interpretação neutra, tal qual o clítico acusativo (exemplo 4b) tem no PE:

- (4) a. vi-**o a ele** ontem na rua, mas não **a ela** (PE) (foco contrastivo)
b. vi-**o** ontem na rua

Essa diferença no uso do pronome lexical no PB e no PE pode indicar uma diferença paramétrica no sentido do tipo de pronome em cada uma das gramáticas: no PB, o sistema de clíticos é deficiente, uma vez que algumas formas (como o clítico acusativo de 3ª pessoa) não são adquiridas no processo de aquisição, mas são inseridas pela escolarização; assim, o pronome lexical no PB tem a mesma função que o clítico no PE. Podemos fazer o mesmo raciocínio para o pronome sujeito, vejamos os dados a seguir:

- (5) a. A Maria disse que Ø comprou o material escolar.
b. A Maria disse que **ela** comprou o material escolar.



Ambos os enunciados (5a) e (5b) são gramaticais tanto no PB quanto no PE; entretanto, eles têm interpretações diferentes: no PB, a categoria vazia na posição de sujeito de “comprou” em (5a) tem como referente “a Maria” preferencialmente e, marginalmente, um outro referente acessível no discurso, como, por exemplo, em resposta à pergunta “Você tem notícia da Ana?”; no PE o sujeito nulo de (5a) pode ter como antecedente “a Maria” ou um outro referente no contexto situacional. No caso do pronome pleno, em (5b), no PB, o referente é “a Maria”; no PE, o pronome pleno preferencialmente tem o antecedente no contexto situacional, o pronome correferente ao sujeito da matriz em (5b) tem uma leitura focalizada, como sendo “ela mesma”: “A Maria disse que ela mesma e não outra pessoa comprou o material escolar.” Mais uma vez, vemos que o pronome no PB e no PE tem interpretações diferentes.

Com relação à importância das frequências de uso para o estabelecimento de diferenças paramétricas, recorreremos às análises de Maria Eugênia Duarte sobre o sujeito nulo no PB. As análises de Duarte (1993; 1995; 2003; 2019; 2020; entre outras) apontam para a ocorrência de uma mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo no PB; daí a grande diferença não só na frequência, mas na interpretação da categoria vazia (em relação ao pronome expresso) entre o PB e o PE. Duarte tem analisado exaustivamente o sujeito nulo no PB, em amostras da fala e da escrita, sincrônicas e diacrônicas e em comparação com o PE, utilizando o quadro teórico da Sociolinguística Paramétrica³. Cabe aqui retomarmos alguns dos seus resultados e as conclusões a que a autora chega sobre a remarcação paramétrica. A título de exemplificação, vamos considerar a análise feita em Duarte (2019; 2020) e retomada em Duarte e Rezende dos Reis (2022) sobre as diferenças entre PB e PE. Duarte (2019; 2020) compara as amostras de fala do Rio de Janeiro e de

3

A linha de pesquisa aberta por Fernando Tarallo e Mary Kato tem dado muitos frutos com inúmeras pesquisas sobre a sintaxe do PB. Podemos citar Duarte (2012; 2016); Cyrino, Duarte e Kato (2000); e Barbosa, Duarte e Kato (2005).

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Lisboa, realizadas entre 2009 e 2010, associando a Teoria da Variação e Mudança com a Teoria de Princípios e Parâmetros. No cômputo geral, a amostra do PB apresentou 28% (input de 0,248) de sujeitos nulos para 67% (input de 0,756) na amostra do PE. A análise estatística selecionou três fatores linguísticos como significantes para o sujeito nulo: (a) o padrão sentencial; (b) o traço semântico do referente do sujeito nulo e (c) a estrutura de CP. Comentaremos aqui somente os dois primeiros grupos de fatores.

Os índices de sujeito nulo no PE são mais altos com o padrão estrutural 1, com ou sem c-comando, e 2, o que, segundo os autores, indica características de uma língua de sujeito nulo consistente. No PB, somente dois padrões foram favorecedores do sujeito nulo: o padrão 1 com c-comando e o padrão 2 com o referente em um período adjacente. Para Duarte e Rezende dos Reis (2022, p. 1875), esse resultado revela que o sujeito nulo no PB está mais relacionado a acessibilidade sintática do que a contiguidade. A associação entre o contexto sintático e os índices probabilísticos revela não só a diferença paramétrica entre PB e PE, mas também a diferença na natureza do sujeito nulo nas duas variedades.

Sobre a influência entre os traços semânticos dos sujeitos nulo no PB e no PE, os resultados mostram o peso do traço de [animacidade] na manutenção do sujeito nulo no PB: os índices mais altos de sujeito nulo no PB foram com os referentes [-animados] e [+/-específicos], com 58% para os sujeitos [-animado/-específico] e 42% para os sujeitos [-animado/+específico], o que revela que, segundo os autores, que o PB desenvolveu pronomes fracos com traço [-animado] (Kato, 1999). Os resultados do PE confirmam o comportamento do sujeito nulo em línguas como o italiano, ou seja, língua de sujeito nulo consistente (nos termos de Roberts e Holmberg, 2010).

Se considerarmos os trabalhos de M. E. Duarte sobre o sujeito nulo dentro da Sociolinguística Paramétrica, veremos mudança no controle das variáveis sintáticas e sociais, e também

SUMÁRIO

nas interpretações dos resultados estatísticos. Tal evolução nos estudos de variação também é possível, pois a noção de parâmetro foi mudando ao longo do tempo. Kato (2002) aponta que a noção de parâmetro começa sendo vinculada à noção de princípio, isto é, os princípios são inatos e pertencem ao estágio zero (S_0) da gramática, e os Parâmetros são opções binárias e estão, de certo modo, presentes na faculdade da linguagem, e o período de aquisição seria o período de maturação de um determinado parâmetro para ser marcado como positivo ou negativo. Entretanto, começa a haver problemas nessa associação na medida em que determinadas línguas poderiam violar um determinado princípio. Como exemplo, Kato (2002) traz o Princípio de Projeção Estendido (EPP), que seria “violado” pelas línguas de sujeito nulo. Com o avançar da teoria gerativa, os parâmetros começaram a ser associados ao léxico: o *locus* da variação linguística sai da sintaxe e vai para o léxico, mas não o léxico como um todo, pois assim as línguas poderiam variar de forma infinita, o que tornaria o processo de aquisição da linguagem uma tarefa para uma vida inteira. O tratamento da variação dentro do Programa Minimalista passou a ser conhecido como a conjectura Borer-Chomsky, segundo Baker (2008, p. 2): “todos os parâmetros de variação são atribuíveis a diferenças nos traços de itens específicos (por exemplo, núcleos funcionais) no léxico”⁴. Desse modo, o *locus* da variação passa para as especificações de categorias funcionais do léxico e onde esses traços são interpretados, e a mudança linguística – entendida como mudança paramétrica – passa a ser uma mudança num item lexical. Por exemplo, o EPP deixa de ser um princípio e passa a ser um traço associado à categoria T(ense) finita⁵.

Essa visão ganhou em poder explanatório, pois os trabalhos têm se voltado para as características microparamétricas de

4 No original: “The Borer-Chomsky Conjecture: All parameters of variation are attributable to differences in the features of particular items (e.g., the functional heads) in the lexicon.”

5 Para saber mais sobre as diferenças entre as línguas de sujeito nulo e de sujeito não nulo, veja-se D'Alessandro (2015).



SUMÁRIO

variedades da mesma língua. Assim, Baker (2008) propõe parâmetros de amplo alcance, como os macroparâmetros, que agrupam as línguas do mundo em classes tipológicas. Por exemplo, o que poderia ser considerado uma diferença entre dois parâmetros na visão clássica de Princípios e Parâmetros, como a direcionalidade do núcleo, pode ser considerada uma diferença macroparamétrica. Segundo Baker (2008), na visão macroparamétrica, a diferença na ordem V-NP e P-NP, em contraste com NP-V e NP-P, poderia ser explicada em termos de diferenças macroparamétricas, e não diferenças relacionadas a dois parâmetros distintos (como era no modelo clássico). Desse modo, conforme Baker (2008) comprova, poderíamos achar o maior número de línguas consistentes do que inconsistentes; a saber, a direcionalidade do núcleo V(erbo) segue a direcionalidade do núcleo P(preposição). E Baker (2008) demonstra isso com a diferença na tipologia de línguas, exemplificando com os dados do *The World Atlas of Language Structures* (WALS), de Dryer (2005, *apud* Baker, 2008). Vejamos os exemplos em (6), retirados de Baker (2008), que mostram que o número de línguas consistentes (a e b) é bem superior ao número de línguas inconsistentes (c e d), com relação à direcionalidade do núcleo.

- (6) a. V-O e P-NP → 417 línguas
b. O-V e NP-P → 427 línguas
c. V-O e NP-P → 38 línguas
d. O-V e P-NP → 101 línguas

De fato, Baker (2008) vai argumentar por uma visão macroparamétrica, ou seja, o mesmo parâmetro está relacionado com a posição do núcleo V e do núcleo P. As línguas inconsistentes podem ser explicadas por variação microparamétrica. Sobre as diferenças microparamétricas, Baker (2008) afirma que as análises comparativas são feitas entre variedades da mesma língua, que se diferenciam por pequenas diferenças no inventário lexical ou na organização

categorial, pois as diferenças microparamétricas são diferenças em pequena escala, entre algumas construções relacionadas.

Para Ambar (2008), as diferenças microparamétricas entre PE e PB, por exemplo, também podem ser encontradas em línguas não relacionadas geneticamente. Nas palavras de Ambar (2008, p. 175-176):

“Isso converge com as descobertas de Kayne (2005). Para Kayne, diferentes configurações de microparâmetros definem diferenças entre dialetos intimamente relacionados, como o português europeu versus o brasileiro. Mas, como o próprio Kayne observa, o mesmo parâmetro sintático que explica as diferenças entre pares de línguas intimamente relacionados também pode explicar as diferenças entre pares de línguas completamente não relacionados. Além disso, os efeitos superficiais de tal parâmetro podem se apresentar de maneiras dramaticamente diferentes devido a interações com outras propriedades. Por outro lado, Kayne sugere que diferenças aparentemente em larga escala entre línguas — macroparâmetros — podem, em última análise, reduzir-se a ‘diferenças produzidas pelos efeitos aditivos de algum número de microparâmetros’ (Kayne 2005: 10). Essas considerações levam Kayne (2005: 10) a conjecturar que “cada parâmetro é um microparâmetro”⁶ (Ambar, 2008, p. 175-176).

Como podemos ver pelo trecho retirado de Ambar (2008), há uma convergência dentro da gramática gerativa no sentido de considerar variação na *mesma* língua, se considerarmos que diferenças

6 No original: “This converges with the findings of Kayne (2005). For Kayne, different settings of micro-parameters define differences between closely related dialects such as European versus Brazilian Portuguese. But, as Kayne himself notes, the same syntactic parameter that accounts for differences between closely related pairs of languages might also account for differences between completely unrelated pairs of languages. Moreover, the surface effects of such a parameter might present themselves in dramatically different ways due to interactions with other properties. Conversely, Kayne suggests that apparently large-scale differences between languages—macro-parameters— may ultimately reduce to ‘differences produced by the additive effects of some number of micro-parameters’ (Kayne 2005:10). These considerations lead Kayne (2005:10) to conjecture that ‘every parameter is a micro-parameter.”



SUMÁRIO

microparamétricas constituem diferenças entre dialetos. De um modelo teórico sempre lembrado pelo “falante ouvinte-ideal” e pela homogeneidade da língua (Chomsky, 1965), a Teoria Gerativa passa a considerar a variação, não só como diferenças entre línguas mas também diferenças na mesma língua. Isso não pode significar, entretanto, a dissociação da Teoria de Variação e Mudança, pois o aparato da variação para quantificar os dados é essencial para determinar diferenças paramétricas ou microparamétricas.

Dessa apresentação, ficamos com a proposta visionária de Tarallo (1987) e Tarallo e Kato (2007 [1989]), quando ainda no início da Teoria de Princípios e Parâmetros. O grande trabalho de comparação entre as línguas empreitado pelos linguistas gerativistas acabou por gerar mudanças na teoria ao ponto de refinar as análises sobre variação linguística. As consequências disso podem ser vistas também nos trabalhos em sintaxe diacrônica, principalmente nos estudos que lidam com mudança paramétrica.

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

A abordagem da Linguística Baseada no Uso situa a variação linguística de maneira diferente de sua concepção original nos anos 1960. No modelo de Weinreich, Labov e Herzog (1968), a variabilidade incorporada ao conhecimento linguístico abstrato é aquela relacionada à alternância de formas no mesmo contexto linguístico, equivalentes semântica ou funcionalmente e que pode estar relacionada à mudança linguística em progresso ou pode ser variação estável, sujeita à atuação conjunta de fatores linguísticos, sociais e cognitivos (Labov, 1994; 2001; 2010). Na Linguística de Uso, ou Modelo de Exemplos, a variabilidade também integra o



SUMÁRIO

conhecimento linguístico do falante, é nuclear e não periférica ao sistema (Pierrehumbert, 1994; Bybee, 2023), tem caráter representacional, isto é, está representada, não é gerada por regras, e se refere a toda e qualquer variabilidade observada na fala (ou no uso) que faz parte da experiência do falante com a língua, além daquela capturada no conceito de variação sociolinguística.

A variabilidade, na Linguística de Uso, engloba qualquer detalhe fonético, incluídos os relacionados às variáveis fonológicas da Sociolinguística, até as chamadas informações sonoras imprevisíveis, como as que indicam oposição distintiva na língua. Essa hipótese se sustenta em diferentes evidências de estudos psicolinguísticos (Cristófaró Silva; Gomes, 2020, p. 17-18), como, por exemplo, o fato de que os falantes utilizam pistas acústicas diferentes em suas respectivas línguas para processar oposições distintivas que poderiam ser caracterizadas como envolvendo o mesmo traço, de acordo com a abordagem da Fonologia Gerativa (Flege; Hillenbrand, 1986). As representações também incluem o detalhe fonético redundante, não relacionado à variação linguística, previstos contextualmente ou não, como, por exemplo, o VOT (*voice onset time*) – tempo transcorrido entre a soltura dos articuladores e o início da vibração das pregas vocais para a produção do som seguinte, que diferencia as oclusivas desvozeadas *p*, *t*, *k*, em onset simples em início de palavras no inglês, produzidas categoricamente com uma aspiração, [p^h]ie *pie* (torta), [t^h]oo *too* (também), [k^h]ore *core* (núcleo), resultante do início do vozeamento consideravelmente mais tarde (*long-lag* – vozeamento tardio), das produzidas no português brasileiro, que podem até ser aspiradas, como em [p^h]ia *pia*, mas não categoricamente. Para Pierrehumbert (1999), essa especificidade do detalhe fonético difere falantes nativos de diferentes línguas. Portanto, é adquirida e integra o conhecimento internalizado da língua.

A variabilidade também pode estar relacionada à competição de padrões emergentes das relações de similaridade sonora e semântica simultâneas das representações lexicais organizadas

SUMÁRIO

em redes de conexões, resultando em padrões morfológicos que diferem em frequência de tipo e frequência de ocorrência em uma língua, e que podem levar a mudanças analógicas como, por exemplo, a regularização da forma de passado do verbo *dormir* em inglês (*to dream*: dreamt > dreamed), ou alternâncias observadas em diferentes línguas e também no PB, como *degraus* ~ *degrais*, *guardiães* ~ *guardiões*. Segundo Rácz *et al.* (2015), porque os indivíduos têm experiências linguísticas distintas, podem conhecer diferentes palavras, conseqüentemente, a propensão em analisar itens lexicais como complexos ou a probabilidade de abstrair padrões gerais no léxico, para criar novas formas, ocorrem em função dos seus respectivos léxicos. Sendo assim, uma vez que muitos fatores cognitivos, linguísticos e sociais atuam para influenciar os tipos de generalizações morfológicas disponíveis para os indivíduos e quais vão selecionar para uso, então, existe uma variabilidade individual e social considerável no conhecimento morfológico e seu uso. Em outras palavras, muito embora os indivíduos falantes de uma mesma variedade utilizem os mesmos mecanismos cognitivos inatos, as inferências de padrões podem ser diferentes, resultando em mais variabilidade, devido às distintas experiências individuais e sociais com a língua. De acordo com o modelo, a alternância observada na fala pode ser atribuída a acesso e seleção lexical e à competição entre padrões morfológicos que emergem no léxico. Especificamente, no caso dos exemplos anteriores de nomes do PB e de formas coletadas em fala espontânea, como *museis* (~ museus), *européis* (~ europeus), *shois* (~ shows), *réis* (~ réus), *sóus* (~ sóis), *vogaus* (~ vogais), *incríveus* (~ incríveis), *painéus* (~ painéis), *refius* (~ refis), estudos sobre a alternância de plural de formas no singular de nomes terminados no ditongo oral **Vw** (*cacau*, *véu*, *voga[w]*, *pape[w]*) têm mostrado o efeito de frequência de tipo (padrão) de plural no léxico, sendo o padrão *-is* o mais frequente das palavras terminadas no ditongo oral, frequência de ocorrência do item lexical, e de propriedades formais como o tamanho do item lexical e a vogal núcleo do ditongo. Tanto a frequência de tipo quanto a frequência de uso estão relacionadas

SUMÁRIO

ao âmbito cognitivo. A maior frequência de uso reforça as representações de elementos linguísticos na memória dos indivíduos com consequências na ativação e processamento de formas, categorias e construções. A frequência com que uma palavra é usada tem relação com sua força lexical, já que tem sido mostrado que itens mais frequentes tendem a ter representação mais forte e são menos sujeitos à ação de mecanismos analógicos. Por outro lado, itens com frequência de uso alta tendem a ser os primeiros atingidos nas mudanças sonoras com motivação fonética, uma vez que esta se implementa na produção propriamente dita. Já a frequência de tipo diz respeito à quantidade de itens em que um determinado padrão estrutural, seja fonológico, morfossintático ou sintático, ocorre. A produtividade de um padrão linguístico tem relação com sua frequência de tipo.

Assim, tem sido observado, em falantes com nível universitário, que a maior tendência de alternância é a expressão da marca morfológica de plural na direção da realização com *-is* (*museis, europeis*) do que com *-s* (*painéus, refius*), em palavras de baixa frequência de ocorrência (*sóus*) do que muito frequentes (*shois*). O efeito de propriedades formais foi observado em situação experimental com produção de plural a partir de pseudopalavras, de maneira que há maior tendência de *-is* em palavras de mais de uma sílaba do que em monossílabos e a menor tendência de ocorrência de *-is* em nomes com vogal núcleo [e]. Já em falantes de baixa escolaridade, alunos de EJA, foi observada tendência na direção de *-s* e ausência de efeito da vogal núcleo (Huback, 2007; Amaral, 2021). Enfim, a situação observada para o PB, que tem recebido o status de variação linguística, condicionada por fatores linguísticos, sociais e cognitivos, é o resultado, segundo Rácz *et al.* (2015), da interação complexa entre as capacidades de aprendizagem e generalização, efeitos de frequência e suas consequências cognitivas e a dinâmica social, isto é, a experiência com a língua, que moldam a emergência, a produção e a evolução de padrões morfológicos nas línguas humanas.

SUMÁRIO

Ainda, de acordo com os Modelos Baseados no Uso, o conhecimento linguístico do adulto resulta em um conjunto de construções de diferentes níveis de abstração, esquematicidade e tamanho, emergentes da interação entre o aparato cognitivo do indivíduo e a experiência com a língua. A estrutura é entendida como uma rede de construções em diferentes níveis de abstração, organizadas em função de relações de similaridade.

Com relação à variação sintática, para Hilpert (2014, p. 79-207), no âmbito da Linguística de Uso, são tipos de variabilidade a situação em que uma mesma construção pode apresentar um conjunto de diferentes significados (p. ex., *John's book* (o livro de John) – posse, *John's neighbor* (o vizinho de John) – contiguidade espacial) ou, ainda, a possibilidade de um padrão formal abstrato ser realizado de diferentes formas, como as diferentes configurações sintagmáticas que um Sintagma Nominal pode ter (*saída, minha blusa, todos os meus amigos, a caneta que vazou*, etc). Nesta seção, conforme mencionado anteriormente, a concepção de variabilidade ou variação desenvolvida, no nível sintático, é a que considera a possibilidade de equivalência semântica entre as construções que ocorrem em um mesmo contexto linguístico e comunicativo e como parte do funcionamento da gramática, do conhecimento linguístico do falante, estando, portanto, condicionada por fatores linguísticos, sociais e discursivos. Como qualquer outra variável de qualquer nível linguístico, as variantes de uma variante sintática podem ou não indexar características sociais do falante, no e do contexto comunicativo.

Então, uma questão que se coloca em relação à alternância entre construções é relativa à similaridade semântica entre as construções. Na concepção de variação da Sociolinguística, há equivalência ou similaridade semântica entre variantes de qualquer nível linguístico, um requisito fundamental para a identificação de variantes de uma mesma variável linguística. Se há ou houve mudança, há ou houve variação, segundo Labov, então, de fato, há ou houve a situação em que as formas em competição estão em equivalência

SUMÁRIO

semântica, quer seja na concepção de alternância de formas em uma mesma gramática, como na Sociolinguística, quer seja na proposta de competição de gramáticas, na proposta gerativista de Kroch (2005), por exemplo, ou mesmo em abordagem funcionalista (Mithoun, 2003)⁷. No entanto, a abordagem da alternância ou variabilidade de construções no nível sintático tem recebido interpretações opostas. Por exemplo, na alternância entre uma construção de objeto duplo, como em *Pede seu pai a mesada*, e a construção dativa preposicionada *Pede a mesada pro seu pai*, autores com orientações teóricas distintas se posicionam ou favor ou contra a equivalência semântica das construções. Para Pinker (1989) e Goldberg (1992), por exemplo, a construção preposicionada no inglês expressa um movimento causado – agente causa um tema se mover ao longo de um caminho ou objetivo (*John gave the book to Mary*), ao passo que a construção de objeto duplo expressa posse causada (*The noise gave Terry a headache*). Já para Larson (1988) e Bresnan *et al.* (2007), ambas as construções podem expressar o mesmo significado. Bresnan *et al.* (2007) apresentam evidências empíricas sobre o inglês em que ambos os significados podem ser expressos pelas duas construções alternativamente ou variavelmente, sendo condicionadas por fatores como tamanho dos argumentos internos, grau de acessibilidade no discurso entre outros, de maneira que os diferentes critérios competem, não são excludentes entre si, contribuindo para as tendências observadas no uso. Também no PB, ambas as construções, juntamente com a construção de objeto duplo não canônica (*pede um comprovante Ø ele*), têm recebido tratamento no âmbito da variação linguística (Gomes, 2003), sendo, portanto, consideradas equivalentes semanticamente, e estão sujeitas à atuação de fatores como tamanho dos constituintes e informatividade discursiva (informação nova, dada). No âmbito da Linguística Cognitiva,

7 Sobre a questão da equivalência sintática, para Duarte (2015, p. 87), os primeiros estudos desenvolvidos pelo Grupo PEUL (estratégias de relativização, realizações do acusativo anafórico, concordância nominal), a partir do final da década de 1970, "teriam sido suficientes para que os brasileiros contestassem as restrições de Lavandera (1978) sobre os limites de uma variável sintática".

SUMÁRIO

De Smet *et al.* (2018) defendem, de acordo com a abordagem da Sociolinguística Variacionista, que há variação no conhecimento linguístico armazenado, e especificamente no nível das construções. Segundo os autores, os falantes têm à disposição diversas maneiras de dizer aproximadamente a mesma coisa, de maneira que construções em competição não necessariamente têm significados idênticos, mas seus significados são suficientemente próximos, levando à alternância, ou variação no sentido laboviano, entre as construções e explicando, assim, o processo de mudança, sua implementação e conclusão. A questão da equivalência semântica precisa, então, ser abordada e avaliada empiricamente, seja em dados de produção espontânea ou mesmo experimentalmente, não tratada como um postulado definitivo, pois se, de um lado, há, para os falantes de uma língua, o estabelecimento de relações de semelhança semântica entre formas diferentes, de outro, também nem toda alternância entre formas satisfaz as condições para serem consideradas como uma variável sociolinguística.

Ainda sobre a possibilidade de equivalência semântica e tratamento de variação linguística de alternâncias sintáticas, as orações relativas oferecem uma boa oportunidade para serem observadas semelhanças, com base em aspectos cognitivos, e diferenças, relacionadas a especificidades das línguas e, portanto, da experiência dos falantes com o ambiente linguístico, com base nos pressupostos da Linguística de Uso. Dados de aquisição do português brasileiro constituem evidência importante para a reflexão sobre a abordagem do conceito de variação sociolinguística de acordo com os pressupostos da Linguística de Uso.

As orações relativas participam de construções complexas, constituídas de duas proposições ou mais, já que não há, a princípio, limite para o número de proposições. São formadas por uma oração que constitui uma proposição a cerca de um sintagma nominal, como em [*Meu sobrinho [que não gosta de sair de casa] viajou no Carnaval*] em que a oração relativa *que não gosta de sair de casa*

SUMÁRIO

apresenta informação sobre o sintagma nominal ao qual se vincula, o antecedente. Na literatura sobre as relativas, no âmbito dos Modelos Baseados no Uso, especificamente em estudos de aquisição, há evidências de que o desenvolvimento e domínio dessas estruturas pelas crianças é gradual, iniciando com estruturas denominadas de amálgamas (*That's my doggy [turn around]* ("Esse é o meu cachorrinho que se vira"), *Esse é o meu cachorro [foi dormir]*), que se desenvolvem para relativas apresentativas (*Esse é o cachorro [que foi dormir]*), formada por verbo copular e apresentando um evento que poderia ser expresso em uma única oração, até chegarem nas relativas correspondentes às usadas na variedade da língua. Diessel e Hilpert (2016) também afirmam que relativas com alta frequência de tipo, consequência da similaridade estrutural da relativa com as sentenças simples da língua, são adquiridas mais rapidamente, sendo sua representação mais robusta e acessível. Portanto, frequência de uso e frequência de tipo da estrutura têm papel na emergência de relativas na fala das crianças e, portanto, constituem parte da explicação na variabilidade de aquisição dessas estruturas em diferentes línguas. Há evidências de que as crianças adquirem primeiramente as relativas com maior frequência de ocorrência na língua, em geral, começando pelas relativas de sujeito antes das de objeto direto, como no inglês e no alemão. Crianças adquirindo o inglês apresentaram acurácia mais alta, em relação aos demais tipos de relativas, na repetição de relativas de sujeito, que são mais frequentes e mais semelhantes às sentenças simples em função da ordem SVO. No entanto, dados de produção espontânea de crianças adquirindo o hebraico (2;6 – 6;3) mostram predominância de relativas de objeto sobre as de sujeito, refletindo a distribuição observada na fala direcionada à criança (*Child Direct Speech*), assim como observado na aquisição do cantonês (ver Kidd, 2011).

Com relação às relativas com termo relativizado preposicionado, no português brasileiro, segundo Tarallo (1983), há três variantes: *Encontrei o amigo de quem mais gosto* (relativa preposicionada)

SUMÁRIO

~ *Encontrei o amigo que mais gosto* (relativa cortadora) ~ *Encontrei o amigo que mais gosto dele* (relativa copiadora). Tarallo (*op. cit.*) e Mollica (1977) detectaram um avançado processo de mudança no PB, de maneira que se observa que, na fala espontânea, as relativas com termo relativizado preposicionado foram substituídas pelas relativas cortadoras, havendo poucos casos de relativas copiadoras. O contato com a relativa preposicionada se dá principalmente a partir do ensino escolar e da sua ocorrência na escrita formal. Já na expressão das relativas de sujeito e objeto direto, cujos termos relativizados não são introduzidos por preposição, as variantes são: *Encontrei o livro que você procurava ontem* ~ *Encontrei o livro que você procurava ele ontem* (copiadora). Em relação às relativas de sujeito e de objeto não há mudança em curso e as copiadoras são de baixa ocorrência na fala. Em Abreu (2013, 2019), há evidência de dados de produção espontânea que seguem o padrão desenvolvimental de amálgama > relativas apresentativas > relativas da comunidade de fala, estas últimas somente nas crianças entre 4;1 e 5;1, com predominância de relativas de sujeito, seguidas das relativas de objeto e ocorrência de poucas relativas cortadoras, distribuição também relacionada à observada na fala. Resultados de dados de produção controlada de relativas de diferentes tipos estruturais, através de tarefa de repetição de estímulos com relativas apresentativas, mostraram alta acurácia das crianças entre 4;0 e 7;0 na repetição de relativas de sujeito e de objeto direto. Nos demais tipos, relativas com complemento interno preposicionado e genitivas, houve baixa acurácia das variantes preposicionadas, porém alta acurácia na repetição das respectivas variantes cortadoras. Com relação à compreensão de relativas, embora tenha sido observado aumento de acurácia em função da faixa etária, as crianças de 3;0 a 6;11 apresentaram alta acurácia na compreensão de relativas de sujeito (acima da chance), porém baixa acurácia em relação às de objeto direto, incluindo as mais velhas. Com relação às relativas cortadoras e com complemento relativizado preposicionado, observou-se alta acurácia somente nas crianças entre 5;0 e 6;11. A alta acurácia de compreensão dos estímulos com as relativas

SUMÁRIO

preposicionadas, de baixíssima ocorrência na fala, e ainda sem uma apresentação sistemática na escola, dada a idade das crianças, pode ser explicada a partir de mecanismos cognitivos e do efeito da frequência de tipo. Segundo a autora, a variante cortadora apresenta uma relação de semelhança estrutural com uma oração simples, do tipo **que** (complementizador) **Sujeito Verbo Objeto nulo**⁸, este também altamente frequente no PB. As cortadoras servem de base para o mapeamento da relativa preposicionada, havendo o estabelecimento de relação de similaridade semântica entre as duas variantes. Assim, o comportamento observado das crianças fornece evidências de que há equivalência semântica entre diferentes construções, de que exemplares armazenados e abstrações estabelecidas servem de base para o mapeamento de estruturas não conhecidas ou não ouvidas anteriormente, de mapeamento de similaridade estruturais e do efeito de frequência de tipo e de ocorrência.

Conforme desenvolvido nesta seção, foram desenvolvidos os pressupostos dos Modelos Baseados no Uso relativos à variabilidade no conhecimento linguístico do falante. Como foi possível demonstrar, a Linguística de Uso fornece uma modelagem que possibilita dar conta também da variação linguística conforme postulada na Sociolinguística no conceito de heterogeneidade sistemática, inerente ao sistema linguístico.

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA LG E NA LBU: UMA SÍNTESE

Neste capítulo, foram apresentadas diferentes abordagens da variação linguística na Linguística Gerativa e na Linguística Baseada

8

Essa interpretação do *que* em cortadoras como complementizador está em Tarallo (1993). Remetemos também à revisão dessa proposição em Kato (1993) e Kato e Nunes (2014).

no Uso, procurando apontar e desenvolver os principais aspectos que situam o conceito em cada um dos modelos teóricos.

De acordo com a visão gerativista, a noção de variação linguística tem sido refinada ao longo do tempo, acompanhando a própria evolução dos estudos gerativistas. Basicamente, a variação linguística na perspectiva gerativista lida com diferenças paramétricas entre as línguas, preconizando a comparação. No Brasil, Tarallo e Kato (2007 [1989]) associaram os pressupostos teóricos da Teoria Gerativa com os da Teoria de Variação e Mudança, fundando uma nova área dos estudos em variação: a Sociolinguística Paramétrica. Tal associação é justificada pelos autores pela necessidade de trazer para as análises teóricas dados quantitativos, que podem revelar características das Línguas-I envolvidas na variação. Com o avançar dos estudos gerativistas, a noção de parâmetro foi ganhando nova roupagem até chegarmos ao estágio atual, em que temos a noção de micro e macroparâmetro⁹. Tal diferenciação espelha que a variação linguística está relacionada a categorias funcionais do léxico, e pode revelar situações de diferenças dialetais.

Já de acordo com a abordagem da Linguística de Uso, o conhecimento linguístico é emergente da interação entre mecanismos cognitivos gerais inatos e a experiência com a língua, e a variabilidade, incluindo a variação linguística no sentido laboviano, é nuclear e tem *status* representacional. Ao postular a relação entre experiência do falante com a língua e mecanismos cognitivos de domínio geral, a modelagem da Linguística de Uso permite acomodar aspectos do tratamento da variação no âmbito da Sociolinguística laboviana, como condicionamentos de natureza estrutural, social e cognitiva, conforme pôde ser observado nos estudos de caso relacionados à alternância na marcação morfológica de plural e à aquisição de orações relativas do PB, mencionados na seção anterior. Da proposição original da Sociolinguística, para a ciência linguística, de



uma concepção de gramática que incorpora a heterogeneidade, isto é, a variabilidade, para a modelagem da Linguística de Uso, as muitas evidências das pesquisas nas diferentes áreas e as que integram os dois modelos têm contribuído para o entendimento da natureza do conhecimento da linguagem humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Cristina Baptista de. **Aquisição de Orações Relativas no Português Brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ), 2013.

ABREU, Ana Cristina Baptista de. **Processamento de orações relativas na aquisição do português brasileiro em contexto de input variável**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. (UFRJ), 2019.

AMARAL, Thiago Lucius Alvarez. **Variação do plural de nomes do PB terminados em ditongo oral decrescente (Vw): uma abordagem no modelo de exemplares**. 2021. 98 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

AMBAR, Manuela. On some special adverbs, word order, and CP: Variation vs. micro-variation. **Canadian Journal of Linguistics / Revue canadienne de linguistique**, 53, 2/3, p. 143-179, 2008.

BAKER, Mark. The macroparameter in a microparametric world. In: BIBERAUER, Theresa. (ed.). **The limits of syntactic variation**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 351-74.

BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; KATO, Mary. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, n. 2, p. 11-52, 2005.

BIBERAUER, Theresa; ROBERTS, Ian. The Clausal Hierarchy, Features and Parameters. In: SHLONSKY, Uri (ed.). **Beyond functional sequence: The cartography of syntactic structures**, Volume 10. Oxford: Oxford University Press, 295-313, 2015.

BORGES, Humberto. Variação e mudança linguística na perspectiva da Gramática Gerativa. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 4, e470, 2021.



SUMÁRIO

BRESNAN, Joan *et al.* Predicting the dative alternation. *In*: Bouma, Gerlof; Krämer, Irene; Zwarts, Joost (orgs.). **Cognitive foundations of interpretation**. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Science, 2007, p-69–94.

BYBEE, Joan. What is Usage-Based Linguistics? *In*: DIAZ-CAMPOS, Manuel; BALASH, Sonia (irgs.). **The Handbook of Usage-Based Linguistics**. New Jersey: Wiley-Blackwell. 2023, p. 7-29.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax** (The 50th anniversary edition). Massachusetts: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. Three factors in language design. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005.

CLOPPER, Cynthia. Dialect interference in lexical processing: Effects of familiarity and social stereotypes. **Phonetica**, v. 74, n. 1, p. 25-59, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1159/000446809>

CONNINE, Cynthia M.; RANBOM, Larissa J.; PATTERSON, David J. Processing variant forms in spoken word recognition: The role of variant frequency. **Perception & Psychophysics**, v. 70, n. 3, p. 403–11, 2008. DOI: 10.3758/pp.70.3.403

CRISTÓFARO SILVA, Thaís; GOMES, Christina Abreu Fonologia na perspectiva dos Modelos de Exemplos. *In*: GOMES, Christina Abreu (org.). **Fonologia na perspectiva dos Modelos de Exemplos**: para além do dualismo natureza/cultura na ciência linguística. São Paulo, Contexto, 2020. p. 37-56,

CYRINO, Sonia; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; KATO, Mary. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. *In*: KATO, Mary; NEGRÃO, Esmeralda (eds.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Frankfurt: Vervuet-Iberoamericana, 2000. p. 55-73.

D'ALESSANDRO, Roberta. Null Subject. *In*: FÁBREGAS, Antonio; MATEU, Jaume; PUTNAM, Michael (eds.). **Contemporary Linguistic Parameters**. London: Bloomsbury Press, 2015. p. 201-226.

DE SMET, Hendrik; D'HOEDT, Frauke; FONTEY, Lauren; VAN GOETHEN, Kristel. The changing functions of competing forms: Attraction and differentiation. **Cognitive Linguistics**, v. 29, n. 2, p. 197-234. Disponível em: https://pure.manchester.ac.uk/ws/portalfiles/portal/70129362/the_changing_functions_of_competing_forms_final.pdf

SUMÁRIO

DISSEL, Holger; HILPERT, Martin. Frequency effects in grammar. *In*: ARONOFF, Mark (ed.), **Oxford Research Encyclopedia of Linguistics**. Nova York: Oxford University Press, 2016. p. 1-23.

DIESEL, Holger; TOMASELLO, Michael. A new look at the acquisition of relative clauses. **Cognitive Linguistics**, v. 81, n. 4, p. 882-906, 2005. DOI: DOI: 10.1353/lan.2005.0169. Acesso em: 22/05/2011.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português brasileiro. *In*: ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa. (orgs.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. **A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro**. 1995. 149 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1995.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. *In*: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugenia Lammoglia (org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 115-128

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (org.). **O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos**. São Paulo: Parábola, 2012.

Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. Avanços no estudo da mudança sintática associando a Teoria da Variação e Mudança e a Teoria de Princípios e Parâmetros. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 57, p. 85-111, 2015.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Sociolinguística "Paramétrica". *In*: MOLLICA, M. C; RFERRAREZI JR, C. (orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 33-44.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. O sujeito nulo referencial no português brasileiro e no português europeu. *In*: GALVES, Charlotte; KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (orgs.) **Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2019, p. 93-126.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. A remarcação em curso no valor do parâmetro do sujeito nulo. **CUADERNOS DE LA ALFAL**, Bogotá, Colômbia, v. 12, p. 71-99, 2020.



SUMÁRIO

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; REZENDE DOS REIS, Eduardo Patrick. Por uma Sociolinguística Românica "Paramétrica" – relendo Tarallo 1987 e virando a página. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 30, n. 4, p. 1855-1895, 2022.

FLEGE, James Emil.; HILLENBRAND, James M. Differential Use of Temporal Cues to the /s/-/z/ Contrast by native and non-native speakers of English. **Journal of Acoustical Society of America**, v. 72, n. 2, p. 508-517, 1986.

GALVES, Charlotte. A gramática do Português Brasileiro. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, n. 1, p. 79-96, 1998.

GOLDBERG, Adele. E. The inherent semantics of argument structure: The case of the English ditransitive construction. **Cognitive Linguistics**, v. 3, n. 1, p. 37-74, 1992. Doi: 10.1515/cogl.1992.3.1.37.

GOMES, Christina Abreu. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (orgs.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2003. p. 81-96.

HAEGEMAN, Liliane. **Introduction to Government and Binding Theory**. Oxford: Blackwell, 1994.

HILPERT, Martin. **Construction Grammar and its application to English**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

HUBACK, Ana Paula Silva. 2007. 318f. **Efeito de frequência nas representações mentais**. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

HURRING, Gia *et al.* Social priming in speech perception: Revisiting kangaroo/kiwi priming in New Zealand English. **Brain Science**, v. 12, n. 6, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/brainsci12060684>

KATO, Mary. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: Homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

KATO, Mary. A evolução na noção de parâmetros. **D.E.L.T.A.**, v. 18, n. 2, p. 309-337, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502002000200006>

SUMÁRIO

KATO, Mary. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. **PROBUS**, v. 11, p. 1-37, 2009.

KATO, Mary; NUNES, Jairo. Uma análise unificada dos três tipos de relativas restritivas no português brasileiro. **SOCIODIALETO**, v. 4, n. 12, maio, 2014.

KAYNE, Richard. Some notes on comparative syntax, with special reference to English and French. /n: CINQUE, Guglielmo; KAYNE, Richard. (eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Syntax**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 3-69.

KIDD, Evan. The acquisition of relative clauses: Processing, typology, and function. /n: KIDD, E. (ed.). **The acquisition of relative clauses: Processing typology and function**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 1-12.

KROCH, Anthony. **Modeling language change and language acquisition**. Expansion of an LSA Institute forum lecture. 2005. Disponível em: <https://www.ling.upenn.edu/~kroch/courses/lx650/650-19/lsa-forum.pdf>. Acesso em: 09/07/2022.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York City**. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. The child as a linguistic historian. **Language Variation and Change**, v. 1, p. 85-97, 1989.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: Internal Factors**. Philadelphia: John Benjamins, 1994.

LABOV, William. The child as a linguistic historian. **Language Variation and Change**, v. 1, p. 85-97, 1999.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: Social Factors**. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: Cognitive and Cultural Factors**. Philadelphia: John Benjamins, 2010.

LARSON, Richard On the double object construction. **Linguistic Inquiry** v. 19, n. 3, p. 335-391, 1988. Disponível em: <https://as.nyu.edu/content/dam/nyu-as/linguistics/documents/Kayne%20Leu%20Zanuttini%200520%20-2013-proofs%20paper.pdf#page=215>

LAVANDERA, Beatriz R. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in Society**, v. 7, n. 2, p. 171-182, 1978. DOI: 10.1017/S0047404500005515. Acesso em: 21 mar. 2010.

SUMÁRIO

LIGHTFOOT, David **The development of language: acquisition, change, and evolution.** Oxford: Blackwell, 2000.

MARINS, Juliana Esposito; ORSINI, Monica Tavares; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira (orgs.) **Contribuições à descrição e ao ensino do português brasileiro:** da Fonética ao Discurso, com parada obrigatória na Sintaxe. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO, Jussara. **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2015.

MOLLIKA, Maria Cecília. **Estudo da cópia nas construções relativas em português.** Dissertação de Mestrado em Linguística. (PUC-RJ), 1977.

MITHOUN, Marianne. Functional Perspectives on syntactic change. *In:* JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. (eds.). **The Handbook of Historical Linguistics.** Oxford: Blackwell, 2003, p. 552-572.

PIERREHUMBERT, Janet. Knowledge of variation. **Papers from the Parasession on Variation:** 30th meeting of the Chicago Linguistic Society. 1994.

PIERREHUMBERT, Janet. What people know about sounds of language **Studies in the Linguistic Sciences**, v. 29, n. 2, p. 111-120, 1999.

PINKER, Stevem. **Learnability and cognition:** The acquisition of argument structure. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

PISONI, David B.; LEVI, Susannah V. Some observations on representations and representational specificity in speech perception and spoken word recognition. *In:* GASKELL, M. Gareth (ed.). **The Oxford Handbook of Psycholinguistics.** Oxford: Oxford University Press. 2007. p. 3-18.

RÁCZ, Péter et al. Morphological emergence. *In:* MACWHINNEY, B.; O'GRADY, W. (eds). **The Handbook of Language Emergence.** Wiley Blackwell, 2015. p. 123-146,

ROBERTS, Ian; HOLMBERG, Anders. Introduction: parameters in minimalist theory. *In:* BIBERAUER, Theresa et al. (eds.). **Parametric variation:** null subjects in minimalist theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1-57.

SAFIR, Kenneth. **Syntactic chains and the Definiteness Effect.** Tese de Doutorado: MIT, 1982.

SUMÁRIO

TARALLO, Fernando. **Relativization strategies in Brazilian Portuguese**. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania, 1983.

TARALLO, Fernando. Por uma Sociolinguística Românica Paramétrica: Fonologia e Sintaxe. **Ensaio de Linguística**, Belo Horizonte, v. 13, p. 51-84, 1987.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o português d'aquém e a d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (orgs.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 69-100.

TARALLO, Fernando; KATO, Mary. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística. **DIADORIM**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 13-42, 2007. DOI: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3849/2827>

VAN BERKUM, Jos *et al.* The neural integration of speaker and message. **Journal of Cognitive Neuroscience**, v. 20, n. 4, p. 580-91, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5794892_The_Neural_Integration_of_Speaker_and_Message>.

VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Claudia (orgs.) **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.



9

*Ana Regina Vaz Calindro
Karen Sampaio Braga Alonso
Deise Cristina de Moraes Pinto*

MUDANÇA LINGUÍSTICA

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM *MUDANÇA LINGÜÍSTICA*?

Um dos fatos comuns a todas as línguas conhecidas é que elas mudam com o passar do tempo. Linguistas do mundo inteiro têm demonstrado que as línguas naturais são estruturas dinâmicas e que, em assim sendo, estão sujeitas a variações que podem vir a se consolidar como mudança em uma dada comunidade em um dado tempo histórico. Um trabalho bem ilustrativo desse fenômeno pode ser visto em Heine e Kuteva (2002), quando os autores discutem um conjunto de mais de 400 processos relacionados à evolução de categorias gramaticais, observados em línguas diversas, pertencentes a diferentes famílias, não necessariamente relacionadas entre si.

De fato, pesquisadores e estudiosos da área da linguagem têm se debruçado há bastante tempo sobre os fatores que impulsionam a mudança linguística e seu impacto nas estruturas gramaticais. Nesse sentido, as pesquisas podem exibir maior ou menor ancoragem sociolinguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]) ou, ainda, podem se associar mais ou menos fortemente à área de estudos tipológicos (Greenberg, 1963; Dryer, 1992).

No século XIX, as línguas foram encaradas como seres vivos que nascem, crescem, se desenvolvem e morrem, tomadas de forma independente dos falantes que as usam. Com isso, a mudança foi vista como parte do desenvolvimento natural de cada língua. De lá pra cá, o tratamento da mudança foi ganhando outro viés, no qual o falante desempenha papel fundamental, ou seja, é ele quem promove e consolida a mudança. Tendo isso em vista, interessa a este capítulo uma argumentação que visa tanto a relação entre pensamento e linguagem quanto o entrelaçamento de língua e sociedade.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Assim como tem sido feito ao longo deste volume, buscaremos apresentar duas abordagens teórico-metodológicas que, de um lado, contrapõem-se epistemologicamente, mas, de outro, aplicam-se igualmente ao estudo da mudança linguística. São elas: a Gramática Gerativa e a Linguística Baseada no Uso (doravante, LBU). Para dar conta do cotejo pretendido, começaremos com uma breve introdução acerca do tema. Nas seções seguintes, abordaremos as epistemologias referidas, com enfoque em como a mudança é tratada em cada uma delas. Por fim, faremos uma síntese do que foi apresentado ao longo do capítulo acompanhada de uma reflexão sobre os caminhos das pesquisas em mudança dentro das respectivas áreas.

Mas, afinal, por que as línguas mudam? Mudanças linguísticas podem se dar nos mais diferentes níveis da língua. Por exemplo: na morfossintaxe, com o *uso* do lexema *mente* (no sentido de *razão, intelecto*) que acompanhava os adjetivos passando a ser usado como morfema formador de advérbio a partir de adjetivo (*divertidamente*); na sintaxe, com a combinação do verbo *ir* + *um verbo no infinitivo* que passa a marcar futuro (*vou estudar amanhã*); na semântica, com o uso de formas como *vazar*, que, no dialeto carioca, por exemplo, deixou de veicular apenas o conceito de *esvaziar* para expressar também a ideia de alguém saindo de um dado local. As línguas naturais apresentam, portanto, inúmeras mudanças que atendem a uma preocupação descritiva que interessa à Linguística, na medida em que levam teoricamente a uma reflexão sobre a própria natureza da mudança, bem como sobre os aspectos que lhe são motivadores.

Tomando o processo de mudança como algo inerente às línguas, estudar suas motivações nos ensina sobre o próprio conhecimento linguístico do falante. Nesse sentido, seria possível listar uma série de motivadores que provocam a mudança das línguas. Para os fins a que este capítulo se propõe, optamos por selecionar

SUMÁRIO

apenas três, os quais são frequentemente encontrados na literatura sobre o assunto, quais sejam: (i) a nomeação de novos fatos ou entidades do mundo, como nos exemplos em (1) e (2); (ii) a expressão de conceitos existentes de forma inovadora, tais como em (3) e (4); e (iii) o desaparecimento ou restrição/redução de certas estruturas linguísticas, exemplificado em (5).

- (1) telefone celular
- (2) Bolsa família
- (3) Pedro está querendo ficar gripado
- (4) Quero não
- (5) Ele comia o mel muito

Em (1), encontra-se o nome *telefone celular*, formado a partir da combinação de dois lexemas existentes na língua portuguesa para dar conta de um produto recém-ingresso no mercado, que permitiu que passássemos a nos comunicar com outras pessoas estando em qualquer lugar com sinal de telefone suficiente. Diante de algo novo, precisamos também conceber novas nomeações, que passam a integrar o léxico da língua. Da mesma forma, o exemplo (2), *Bolsa família*, dá conta de um benefício associado ao programa de governo do Partido dos Trabalhadores, como parte da sua política social. Antes de o Programa ser lançado, não havia motivo para que o nome *bolsa família* fosse usado na língua portuguesa.

Já em (3), *Pedro está querendo ficar gripado*, o que vemos não é a nomeação de algo novo, como observado em (1) e (2). Nesse exemplo, há um uso do verbo *querer* em um contexto de previsão de que algo (no caso, ficar gripado) vá acontecer. É um caso des-

SUMÁRIO

critico na literatura como um exemplo de gramaticalização¹ de *querer* (Hopper; Traugott, 2003; Szcześniak, 2017), processo em que formas mais lexicais assumem funções mais gramaticais na língua. No caso, o verbo *querer*, originalmente de sentido volitivo e usado como verbo principal, assume propriedades de verbo auxiliar em contexto de previsão, passando, assim, por uma mudança linguística. Trata-se, portanto, do estabelecimento de uma nova forma de expressar previsão em português.

O exemplo (4), *Quero não*, também com o verbo *querer*, remonta ao estudo de Furtado da Cunha (1996; 2021 [2000]; 2001), sobre a negação em dados da cidade de Natal, bem como ao de Teixeira de Sousa (2012a, 2012b, 2018), dentre outros. Nesse caso, as pesquisadoras observaram que havia um processo de mudança em que se passou a usar um segundo *não* como recurso expressivo de reforço da negação, o qual, em seguida, perde sua força expiratória e, por fim, é apagado: *Não quero* > *Não quero não* > *Num quero não* > *N' quero não* > *Quero não*. Acerca das estratégias de negação em português, voltaremos com mais detalhes ao fenômeno, que servirá como exemplo do tema mudança linguística abordado neste capítulo.

Por fim, em (5), *Ele comia o mel muito*, apresenta-se um caso de uma ordenação que caiu em desuso, mas que pode ser observada em sincronias passadas da língua portuguesa. Atualmente,

1 A gramaticalização pode ser observada em outras categorias que não a verbal e é um fenômeno translinguístico, ou seja, vem sendo observada em diferentes línguas do mundo, a exemplo do que mostram Heine e Kuteva (2002). Ainda, pode ser tomada em sentido estrito, como processo, ou em sentido lato, como paradigma. Sobre isso, Furtado da Cunha, Bispo e Cordeiro (2024, p. 114) afirmam que: "Como paradigma, a gramaticalização focaliza como os padrões gramaticais surgem, são usados e modelam a língua. Nesse sentido, o paradigma da gramaticalização diz respeito à interdependência entre estrutura e uso, buscando descrever e explicar, ao mesmo tempo, um tipo especial de variação/mudança linguística e o grau de desgaste/manutenção das formas que mudam. Vista como processo, a "gramaticalização" refere-se ao fenômeno linguístico que o paradigma de gramaticalização procura desvelar, isto é, aos processos por meio dos quais itens se tornam (mais) gramaticais ao longo do tempo". Bastante explorada em estudos formalistas e, sobretudo, nos funcionalistas, a mudança linguística à luz da gramaticalização será retomada mais adiante, quando do tratamento funcional mais detalhado das estratégias de negação em português.

esse contexto causaria estranhamento a um falante do português, uma vez que o advérbio *muito* tende mais fortemente a ocorrer imediatamente após o verbo, quando o toma como seu escopo.

Nos parágrafos anteriores, pontuamos alguns casos que ilustram motivadores para as mudanças que observamos nas línguas, tomando o português como língua base da nossa discussão. Como se viu, a mudança linguística pode ser observada de várias formas na gramática de uma língua e não é difícil, mesmo para um leigo, reconhecer sua existência. Vejamos especificamente o caso da negação, que servirá como ilustração de mudança linguística ao longo deste texto. Se compararmos os trechos a seguir, seremos capazes de assumir que: (i) são exemplos da língua portuguesa e (ii) não pertencem ao mesmo período histórico.

(6) Velha. Enjeitas tu o fiar?

Isabel. **Que não hei-de fiar, não!** Quem tem farelos!

(Gil Vicente (séc. XVI) *apud* Furtado da Cunha, 2021 [2000], p. 160, grifos da autora)

(7) - Mas francamente, você não tem vergonha de acompanhar essa besteira de novela?

- **Não sou eu não**, são as crianças.

(200 Crônicas escolhidas. Rubem Braga (1978, p. 319) *apud* Furtado da Cunha, 2021 [2000], p. 158, grifos da autora)

Para identificarmos que essas ocorrências não se deram no mesmo século, constatamos que em (6), por exemplo, há a presença de construções que não são mais usuais, como o verbo “fiar” e o futuro com haver (“hei-de fiar”), que seriam pistas de que esse diálogo, embora em português, não é contemporâneo. Isso não parece ocorrer em (7), cuja leitura se assemelha a outros textos que nos são



SUMÁRIO

contemporâneos. Por exemplo, percebe-se o uso da palavra “novela” e o tom pejorativo, depreciativo, que parece remeter aos folhetins televisivos (telenovelas), e não ao gênero literário novela. Em termos linguísticos, nada no diálogo em (7) soa estranho a um falante do português contemporâneo. Tendo em vista todos os exemplos de mudança observados até aqui, passaremos a analisar, nas próximas seções, o fenômeno de mudança linguística que ocorre no domínio da negação, a partir de duas perspectivas: a da Linguística Gerativa e a da Linguística Baseada no Uso.

Nesse sentido, podemos recorrer à distinção clássica entre formalismo e funcionalismo retratada na historiografia da Linguística. A partir dela, o presente capítulo, nas duas subseções a seguir, compromete-se a apresentar uma comparação entre as abordagens da Linguística Gerativa (de cunho formalista) e da Linguística Baseada no Uso (de base funcionalista). Para tanto, procuraremos desenvolver os seguintes pontos: (i) estabelecimento dos pressupostos teóricos básicos de cada abordagem; (ii) o conceito de língua associado a cada uma; e (iii) o tratamento da mudança em cada uma dessas teorias, ilustrado pelo fenômeno da negação, como anteriormente anunciado.

MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA LINGÜÍSTICA GERATIVA

De acordo com a Teoria Gerativa (Chomsky, 1965 *et seq.*), os seres humanos são dotados de uma faculdade cognitiva inata crucial para a aquisição e uso das línguas naturais, a Faculdade da Linguagem, da qual faz parte a Gramática Universal (GU), composta pelas propriedades gerais que caracterizam as línguas naturais.

A ideia de universais linguísticos também é explorada em trabalhos tipológicos, nos quais se compara alguma propriedade gramatical em uma grande quantidade de línguas. Greenberg (1963), por exemplo, apresentou 45 generalizações com base em 30 línguas. Em um estudo posterior, Dryer (1992) analisou 625 línguas, testou e confirmou, por exemplo, as correlações nas ordens de palavras propostas por Greenberg. Nesses estudos, as explicações têm uma tendência funcionalista, como será abordado em mais detalhes na seção sobre a mudança na Linguística Baseada no Uso. Uma propriedade *P*, por exemplo, é explicada através da sua eficiência comunicativa; logo, as línguas teriam mudado a partir da evolução cultural que abarca esta propriedade *P*. Dessa forma, não há compromisso com a ideia de que os universais são codificados geneticamente, como propõe Chomsky². Porém, através desses trabalhos, é possível fazer generalizações trans-linguísticas que são importantes para indicar padrões subjacentes das propriedades gramaticais que constituem as línguas.

Até o advento do programa minimalista (Chomsky, 1995), Chomsky (1981, 1982, 1986) propôs uma GU que consistia de Princípios invariáveis associados a Parâmetros específicos de cada língua. Os Princípios presentes em todas as línguas são categorias que podem ser substanciais como a negação, uma vez que toda língua tem uma forma de negação, ou podem ser formais, como o fato de todas as línguas apresentarem recursividade (Holmberg, 2017). Além disso, a variação entre as línguas também é explicada através de um sistema de regras, que podem estar presentes ou ausentes em uma língua. Assim, nesse modelo, a aquisição da linguagem estava relacionada à habilidade de se construir um conjunto de parâmetros específicos a cada língua. Logo, a criança sempre fazia uma escolha entre duas opções de um dado Parâmetro ao adquirir seu respectivo idioma.

2 Ressalta-se que, diferentemente da Linguística Gerativa, a Linguística Baseada no Uso assume que o que é inato é a capacidade de observar padrões, fazer analogia, categorizar etc., que estão relacionadas aos processos cognitivos (categorização, chunking, analogia, memória rica etc.), os quais atuam sobre a linguagem, mas não são específicos dela, e sim de domínio geral.



Dentro do modelo, a existência de negação é um Princípio e a maneira como a negação se comporta no sistema é um Parâmetro. Em inglês, por exemplo, a negação se liga a verbos auxiliares e modais – *I do not eat apples*, 'Eu não como maçãs'; já em francês, o verbo negado deve ficar entre os elementos *ne* e *pas* – *Je ne mange pas de pommes*, 'Eu não como maçãs'³.

A negação em português brasileiro (PB) é um fenômeno relevante para mostrar que Parâmetros podem sofrer mudança com o decorrer do tempo, como vimos na introdução, pois, além da negação anteposta à proposição (Neg1, Cf. 8), o PB desenvolveu duas outras possibilidades: a dupla negativa (Neg2, Cf. 9), com um *não* anteposto, que varia com o clítico *num*, mais um *não* posposto; e a negação posposta (Neg3, Cf. 10), como podemos verificar nos exemplos a seguir:

(8) A Maria *não* foi ao teatro. (Neg1)

(9) Eu *não/num* fui ao teatro *não*. (Neg2)

(10) Fui ao teatro *não/*num*. (Neg3)

Desse modo, nos termos gerativistas, a mudança é paramétrica, a partir da variação linguística⁴. O conceito de Princípios e Parâmetros, portanto, contribuía não apenas para a explicação da variação sintática, mas também para o entendimento da aquisição da linguagem e, conseqüentemente, da mudança linguística, como veremos nesta seção. No modelo gerativista dessa época, denominado *Government and Binding Theory*⁵ (doravante GB), a GU era rica, estruturada e substancialmente única (Cf. Biberauer, 2008; Richards,

3 A negação nas línguas naturais é um tema amplamente abordado nos trabalhos linguísticos, como no estudo seminal de Jespersen (1917), que trata o fenômeno da negação em línguas como o francês, que passou pelo então denominado Ciclo de Jespersen, em que, com o tempo, a língua muda de um sistema de negação anteposta, *je ne dis* (eu não digo) para um sistema de negação bipartida, *je ne dis pas* (eu não digo não) e, por fim, fixa-se a negação posposta *je dis pas* (eu digo não).

4 Para mais detalhes sobre variação, veja o capítulo 7 deste livro.

5 Teoria da Regência e Ligação, em português.



SUMÁRIO

2008). Porém, já nesse momento, o conceito de Parâmetros binários começa a apresentar problemas, pois, poderia, por exemplo, haver super geração de estruturas, visto que o sistema permitia variação demais e falhava ao captar algum tipo de unidade subjacente a todas as línguas. Dessa forma, surgem trabalhos que procuram dissociar Parâmetros de Princípios já na década de 1980 (Cf. Sportiche, 1986; Manzini; Wexler, 1987 *apud* Biberauer, 2008).

Para a GB, portanto, Parâmetros estavam associados a itens lexicais através da *Lexical Parametrisation Hypothesis*⁶, que gerou a *BCC – Borer-Chomsky Conjecture* (Cf. Borer, 1984), segundo a qual todos os Parâmetros podem ser atribuídos às diferenças nos traços de itens particulares (os núcleos funcionais, por exemplo) no léxico (Baker, 2008, p. 353). De acordo com essa conjectura, o *locus* da variação paramétrica são os itens lexicais. Além disso, ao adquirir vocabulário, o falante também está absorvendo as propriedades fonéticas e morfológicas de uma língua. No entanto, considerar que a variação entre as línguas encontra-se no léxico é algo problemático, pois é impossível que as categorias lexicais (como verbos e nomes) atuem no âmbito da variação paramétrica independentemente das categorias funcionais (como flexão verbal e negação), como argumenta Biberauer (2008, p. 27). Ademais, o léxico das línguas pode variar de maneira infinita e as crianças, portanto, levariam a vida inteira para aprender um idioma. Assim, se os Parâmetros forem determinados somente pelo léxico, corre-se o risco de as propriedades serem ‘menos universais’ em diversos aspectos. A partir daí, surgiu a proposta de que a variação está limitada aos núcleos funcionais de uma língua, tais como *I(nflection)*, *C(omplementizer)* e *D(eterminer)* e, para alguns, *Asp(ect)*, *Agr(eement)*, *Neg(ation)*⁷, este último o fenômeno em questão que vamos analisar neste capítulo.

6 Hipótese da Parametrização Lexical.

7 Mantivemos as iniciais em inglês, pois são utilizadas nas representações sintáticas nos textos em geral, *I(nflection)* – flexão, *C(omplementizer)* – complementizador, *D(eterminer)* – determinante, *Asp(ect)* – aspecto, *Agr(eement)* – concordância e *Neg(ation)* – negação.

SUMÁRIO

Ainda dentro do modelo da GB, Kroch (2001) argumenta que a mudança linguística seria uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo. Segundo o autor, a mudança sintática é algo comum nas línguas e aparentemente pode ocorrer sem qualquer desencadeador externo. A causa da falha seria alguma mudança na evidência disponível para a criança durante o processo de aquisição. Essas falhas na transmissão parecem ocorrer ao longo do processo de aquisição da linguagem; logo, elas seriam falhas no aprendizado.

A mudança linguística é, portanto, considerada uma falha na transmissão dos componentes linguísticos entre as gerações de falantes, ao que Kroch (2001) denomina de *modelo de transmissão imperfeita*. Como a língua é passada de geração para geração através dos dados linguísticos, a transmissão e a interpretação desses dados podem dar lugar a erros de *abdução*; além disso, é importante ter em mente que as novas gerações não têm acesso à gramática da geração anterior, apenas ao seu *output*. Essas falhas acontecem durante o processo de aquisição da linguagem através do mecanismo de mudança conhecido como *reanálise*. Logo, para que haja mudança, o novo fator adquirido deve fazer parte dos dados linguísticos da geração anterior (G1) que podem ser reanalisados durante a aquisição pela geração posterior (G2). Como veremos na subseção a seguir, Teixeira de Sousa (2018) argumenta que Neg2 fazia parte da gramática da G1 como mecanismo de reforço da negação (veremos que há ocorrências dessa estrutura já no século XVI), e então, sofre reanálise e muda de função ao longo dos séculos, até chegar ao seu uso contemporâneo de negação de proposição em PB.

Dessa forma, a criança adquire uma gramática diferente daquela dos dados que lhe foram fornecidos no *input* devido a alguma mudança no tipo de evidência disponível, o que faz com que o aprendiz adquira um traço da língua de outra forma. Contudo, nessa época,

SUMÁRIO

o autor afirmava que o nosso entendimento da falha de transmissão era muito limitado, tendo em vista que pouco se sabia sobre a relação entre a evidência apresentada ao aprendiz e a gramática adquirida. Porém, como veremos mais adiante, nos tempos atuais, há uma nova interpretação dos componentes da Faculdade da Linguagem que nos ajuda a compreender como os dados do *input* são apreendidos pelas crianças na fase da aquisição.

A esse respeito, Lightfoot (1979) já apontava que, durante a aquisição da linguagem, os aprendizes não têm acesso a nenhuma tendência de longo prazo, eles apenas adquirem a língua a que são expostos. Em textos seguintes (Cf. Lightfoot, 1991; 1999), o autor argumenta que as crianças não prestam atenção a tudo que recebem dos estímulos externos, do *input*. Para Lightfoot, elas seriam sensíveis apenas a sentenças matrizes e a pistas que não dão evidência ambígua para certas fixações de parâmetros. Como veremos adiante, Biberauer (2019a) chama esta parte mais relevante do *input* para o aprendiz de *intake*; voltaremos a este conceito mais adiante no texto.

Um modo de tratar como a variação leva à mudança linguística na fase da aquisição da linguagem é através do conceito de *competição de gramáticas*, em que há diglossia sintática nos dados do *input*. Na primeira fase do processo de aquisição, a criança adquire as opções linguísticas que irão compor a sua Língua-I (I de interna, individual e intensional – que seria a língua na mente de cada pessoa, segundo Chomsky (1986)) e, após essa primeira fase, as formas adquiridas tardiamente podem ter características, inclusive, de segunda língua, no sentido de serem menos acessíveis ao falante. Esses novos registros compõem as formas em competição, que podem se diferenciar, inclusive, de acordo com o registro social. No decorrer da sua vida, por exemplo, a criança entra em contato com outras possibilidades linguísticas na escola ou em qualquer situação social mais ampla do que a pequena comunidade à qual ela

pertence nos seus primeiros anos de vida, inserindo, portanto, novos itens à periferia da sua Língua-I. São fatores como esses, portanto, que criam a assimetria mencionada anteriormente⁸.

Dessa forma, fica o questionamento de qual é de fato a contribuição da GU na aquisição da linguagem. A partir do Programa Minimalista (Chomsky, 1995), a GU passou a ser esvaziada em favor da *Strong Minimalist Thesis*⁹, ou seja, a menor quantidade possível de informações específicas é atribuída à GU. Chomsky (2005, p. 6) avança com esses conceitos e propõe que a Faculdade da Linguagem parte da interação de três fatores: i. *Fator 1 - Gramática Universal* – minimamente especificada e que só é ativada se certas propriedades não podem ser explicadas por fatores extralinguísticos; ii. *Fator 2 - Dados Linguísticos Primários (DLP)* – incluem as propriedades que apresentam variação entre as línguas, os dialetos e os indivíduos, que são adquiridas através da exposição aos dados do ambiente; iii. *Fator 3 - Princípios cognitivos gerais que não específicos da Faculdade da Linguagem*. Esse terceiro fator tem um papel importante para guiar a criança no estabelecimento dos parâmetros adquiridos a partir da exposição aos DLP, que são a base para o processo de aquisição e, conseqüentemente, para o processo de mudança linguística. De acordo com Chomsky (2005), o Fator 3 inclui dois tipos de Princípios: a. Princípios de análise dos dados, que devem ser usados na aquisição da linguagem; b. Princípios de arquitetura estrutural e restrições de desenvolvimento, incluindo-se Princípios de computação eficiente.

SUMÁRIO

- 8 Há, ainda, a mudança linguística induzida por contato que ocorre devido a uma aquisição im-
perfeita, porém, neste caso, o processo envolve também adultos. Lightfoot argumenta que, neste
contexto de mudança, a língua sofre efeitos de substrato, quando os aprendizes adultos passam
traços dessa língua adquirida imperfeitamente para seus filhos, que, contudo, estão adquirindo
essa língua influenciada por uma língua estrangeira como L1.
- 9 *Strong Minimalist Thesis* – Tese Minimalista Forte: nenhum aspecto da Faculdade da Linguagem
(FL) deve ficar sem uma explicação relacionada ao terceiro fator (que será abordado mais adiante
no texto), ou seja, as propriedades da FL contribuem para a satisfação computacional eficiente das
condições de interface (Cf. Richards, 2008, p. 138).



SUMÁRIO

Outros exemplos de manifestação do terceiro fator são a *Economia de Traços* (ET) e a *Generalização do Input* (GI). Eles atuam em como o falante é capaz de estabelecer quais traços são relevantes e devem ser postulados. De acordo com a ET, há uma seleção do menor conjunto de traços formais consistentes com os DLP. E, através da GI, o falante é levado a maximizar os traços já postulados em um dado estágio durante o processo de aquisição para dar conta do *input*. Chegamos, então, à *Condição de Subconjuntos* (impulsionada pela ET e pela GI), que seria um outro Princípio de otimização ligado ao Fator 3, segundo o qual as crianças começam com grandes categorias e têm que recuar para categorias menores, logo se evita a geração de sentenças agramaticais (*overgeneration* – super geração). Dessa forma, esta condição explica o fato de que um sistema que tem duas opções pode mudar para um sistema que tenha uma só, o que acaba por eliminar a opcionalidade, uma vez que, se uma das opções é menos frequente ou é ambígua, apenas uma das opções sobrevive.

Essa visão dos três fatores se afasta da visão clássica de fixação de parâmetros¹⁰, pois é compatível com o minimalismo e, de certa forma, mais compatível com a visão funcionalista das línguas (Holmberg, 2017, p. 142). Desse modo, os parâmetros não são pré-especificados, uma vez que não fazem parte do Fator 1, pois, na realidade, emergem da interação entre os três fatores. Ademais, em relação ao Fator 2, a criança não é sensível a todo o *input* que ela escuta, como já mencionado anteriormente nesta seção. Seguindo Lightfoot (1993), Biberauer (2019a; 2019b) afirma que os DLP são formados pelo que é mais *acessível* às crianças, ou seja, por parte do *input* que o falante interpreta como relevante, que seria o *intake*. O processo de

10

Além disso, os tipos de mudanças paramétricas também sofreram alterações ao longo dos anos. Estudos mais recentes trazem as noções de macroparâmetros, mesoparâmetros, microparâmetros e nanoparâmetros. Devido ao escopo e ao espaço deste capítulo, não detalharemos esses temas aqui, mas recomendamos a leitura de Roberts (2007) e Ledgeway e Roberts (2017) para mais detalhes sobre o assunto.

aquisição é, portanto, a consequência de uma identificação de traços morfossintáticos dos DLP regulados pelo *intake*. Assim, os DLP são constituídos por certos aspectos do *input* destacados por terem uma importância particular, tais como *redobro morfológico*, *variação na ordem de palavras* e *funções múltiplas* (Cf. Biberauer 2019a, p. 54-59, para uma discussão mais detalhada).

Em suma, de acordo com essa perspectiva, a variação e, conseqüentemente, a mudança acontecem onde 'a GU não se importa'. Na visão tradicional de Princípios e Parâmetros na GB, a criança na fase de aquisição escolhia um valor para cada parâmetro, com base nos Dados Linguísticos Primários, justamente onde acontece a mudança. Na visão minimalista, não há parâmetros específicos; a aquisição está relacionada ao Fator 2, no qual deve haver algum tipo de restrição entre os DLP e a criança adquirindo linguagem, pois apenas partes dos DLP são acessíveis à criança, o *intake*, acionado através de gatilhos, dicas e sugestões do sistema. Logo, a aquisição ainda envolve escolhas, porém as alternativas são definidas pelo F1, pelo F3 ou por uma combinação dos dois (Holmberg, 2017).

Esses novos desenvolvimentos na teoria gerativa pós-minimalismo nos mostram como se dá a aquisição, fase em que a mudança é estabelecida, porém, além disso, os casos de mudança que têm sido estudados revelam fatores interessantes quanto à transmissão linguística e em relação à forma como as mudanças ocorrem. Segundo Kroch (2001), através da análise dos dados quantitativos, fica claro que a mudança é gradual e registra uma curva em 'S'. Como veremos na seção que trata da mudança sob a ótica dos estudos baseados no uso, a mudança é concebida como algo lento no curso das frequências de uso, o que leva à variação ou mesmo perda de algumas formas linguísticas. A princípio, aumenta-se a frequência das novas estruturas que podem entrar no sistema através de novas criações ou empréstimos e, então, se adotadas pelos falantes, elas



SUMÁRIO

se espalham. Este modo de pensar a mudança é problemático dentro do modelo gerativista (Cf. Kroch, 2001, p. 27), que, por ser uma teoria sobre as regras gramaticais que subjazem as línguas naturais, preocupa-se mais com as formas possíveis que fazem parte de uma língua do que com a frequência com que são usadas. Dessa forma, a gradualidade da mudança é algo que não faz parte das primeiras discussões gerativistas.

Porém, Kroch (2001) aponta que é pertinente pensar que os falantes levam em consideração a frequência do que o autor chama de *eventos linguísticos* em seu ambiente. Mas o que difere o ponto de vista gerativista de uma perspectiva sociolinguística, por exemplo, é que, nesta última, as probabilidades de uso são integradas às gramáticas dos falantes, o que, como vimos anteriormente, não é consistente com o paradigma gerativista. Porém, para que seja possível um maior entendimento da arquitetura da linguagem, o autor aponta que os efeitos de mudanças linguísticas passaram a fazer parte dos estudos sobre a fixação de parâmetros sintáticos. Em trabalhos como os de Roberts (1985) e Kroch (1989), por exemplo, o surgimento do auxiliar *do* em inglês médio é tratado como um reflexo do movimento dos verbos de V para I (*inflection*). Kroch (1989) afirma que há uma diferença relevante entre frequência de uso e taxa de mudança, pois, mesmo havendo variação nas frequências de uso, se uma mesma mudança paramétrica estiver em sua origem, a taxa de mudança para cada contexto será a mesma. A isso se denomina efeito da taxa constante, que relaciona uma mudança paramétrica à competição de gramáticas. Dessa forma, segundo Kroch, não é necessário incorporar as probabilidades de uso à gramática dos falantes para relacionar a variação linguística com a mudança, pois quando a comunidade de fala se torna diglósica, todos os falantes passam a adquirir ambos os parâmetros. Assim, de acordo com o autor, a mudança real (abrupta) na fixação de um dado parâmetro teria ocorrido no vernáculo sem ser observada e

somente sua competição com o uso escolarizado conservador seria acessível para ser estudado nos textos.

Em suma, na visão gerativa tradicional, havia a noção de *competição de gramáticas*. De acordo com Kroch (1989), dentro de uma comunidade de fala, há um *multilinguismo encoberto*. Ou seja, as Línguas-I de cada falante não são exatamente iguais, mas nunca se sobrepõem substancialmente. Contudo, a existência de *doublets* – duplês (tais como *nós* e *a gente*, por exemplo) – é um problema, pois, pensando no modelo da época, os parâmetros eram binários. Logo, a ideia de gramáticas em competição seria um desafio para a fixação de Parâmetros e, conseqüentemente, para a aquisição da linguagem. Para resolver este problema, propõe-se, na visão pós-minimalismo dos três fatores, a Condição de Subconjuntos, que é um Princípio de otimização ligado ao Fator 3 que evita, por exemplo, super-geração. Veremos a seguir, portanto, o caso das negativas em português, que ilustra as questões apresentadas nesta seção, particularmente a de *competição de gramáticas* e da *Condição de Subconjunto*.

A MUDANÇA NA NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS SOB UMA VISÃO GERATIVISTA

O surgimento de novas formas de negação em português é um exemplo de *gramáticas em competição* envolvendo Neg1 e Neg2, como vimos nos exemplos de (1) a (3)¹². Segundo Teixeira de Sousa (2012a), Neg1 é uma negação de eventos (Cf. 11 e 12) e Neg2 é uma negação de proposição (Cf. 13). Esse tipo de distinção é algo raro nas línguas, além do PB, também é atestada em bengali (Cf. Ramchand, 2004), por exemplo.

12

Retomamos os exemplos apresentados anteriormente: (1) A Maria *não* foi ao teatro. (Neg1); (2) Eu *não/num* fui ao teatro *não*. (Neg2); (3) Fui ao teatro *não/*num*. (Neg3).



SUMÁRIO

(11) Maria acordou pela manhã. Olhou pela janela. *Não* viu sinal de chuva (#*não*). Saiu sem seu guarda-chuva.

(12) a. Lamento que você *não* possa vir.

b. *Lamento que você *não* possa vir *não*.

(Teixeira de Sousa, 2018, p. 127)

(13) A: O Pedro gostou da peça ontem?

B1: Nós *não* fomos ao teatro ontem *não*. Acabamos ficando em casa.

B2: #Nós não fomos ao teatro não. Nós vamos ao teatro.

B3: #Eu não fui com O PEDRO ao teatro não.

(=eu fui ao teatro, mas com outra pessoa)

B4: #Nós não fomos AO TEATRO ontem não.

(=fomos a outro lugar que não o teatro)

(Teixeira de Sousa, 2018, p. 126)

Como se verifica em (11) e (12), a impossibilidade de Neg2 acontece devido a condições de felicidade em narrativas, uma vez que, nesse tipo de texto, há uma sucessão de eventos, e não uma proposição. Ademais, o estatuto de Neg2 ter escopo sobre proposições é confirmado por (13), pois a negação posposta não é possível nessa estrutura por ser uma construção factiva, interpretada como um objeto real no mundo. Em (13), Neg2 é possível, já que há a negação de uma proposição em B1; porém, se o que está sendo negado é o tempo do evento, ou os participantes da enunciação, Neg2 não ocorre também devido a condições de felicidade.

Apesar de essa distinção estrutural entre negações semânticas ser rara em outras línguas e não ocorrer em outras variedades

do português, a marcação estrutural para negação metalinguística e/ou enfática¹³ também existe em português europeu (PE), como mostra Martins (2010):

(14) A: O João vai sair hoje, não vai? B: *Não vai não.*

(Martins, 2010)

Logo, a diferença entre PB e PE não é a existência de Neg2, mas seus diferentes usos. De fato, a estrutura Neg2 foi atestada por Biberauer e Cyrino (2009) já em um texto escrito por Gil Vicente no século XVI:

(15) *Nam* hei-de ir a França *nam*.

(Auto da Fama - Gil Vicente)

Dessa forma, uma vez que Neg2 já fazia parte da língua, é possível supor que o uso metalinguístico tenha permanecido em PE, e que tenha sido reanalisado como negação semântica em PB. Segundo Teixeira de Sousa (2012b), assim como em PE, Neg2 também pode ser usada em PB como negação enfática denotada pelo contorno de foco sobre o segundo item negativo e pela desacentuação do conteúdo proposicional. Segundo a autora, nesses casos o alvo da ênfase é a polaridade negativa da sentença, por isso o foco está em todo o conteúdo proposicional, como em (16):

(16) A: Mas eu te convidei pra minha festa B: *Não* me convidou NÃO.

(Teixeira de Sousa, 2018, p. 126)

Já nas sentenças com Neg3, diversos autores apontam uma distinção quanto ao seu estatuto informacional (Cf. Schwenter, 2005; Teixeira de Sousa, 2011; 2012a; Cavalcante, 2012), pois observa-se a presença de uma asserção no contexto imediato de produção da

13

Usada para corrigir uma proposição anterior, utilizando-se de ênfase na polaridade da sentença.



sentença. Dessa forma, Neg3 aparece quando o que é negado é a asserção mencionada no discurso, não o seu valor de verdade:

(17) a. A: Como foi a peça ontem?

B: Eu *num* fui no teatro *não*.

B': #Fui no teatro *não*.

b. A: Você foi no teatro ontem, *não* foi?

B: fui *não*.

B': #*não* fui *não*.

(Teixeira de Sousa, 2018, p. 126)

Em relação à mudança diacrônica, Alkmin (2001), em um estudo anterior aos de Teixeira de Sousa, verificou em peças de teatro do século XIX e do século XX que todas essas formas de negação já existiam nesses períodos e que houve aumento de frequência de uso nas formas inovadoras, seguido da diminuição da frequência de Neg1, que seria a estratégia canônica de negativa. Alkmin afirma que, em pelo menos um dos períodos analisados, há um perfil de mudança em progresso, como veremos mais adiante. Sob uma visão funcionalista, similar à que será discutida na próxima seção deste capítulo, Alkmin propõe que a estrutura de Neg2, já presente em dados do século XVIII, surge de um processo de gramaticalização a partir da diminuição, no século XIX, do uso de *senhor* como pronome de tratamento na expressão *não senhor*.

Com base nos dados de Alkmin (2001), Teixeira de Sousa (2012b) argumenta que houve, na verdade, um processo de mudança envolvendo uma diferenciação funcional das estruturas negativas inovadoras. Assim, no passado, Neg1 e Neg2 teriam a mesma função e ao longo do tempo passaram por um processo



de especialização funcional devido ao princípio evite *doublets* – dublês (Kroch, 1989), mencionado na seção anterior. Para a autora, quando se perde o pronome *senhor*, provavelmente por questões sociais, as crianças perdem a evidência das características unicamente discursivas de Neg2 e, portanto, passam a interpretá-lo como parte integrante da sentença em sua Língua-I. Dessa forma, Teixeira de Sousa (2012b) afirma que, nos moldes do que estamos discutindo sobre mudanças linguísticas, a diferenciação pragmática entre as negativas ocorreu na fase de aquisição por questões de economia para bloquear as formas dublês, durante o processo de mudança. Em termos formais, como discutido anteriormente, a mudança ocorre em traços dos núcleos funcionais e, neste caso, seguindo Poletto (2008), pode-se supor que houve mudança na projeção do núcleo Neg.

Ainda a respeito de Neg2, Biberauer e Cyrino (2009), com base no exemplo do século XVI mencionado anteriormente, afirmam que essas estruturas não são inovações do PB. Logo, o *não* posposto seria um elemento de concordância negativa que levaria necessariamente a uma interpretação de reforço. Segundo as autoras, este elemento de concordância negativa teria se lexicalizado como núcleo de uma categoria de polaridade, e teria se originado de pró-sentenças, como em (18):

- (18) A. O João vai comprar a casa?
B. Acho que *sim*. (Pró-sentença positiva)
B'. Acho que *não*. (Pró-sentença negativa)

Teixeira de Sousa (2018) argumenta, contudo, que Neg2 não pode ser somente ênfase, já que o *não* pré-verbal também pode apresentar proeminência prosódica e atuar como um elemento enfático por si só. Além disso, a autora aponta que a proposta de Biberauer



e Cyrino é interessante do ponto de vista da interpretação dos fatos, mas que as autoras não justificam porque somente pró-sentenças teriam sido reanalisadas.

Para confirmar que houve mudança linguística no contexto das estruturas Neg2 em PB, Teixeira de Sousa (2018), em um estudo mais recente, analisa novos dados em peças de teatro dos séculos XIX e XX, no jornal *O Atheneo* de 1850¹⁴, em um manuscrito do século XVIII com um glossário e a tradução para o português de Diálogos de Mina, uma língua africana utilizada em Minas Gerais como língua comum. A autora afirma que seu objetivo principal é analisar se Neg2 entrou em PB com a função que apresenta hoje, ou se sofreu reanálise durante o processo histórico. Ao analisar os dados, Teixeira de Sousa (2018) confirma que Neg2 surge nos mesmos contextos de Neg1, mas depois se especializa como negação semântica, como mostram os dados sincrônicos de Neg2 elencados anteriormente nesta seção.

A autora apresenta 57 dados de Neg2 nos séculos analisados. Há um aumento da primeira para a segunda metade do século XIX, depois, a distribuição é semelhante: seis dados na 1ª metade do séc. XIX e 21 na 2ª metade; 17 na 1ª metade do séc. XX e 13 na 2ª metade, emulando, inclusive, uma curva em 'S', como discutido anteriormente sobre o que ocorre em contexto de mudança nas línguas. Para compreender melhor esses resultados, Teixeira de Sousa apresenta a distinção nos usos de Neg2 elencadas na tabela a seguir:

14

A respeito de seus *corpora*, Teixeira de Sousa (2018, p. 131) explica: "Inicialmente, selecionamos seis jornais dos séculos XVIII e XIX (*Diário da Bahia*, *Novo Diário da Bahia*, *O Atheneo*, *Correio de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*), mas foram encontradas apenas três estruturas de Neg2 em apenas um dos jornais — *O Atheneo* de 1849, passando esse, então, a ser o único jornal a compor os dados. No que diz respeito às peças de teatro, não encontramos dados de Neg2 em peças do século XVIII, por isso, todas as peças selecionadas para a análise são dos séculos XIX e XX."

SUMÁRIO



Tabela 1 – Distribuição de Neg2 por contexto nos quatro recortes temporais
(T1: 1a metade do séc. XIX; T2: 2a metade do séc. XIX;
T3: 1a metade do séc. XX e T4: 2a metade do séc. XX)

Tipo de sentença	T1		T2		T3		T4	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Resposta a pergunta polar	3	50	-	-	-	-	-	-
Asserção negativa	3	50	14	67	14	77	11	85
Asserção negativa enfática	-	-	4	19	2	17	-	-
Interrogativa pressuposicional	-	-	2	9	1	6	2	15
Negação metalinguística	-	-	1	5	-	-	-	-
Total	6	100	21	100	17	100	13	100

Fonte: Reproduzido de Teixeira de Sousa (2018, p. 134).

Os dados da tabela mostram que a asserção negativa (não enfática ou metalinguística) vai de 50% dos dados (1ª metade do século XIX) para 85% nos dados do último recorte temporal (2ª metade do séc. XX). Assim, esse é exatamente o contexto de negação semântica que, portanto, já apresentava esse tipo de interpretação na primeira metade do século XIX. Além disso, o uso de Neg2 como asserção negativa enfática (ênfase na polaridade da sentença usada para corrigir uma proposição anterior), como em interrogativas pressuposicionais, coincide com a queda dessa estrutura em respostas a perguntas polares. Logo, o uso de Neg2 como denegação¹⁵ ocorre posteriormente ao de asserção negativa. Para Teixeira de Sousa (2018, p. 135), o uso de Neg2 como denegação vem: “(...) justamente da sua especialização como negação semântica de proposição a partir de distinção entoacional”. Ademais, a autora chama a atenção para o fato de Neg2 só aparecer em sentenças encaixadas a partir do século XX (Cf. 19 a 21), uso não atestado nem em português antigo, nem em PE contemporâneo:

15 Segundo Rajagopalan (1982), denegação se distingue de asserção negativa por ser um ato puramente responsivo; logo, é necessário que haja uma asserção prévia à denegação.



SUMÁRIO

- (19) Pai, o sinhô dá um geito com o Dr. Ogusto que eu *num* quero ser sordado *não*... (Viegas, 1930).
- (20) Eu, hein! Essa mulher parece que *num* regula direito *não*! (Baião, 1987).
- (21) Eu acho que você *não* gosta, *não* (Muniz, 1981).
(Teixeira de Sousa, 2018, p. 135)

Para a autora, portanto, a origem da interpretação semântica de Neg2 foi a negação metalinguística, cujo uso aparece em outros momentos do português. Logo, Neg2 com função metalinguística foi reinterpretada e, portanto, reanalisada através de um processo de gramaticalização como negação semântica de proposição. Nos termos pós-minimalistas que vimos na primeira parte desta seção, podemos dar conta da especialização de Neg2 através da *Condição de Subconjunto*, uma vez que, a partir de um possível uso, no caso, o metalinguístico, a estrutura se especializou. Logo, devido à mudança no núcleo funcional Neg, a negação em PB passou a ser composta por três subconjuntos, como explicado ao longo desta seção.

MUDANÇA LINGUÍSTICA NA LINGUÍSTICA BASEADA NO USO

Esta seção tem como objetivo apresentar o tratamento da mudança na perspectiva da Linguística Baseada no Uso (LBU). Para tanto, falaremos brevemente dos pressupostos básicos da abordagem bem como discorreremos sobre o conceito de língua por ela adotado. Para ilustrar o tema da mudança linguística, tomaremos o caso das construções negativas no PB, tal como Neg3 (em gramática de construções, poderia ser notada como [V NEG]), a exemplo de *Quero não*, *Deixo não*, *Posso isso não* etc. (Furtado da Cunha, 2021 [2000]).

Um dos princípios basilares de uma teoria baseada no uso é o de que o conhecimento linguístico é fruto da inter-relação entre processos cognitivos de domínio geral e a experiência do falante com a sua língua. Nesse sentido, não se postula a existência de um conhecimento linguístico inato; ao contrário, adota-se a máxima de que *conhecimento linguístico é conhecimento* (Goldberg, 2006) e, portanto, é moldado por uma cognição não especializada na computação de dados de língua.

Daí, assumimos que o conhecimento linguístico do falante pode ser associado a duas premissas centrais, quais sejam:

- i. o falante armazena pareamentos linguísticos de forma e sentido (construções) em diferentes graus de abstração, englobando formas totalmente especificadas (por exemplo, *Quero não*) bem como formas totalmente esquemáticas (por exemplo, [V NEG]);
- ii. o falante armazena detalhes da sua experiência com a língua e representa tal conhecimento de forma redundante em diferentes graus de abstração, exemplificados em (i).

Com isso, podemos dizer então que, via analogia, o falante reconhece tanto similaridades formais (por exemplo, a combinação de um verbo mais uma partícula de negação) quanto semânticas (a invalidação do conteúdo lexical do verbo) entre os dados de uso, abstraindo a construção [V NEG]. Ainda, ao mesmo tempo que ele armazena pareamentos de forma e sentido em categorias forjadas por similaridades, como visto em (i), ele também armazena informações da sua experiência com a língua – como detalhes fonéticos, características variáveis, itens lexicais etc. (Bybee, 2010, p. 14) – conforme previsto em (ii).

Dessa forma, a gramática está constantemente sujeita a modificações decorrentes do uso que seus falantes fazem dela, o que, em consequência, afeta seu próprio conhecimento gramatical. Em outras



palavras, há um processo de retroalimentação entre uso da língua e conhecimento linguístico. De acordo com Schmid (2020, p. 4-5):

Se eventos de uso são repetidos de maneiras idênticas ou semelhantes (...), os aspectos recorrentes tornam-se convencionalizados como tipos de enunciados tais como palavras ou padrões na comunidade e como padrões de associações automatizados nas mentes dos falantes individuais. (...) Quanto mais convencionalizados se tornam os tipos de enunciados, mais alto o seu potencial para licenciar eventos de uso; e quanto mais automatizados se tornam os padrões de associações, mais facilmente e sem esforço eles podem ser ativados para o uso (Schmid, 2020, p. 4-5, tradução nossa).

Essa sistemática apresentada pelo autor representa um circuito complexo e dinâmico em que a repetição de eventos de uso é influenciada pelos mecanismos de convencionalização e automatização das formas linguísticas. Tal inter-relação está, como se vê, ligada ao modo como a gramática vai se estruturando e reestruturando e, portanto, é de crucial importância para entendermos o processo de mudança em uma teoria baseada no uso.

Desse modo, assumimos que a língua é um sistema adaptativo complexo, dado que apresenta comportamento emergente e surge da combinação de diferentes fatores, não estando associada a nenhum deles individualmente. Como um sistema adaptativo complexo, a língua se caracteriza por ter caráter também dinâmico e heterogêneo. Isso porque é resultado da interação entre indivíduos que a usam de formas diferentes, ou seja, atores que interferem na estrutura do sistema (língua) do qual é requerida constante adaptação. Ainda, entende-se que a língua exibe categorias fluidas (sem fronteiras rígidas) e restrições flexíveis.

Para além da gradiência categorial, a língua apresenta também gradualidade, na medida em que a mudança, do ponto de vista de seu espalhamento em uma dada sociedade, ocorre de forma gradual e não catastrófica. Nesse sentido, a mudança não ocorre de uma

SUMÁRIO



geração para outra e está associada mais à produção de adultos do que à fala infantil; para descrevê-la, não se assumirá uma divisão estanque entre sincronia e diacronia. Para os linguistas baseados no uso, o estudo da mudança se orienta sobretudo em uma tendência de análise pancrônica, ou seja, que conjuga a observação dos usos sincrônicos e diacrônicos das línguas, com o objetivo de capturar os mecanismos que subjazem a variação e a mudança.

Entendemos que modificações que são produzidas por um falante no momento da interação e depois não são mais repetidas devem ser tomadas como inovações (e não novas criações de construções, que geram variação ou mudança). Do mesmo modo, inovações que são replicadas frequentemente e adotadas por uma comunidade de falantes afetam crucialmente o sistema linguístico e são consideradas novas criações na língua que, a depender, podem se configurar como casos de variação ou de mudança.

Mas se, por um lado, a mudança é gradual do ponto de vista de seu processo de espalhamento em uma dada comunidade de falantes, por outro, ela pode ser considerada instantânea quando pensamos no indivíduo e sua cognição. Isso porque, nesse último caso, a mudança teria origem na criação de uma nova forma na língua por um indivíduo.

Toda inovação feita por um indivíduo tem o potencial de ser replicada e convencionalizada pela comunidade de falantes, passando a exibir maior disponibilidade cognitiva desse novo uso na mente dos indivíduos da referida comunidade. Essa engrenagem entre cognição e uso é o motor fundamental da mudança linguística; a ela, podemos agregar alguns fatores motivadores da mudança. Segundo Traugott (2021, p. 9), são eles:

- i. falantes usam a língua ativamente e negociam significados baseados na experiência (e não em capacidades inatas);
- ii. falantes adquirem conhecimento de língua (ao longo de toda vida);

SUMÁRIO



- iii. percepção e produção apresentam assimetria;
- iv. componentes de uma construção podem ser incompatibilizados, no sentido de que o que alguém fala ou escreve não é necessariamente compreendido da forma exata como o emissor quis dizer (Traugott, 2021, p. 9, tradução nossa).

É com base na relação entre uso e cognição que processos de mudança, aquisição, dentre outros, são concebidos. Adicionalmente, sob a ótica da LBU, passamos a adotar um modelo construcionista de gramática. Nesse modelo, a gramática é vista como um conjunto de construções inter-relacionadas organizadas tal como uma rede. De acordo com Goldberg (2006, p. 5, tradução nossa), construções são “pareamentos aprendidos de forma com função semântica ou discursiva, incluindo morfemas ou palavras, idiomatismos, padrões sintagmáticos parcialmente preenchidos ou totalmente gerais.”

Acerca da organização da língua como em uma rede, Goldberg (1995) postula quatro princípios que atuam como reguladores de novas criações: o princípio da motivação maximizada; o princípio da expressividade maximizada; o princípio da economia maximizada; e o princípio da não-sinonímia (Goldberg, 1995, p. 67-68)¹⁶. Dentre eles, destacamos o Princípio da Não-Sinonímia. Segundo esse princípio, se duas construções são sintaticamente distintas, também devem apresentar diferenças semânticas e/ou pragmáticas.

16 De acordo com Oliveira e Alonso (2024, p. 204): “Durante o desenvolvimento da Linguística Baseada no Uso, essa prerrogativa de base cognitivo-funcional foi traduzida por Goldberg na forma de quatro princípios fundamentais de organização cognitiva da linguagem, a saber: (i) o princípio do poder expressivo maximizado, correspondente à pressão comunicativa de que falamos mais acima, ou seja, à maximização do sistema linguístico para atender as necessidades comunicativas dos falantes; (ii) o princípio da economia maximizada, ou pressão por economia, em que o inventário de expressões deve ser limitado, dadas as limitações do sistema como um diagrama; (iii) o princípio da não sinonímia, de acordo com o qual diferenças de forma implicam necessariamente diferenças semânticas ou pragmáticas nas construções; e (iv) o princípio da motivação maximizada, conforme o qual, considerando o equilíbrio entre a pressão comunicativa e a pressão por economia, o sistema deve ser motivado sempre que possível, de modo que similaridades de forma entre as construções implicam em similaridades de significado entre elas (Goldberg, 1995)”.



SUMÁRIO

Segundo Capelle (2006), o princípio da não-sinonímia não invalida a existência de variação construcional, pois padrões construcionais também apresentam semelhanças e podem ser variantes. São as chamadas aloconstruções (*allostructions*)¹⁷, isto é, duas ou mais construções que exibem alguma similaridade entre elas, de modo que o usuário da língua alterna entre o uso de uma e de outra. Porém, o fato de algumas formas não apresentarem diferença em certos contextos não significa que sejam usadas da mesma maneira em toda e qualquer situação comunicativa. Esse pode ser então o caso das construções de negação abordadas neste capítulo.

Considerando a dinâmica da língua, a mudança linguística vai ser entendida em termos da alteração na configuração da rede de construções. Nesse sentido, ganhou destaque na literatura a abordagem da construcionalização, definida como o surgimento de uma nova construção na rede gramatical.

A contruacionalização é a criação de (combinações de) signos com forma_{nova}-significado_{novo}. A construcionalização gera um novo nó que tem uma nova sintaxe ou morfologia e um novo significado codificado na rede linguística de uma população de falantes. É acompanhada por mudanças no grau de esquematicidade, produtividade e composicionalidade (Traugott; Trousdale, 2013, p. 22, tradução nossa).

A seguir, trataremos do caso das construções de negação no português, levando em conta diversos fatores, incluindo aqueles relacionados aos parâmetros de composicionalidade (referente à observação do sentido do todo em relação à soma dos sentidos das partes), esquematicidade (referente ao grau de abstração da construção) e produtividade (referente a o quanto uma dada construção é extensível a novos padrões).

17

Não nos deteremos neste tema aqui, por não ser o objetivo do capítulo. Para ler mais sobre variação, reporte-se ao capítulo 7 deste livro.



A MUDANÇA NA NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS SOB UMA VISÃO DA LBU

Para a Linguística Baseada no Uso, a negação é um domínio funcional que, a depender da língua, pode ser codificado por diferentes construções. Nesta seção, voltaremos a tratar das três construções de negação já referidas, mostrando como cada uma se estabeleceu no português em momentos distintos e como elas se conectam diacronicamente do ponto de vista da LBU (Cf. Furtado da Cunha, 2021 [2000]; dentre outros). Conforme veremos, o surgimento de [não V não] – Neg2 – e [V não] – Neg3 – foi posterior ao de [não V] – Neg1 – e se deu a partir de micropassos de mudança (*não/num/n' quero* > *não/num/n' quero não* > *Quero não*). As três construções ainda convivem na língua, mas com funções pragmático-discursivas distintas.

Segundo Schwegler (1988; 1991 *apud* Furtado da Cunha, 2001), muitos estudos sobre dupla negativa e negativa final em línguas românicas explicam o aparecimento dessas estruturas com base apenas em teorias de contato linguístico com línguas africanas. Entretanto, a formação de novas construções de negação no português é mais um exemplo de que as línguas mudam com o tempo, motivadas por pressões de uso, atuação de processos cognitivos de domínio geral, pressões do sistema, dentre outros. Na LBU, entende-se que os significados são negociados pelos falantes a partir de suas necessidades e experiências. Cada uso inovador da negação, por exemplo, foi produzido por um falante em um determinado contexto, para atender a uma demanda comunicativa específica. Uma vez que esses usos são repetidos, os usuários da língua fazem generalizações em termos de suas similaridades: por exemplo, usos que apresentam sequências sintagmáticas do tipo *vou não, quero não, gostava não, fui não, vai chegar não* etc. levam o falante a reconhecer o padrão formal [V não], bem como associá-lo a um dado sentido (uma dada função comunicativa). Feito esse pareamento entre forma e sentido, tem-se a construção gramatical.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

As construções são comumente descritas a partir de três parâmetros: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Esquematicidade diz respeito ao quão geral (ou quão específica) é a construção. Nesse sentido, ela pode ser classificada como esquemática (quando totalmente aberta, como em [V NEG]), semiesquemática (quando parcialmente aberta, como em [V não]) ou substantiva (quando totalmente especificada, como em [sei não]). No caso de que vimos tratando – [V não] –, temos uma construção semiesquemática, já que parte de sua estrutura é um *slot* aberto (V), ou seja, de item não especificado, e parte dela é especificada (o elemento *não*).

A construção [V não] começará a ser cunhada a partir de usos com itens específicos preenchendo o *slot* V; com o tempo, essa categoria V pode se ampliar e permitir a entrada de cada vez mais verbos – por ex.: *coma não, tire não, cansa não* etc. Isso quer dizer que a construção [V não] é produtiva, ou seja, é capaz de gerar outros padrões a partir dela. Ainda, uma vez que construções são pareamentos de forma e sentido, elas funcionariam tal como o léxico de uma língua e seu sentido pode assumir caráter mais ou menos composicional (ou seja, o quanto o sentido da construção pode ser compreendido do sentido da soma de suas partes). Nesse sentido, novas construções de uma dada língua podem ter caráter mais ou menos composicional.

O processo de mudança linguística é visto como resultado da mesma conjunção de fatores: pressões de uso, atuação dos processos cognitivos de domínio geral e princípios interacionais. Além disso, haveria um período de variação, em que o uso de uma forma mais antiga e o da(s) forma(s) mais recente(s) convivem. É o que atestamos com as estratégias de negação [não V não] e [V não], que surgiram depois de [não V] no PB, mas que ainda coexistem com essa última, mais antiga. Segundo Furtado da Cunha, Rios de Oliveira e Votre (2019 [1999], p. 87), “parece que sincronia e diacronia não podem, na prática, ser tão separadas como admitia Saussure. As línguas têm um passado, e o estado sincrônico é uma função desse

desenvolvimento passado". Nesse sentido, Furtado da Cunha (2021 [2000]; 2001), em seus estudos sobre as negativas em português, buscou mostrar, na sincronia, os contextos e as restrições de uso de cada uma e, na diacronia, as motivações para a emergência de [não V não] e [V não].

Para compreender melhor a distribuição e formação das estratégias de negação no português, vejamos alguns exemplos tirados de Furtado da Cunha (2001):

A) [NÃO V] (NEGATIVA CANÔNICA):

- (22) ... a nova regente ... ela **não tava sabendo reger** direito ... a regente do coral ... tava errando lá um monte de coisas ... né ... quando ia dar as notas pra pessoa ... **não dividia o coral em vozes** ... né ... soprano ... contralto ... esse negócio todo ... (Língua falada, 2o grau, p. 278 *apud* Furtado da Cunha, 2001, p. 11. Grifos da autora.)

B) [NÃO V NÃO] (NEGATIVA DUPLA):

- (23) ... **não vou falar agora a letra do cântico não** que é muito difícil ... (Língua falada, 2º grau, p. 271 *apud* Furtado da Cunha, 2001, p. 7, grifos da autora)

C) [V NÃO] (NEGATIVA FINAL):

- (24) ...tudo eu faço ... sabe? **tem isso comigo não** ... (Língua falada, 2º grau, p. 264 *apud* Furtado da Cunha, 2001, p. 7, grifos da autora)

A autora postula que, ao longo do tempo, surgiu um *não* pós-verbal no PB a partir da necessidade de ênfase do *não* pré-verbal¹⁸.

18

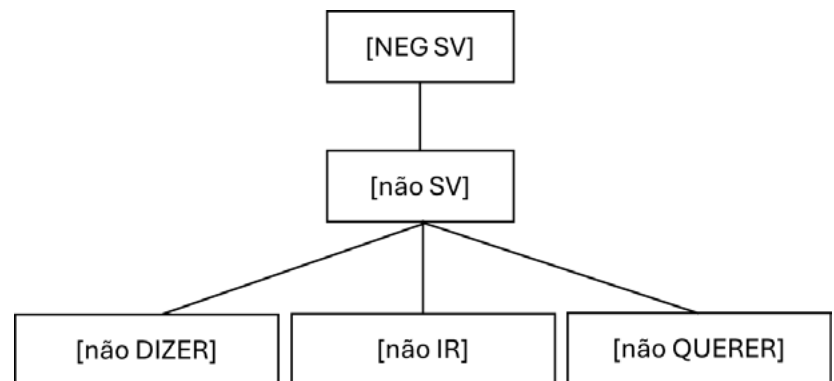
Diferentemente dos trabalhos de Teixeira de Sousa (2012a *et seq.*), Furtado da Cunha não menciona a possibilidade de [não V] ter uma interpretação enfática.



Com o tempo, a frequência de uso desse marcador duplo aumenta, o *não* pós-verbal deixa de ser enfático e marcado para se tornar um elemento de negação não-marcado, passando a ser usado mais rotineiramente de forma concomitante com o pré-verbal como constituinte da estrutura de negação, formando uma negativa dupla. O processo de mudança segue e o primeiro *não* passa, inicialmente, a ser opcionalmente omitido até que, em alguns contextos, passa a não mais ser usado e tem-se aí um 3º padrão de negação, que se integra às estratégias discursivas para recusar oferta ou sugestão ou para rejeitar uma asserção explícita ou implícita/pressuposta. Tais etapas diacrônicas alteram a configuração da rede construcional do português, tal como se vê adiante:

TEMPO 1:

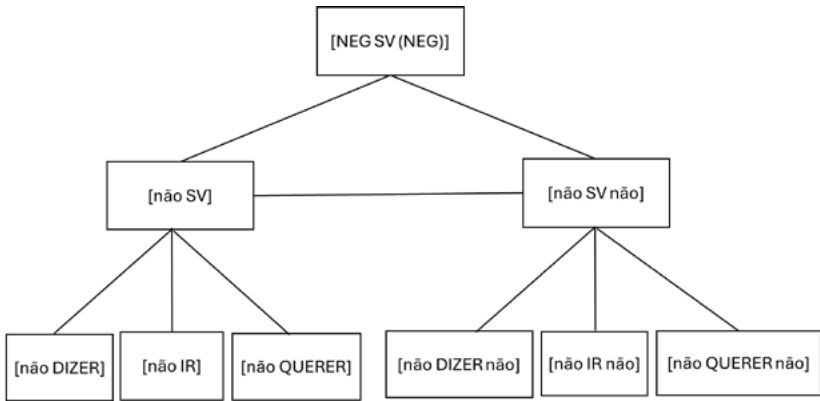
Figura 1 – Rede parcial da construção negativa canônica [não V]



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

TEMPO 2:

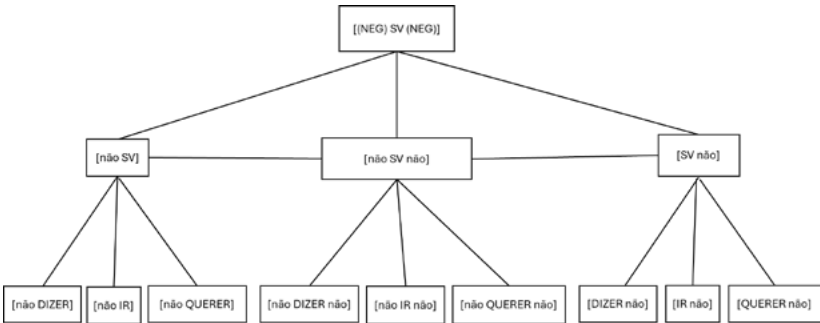
Figura 2 – Rede parcial com negativa canônica [não V] e dupla negativa [não V não]



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

TEMPO 3:

Figura 3 – Rede parcial com negativa canônica [não V],
dupla negativa [não V não] e negativa final [V não]



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Furtado da Cunha explica as estratégias de negação em termos de “motivações competidoras” (Greenberg, 1963; Du Bois, 1985; Hopper; Traugott, 1993; Givón, 1995, para citar alguns) – forças contraditórias que atuam no sistema e explicam a variação e a mudança. Algumas das motivações competidoras apontadas pela autora são *iconicidade*¹⁹, *marcação* e *gramaticalização*, conceitos caros à teoria funcionalista e cujos princípios são, em certa medida, utilizados até hoje, mas dentro de um arcabouço construcionista.

Iconicidade e *marcação* têm relação com aspectos cognitivos do uso da língua e *gramaticalização* está relacionada à mudança dos itens linguísticos; sobre isso, há uma preocupação em se manter a diferenciação entre as construções através da transparência entre forma e sentido (iconicidade). Tratando mais especificamente da iconicidade, entende-se que ela atua como motivação competidora na emergência das novas formas de negação no PB, como pode ser visto a seguir:

[...] A negativa dupla funciona como uma “pista” dada pelo falante para que o ouvinte interprete corretamente o enunciado negativo, assegurando a processabilidade. Para reforçar a informação negativa, ou seja, a quebra de expectativa do ouvinte, o falante acrescenta um segundo *não* no fim da oração. Esse marcador pós-verbal pode ser visto como uma estratégia para restaurar o desgaste fonológico do *não* pré-verbal e seu consequente enfraquecimento semântico, restabelecendo, assim, a iconicidade. A corrosão do marcador negativo pré-verbal pressionaria a emergência e posterior fixação do marcador final. A negativa dupla emerge, então, como uma codificação que restabelece a correlação entre forma e conteúdo (Furtado da Cunha, 2021 [2000], p. 162, grifos da autora).

SUMÁRIO



A marcação reflete a iconicidade e distingue as categorias com base em três critérios:

- a. complexidade estrutural – a estrutura marcada é formalmente mais complexa ou maior. Por ex., [não V não] é estruturalmente mais complexa do que a canônica [não V], por apresentar mais material linguístico, que é a duplicação do marcador *não*. [V não] também é estruturalmente mais complexa, por utilizar uma ordenação que não é canônica.
- b. complexidade cognitiva – a estrutura marcada é cognitivamente mais complexa (exige maior atenção e tempo de processamento). Por serem estruturalmente mais complexas, as construções [não V não] e [V não] demandam maior atenção e tempo de processamento. Por isso, também são cognitivamente mais complexas.
- c. frequência – a estrutura marcada é menos frequente. Conforme veremos mais adiante, [não V não] e [V não] são menos frequentes do que a canônica [não V].

Para Furtado da Cunha (2021 [2000]), a gramaticalização também é uma motivação competidora por ser efeito do conflito entre economia linguística (simplificação de formas) e iconicidade. Nesse caso, gramaticalização envolve padrões discursivos que podem se tornar gramaticais. Na Linguística Baseada no Uso, a emergência de novos padrões gramaticais, a forma e o significado são pensados juntos, o que não era, por exemplo, um pré-requisito na gramaticalização (Alonso; Oliveira, 2022).

Complementarmente à reflexão apresentada até o momento, os dados disponíveis em Furtado da Cunha (1996; 2021 [2000]; 2001) nos ajudam a entender melhor a distribuição e formações das diferentes construções de negação no português. A autora coletou



dados de vários *corpora* orais e escritos²⁰ do português do século XX de diferentes cidades brasileiras e dados diacrônicos, a partir do século XIII²¹. Sobre o século XX, a autora chegou a resultados bastante interessantes, que passamos a rever a seguir:

Tabela 2 – Distribuição dos tipos de negativa por modalidade de texto nos *corpora* D&G

<i>Corpora D&G</i>	FALA			ESCRITA		
	não+SV	não+SV+não	SV+não	não+SV	não+SV+não	SV+não
Natal	1656	180	11	196	1	0
RJ	886	81	2	327	2	0
Niterói	161	14	0	52	0	0
Juiz de Fora	301	51	1	70	0	0
Rio Grande	267	0	0	77	0	0
Total	3271	326	14	722	3	0

Fonte: Reprodução do Quadro 1 de Furtado da Cunha (2021 [2000]).

Esse quadro aponta para tendências diferentes entre fala e escrita em relação às estratégias de negação mais recentes na língua (a dupla, [não V não], e a final, [V não]). A fala é mais propensa ao uso dessas estratégias. Na escrita, houve raras ocorrências de dupla negativa e nenhuma de negativa final. Furtado da Cunha (2021

20 Segundo Furtado da Cunha (2021 [2000], pág. 156), "A análise sincrônica tem como fonte de dados básica o *Corpus Discurso & Gramática (D&G)*, composto por textos orais e seus correspondentes escritos produzidos pela comunidade estudantil de diferentes cidades do Brasil: Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ), Juiz de Fora (MG) e Rio Grande (RS). Foram ainda consultados outros bancos de dados representativos da variedade falada no Rio de Janeiro (PEUL – *Amostras do português falado no Rio de Janeiro* e *Banco de dados interacionais*), Fortaleza (*A linguagem falada em Fortaleza*), Salvador (NURC – *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*) e uma amostra do português europeu atual (*Português fundamental*), a fim de verificar a ocorrência das negativas em foco. Como evidência adicional, foram ainda examinadas uma crônica de Rubem Braga e de Fernando Sabino".

21 Trataremos do *corpus* diacrônico utilizado mais adiante.

[2000]; 2001) chama a atenção para o fato de que esse resultado de [V não] não significa que essa construção não seja usada na escrita, e sim que esses *corpora*²² não favorecem o que, segundo sua experiência de falante nativa, seria o principal contexto de uso dessa construção, que é o de resposta a uma pergunta.

Para testar essa hipótese de que a negativa final ocorre mais como resposta a pergunta direta, Furtado da Cunha (2021 [2000]) constituiu um *corpus* oral de conversa em Natal (RN) e, de fato, nessa nova amostra de fala, ela obteve 13% de dados com [V não]²³. Ou seja, a hipótese de Furtado da Cunha de que a negativa final ocorre mais como resposta a pergunta direta foi comprovada quando a autora criou um *corpus* de conversa e 13% dos dados foram de negativa final, diferentemente dos outros *corpora*, que não eram de conversa, e tiveram 0% de ocorrência de negativa final.

Outra tendência que pode ser observada nesse quadro geral é a de que houve muito mais ocorrências dos 3 tipos de negação na fala do que na escrita. Segundo Furtado da Cunha:

[...] a maior ocorrência da negação na comunicação oral tem a ver com o fato de que as rejeições e as negações explícitas são típicas da fala, mas não parecem plausíveis na comunicação escrita. Dadas as funções características da negação, a natureza interativa da fala explica a grande ocorrência de orações negativas nessa modalidade, comparada aos textos escritos (Furtado da Cunha, 2001, p. 9).

22 Nos *corpora* do D&G, o entrevistador faz apenas uma pergunta ou dá um comando para estimular o entrevistado a discorrer sobre algo.

23 Furtado da Cunha (2021 [2000], pág. 157) afirma que “A observação empírica do português falado revela que a negativa final ocorre, preferencialmente, como resposta a perguntas diretas. Foi constituído, então, um novo banco de dados, o *Banco conversacional*, que representasse uma amostra de conversação natural entre falantes natalenses com um certo grau de familiaridade”.



Por fim, para rastrear a origem das construções de negação, Furtado da Cunha (2021 [2000]) analisou 5.151 dados diacrônicos²⁴ e encontrou, entre os séculos XIII e XV, apenas dados da negativa canônica e, no século XVI, 7 ocorrências da dupla negativa em textos de Gil Vicente, que têm personagens populares com falas que se aproximam do discurso oral, assim como no exemplo (16) apresentado anteriormente. Três desses dados eram de respostas a perguntas diretas, conforme hipótese de Furtado da Cunha, e 5 dessas ocorrências de dupla negativa apresentavam vírgula entre o verbo e o segundo *não*. Vejamos os exemplos:

(25) Tor. Que comedes, que, doente?

Brá. **Que não comede nada não.**

(Auto dos Físicos *apud* Furtado da Cunha, 2021 [2000], p. 160, grifo da autora)

(26) Vel. **Não levou má ora, não**, mas estávamos concertados.

(Auto da Festa *apud* Furtado da Cunha, 2021 [2000], p. 160, grifo da autora)

Segundo Furtado da Cunha (2021 [2000], p. 161), “A vírgula sugere que o segundo morfema negativo não é interpretado como fazendo parte do V, mas a este é acrescido para enfatizar seu valor negativo”. Além disso, ainda de acordo com seus achados:

tanto a negativa dupla quanto a final são usadas em contextos restritos na fala: os casos de duplo *não* [...] sugerem que esse padrão é favorecido em contextos

24

Para a análise diacrônica, de acordo com Furtado da Cunha (2021 [2000], pág. 156), foram utilizados “textos representativos do português escrito arcaico (do século XIII até meados do XVI): *A demanda do Santo Graal*, *Auto do pastoril português*, *Obras-primas do teatro vicentino*, *Obras completas de Gil Vicente*, *Crestomatia arcaica*, *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, *Um tratado da cozinha portuguesa do século XV*, *Crônica de D. Pedro I* e *Crônica de D. Fernando*. Foram ainda verificados dois outros textos do português moderno: *Auto dos dous ladrões* (segunda metade do século XVI) e *A vingança da cigana* (século XVIII).”



que correspondem a uma pausa temática, isto é, trechos em que há uma suspensão, interrupção ou digressão da cadeia tópica principal, enquanto o contexto de uso específico da negativa final é o de resposta a uma pergunta direta. [...] ambas as negativas duplas e finais são raras em textos escritos (Furtado da Cunha, 2021 [2000], p. 161, grifo da autora).

Por fim, a autora salienta que a dupla negativa também está presente em textos escritos do português europeu do século XVI, como também apontado na seção que tratou da mudança na negação sob uma visão gerativista²⁵, e no português europeu atual e, ainda, que seus usos são semelhantes aos do PB, sendo, neste, muito mais frequentes, reforçando a premissa de que a rede linguística é específica de cada língua, embora as habilidades cognitivas humanas sejam inatas.

SUMÁRIO

MUDANÇA LINGÜÍSTICA NA LG E NA LBU: UMA SÍNTESE

Como pudemos verificar ao longo das seções anteriores, os dois modelos convergem e se distanciam em alguns pontos em relação ao tratamento da mudança linguística. Em ambas as abordagens, a mudança é gradual. Do ponto de vista da LBU, contudo, ela é gradual sob a perspectiva do seu espalhamento em uma dada comunidade linguística. Para a LBU, assim como a aquisição de língua não ocorre apenas em um período da infância, a mudança também não se fixa apenas a partir das crianças. Analogamente, embora a mudança também seja gradual para a teoria gerativa, ela se fixa na fase de aquisição da linguagem, a partir dos novos dados

25

Na visão gerativista, entretanto, Neg2 não somente é negação enfática como era no séc XVI, mas negação de proposição.



de *input* que são fornecidos às crianças. Nesses termos, a mudança é abrupta, pois se dá na fixação dos parâmetros durante a fase de aquisição da linguagem.

Para Traugott (2021, p. 9), na perspectiva da LBU, um dos motivadores da mudança é o fato de os falantes usarem a língua ativamente e negociarem significados com base em suas experiências, as quais são mediadas por processos cognitivos inatos de domínio geral, como categorizar, fazer analogias etc. Nessa dinâmica interacional, os falantes são parcialmente conservadores, parcialmente inovadores em relação à forma como usam a língua. Nesse sentido, de um lado, contribuem para a manutenção e consolidação de determinadas formas; de outro, promovem novas criações, que podem desencadear um processo de mudança. As novas criações tendem a disputar espaço com formas existentes de significado e/ou função similares; com isso, haverá necessariamente um período de coexistência e competição, fazendo com que o sistema se reacomode. Se novas criações estão sempre ocorrendo, o processo de reacomodação do sistema é, nesse sentido, ininterrupto.

Como essa dinâmica de criação e conservação está sempre em curso, o sistema está em constante transformação, se adaptando ao ambiente. Por conta da atuação de diversos agentes, da capacidade de adaptação e da sua complexidade, a língua é enquadrada na LBU como um sistema adaptativo complexo. Isso significa que a língua é sensível ao modo como nós a usamos individualmente (na gramática de cada falante) e coletivamente (em termos das escolhas linguísticas compartilhadas por uma dada comunidade). No que tange ao indivíduo, entende-se que é a experiência que temos com a língua que molda a nossa representação mental da gramática, o que faz com que não haja estruturas pré-existentes (inatas) nem gramáticas fixas, e sim emergentes; em termos coletivos, são movimentos de impulsionamento ou preservação de formas que vão ser capturados e tomados virtualmente como a gramática de uma língua, como o português ou o alemão, por exemplo.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Já para o gerativismo, a possibilidade de uso de novos significados recai no domínio da performance e estes novos significados passam a fazer parte da Língua-E do falante (o código linguístico usado pela população de um determinado lugar para se comunicar, diferentemente da Língua-I, que, conforme vimos, é individual, ou seja, a língua na mente de cada pessoa). Segundo Kato (2005), essas formas adquiridas tardiamente podem ter, inclusive, características de segunda língua, quando são, por exemplo, adquiridas via escolarização, como acontece com fatos de norma culta no PB. Esses novos registros compõem as formas em competição. A variação, portanto, pode levar à mudança quando há competição de gramáticas e uma possível diglossia nos dados do *input* que estarão disponíveis para as crianças em fase de aquisição. Como explicitado na seção voltada para mudança na Linguística Gerativa, na fase de aquisição, de acordo com as manifestações do terceiro fator (princípios cognitivos gerais que não são específicos da Faculdade da Linguagem), as crianças iniciam o processo com grandes categorias e depois recuam para categorias menores. Assim, baseando-se em *Economia de Traços* e *Generalização do Input*, as crianças eliminam a opcionalidade em prol da opção mais frequente e menos ambígua.

Ainda no âmbito do gerativismo, a mudança de perspectiva da visão clássica do estabelecimento de parâmetros e o surgimento de uma abordagem alinhada ao minimalismo passam a ser mais compatíveis com a visão funcionalista. Nesse viés, a mudança ocorre lentamente no curso das frequências de uso, pois aumento na frequência de uma nova forma pode decorrer de novas criações ou empréstimos e, então, compor o arcabouço linguístico dos falantes e se espalhar.

Ao mesmo tempo que incluir as manifestações do terceiro fator – como *Economia de Traços* e *Generalização do Input* no processo de variação e mudança – faz com que a abordagem gerativa se aproxime da LBU, a frequência continua não sendo algo tão pertinente em relação à mudança, pois o gerativismo se ocupa das regras



que subjazem as línguas naturais, ou seja, os possíveis usos devem ser integrados às gramáticas dos falantes. Logo, a taxa de frequência não é tão relevante quanto o tipo de dado em que a variação ocorre.

Na LBU, a frequência é um fator muito importante, já que formas muito frequentes impactam mais fortemente a estrutura gramatical em constante atualização. Nesse sentido, construções muito frequentes, de um lado, podem exercer um papel conservador – como no caso clássico dos verbos irregulares mais frequentes que, diferentemente dos menos frequentes, não tendem a ser regularizados –, de outro, podem impulsionar mudança. Por exemplo, construções complexas (de mais de uma palavra) que sejam muito frequentes tendem a ser reduzidas – como na passagem de *amar hei* para *amarei*, em português.

Em relação às negativas, usos inovadores foram produzidos para atender novas demandas comunicativas e foram sendo replicados. Com o tempo, os falantes reconheceram semelhanças, tanto formais quanto semânticas, entre esses novos usos, generalizando uma nova construção – [não V não] (Neg2). Dessa forma, entende-se, portanto, que a mudança linguística é fruto de processos cognitivos e princípios interacionais. Após um período de convivência e competição, as formas mais recentes podem sobrepor-se às mais antigas ou se manter coocorrendo com as existentes, como no caso das diferentes estratégias de negação: as formas mais recentes [não V não] (Neg2) e [V não] (Neg3) coexistem com a mais antiga [não V] (Neg1). Sobre isso, Furtado da Cunha (1996; 2021 [2000]; 2001) atestou em seus dados que [não V] (Neg1) é a mais frequente das três estratégias, e que as novas formas são mais usadas na fala do que na escrita. Adicionalmente, as novas construções têm usos específicos: [não V não] (Neg2) surgiu como estratégia de ênfase e [V não] (Neg3) é mais utilizada como resposta a perguntas diretas.

Diferentemente do que foi averiguado nos estudos gerativistas revisados na seção voltada para a mudança na negação em

SUMÁRIO



SUMÁRIO

português sob o viés do gerativismo, os estudos da LBU consideram os usos das negativas em PB e PE semelhantes. De fato, Teixeira de Sousa (2012b) confirma que a diferenciação entre as negativas ocorreu por questões de economia, para bloquear as “formas dublês” (Kroch, 2001). Porém, diferentemente do que postula a LBU, a autora segue a hipótese de que essa diferenciação ocorre na aquisição. Além disso, em termos da estrutura das negativas em PB, a mudança ocorreu nos traços do núcleo funcional Neg (Cf. Poletto, 2008), o que está de acordo com a visão minimalista de que a variação está limitada aos núcleos funcionais de uma língua (Cf. Biberauer, 2008; Baker, 2008).

Assim, a forma Neg2 já fazia parte da língua, como o dado (16) do século XVI atesta, porém, de acordo com os estudos gerativistas, o seu uso como reforço de negativa permaneceu em PE, mas a este foi adicionado mais um uso de Neg2 em PB. Segundo Teixeira de Sousa (2012a; 2012b; 2018), Neg1 também pode ser usada como ênfase, mas é, em geral, utilizada como negação de eventos, e Neg2 não é apenas usada para ênfase, uma vez que foi reanalisada como uma negação semântica de proposição. Por fim, Neg3 é uma negação metalinguística. Em suma: Neg1 é uma negação de evento, pois é uma operação linguística em que é negada a ocorrência de uma situação descrita pelo verbo, a negação recai sobre o conteúdo proposicional do evento; Neg2 é uma negação de proposição, uma vez que o conteúdo proposicional de toda a sentença ou afirmação é negado; por fim, Neg3 é uma negação que refuta aspectos específicos da linguagem ou da maneira como a afirmação foi expressa, e não o conteúdo proposicional da sentença.

Tendo tudo isso em vista, este capítulo buscou apresentar um panorama geral da mudança linguística a partir de duas perspectivas teóricas, a saber: a Gramática Gerativa e a Linguística Baseada no Uso. Para ilustrar essa proposta, foram analisadas estratégias de negação do verbo, em que o advérbio *não* poderia aparecer antes do verbo (por exemplo, *não quero*), reduplicado antes e depois do

escopo verbal (por exemplo, *não quero não*) ou, ainda, após o verbo (por exemplo, *quero não*). A escolha deste fenômeno se deu por conta de haver uma literatura disponível sobre o assunto em ambas as abordagens e por ser de fácil compreensão, quando tomado de forma mais geral, tal como foi aqui.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Mônica. **As negativas sentenciais no dialeto mineiro: uma abordagem variacionista**. Orientador: Jânia Martins Ramos. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

ALONSO, Karen; OLIVEIRA, Diego. Entrevista com Elizabeth Closs Traugott e Graeme Trousdale. **Revista Linguística**, v. 8, n. 2, p. 29-44, 2022.

BAKER, Mark. The macroparameter in a microparametric world. *In*: BIBERAUER, Theresa (ed.). **The Limits of Syntactic Variation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 351-374.

BIBERAUER, Theresa. Introduction *In*: BIBERAUER, Theresa (ed.). **The Limits of Syntactic Variation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 1-72.

BIBERAUER, Theresa. Factors 2 and 3: Towards a principled explanation. *In*: GALLEGÓ, Ángel; OTT, Dennis. (ed.). **Catalan Journal of Linguistics** (Special issue: Generative Syntax. Questions, Crossroads, and Challenges). p. 45-88, 2019a.

BIBERAUER, Theresa. Children always go beyond the input: The maximize Minimal Means perspective. **Theoretical Linguistics**, v. 45, n. 3-4, p. 211-224, 2019b. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/tl-2019-0013>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BIBERAUER, Theresa; CYRINO, Sônia. Appearances are Deceptive: Jespersen's Cycle from the Perspective of the Romania Nova and Romance-based Creoles. **Paper presented at Going Romance 23**. University of Nice, Nice, 2009.

BORER, Hagit. **Parametric Syntax**. Dordrecht: Foris, 1984.

BYBEE, Joan L. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.



SUMÁRIO

CALINDRO, Ana. **Introduzindo Argumentos**: uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro. Orientador: Maria Aparecida Torres Morais. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAPELLE, Bert. Particle placement and the case for “allostructions”. **Constructions**, Special Volume 1, p. 1-28, 2006.

CAVALCANTE, Rerisson. **Negação anafórica no português brasileiro**: negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte. Orientador: Jairo Morais Nunes. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**: The Pisa Lectures. Studies in generative grammar, no. 9. Dordrecht, Holland and Cinnaminson, N. J: Foris Publications, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding**. Cambridge: The MIT Press, 1982.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of Language**: its nature, origin, and use. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. **The minimalist program**. Cambridge: The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. Three Factors in Language Design. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/0024389052993655>. Acesso em: 23 jul. 2025.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. **Corpus do Português**. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 23 jul. 2025.

DIESSEL, Holger. **The grammar network**: How linguistic structure is shaped by language use. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.

DU BOIS, Jean. Competing motivations. In: HAIMAN, John (ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343-366.

DRYER, Matthew. The Greenbergian Word Order Correlations. **Language**, v. 68, n. 1. p. 81-138, 1992.

SUMÁRIO

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (org.). **Gramaticalização no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 167-189.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Variação e mudança no domínio funcional da negação. **Gragoatá**, v. 5, n. 9, p. 155-170, 2021 [2000]. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/49044>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. **D.E.L.T.A.**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 17, n. 1, p. 1-30, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/NtQfY4vnjp7R3ZpjjHQ7m5S>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; RIOS DE OLIVEIRA, Mariangela; VOTRE, Sebastião Josué. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. **D.E.L.T.A.**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 15, n. 1, p. 85-111, 2019 [1999]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/42475>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FURTADO DA CUNHA, Angélica; BISPO, Edvaldo; CORDEIRO, Fernando. Mudança linguística em perspectiva funcional: aspectos cognitivos e interacionais. *In*: CASTANHEIRA, Dennis; SÁ, Érika Ilogti de; FREITAS JR, Roberto de; SILVA, Thiago dos Santos (org.). **Discurso, Gramática & Funcionalismo**: uma homenagem a Maria Maura Cezario. Campinas: Pontes Editores, 2024. p. 113-139.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

GOLDBERG, Adele E. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions at Work**: The Nature of Generalization in Language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. *In*: GREENBERG, Joseph H. (ed.). **Universals of Language**. Cambridge: The MIT Press, 1963. p. 73-113.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **World Lexicon of Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.



SUMÁRIO

HOLMBERG, Anders. Universal Grammar. *In*: LEDGEWAY, Adam; ROBERTS, Ian (ed.). **The Cambridge handbook of historical syntax**. Cambridge: CUP, 2017. p. 134-162.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KATO, Mary. Gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. *In*: MARQUES, Maria *et al.* (eds.) **Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005, p. 131-145.

KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. **Language Variation and Change**, v. 1, n. 3, p. 199-244, 1989.

KROCH, Anthony. Syntactic Change. *In*: BALTINE, Mark; COLLINS, Chris (ed.). **The Handbook of Contemporary Syntactic Theory**. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 2001. p. 698-729.

JESPERSEN, Otto. Negation in English and other languages. **Hist-Fil Meddelelser**, v. 1, n. 5. Copenhagen: Det Kgl. Danske Videnskabernes Selskab, 1917.

LEDGEWAY, Adam; ROBERTS, Ian. Principles and Parameters. *In*: LEDGEWAY, Adam; ROBERTS, Ian (ed.). **The Cambridge handbook of historical syntax**. Cambridge: CUP, 2017. p. 581-628.

LIGHTFOOT, David. **Principles of Diachronic Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LIGHTFOOT, David. **How to Set Parameters**: Arguments from Language Change. Cambridge: The MIT Press, 1991.

LIGHTFOOT, David. **How to Set Parameters**: Arguments from Language Change. Cambridge: The MIT Press, revised ed., 1993.

LIGHTFOOT, David. **The Development of Language**: Acquisition, Change, and Evolution. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MANZINI, Rita; WEXLER, Kenneth. Parameters, Binding Theory and Learnability. **Linguistic Inquiry**, v. 18, n. 3, p. 413-444, 1987.

SUMÁRIO

MARTINS, Ana Maria. Negação metalinguística (lá, cá e agora). *In*: BRITO, Ana Maria; SILVA, Maria de Fátima Henriques da; VELOSO, João; FIÉIS, Alexandra (ed.). **Atas do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2010.

OLIVEIRA, Diego; ALONSO, Karen. **Conhecimento em rede**: laços e entrelaços da língua em uso. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

PAGOTTO, Emilio. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. v. 1, n. 2. p. 49-68, 1998.

POLETTI, Cecilia. On negative doubling. **Quaderni di Lavoro ASIt**: La negazione: variazione dialettale ed evoluzione diacronica, v. 8, p. 57-84, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Negation and denial**: A study in the theory of speech acts. Orientador: Leila Bárbara. 1982. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.

RAMCHAND, Gillian Catriona. Two types of negation in Bengali. *In*: DAYAL, Veneeta; MAHAJAN, Anoop (ed.). **Clause Structure in South Asian Languages**. Studies in Natural Language and Linguistic Theory. Dordrecht: Springer, 2004. p. 39-66.

RICHARDS, Marc. Two kinds of variation in a minimalist system. *In*: HECK, Fabian; MÜLLER, Gereon; TROMMER, Jochen (ed.). **Varieties of competition**: Linguistische Arbeits Berichte, Leipzig University, v. 87, p. 133-162, 2008.

ROBERTS, Ian. Agreement parameters and the development of English modal auxiliaries. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 3, n. 1, p. 21-58, 1985.

ROBERTS, Ian. **Diachronic Syntax**. New York: Oxford University Press, 2007.

SCHMID, Hans-Jorg. **The Dynamics of the Linguistic System: usage, conventionalization and entrenchment**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

SCHWENTER, Scott. The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese. **Lingua**, v. 115, n. 10, p. 1427-1456, out. 2005.

SZCZESŃIAK, Konrad. É um não querer mais que bem querer: Gramaticalização de conceitos volitivos. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, v. 12, p. 179-200, 2017.

SPORTICHE, Dominique. Zibun. **Linguistic Inquiry**, v. 17, n. 2, p. 369-374, 1986.



SUMÁRIO

TEIXEIRA DE SOUSA, Lílian. Sentential negation in Brazilian Portuguese: Pragmatics and syntax. **JournalLIPP**, v. 1, p. 89-103, 2011.

TEIXEIRA DE SOUSA, Lílian. **Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no português brasileiro**. Orientador: Sônia Maria Lazzarini Cyrino. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012a.

TEIXEIRA DE SOUSA, Lílian. A negação sentencial e o efeito de bloqueio no Português Brasileiro. **Recorte (UninCor)**, v. 9, n. 2, p. 1-18, 2012b.

TEIXEIRA DE SOUSA, Lílian. Sobre as origens da distinção entre negação de proposição e negação de evento no português brasileiro. **Estudos de linguística galega**. Número especial, p. 123-138, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15304/elg.ve1.3688>. Acesso em: 23 jul. 2025.

THOMPSON, Sandra. **A discourse explanation for the cross-linguistic differences in the grammar of interrogation and negation**. Santa Barbara: UCSB. Mimeo, 1995.

TOMASELLO, Michael (ed.). **The new psychology of language**: cognitive and functional approaches to language structure. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. A constructional perspective on language change. **Abralin/EAD**, 2021.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].



10

Matheus Gomes Alves

Clara Sousa

Adriana Leitão Martins

Diogo Pinheiro

PARADIGMAS LINGÜÍSTICOS EM CONTRASTE:

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE A LINGÜÍSTICA
GERATIVA E A LINGÜÍSTICA BASEADA NO USO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-517-6.10

SUMÁRIO

Por meio deste livro, objetivou-se contrastar conceitos basilares da Linguística Gerativa (LG) e da Linguística Baseada no Uso (LBU). Como já ficou dito no primeiro capítulo, essas duas grandes abordagens carecem de diálogos mais estreitos em relação a suas propostas de análise e suas epistemologias – o que nos impede, até mesmo, de avaliar alguma eventual possibilidade de compatibilização entre elas. Independentemente disso, porém, é possível constatar que os dois quadros teóricos compartilham, pelo menos, as seguintes crenças: 1) a linguagem é um produto da cognição humana; 2) a linguagem pode ser estudada com dados empíricos de falantes de uma comunidade; e 3) todo falante nativo, adulto e saudável é capaz de reconhecer enunciados gramaticais e agramaticais de sua língua.

Partindo dessa base comum, parece claro que a LG e a LBU podem e devem dialogar. Entende-se que tal diálogo é benéfico para uma efetiva observação dos fenômenos linguísticos, sua descrição e sua análise. Além disso, esse diálogo beneficia também o estudo da linguagem enquanto propriedade biológica humana e sua evolução na espécie. Assim, conforme argumenta Perini (2008, p. 34), seria possível superar o período de “história natural” em que vive a ciência linguística, isto é, o período de “inexistência de um paradigma (unificado) no estudo sincrônico da linguagem”, na medida em que diferentes abordagens teóricas possam dialogar de forma produtiva, reconhecendo seus pontos de convergência e divergência e promovendo investigações integradas sobre a linguagem humana.

Começemos, então, pelo primeiro postulado, segundo o qual a linguagem é um produto da cognição humana. No âmbito da Revolução Cognitiva, Chomsky (1959) publica uma resenha acerca do livro *Verbal Behavior* (“Comportamento Verbal”), de autoria do psicólogo behaviorista Burrhus Frederic Skinner. Opondo-se à proposta antimentalista behaviorista, segundo a qual a linguagem humana poderia ser explicada unicamente por um modelo de estímulo-resposta-reforço, Chomsky (1959) apresenta os fundamentos da psicologia cognitiva moderna. Dentre os principais argumentos



apresentados por Chomsky (1959) contra a proposta antimentalista de Skinner, convém citar o argumento da pobreza de estímulo.

Esse argumento parte da premissa de que os dados linguísticos aos quais uma criança em processo de aquisição é exposta são limitados. Tais estímulos não seriam suficientes para que ela extraísse, apenas por exposição, as regras e generalizações complexas que compõem a estrutura de uma língua. Para exemplificar esse argumento, é possível considerar o processo de aquisição de perguntas polares (de sim/não) em línguas como o inglês, nas quais o verbo da oração principal deve ser alçado ao início da oração para checar o traço de interrogação. Sendo assim, têm-se as seguintes ocorrências:

(1) *The man **is** tired.*

"O homem está cansado"

(2) ***Is** the man tired?*

"?Está o homem cansado?"

(3) **The man **is** tired?*

(4) *The man who is tired **is** walking.*

"O homem que está cansado está caminhando"

(5) ****Is** the man who tired **is** walking?*

"*Está o homem que cansado está caminhando"

(6) ***Is** the man who is tired walking?*

"?Está o homem que está cansado caminhando?"

Em (1), veicula-se a informação de que "*The man*" ("o homem") integra um conjunto de pessoas caracterizado pela propriedade "*to be tired*" ("estar cansado"). Perceba que a natureza desta sentença



é declarativa, ou seja, por meio dela, é possível verificar e falsear as condições de verdade da eventualidade descrita, como "a existência de um homem que esteja cansado". Em (2), entretanto, veicula-se uma pergunta polar, isto é, que pode ser respondida com "sim" ou "não". É importante observar que, por meio de tal estruturação sintática, em que o verbo cópula "is" é alçado até a posição inicial da sentença, é efetuado um questionamento acerca do pertencimento de "The man" ("o homem") ao conjunto de pessoas caracterizado pela propriedade "to be tired" ("estar cansado"). Conforme se observa em (3), o movimento do referido verbo é obrigatório, não licenciando, assim, a possibilidade de "is" se manter na mesma posição em que está em (1). Dessa forma, em uma análise inicial dos dados até agora descritos, seria possível considerar que uma criança em idade de aquisição de linguagem teria que "mover" o primeiro verbo que aparecer em uma sentença para formar uma interrogativa, mimetizando o "comportamento verbal" dos falantes de sua comunidade de fala.

Em (4), veicula-se a informação de que "The man who is tired" ("O homem que está cansado") é agente do evento de "to be walking" ("estar andando"), por meio de uma sentença declarativa. Se uma criança aplicasse a generalização apontada no parágrafo anterior de "mover" o primeiro verbo que aparecer em uma sentença para formar uma pergunta, o resultado seria uma agramaticalidade, conforme se observa em (5). Em (5), o primeiro verbo que, na ordem linear, faz-se presente na sentença é o "is" sublinhado e não o "is" apenas em negrito. Logo, essa generalização possível a partir dos dados que a criança poderia fazer não seria capaz de formar uma sentença gramatical. Convém salientar que, por conta dessa impossibilidade, é possível argumentar que também um raciocínio analógico baseado na estrutura em (2) resultaria igualmente na construção de uma estrutura agramatical em (5). A partir da sentença gramatical em (6), observa-se que a proposta inicial de movimento do primeiro verbo que figurar na ordem linear deve ser reformulada em termos de movimento do primeiro verbo que participa da

SUMÁRIO



SUMÁRIO

predicação, integrando a oração principal. Sendo assim, se os dados linguísticos a que uma criança é exposta levam a uma generalização e essa generalização é inválida, por não contemplar as verdadeiras regras de estruturação sintática de uma língua, então os dados linguísticos a que uma criança é exposta são “pobres” ou “imperfeitos”. Assim, no espírito da argumentação de Chomsky (1959), é necessário que haja um conhecimento linguístico na criança acerca das estruturas sintáticas possíveis nas línguas naturais que anteceda a exposição de dados de uma língua, uma vez que, se não o houvesse, crianças não conseguiriam extrair as generalizações que realmente atuam em um sistema.

Tal componente que antecede a exposição de dados de uma língua é descrito por Chomsky (1959) em termos de um conhecimento inato, dado biologicamente na espécie humana. Há, assim, a proposição de uma cognição regida especificamente por princípios linguísticos na interface mente-cérebro. Essa cognição, modular por natureza, é chamada de Faculdade da Linguagem. Em relação às sentenças (4), (5), (6), conforme argumentam Nóbrega e Basso (2025), a generalização de movimento do verbo para a posição inicial com base na linearização ou na “proximidade” escaparia às capacidades linguísticas humanas previstas na Faculdade da Linguagem, uma vez que relações entre sintagmas são de natureza hierárquica, não linear.

Observa-se, assim, que, na LG, enfatiza-se o caráter cognitivo da linguagem, o que sustenta o postulado já apresentado de que “a linguagem é um produto da cognição humana”. Nesse sentido, a LG tem relação de interface com a LBU. Contudo, no caso da LG, aposta-se na existência de uma cognição regida especificamente por princípios linguísticos. Notavelmente, adota-se como pressuposto o entendimento de que essa cognição tem natureza modular, encapsulada.

Por outro lado, a LBU é conhecida por não adotar uma visão não modular da mente. Trata-se, assim, de um modelo emergentista



SUMÁRIO

que assume que a linguagem é um produto da cognição humana, sendo fruto da interação das diversas habilidades cognitivas gerais. Dito de outro modo, a LBU parte do princípio de que as mesmas capacidades mentais que orientam ações não linguísticas também governam e estruturam o conhecimento linguístico. Em vez de postular um módulo específico e inato da linguagem, como fazem os modelos gerativistas, essa abordagem entende que a gramática emerge da experiência concreta de uso, sendo moldada por processos cognitivos gerais como categorização, *chunking*, memória rica, associação transmodal e analogia (Goldberg, 2006; Bybee, 2010).

A categorização, por exemplo, é vista como o mecanismo responsável por estruturar o conhecimento por meio da semelhança com entidades já armazenadas. Assim como agrupamos objetos do mundo real — como morangos e uvas na categoria de frutas —, agrupamos também, segundo a LBU, construções linguísticas em esquemas mais abstratos. Um padrão como [S V OI OD], por exemplo, pode ser entendido como uma instância de um padrão mais amplo [S Pred], que generaliza outros diferentes arranjos argumentais. Nesse sentido, os padrões linguísticos, bem como os elementos da realidade, podem ser organizados taxonomicamente de acordo com os padrões de semelhança que identificamos entre eles.

O processo de *chunking*, por seu turno, consiste em unir, em uma única unidade de representação, elementos que poderiam ser representados separadamente. Por exemplo, ao memorizarmos um número de CPF, geralmente o fazemos em blocos de três (e um último bloco com dois elementos). Esse processo reduz a sobrecarga da memória de trabalho e, na linguagem, facilita o acesso a blocos gramaticais frequentemente usados. Expressões como “par ou ímpar” ou “preto e branco”, por exemplo, tendem a ser armanzeadas como blocos indivisíveis, de forma que alterações em sua ordem ou substituições por termos similares — como “ímpar ou par” ou “negro e branco” — soam pouco naturais. Esse fato é uma evidência de que

os *chunks*, estruturas comuns na percepção da realidade cotidiana, também compõem o nosso conhecimento linguístico.

A memória rica, por sua vez, refere-se à capacidade de armazenar informações detalhadas de contextos específicos de uso, como características fonéticas e situações comunicativas. Essa habilidade permite, por exemplo, que alguém associe o uso da palavra “atenciosamente” não só ao seu sentido como despedida formal, mas também ao gênero textual em que foi experienciada, como cartas e e-mails.

A associação transmodal explica como se estabelecem vínculos diretos entre formas perceptuais e significados. Assim como determinados sons e sinais visuais — como as cores do semáforo — ativam significados imediatos, o mesmo ocorre com formas linguísticas. Assim, o falante de uma língua é capaz de associar diretamente a sequência sonora [‘kazə] ao conceito de “casa”, fazendo com que seja possível a significação e a comunicação.

A analogia também tem papel central na organização do conhecimento linguístico, pois permite a criação de novas formas com base em padrões previamente internalizados. Gick e Holyoak (1980) demonstram, por meio de experimentos, como a analogia é uma estratégia humana fundamental para resolução de problemas de ordem não linguística. Na linguagem, Bybee (2010) ilustra esse princípio, por exemplo, com a forma verbal *leaped*, que substitui a forma original *leapt* no inglês contemporâneo, seguindo o padrão de verbos regulares como *played* e *jumped* por meio de um mecanismo analógico. No português, fenômeno semelhante ocorre na formação de verbos como *stalkear* ou *printar*, em que o falante aplica o modelo de formação verbal da língua (radical + -ar) a termos importados.

Ao entender que esses processos da cognição geral são os responsáveis por estruturar o conhecimento linguístico, a LBU propõe uma visão de linguagem que combina cognição, uso e interação social. A aquisição linguística, segundo Tomasello (2003), resulta da

SUMÁRIO



interação entre essas três dimensões, sendo impulsionada pelo uso concreto da linguagem em situações comunicativas reais. Assim, o *input* não é apenas um estímulo, mas o próprio material a partir do qual se forma o conhecimento gramatical. Ao contrário dos modelos inatistas, que postulam uma gramática universal pré-programada, a LBU sustenta que todo conhecimento linguístico emerge da experiência. Enfim, a LBU apresenta uma abordagem da linguagem ancorada em experiências reais, em práticas comunicativas cotidianas e nos mecanismos cognitivos gerais da mente humana. É uma teoria que reconhece que a linguagem é um produto da cognição, enquanto entidade abstrata, e não que ela se constitui como um módulo específico da mente.

Passemos agora para o segundo postulado, de natureza metodológica, segundo o qual “a linguagem pode ser estudada com dados empíricos de falantes de uma comunidade”. Antes disso, porém, pode ser útil citar a tipologia de métodos linguísticos proposta por Chafe (1994). Por meio do cruzamento de dois critérios, especificamente a natureza de dados (naturais ou manipulados) e do tipo de observação desses dados (pública ou privada), Chafe (1994) classifica os métodos empregados em Linguística em quatro categorias, sistematizadas no quadro abaixo, retirado de França, Ferrari e Maia (2016, p. 55):

Quadro 1 - Classificação de Chafe para Métodos de Pesquisa em Linguística

	Público	Privado
Natural	etnográfico	insight
Manipulado	experimental; elicitación	julgamento de gramaticalidade

Fonte: Retirado de França, Ferrari e Maia (2016, p. 55).

O método público-natural, exemplificado como método etnográfico, baseia-se na observação e descrição de dados naturais com possibilidade de verificação pública, licenciando, assim, a



SUMÁRIO

replicabilidade do estudo. Em Duarte Borges (2022), por exemplo, emprega-se tal método alinhado à LG. Duarte Borges (2022) analisa a sintaxe dos verbos “*hi*” e “*ni*”, da língua Paumari, e argumenta que esses verbos se comportam como verbos leves em construções de predicação complexa, não figurando, assim, como auxiliares. Além disso, em Cezário Soares (2019), por exemplo, emprega-se tal método alinhado à LBU. Nesse estudo, Cezário Soares (2019) analisa marcadores de evidencialidade, isto é, de indicação linguística da evidência de uma proposição, na língua Wa’ikhana (Tukano Oriental), identificando, em princípio, quatro tipos de evidencialidade, a visual, a inferencial, a presumida e a reportada.

O método público-manipulado, que pode ser exemplificado como método experimental, baseia-se no estabelecimento de uma causalidade entre variáveis dependentes e variáveis independentes, a partir do estabelecimento de condições contextuais rígidas, replicáveis e controladas. Define-se como variáveis dependentes os elementos que se observam e medem para verificar os efeitos da atuação de variáveis independentes. Denotam-se tais variáveis como dependentes pelo fato de serem presumivelmente influenciadas pelas referidas variáveis independentes. Entende-se como variáveis independentes o conjunto de fatores manipulados pelo pesquisador para investigar seus efeitos sobre as variáveis dependentes.

Em Alves (2022) e Alves e Martins (2024), por exemplo, também se emprega tal método alinhado à LG. Tais autores analisam o efeito da variável independente escopo (restrito vs. amplo) sob a variável dependente tipo de linearização em contextos de sentenças do inglês com advérbios “empilhados”, como, por exemplo, em “*John almost usually eats breakfast*” (“João quase geralmente toma café da manhã”). Empregando como método Testes de Leitura e Testes de Preenchimento de Lacunas, observou-se que, quando o advérbio “*almost*” (“quase”) atribui leitura de escopo restrito, este tende a ser linearizado em posição de adjacência a outro advérbio, atribuindo-lhe uma interpretação graduável.

SUMÁRIO

Em Pinheiro, Sousa e Portela (2023), emprega-se esse método em um estudo alinhado à LBU. Os autores investigam um padrão idiomático do português brasileiro envolvendo o uso atípico do item *bem*, como em “Eu bem vendi o colar que ela gostou”, propondo que esses usos constituem uma construção gramatical específica, chamada Construção de Contraexpectativa com *Bem* (CCB). Empregando como método um Teste de Escolha Forçada, observou-se uma relação entre a variável dependente (emprego do item “bem”) e a variável independente (veiculação de contraexpectativa e pressuposição negativa).

O método privado-natural, exemplificado como *insight*, consiste, de acordo com França, Ferrari e Maia (2016, p. 55), na “compreensão intuitiva de ocorrência natural, não controlada, sobre um fenômeno”. Em Ilari (2002), por exemplo, emprega-se tal método em análise alinhada à LG. Neste trabalho, descreve-se o comportamento morfossintático de advérbios aspectuais no português brasileiro falado a partir de ocorrências naturais. Já em Castilho *et al.* (2022), por exemplo, o mesmo método é empregado em uma abordagem alinhada à LBU, na qual a partir da apreensão de ocorrências naturais e reais de diversos fenômenos linguísticos, sistematiza-se uma gramática descritiva do português brasileiro.

Finalmente, o método privado-manipulado, exemplificado como julgamento de aceitabilidade ou de gramaticalidade, consiste no emprego da própria intuição do pesquisador enquanto falante nativo de uma língua para identificar a aceitabilidade ou gramaticalidade de sentenças dessa língua. Em Foltran e Nóbrega (2020), emprega-se tal método alinhado à LG. A partir da própria intuição linguística enquanto falantes de português brasileiro, tais autores propõem uma taxonomia de modificadores desta língua, levando em consideração critérios sintáticos e semânticos. Em Goldberg (1995), por seu turno, emprega-se tal método alinhado à LBU. Por meio de sua intuição enquanto falante nativa de língua inglesa, Goldberg (1995) descreve

as propriedades sintático-semânticas de construções ditransitivas, construções causativas e construções resultativas na referida língua.

Dessa forma, como se pode observar, tanto na LG, quanto na LBU, esses métodos são utilizados. Convém salientar, entretanto, que, enquanto, em LG, julgamentos de gramaticalidade tendem a ser tendencialmente mais difundidos e aceitos, em LBU, esses não são difundidos e aceitos na mesma medida, havendo, em muitos casos, o entendimento de que devem ser complementados por algum tipo de abordagem pública (etnográfica/observacional ou experimental).

No que se refere ao terceiro postulado de interface entre a LG e a LBU, segundo o qual falantes nativos são capazes de reconhecer enunciados gramaticais e agramaticais de sua língua, convém apontar a distinção entre competência e desempenho, proposta inicialmente em Chomsky (1965). Enquanto o termo “competência” refere-se ao conhecimento linguístico internalizado de uma falante, o termo “desempenho” refere-se ao uso real da língua em situações concretas. Argumenta-se, na LG, que todo falante adulto e nativo de uma língua possui a capacidade de reconhecer enunciados gramaticais e agramaticais de sua língua por ser essa uma propriedade de sua competência, um produto do processo de fixação de valores paramétricos inatos durante o processo de aquisição de linguagem. Sendo assim, em LG, essa capacidade linguística instancia a própria competência do falante.

Na LBU, assume-se, igualmente, que falantes nativos são capazes de reconhecer a gramaticalidade de enunciados de sua língua. Contudo, diferentemente do que se assume em LG, a competência do falante não se sustenta em uma base inata especificamente linguística, consistindo, em vez disso, em um conjunto de conhecimentos construídos exclusivamente a partir dos dados linguísticos primários. Nesse sentido, os modelos baseados no uso não trabalham com a tradicional separação rígida entre competência

SUMÁRIO



SUMÁRIO

e desempenho, na medida em que desempenho, isto é, o uso linguístico, impacta as representações da competência do falante e vice-versa. Na verdade, o reconhecimento da gramaticalidade dos padrões linguísticos se deve a essa relação biunívoca entre competência e desempenho, a partir da qual o falante abstrai os padrões que compõem a gramática do seu idioma.

Em suma, os paradigmas da LG e da LBU parecem compartilhar, no mínimo, os seguintes postulados: 1) a linguagem é um produto da cognição humana; 2) a linguagem pode ser estudada com dados empíricos de falantes de uma comunidade; e 3) todo falante nativo, adulto e saudável é capaz de reconhecer enunciados gramaticais e agramaticais de sua língua. Ao mesmo tempo, porém, a adesão a esses postulados se dá de maneira distinta em cada caso: enquanto a LG assume uma cognição modular, a LBU aposta na existência de processos cognitivos de domínio geral (postulado 1); embora ambos os paradigmas recorram a todos os tipos de métodos identificados por Chafe (1994), testes introspectivos de gramaticalidade tendem a ser menos bem aceitos (sobretudo, se usados de forma isolada) na LBU do que na LG (postulado 2); e, por fim, enquanto a LG assume que a competência linguística que permite distinguir as sequências gramaticais das agramaticais se sustenta em uma base inata especificamente linguística, a LBU advoga que essa competência é inteiramente construída a partir do *input*, ainda que isso se dê com base em princípios inatos não especificamente linguísticos (postulado 3).

Essa breve síntese, naturalmente, não esgota o rol de convergências e divergências entre LG e LBU. Queremos crer, no entanto, que os demais capítulos deste livro – e, em particular, os capítulos 2 a 9 – dão um importante passo nesse sentido. Que esse passo seja seguido por muitos outros, a fim de que possamos superar algum dia, quem sabe?, a coexistência de posições mutuamente excludentes.



REFERÊNCIAS

ALVES, M. G. **A representação mental da imperfectividade em inglês: uma análise cartográfica**. Rio de Janeiro, 2022. 134f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ALVES, M. G.; MARTINS, A. L. A Cartographic Approach to Stacked Imperfective Adverbs in English. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 40, n. 1, p. 202440161566, 2024.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

CEZARIO SOARES, B. **A evidencialidade em Waaïkhana (tukano oriental): uma proposta funcional-tipológica**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CHAFE, W. **Discourse, consciousness, and time**: The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing. University of Chicago Press, 1994.

CHOMSKY, A. N. Review of Skinner's *Verbal Behavior*. **Language**, 35, 26–58. 1959.

CHOMSKY, A. N. **Aspects of the theory of syntax**. Special technical report no. 11. 1965.

DUARTE-BORGES, G. A. Uma proposta de análise para a estrutura verbal em Paumarí: questões preliminares sobre causa e agentividade. **Cadernos do IL**, n. 65, p. 113-149, 2022.

FRANÇA, A.; FERRARI, L.; MAIA, M. Métodos de investigação linguística. In: FRANÇA, A.; FERRARI, L.; MAIA, M. (org.). **A linguística do século XXI: convergências e divergências no estudo da linguagem**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 53-90.

FOLTRAN, M. J.; NÓBREGA, V. A. Por uma taxonomia dos modificadores do português brasileiro. QUADROS-GOMES; AP TESCARI NETO, A. (orgs.). **Sintaxe e semântica dos adjetivos e advérbios**. Campinas: Pontes, 2020.

GICK, M. L.; HOLYOAK, K. **Analogical problem solving**. Cognitive Psychology, 12, pp. 306-355, 1980.

SUMÁRIO



GOLDBERG, A. E. **Constructions**: A Construction Grammar Approach to Argument Structure. Chicago, IL: Chicago University Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions at Work**: The Nature of Generalization in Language. New York: Oxford University Press, 2006.

ILARI, R. (Org.). **Gramática do Português Falado** - vol. II, Níveis de Análise Lingüística. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

NÓBREGA, V. A.; BASSO, R. M. **Gramática do impossível**: há regras que escapam à capacidade lingüística humana? Site do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. 2025. Disponível em: <https://lefufjrj.wordpress.com>. Último acesso em 14 de junho de 2025.

PERINI, M. A. **Estudos de gramática descritiva**: as valências verbais. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PINHEIRO, D; SOUSA, C.; PORTELA, B. Idiomaticidade em Gramática de Construções: a construção de contraexpectativa com “bem” sob uma análise semântico-pragmática. **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 66, p. 171-192, 2024

TOMASELLO, M. **Constructing a language**: a used-based theory of language acquisition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

SUMÁRIO



SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriana Leitão Martins

Professora Associada do Departamento de Linguística e Filologia na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui Bacharelado (2004) e Licenciatura (2005) em Letras: Português-Inglês, mestrado em Linguística (2006) e doutorado em Linguística (2010) pela UFRJ. Coordena o grupo de pesquisa BioLing (Biologia da Linguagem), onde desenvolve pesquisas na área de sintaxe, investigando o conhecimento linguístico de pessoas saudáveis, com patologias linguísticas, de crianças adquirindo linguagem e de sujeitos adquirindo L2, e atuando principalmente com a investigação de categorias flexionais, como de tempo, aspecto, modo e modalidade. Atua no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ (PPGLIN/UFRJ), onde se encontra ligada às linhas de pesquisa "Gramática na Teoria Gerativa" e "Linguagem, Mente e Cérebro". Atuou como Professora Visitante Sênior na Universidade de Coimbra entre 04/2024 e 06/2024 com bolsa CAPES-Print. Foi chefe do Departamento de Linguística e Filologia (2019-2021) da Faculdade de Letras da UFRJ e coordenadora dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português / Francês da UFRJ (2022-2024). Atualmente, é substituta eventual da coordenação do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3516755675572396>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0510-2586>

E-mail: adrianaleitao@letras.ufrj.br

Adriana Tavares Maurício Lessa

Professora Adjunta de Língua Inglesa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em que investigou o processo de aquisição de tempo e aspecto sob a perspectiva gerativista.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2251483421572756>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0637-0964>

E-mail: adrianalessa@ufrrj.br

Alessandro Boechat de Medeiros

Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e licenciado também em Matemática pela mesma Universidade (2002). Fez Mestrado (2004) e Doutorado (2008) em Linguística no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ, com estágio doutoral na New York University (2006). Foi bolsista FAPESP de pós-doutorado no programa de pós-graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, entre 2008 e 2010. Desde 2010, atua como professor do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da UFRJ, e,

SUMÁRIO



desde 2011, é membro permanente do PPGLIN. Trabalha com Teoria e Análise Linguística, seguindo a escola gerativo-transformacional chomskyana e suas derivações mais recentes (em particular o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída), investigando temas em morfossintaxe, semântica, estrutura de eventos e argumentos dos verbos, verbos aspectuais, tempo, aspecto e estrutura informacional das sentenças.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3683514276827059>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9925-2643>

E-mail: alboecheat@letras.ufrj.br

Ana Paula Quadros Gomes

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora em semântica das línguas naturais, é uma das autoras do livro *Para Conhecer Semântica* (ed. Contexto). Atua no Programa de Pós-graduação em Linguística (UFRJ), no Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas — PROFLIND (Museu Nacional, UFRJ) e no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (UFRJ). Coordena o Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico (UFRJ). Trabalha também com a confecção de materiais pedagógicos e didáticos para aquisição de língua 1 ou de segundas línguas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3854275482207788>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3476-0193>

E-mail: anaquadrosdsgomes@letras.ufrj.br

Ana Regina Vaz Calindro

Professora Adjunta do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde agosto de 2018. Membro do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ desde de 2019. Foi professora visitante no Departamento de Línguas Modernas da Universidade de Birmingham em 2019. Atuou como professora adjunta de Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2016 a 2018). Possui bacharelado em Linguística e bacharelado / licenciatura em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) (2006), mestrado em Filologia e Língua Portuguesa pela USP (2009), doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela USP (2015), com período sanduíche na Universidade de Cambridge (2014/2015). Realizou um estágio de pós-doutorado em linguística na Unicamp (2016). Realizou uma visita de capacitação na Universidade de Cambridge, em janeiro de 2022, através do Capes-Print. Editora Associada da Revista Estudos da Linguagem (RELIN-UFMG). Tem experiência na área de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Românicas com ênfase em teoria e análise linguística, análise linguística de línguas indígenas brasileiras, sintaxe, sintaxe diacrônica, linguística histórica, variação e mudança linguística, linguística computacional, interface entre teoria linguística e ensino, ensino de línguas estrangeiras, ensino de gramática do português e português como segunda língua.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7479355830769784>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2171-5307>

E-mail: anacalindro@letras.ufrj.br

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Christina Abreu Gomes

Professora Titular do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Letras - Português/Francês (1980), Mestrado em Estudos Linguísticos (1986) pela UFMG e Doutorado em Linguística (1996) pela UFRJ. É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ) e também membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL e do PEUL/UFRJ (Programa de Estudos sobre Uso da Língua). Tem experiência na área de Linguística, desenvolvendo pesquisa em temas voltados para a variação e mudança linguística, aquisição e processamento da variação, com base nos pressupostos dos Modelos Baseados no Uso.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3109224399923578>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0358-2029>

E-mail: christinagomes@letras.ufrj.br

Clara Sousa

Doutoranda Linguística, com bolsa do CNPq, pela UFRJ. Mestre em Linguística e graduada em Letras - Português/Literatura pela mesma instituição. É integrante do Laboratório de Pesquisas em Linguística Cognitiva, onde pesquisa construções de contraexpectativa sob a ótica da Gramática de Construções Baseada no Uso. Dentro dos seus temas de interesse, estão intersubjetividade, cognição, estrutura informacional e polidez. Atualmente é também professora de Língua Portuguesa no ensino básico.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8854446992268612>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8008-2661>

E-mail: clarass@letras.ufrj.br

Deise Cristina de Moraes Pinto

Professora Associada do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ. Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Letras (Português-Inglês), Mestre e Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integra a equipe do Grupo de Estudos Discurso & Gramática desde 1992. Membro do GT Descrição do Português, da ANPOLL. Associada à ABRALIN. Membro da COAA (Comissão de Orientação e Apoio Acadêmico) e de NDEs de cursos da Faculdade de Letras/UFRJ. Tem experiência nas áreas de Linguística e de Filologia, com ênfase em Linguística Histórica, Crítica Textual e Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguística Funcional Centrada no Uso; mudança linguística; construcionalização e mudanças construcionais; gramaticalização e lexicalização; advérbios; ordenação; manuscritos oitocentistas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/22718073210528204>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5781-4852>

E-mail: deisemoraes@letras.ufrj.br

SUMÁRIO

Diego Leite de Oliveira

Professor do Departamento de Letras Orientais e Eslavas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integra o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) e lidera o Núcleo de Estudos em Eslavística (SLAV). Seus interesses de pesquisa abrangem os campos da morfossintaxe e da estrutura da informação em línguas naturais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2272404251695784>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0601-4131>

E-mail: diegooliveira@letras.ufrj.br

Diogo Pinheiro

Professor Associado do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem mestrado em Língua Portuguesa pela UFRJ, doutorado em Linguística pela UFRJ e pós-doutorado pela Universidade de Lancaster (Reino Unido). É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, colíder do Grupo LinC e um dos editores-chefes do periódico *EntrePalavras*. É autor do livro *Curso Básico de Gramática de Construções* (2025) e coeditor das obras *Elementos de Gramática Cognitiva* (2025) e *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica* (2010). Com atuação inserida nos campos da Gramática de Construções e da Linguística Cognitiva, desenvolve pesquisa quantitativa sobre a relação entre gramática e intersubjetividade.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8691039251844677>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>

E-mail: diogopinheiro@letras.ufrj.br

Gean Damulakis

Professor Associado do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Letras - Português/Alemão (2002) pela UFRJ, mestrado (2005) e doutorado (2010) em Linguística pela UFRJ. É membro do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN/UFRJ), do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND/Museu Nacional/UFRJ) e do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UFRJ). Tem experiência nas áreas de educação escolar indígena, ensino de língua alemã, ensino de língua portuguesa e de linguística. Atua principalmente na pesquisa dos seguintes temas: línguas indígenas, fonologia, morfologia e variação fonológica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2131423676515488>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3784-9185>

E-mail: damulakis@letras.ufrj.br

SUMÁRIO

Indaiá de Santana Bassani

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo com estágios de doutorado na University of Pennsylvania e de pós-doutorado na New York University. É Professora adjunta do Departamento de Letras e docente do programa de pós-graduação em Letras da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3142164315719180>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5277-2008>

E-mail: indaia.bassani@unifesp.br

Juliana Barros Nespoli

Professora Adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (GLC) do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) e docente da Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa da UFF. É mestra e doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professora de Língua Portuguesa da educação básica pela Prefeitura do Rio de Janeiro (SME-RJ). É vice-líder do Grupo de Estudos em Sintaxe (GESINT-UFF) e membro do grupo de pesquisa Biologia da Linguagem (BioLing-UFRJ). Desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão, tendo como interesse de pesquisa a descrição e o ensino de fenômenos sintáticos no português.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9320464946253571>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5235-0817>

E-mail: juliana_nespoli@id.uff.br

Karen Sampaio Braga Alonso

Professora Associada do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. Coordenadora do Grupo Discurso & Gramática – UFRJ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). Possui graduação em Português/Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002), Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), Doutorado em Linguística pela UFRJ (2010) e pós-doutorado (visiting scholar) na área de Linguística na Universidade da Califórnia (Berkeley). Realizou capacitação na Universidade de Edimburgo (CAPES-Print). Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ. Docente do Mestrado Profissional em Letras da UFRJ (PROFLETRAS, disciplina: Gramática, variação e ensino). Docente do Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas da UFRJ. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: gramática de construções; mudança linguística; Linguística Baseada no Uso. GANHOU EDITAL APQ1 DA FAPERJ (2023) e EDITAL PÓS-DOCTORADO NOTA 10.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5810157924024712>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7853-0015>

Email: karensampaio@letras.ufrj.br

SUMÁRIO

Marcelo Melo

Professor Adjunto do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Direito (2000) e Letras - Português/Inglês (2010) pela UFRJ, mestrado (2012) e doutorado (2017) em Linguística pela UFRJ. É membro do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFRJ). É também membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL e do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente na pesquisa dos seguintes temas: variação e mudança linguística, variação sonora, percepção da variação socialmente indexada e aquisição da escrita, em especial por grupos de indivíduos periféricos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8845532494430243>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8025-0530>

E-mail: malmelo.lopez@letras.ufrj.br

Matheus Gomes Alves

Foi professor de Língua Portuguesa da UFRJ (Departamento de Letras Vernáculas) de 2022 a 2024. Foi professor de Linguística da UFRJ (Departamento de Linguística e Filologia) de 2022 a 2024. É mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras – UFRJ, pela linha Gramática na Teoria Gerativa. É doutorando em Linguística, com bolsa do CNPq, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Faculdade de Letras – UFRJ. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística e em Gramática da Língua Inglesa. Atua no grupo de pesquisa Biologia da Linguagem, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com interesse em sintaxe cartográfica, advérbios e no ensino de português como língua materna.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3447197742220389>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8109-5299>

E-mail: matheus.ling@letras.ufrj.br

Natal Almeida Simões Neto

Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, com estágio de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professor Adjunto-A de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia e docente dos programas de pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) e em Estudos Linguísticos (PPGEL-UEFS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2978224861970814>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7972-2396>

E-mail: natal.almeida@ufba.br



SUMÁRIO

Priscilla Mouta Marques

É Professora Adjunta de Linguística da UFRJ, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma instituição e pesquisadora do Grupo de Estudos Discurso & Gramática. Possui graduação em Letras (Português - Literaturas) (1999), Mestrado (2008) e Doutorado (2012) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade de Aveiro (Portugal). É também membro do GT Descrição do Português, da ANPOLL. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: ordenação vocabular; construção gramatical; construcionalização; mudanças construcionais; adjetivos adverbiais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9622404949448869>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2301-7852>

E-mail: priscillamouta@letras.ufrj.br

Roberto de Freitas Junior

Graduado em Português/Inglês pela UFRJ, com especialização em Língua Inglesa pela PUC-Rio, mestrado e doutorado em Linguística pela UFRJ e pós-doutorado pela Universidade de Birmingham (Reino Unido). Chefe do Departamento de Letras-Libras/UFRJ, Diretor Adjunto de Cultura e Extensão da FL/UFRJ; Membro do Colegiado de Extensão da FL/UFRJ; Professor Adjunto de Estudos Linguísticos do Dpto. de Letras-Libras/UFRJ. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UERJ/FFP. Membro do Grupo de Trabalho Descrição do Português da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Interessado em estudos sobre a representação cognitiva, como L1 e L2, do PB, da LIBRAS e do Inglês, com ênfase na interface estrutura argumental/informacional e à luz da Gramática das Construções Baseada no Uso e da Gramática das Construções Diassistêmica. Coordenador do Núcleo de Estudos Sobre InterlínguaS (NEIS/UFRJ) e professor pesquisador do grupo Discurso & Gramática (D&G/UFRJ). Colaborador do LabLetras UERJ/FFP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8290929150934751>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6237-1040>

E-mail: robertofrei@letras.ufrj.br

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante

Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Letras - Português/Inglês (1995) e Mestrado em Letras Vernáculas (1999) pela UFRJ e Doutorado em Linguística (2006) pela Unicamp. É membro do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ) e também membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL e do Projeto HistLing. Tem experiência na área de Linguística, atuando nas linhas de pesquisa em variação e mudança linguística e mudança sintática do português com base no modelo gerativista.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1017704723687469>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3264-3572>

E-mail: silviare@letras.ufrj.br

Taisa Peres de Oliveira

Professora Associada de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras. É coordenadora do Grupo de Estudos Sociofuncionalistas, sediado na UFMS, e membro do Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática, sediado na UFRN. Membro da Comissão de Sintaxe da ABRALIN. É Bolsista Produtividade FUNDECT/CNPq. Coordenadora do Projeto Acervo Linguístico do Mato Grosso do Sul (CNPq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1398668945815838>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2439-5604>

E-mail: taisa.p.oliveira@ufms.br

Vitor Augusto Nóbrega

Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo, com estágios pós-doutorais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade de São Paulo (USP). Foi Professor Visitante no Instituto de Estudos Românicos da Universidade de Hamburgo, Alemanha. É Professor do Departamento de Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1020407140444243>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3881-0108>

E-mail: vnobrega@usp.com

SUMÁRIO



ÍNDICE REMISSIVO

A

abstração 18, 22, 69, 71, 93, 98, 106, 126, 129, 160, 161, 162, 163, 166, 210, 251, 253, 288, 326, 330

adaptação 39, 327, 342

aquisição da linguagem 16, 24, 26, 36, 56, 66, 229, 230, 231, 232, 236, 239, 240, 243, 244, 248, 249, 251, 253, 258, 261, 263, 264, 272, 273, 281, 309, 310, 312, 313, 314, 318, 341, 342

arcabouço conceitual 14

arquitetura gramatical 33, 34, 39, 45, 49, 61, 63, 66, 67, 70

B

base interacional 39

behaviorismo 12, 36

C

centralidade da sintaxe 33, 34

ciência linguística 12, 14, 16, 26, 100, 166, 294, 296, 353

ciências sociais 20

cognição humana 19, 23, 25, 34, 232, 353, 356, 357, 363

componentes gramaticais 15

comunidade linguística 18, 126, 251, 262, 341

comunidades acadêmicas 13

conceitos fundamentais 14, 263

configurações sintáticas 42

conhecimento linguístico 12, 13, 19, 22, 23, 33, 61, 63, 85, 86, 87, 107, 115, 126, 131, 148, 150, 157, 163, 165, 180, 236, 250, 252, 259, 261, 269, 272, 284, 285, 288, 290, 293, 294, 304, 326, 327, 356, 357, 358, 359, 362, 366

conhecimentos humanos 34

conhecimento sintático 17, 18

conhecimentos linguísticos internalizados 31

construções gramaticais 13, 261

construções linguísticas 33, 357

construtivismo 16

conteúdo semântico 42, 147, 193

D

dados empíricos 25, 353, 359, 363

descontinuidade evolutiva 39

deslocamento de constituinte 33

dimensão cognitiva 31

E

elementos linguísticos 31, 41, 246, 248, 287

emergentismo 16

empirismo 36, 38, 42, 231, 232

enunciados gramaticais 25, 353, 362, 363

estados internos 36, 37

estímulos 36, 37, 38, 40, 41, 88, 90, 91, 233, 234, 236, 240, 292, 313, 354

estrutura argumental 24, 68, 148, 155, 158, 162, 163, 164, 166, 169, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 210, 372

estrutura básica 30

estrutura sintática 32, 43, 56, 114, 115, 119, 135, 245

estudo sincrônico 14, 353

evidências empíricas 14, 16, 19, 77, 289

experiência 22, 24, 35, 36, 37, 38, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 98, 124, 132, 156, 159, 174, 180, 210, 211, 212, 222, 231, 232, 239, 244, 245, 247, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 261, 262, 263, 264, 272, 273, 285, 287, 288, 290, 294, 326, 328, 339, 342, 357, 359, 367, 368, 369, 370, 371, 372

explicações alternativas 17, 18, 19

expressão fonológica 42

F

falseabilidade 14

SUMÁRIO



SUMÁRIO

falsificação	14, 17	155, 158, 166, 173, 174, 181, 211, 251, 264, 281, 286, 294, 305, 311, 332
falsificacionismo	14	
fato empírico	17	ligações paramétricas 40, 57
fenômenos linguísticos	20, 186, 353, 361	linguagem humana 13, 26, 30, 39, 70, 186, 196, 222, 295, 353
fonologia	20, 42, 43, 45, 62, 65, 76, 78, 79, 82, 98, 99, 102, 107, 117, 250, 369	Linguística Baseada no Uso 11, 12, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 85, 98, 113, 122, 147, 189, 209, 211, 222, 232, 248, 284, 293, 304, 308, 309, 325, 329, 331, 337, 345, 352, 353, 370
formalismo	42, 308	Linguística Cognitiva 13, 18, 37, 38, 39, 122, 125, 126, 141, 144, 231, 232, 289, 368, 369
função comunicativa	39, 331	Linguística Gerativa 11, 12, 15, 18, 21, 25, 46, 55, 57, 113, 141, 147, 186, 222, 231, 248, 271, 272, 293, 308, 309, 343, 352, 353
funções comunicativas	34, 259	
funções sintáticas	24, 42, 181	
fundamentos das línguas	29	
G		
generalização	25, 81, 82, 97, 128, 152, 208, 287, 355, 356	linhagem cognitivo-funcional 16
gramática	14, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 43, 46, 48, 50, 52, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 82, 83, 93, 97, 104, 110, 115, 116, 117, 124, 134, 136, 148, 149, 151, 153, 157, 165, 166, 181, 182, 183, 184, 190, 209, 211, 221, 223, 237, 244, 249, 251, 255, 257, 261, 262, 264, 271, 272, 273, 277, 281, 283, 288, 289, 295, 298, 307, 312, 313, 317, 325, 326, 327, 329, 342, 357, 359, 361, 363, 365, 367, 369, 370	linhagem formalista 16
Gramática Universal	13, 51, 57, 59, 82, 236, 272, 277, 308, 314	livros 15
H		M
habilidades cognitivas	13, 24, 156, 159, 210, 211, 237, 249, 341, 357	modelos gerativos 34, 117
I		modularidade 22, 24, 65, 237, 263
inatismo	16, 232, 263	morfologia 20, 78, 106, 110, 126, 140, 141, 143, 144, 245, 246, 330, 369
instância de uso	33	mudança linguística 20, 25, 41, 126, 243, 269, 270, 273, 281, 284, 295, 301, 303, 304, 306, 307, 308, 310, 312, 313, 314, 323, 325, 328, 330, 332, 341, 344, 345, 351, 367, 368, 370, 371, 372
interação entre linhas	18	mutação genética 39, 247, 248
interação social	26, 156, 256, 358	N
interpretação do significado	223	necessidades comunicativas 38, 60, 260, 329
interpretação semântico-pragmática	146	O
L		opções paramétricas 40
léxico	13, 23, 24, 32, 46, 52, 55, 58, 63, 64, 71, 87, 88, 89, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 108, 113, 124, 134, 148, 149, 153,	ordem canônica 33, 40
		ordem núcleo-complemento 40
		organização interna 15, 165
		P
		padrões linguísticos 34, 269, 357, 363
		padrões prosódicos 31
		papel do uso linguístico 26

SUMÁRIO

paradigma comum 12
paradigmas científicos 14
paradigmas linguísticos 18
perspectivas teóricas diversas 15
positivismo 36
postulados fundamentais 21
preferências metodológicas 26
premissas fundamentais 14, 116
princípios de interpretação 33
princípios estruturantes 37, 38
princípios linguísticos 243, 356
produção eliciada 17
propriedades discursivas 31
propriedades formais 30, 34, 40, 62, 63, 64, 121, 122, 157, 255, 286, 287
propriedades sintáticas 152
prosódia 32, 51

R

racionalismo 34, 35, 37, 39, 42, 231, 232
representações distorcidas 13
respostas comportamentais 37
resultados empíricos 18, 19
revolução cognitiva 12

S

sequências gramaticais 363
sequências pré-fabricadas 18
simulacros 13, 19
sintaxe 20, 23, 24, 33, 34, 42, 45, 52, 55, 62, 65, 71, 110, 117, 147, 148, 149, 155, 156, 157, 158, 165, 166, 174, 181, 182, 190, 191, 273, 277, 279, 281, 284, 304, 330, 348, 360, 366, 367, 371
síntese contrastiva 19, 20, 21, 25
sistema bipartido 13
sistema computacional 13, 149, 151, 152
sistema gramatical 20, 243
sociolinguística 37, 97, 274, 275, 285, 290, 303, 317

T

tópico sentencial 32, 33

U

usage-based 12, 27, 102, 126, 184, 223, 267

V

variação linguística 20, 25, 59, 60, 255, 269, 270, 271, 273, 281, 284, 285, 287, 289, 290, 293, 294, 310, 317
versão continuísta 39
versão saltacionista 39

WWW.**PIMENTACULTURAL**.com

LINGUÍSTICA GERATIVA X LINGUÍSTICA BASEADA NO USO

contrastes teóricos

